

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA

ENTRE DIVISAS, DIVISORES E UM MASSACRE: A EMANCIPAÇÃO DA NÃO  
CONSTRUÍDA CIDADE DE IPATINGA-MG

UBERLÂNDIA-MG

2011

GERALDO VINICIUS RIBEIRO FREITAS

ENTRE DIVISAS, DIVISORES E UM MASSACRE: A EMANCIPAÇÃO DA NÃO  
CONSTRUÍDA CIDADE DE IPATINGA-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

Área de Concentração: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida.

UBERLÂNDIA-MG

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

GERALDO VINICIUS RIBEIRO FREITAS

ENTRE DIVISAS, DIVISORES E UM MASSACRE: A EMANCIPAÇÃO DA NÃO  
CONSTRUÍDA CIDADE DE IPATINGA-MG

---

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

(Orientador - Universidade Federal de Uberlândia)

---

Prof. Dr. Sergio Paulo Morais

(Examinador - Universidade Federal de Uberlândia)

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Rejane Meireles Amaral Rodrigues

(Examinador - UNIMONTES)

À minha mãe “minininha”.

A todos os professores do Instituto de História, principalmente do Núcleo de Pesquisa em História, Cidades, Trabalho e Movimentos Sociais. Em especial, o Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloisa Helena Pacheco Cardoso, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Dilma Andrade de Paula, Maria Helena Moura e João Batista.

*Reabrir um dialogo entre dois mundos, que a muito deixaram de se comunicar, é tarefa difícil e ocasiona humilhações veementes. Humilha-me tratar pessoas de minha própria idade, cidadãos de meu próprio país, como objeto de pesquisa científica quase de experimentação. Humilha-me quando eles me tomam – como tem acontecido – por um agente fiscal ou por um empresário de espetáculos teatrais viajando pela Lucânia em busca de músicos e cantores. Humilha-me ser compelido em certas aldeias a evitar os comunistas locais, dissimular até mesmo com eles, porque de outro modo o padre nunca contaria para mim coisas que preciso saber.* (Ernesto de Martino)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

F866e Freitas, Geraldo Vinícius Ribeiro, 1981-

Entre divisas, divisores e um massacre : a emancipação da não construída cidade de Ipatinga-MG. / Geraldo Vinícius Ribeiro Freitas. - Uberlândia, 2011.

166 f. : il.

Orientador: Paulo Roberto de Almeida.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Ipatinga (MG) - História - Teses. 4. USIMINAS - História - Teses. I. Almeida, Paulo Roberto. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930

## AGRADECIMENTOS

A Javé, Senhor dos Exércitos. À minha mãe, Eder Ribeiro de Freitas, a Dona Menininha. Não tenho como medir, nem falar, você é o imponderável em minha vida. À minha família, às tias Edertes, Estela Maris, Iris da Consolação, Janua Coeli, Maria e Terezinha, obrigado. Aos meus primos Wellington, Wemerson, Claudia Cristina e Carla, muito obrigado por estarem perto de mim até quando estou errado. Agradeço à minha avó Francisca Dias Ribeiro (*in memorian*) por ter me criado até aos dez anos de idade de maneira exemplar, e transmitido sua força.

Agradeço toda a família Oliveira Barbosa: Anatólio Oliveira Barbosa (*in memorian*), Dona Bazuca (mentora intelectual de minha educação), Alano, Lucia, Tayla, Taynã, Kivia, Jose Heleno, Kirla, Iago, Geisa, Jarbas, Raoni, Dayan, Tia Zulmira (pivô central desse trabalho), Tina, Arom, Leila, Damon, Kiona, Ronan, Helen, Suzel e Paulo pela recepção, amizade e apoio durante tantos anos. Deus continue abençoando a todos.

Ao meu padrinho Nivaldo, tia Rutila e tio Chico (*in memorian*), quando passava as férias no arraial São Pedro, sempre me imaginava na velha Ipatinga. Ao senhor Firmo Lott e à senhora Maria Aparecida Lott por me receber em sua casa com tempo e disposição, por aceitarem o registro de suas memórias e contribuírem para novas questões nesse trabalho, muito obrigado. Ao senhor Manoel Valadares e esposa Dona Tildinha, pela recepção em seu lar, disposição em gravar o depoimento e discutir a geografia em transformação da cidade, com todo apreço. Aos amigos dessa não curta caminhada em Uberlândia: Davi, Gisele, Vinicius, senhor Rogério e Magda. Obrigado por receberem um recém chegado migrante. À família Bessa de São Gotardo: Leandro, Alexandre, Poliana, Dona Diva e Vicente. Sem a participação de vocês, os meus dias nessa terra seriam bem mais difíceis. Javé conceda sua luz sempre, obrigado. A Maltos Henrique Cardoso e a toda sua família, muito obrigado por tudo. A Gabriel Pimentel de Melo e toda sua família. A Felipe Duarte e toda sua família. A Willian Mariano e Ezequiel, obrigado por tudo. À Renata Carolina Rezende e a Marco Túlio Melo, tudo de bom pra sempre. Aos meus companheiros da Linha Trabalho e Movimentos sociais Valmiro, Saulo Jackson, Ricardo e Roger, tudo de bom sempre e boa jornada em suas carreiras.

Aos companheiros que, após uma década, ficarão sempre na memória: Tadeu, Leon, Gabriel Thiago, Leandro Thiago, Tarcisio, Cezar, Gabriel (bixo), Paulo Renato, Gabriel, Carlinha de Belo Oriente, Andressa. Boa jornada a todos. A Ronaldo, Reinaldo e seu Dercino. Não me

esqueci de vocês. A Maria Joana por ser melhor companhia nas horas de alegria, tanto como nas de opressão e agonia. Obrigado, senhor!

Agradeço a João Batista não como técnico, mas como amigo. Em algum momento em que você estiver errado, pode me chamar que eu compro a bronca. A todos os técnicos administrativos da UFU: do cafezinho, Dona Sebastiana; Simone, toda sua família, Dona Luzia, Kátia por toda amizade nesses anos. A todo o pessoal do setor de matrícula. Todos os funcionários da Biblioteca, mas o muito obrigado especial às meninas do multimeios, por causa desse trabalho. Estou lembrando somente o nome da Rose e Roseli. mesmo assim muito obrigado. Dos técnicos que conviveram comigo no restaurante universitário, deixo um forte abraço a todos nas pessoas de Clovis e Dona Conceição, doutores na arte da boa educação. Às moças assistentes sociais da Divisão de Assistência Estudantil meu muitíssimo obrigado. Sem elas, talvez não fosse possível nem seis meses nessa cidade. Bem conclui meu décimo segundo ano. Muito obrigado. A todos os vigilantes que conviveram comigo nesses doze anos, em especial o Palhares, Luiz Gonzaga e Jerônimo que, segundo eles, me viram chegar a Uberlândia ainda um menino. Muito obrigado. Ao professor Arquimedes Diógenes Cilone por ter sido meu melhor debate em uma curta carreira política.

A todos os professores do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Como eu gosto muito dos nomes, peço licença para dispensar os títulos: professora Rosangela Patriota Ramos, Alcides Freire Ramos, Heloísa Helena Pacheco Cardoso, Dilma Andrade de Paula, Sergio Paulo Moraes, Maria Clara Thomaz Machado, Giselda Costa Simonini, Newton D'Ángelo, Guilherme Amaral Luz, Wenceslau Gonçalves Neto, Regina Ilka Vieira Vasconcelos, Marta Emíssia Jacinto Barbosa, Sandra Alves Fiúza, Antonio de Almeida, Kátia Rodrigues Paranhos, Cristina Roquete Lopreato, Vera Puga, Joseane Francia Cerassole, Leandro José Nunes, Jaçy Alves de Seixas e também João Marcos Alem e Antônio Ricardo Micheloto, do Instituto de Ciências Sociais e Theodolo Augusto Campelo de Vasconcelos do Instituto de Economia e, ainda, Túlio Barbosa do Instituto de Geografia, por todas as disciplinas ministradas ao longo desses anos pela História e pela vida. Meu muito obrigado.

Aos professores que participaram dos grupos de trabalho realizados pelo Núcleo de Pesquisa em História, Cidades, Trabalho e Movimentos Sociais e estiveram diretamente relacionados ao debate do que pude negociar em matéria de reflexões: Sonia Regina de Mendonça, Yara Aun Khoury, Maria do Rosário Cunha Peixoto, Célia Rocha Calvo, Rinaldo José Varussa por me fazerem acreditar ser possível escrever um trabalho que cede honesto com minhas limitações particulares. À professora Dilma Andrade de Paula, obrigado pela amizade nesses anos. A todos integrantes do Nupehcit, em especial, a Maria Helena. Ao professor Sergio

Paulo Morais por participar da banca de qualificação e defesa, pela amizade todos esses anos. Ao Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro pelas preciosas apreciações na banca de qualificação, muito obrigado. A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rejane Meireles Amaral Rodrigues por aceitar participar dessa banca de defesa, ainda se deslocando de tão longe para contribuir no fechamento desse trabalho, muito obrigado, não tenho como agradecer.

As senhoritas Joseane Braga Soares e Luciana Lemes de Andrade Barbosa pela competência e compreensão com que conduzem os assuntos burocráticos que também são particulares, muitíssimo obrigado.

Agradeço ao companheiro Paulo Roberto de Souza pela amizade e disposição com que me tratou nesse curto tempo de convívio e também por estar entre as corajosas figuras que levantam reflexões pertinentes à constituição histórica de Ipatinga. Tudo de bom, irmão. Ao professor Paulo Roberto de Almeida, muito obrigado por depositar confiança nessa pesquisa e possibilitar uma orientação que serve para vida, por dividir sua experiência e também por ter paciência com alguém que teria que aprender a escrever durante o programa de Mestrado. Obrigado por ser franco, isso sempre foi o que mais valorizei em vida. Minha amizade, sempre.

## RESUMO

Construir a História de Ipatinga respeitando a pluralidade de agentes e fatos ocorridos entre 1950 e 1963. O que priorizamos é a constatação da existência de dois distritos de Coronel Fabriciano que com a emancipação de Ipatinga em 1964 integrariam a nova cidade constituindo a parte mais antiga de sua História. Em 1958 começa a construção da Usina Intendente Câmara, primeira unidade da Usiminas S/A. Com a construção dessa usina parte da História desta cidade se condiciona a narrar o que existia no vilarejo de Ipatinga, hoje região do centro que se constituiu desde 1922 às margens da Estrada de ferro Vitória-Minas. O vilarejo de “Água Limpa” que hoje recebe o nome de Barra Alegre é considerado mais antigo que a vila perto da EFVM, mas sua trajetória é narrada sem muitos detalhes. O trabalho pretende refletir sobre a comunicação política – humana que estas duas localidades tiveram num momento anterior à chegada da Usiminas até o incidente conhecido como *Massacre de Ipatinga* que seria decisivo para emancipação deste lugar apesar de não ser reconhecido como. O esforço de entendimento e como os dois distritos se comunicavam anterior ao projeto capitalista que ocasionou um crescimento populacional acelerado a partir da década de 60. Esta fração da história de Ipatinga é posta menos em evidência. Então priorizamos a vida dos antigos habitantes que viviam na região sem ter consciência do quanto suas vidas modificariam drasticamente em contato com os novos personagens. Uma diversidade de relações humanas foi posta de lado para se construir uma cidade que faz do Aço propaganda de seus investimentos humanos e políticos.

**Palavras-chave:** Trabalhadores. Usiminas. Ipatinga-MG. Cidade. Conflito.

## ABSTRACT

This study aims to construct the History of Ipatinga-MG, with respect to the plurality of agents and events that occurred between 1950 and 1963. The priority is finding two districts of Coronel Fabriciano, which integrate the new city when happened the emancipation of Ipatinga in 1964, constructing the oldest part of its history. In 1958 starts the construction of the Usina Intendente Câmara, which was the first unit of Usiminas S/A. As construction of this plant, part of the history of this city is conditioned to narrate what existed in the Ipatinga village, which is today a region which has become the center since 1922 on the banks of the railroad Vitória-Minas. The “Água Limpa” village, named today “Barra Alegre” is considered the oldest near the EFVM, but its history is narrated without much detail. This work intends to reflect on political and human communication these two places had a long time before the arrival of Usiminas until the incident known as the “Massacre de Ipatinga”, which would be decisive for the emancipation of that place, although it isn't recognized. The effort of understanding and how the two districts previously communicated to the capitalist project is what led to a fast population growth from the 1960s. This story's fraction of Ipatinga is less put in evidence. Therefore, we prioritize the life of older people living in the region without being aware of how their lives would change dramatically in touch with new characters. A variety of human relations was put aside for building a city that makes the Steel of their of human and political investment merchandizing.

**Keywords:** Workers. Usiminas. Ipatinga-MG. City. Conflict.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	12
CAPITULO I – AS DIVISAS: ANTIGOS E OS NOVOS PERSONAGENS.....	28
CAPITULO II – OS DIVISORES .....	67
CAPITULO III – MASSACRE DE IPATINGA: O FATO HISTÓRICO.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
FONTES .....	138
PUBLICAÇÕES DIVERSAS DE INSTITUIÇÕES.....	138
MEMÓRIAS.....	139
REVISTAS.....	139
ENTREVISTAS PRODUZIDAS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
ANEXO A – LOCALIZAÇÃO DE IPATINGA.....	145
ANEXO B – A VILA DE IPATINGA EM VÁRIOS MOMENTOS DA DÉCADA DE 1950 E A IGREJA NO IPANEMINHA.....	147
ANEXO C – BAIRROS CONSTRUÍDOS PELA USIMINAS.....	152
ANEXO D – DOCUMENTOS.....	156

## APRESENTAÇÃO

*O Vale do Aço é uma região tensa por natureza. Pressões individuais, não, mas em geral, sim.*

(Padre José Miranda, pároco de Ipatinga)<sup>1</sup>

Este trabalho consiste em construir a História de uma região que foi habitada por poucas pessoas até 1957, quando começa a construção de uma usina siderúrgica; a partir de então, esse lugar vê-se pressionado pela chegada de um volume muito grande de trabalhadores convocados por essa usina; junto a eles, outros milhares de migrantes motivados pela notícia de que uma grande empresa se estabeleceria no local. A antiga vila que tinha por nome Ipatinga se transforma em um emaranhado de barracos improvisados construídos a partir de madeira descartada dos caixotes que embalavam os equipamentos para a construção da usina. Em 29 de abril de 1964, esse emaranhado de barracos que se entranhavam no espaço da antiga vila é emancipado. A nova cidade passou a contar com o espaço que abrangia dois distritos da antiga sede, Cel. Fabriciano: a vila de Ipatinga e a vila de Barra Alegre. Entre essas vilas havia três fazendas e o canteiro de obras daquilo que se tornaria uma das siderúrgicas mais lucrativas da América Latina, as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS).

Posto esse quadro, queremos refletir sobre os processos que levaram a emancipação da cidade de Ipatinga, respeitando a pluralidade de agentes e fatos ocorridos entre 1950 e 1963. O recorte é aparentemente extenso, o que deve ser entendido como ousadia. No entanto, o que priorizamos é a constatação da existência de dois distritos de Coronel Fabriciano que, com a emancipação de Ipatinga, em 1964, integrariam a nova cidade, constituindo, assim, a parte mais antiga de sua história. Em 1958 começa a construção da Usina Intendente Câmara, primeira unidade da atual Usiminas S/A. Com a construção dessa usina, parte da história desta de Coronel Fabriciano é condicionada a narrar o que existia no vilarejo de Ipatinga – hoje região do centro –, que existia desde 1922 às margens da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM. O vilarejo de “Água Limpa”, que hoje recebe o nome de Barra Alegre, é considerado mais antigo que a vila perto da EFVM, mas sua trajetória é narrada de maneira parca e sem muitos detalhes.

<sup>1</sup> MIRANDA, Pe. José. **Padre José Miranda**: depoimento [mês. 1991]. Entrevistador: Lenira Ruenda. Ipatinga, 1991. Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991. p. 9.

Tendo isso em vista, o trabalho pretende refletir sobre a comunicação política-humana que estas duas localidades tiveram em um momento anterior à chegada da Usiminas, desde a construção da usina até o incidente conhecido como “o Massacre de Ipatinga”, quando, em virtude de confrontos entre empreiteiros, vigilantes e polícia, durante a noite do dia seis de outubro de 1963, os operários decidiram parar as operações da usina na manhã do dia sete, quando, após algumas horas de manifestações, um grupo de cerca de vinte militares munidos de revólveres, fuzis e uma metralhadora disparam durante presumíveis quarenta minutos, deixando o saldo de uma centena de feridos e um número oficial de oito mortos (número que constitui uma mentira). Isso tudo, pensado dentre os processos sociais que levaram à emancipação do município e posterior construção da cidade.

Ipatinga localiza-se no leste de Minas, Vale do Rio Doce, região metropolitana do Vale do Aço a 235 km de distância de Belo Horizonte, sentido litoral do Espírito Santo. Possui 239.468 habitantes divididos em apenas 165 km<sup>2</sup>, o que faz com que sua densidade demográfica seja elevada, 1.452,34 hab./km<sup>2</sup>; isso, em comparação a outras cidades do estado como Uberlândia, por exemplo, que possui 604.013 habitantes, mas apenas 146,78hab./Km<sup>2</sup> por ter um território de 4.115,206 km<sup>2</sup>. Outra possível expansão de Ipatinga somente seria possível hoje em sentido vertical, pois sua horizontalidade chegou ao limite.

As Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais é uma empresa que surgiu de um acordo de capital misto entre o governo estadual e a Cia. Nipon Steel, do Japão. Sua primeira unidade de produção foi a Usina Intendente Câmara em Ipatinga. Apesar de ser um pouco menor que a CSN em Volta Redonda, em menos de uma década se tornou a siderúrgica brasileira de maior produção e uma das empresas estatais mais lucrativas. Foi a primeira estatal a ser privatizada, ainda no governo Collor de Mello, com o lucro dos anos pós-privatização, quando a USIMINAS compra a siderúrgica paulista COSIPA de Cubatão e outras inúmeras aquisições, tornando-se o maior complexo de aços planos da América Latina.

A história de construção da siderúrgica se tornou o principal marco na história da cidade de Ipatinga. Não por menos: foi o que propiciou a possibilidade de uma cidade. A partir de então, a construção do município e da siderúrgica confundem-se. Os elementos de narrativa situam o surgimento da siderúrgica como o que construiu a cidade, o que não estamos negando. A nosso ver, o que está em jogo é uma concepção de cidade; o que existia antes é narrado como se não houvesse o que resgatar ou ser conservado. O que pode ser traduzido em documento a nós entregue na “Estação Memória”, um centro cultural que se mantém no local onde foi a segunda estação férrea da cidade:

**A história de Ipatinga está intimamente ligada à história da siderurgia e mais ainda à história da Usiminas.** A Usina Intendente Câmara teve sua escritura lavrada em 24 de abril de 1956 e uma delegação japonesa visita o distrito de Ipatinga e escolhe como centro da instalação. Alguns motivos que contribuíram para essa escolha: topografia apropriada, pequena distância entre as fontes de matéria prima e centro consumidores, facilidade de recursos hídricos, abundância de energia elétrica, malha ferroviária local e proximidade com outros centros siderúrgicos.

Como a notícia de que se instalaria na região uma grande usina siderúrgica, **foi grande a chegada de aventureiros antes mesmo de sua instalação.** Isso aumentou **a necessidade de um planejamento para cidade.** Os empregados da empresa foram instalados em acampamentos improvisados, distribuídos por toda a extensão do distrito. **Os aventureiros amontoam seus barracos nas vias públicas e praças.** Segundo relatos orais, os operários que não conseguiam se estabelecer na usina, iam se aglomerando na rua que recebeu o nome **de rua do buraco**<sup>2</sup>. (grifos meus)

Quando o texto afirma que “os aventureiros amontoam seus barracos nas vias públicas e praças”, estão afirmando um exagero. Ao que tudo indica, existia apenas uma praça, e quanto às vias públicas, vemos apenas uma sendo narrada, a rua do comércio que se localizava no local onde hoje encontra-se a Avenida 28 de abril. Somente com a construção da usina é que esse contingente de “aventureiros”, que se acomodavam de todas as formas imagináveis – desde os caixotes de madeira dos equipamentos da usina – até debaixo de um caminhão ou qualquer coisa que os cobrisse –, formando a rua do buraco. Não havia necessidade de planejamento da cidade, não existia cidade, e assim foi até a emancipação. Uma das dimensões desse tipo de discurso é a construção do mito de cidade ou o mito de origem. Fala-se de Ipatinga com os olhos de hoje, esquecendo-se momentaneamente de que nada disso existia.

A Vila de Ipatinga, que hoje é o local do centro urbano da cidade, tem seu surgimento narrado em estrita relação com a Estrada de Ferro Vitória a Minas e com a derrubada de matas para se fabricar carvão. Em relação à vila de “Água Limpa”, narrada como a região mais antiga da cidade, não propõe essa relação direta; até o presente momento, temos somente hipóteses sobre a iniciativa de povoamento desse local. Quando a construção da história de Ipatinga prioriza cegamente a construção da Usina Intendente Câmara<sup>3</sup>, fatalmente apaga várias formas de se narrar a trajetória social dessa localidade; perde-se parte importante de suas relações, pois a história desse município é mais antiga que a siderúrgica. A vila de “Água Limpa”, atual bairro do Barra Alegre, narrada de maneira pouco expressiva nesse processo, também teve sua participação nessa história.

<sup>2</sup> SECRETARIA de Cultura, Esporte e Lazer (subsídio). Departamento de cultura. *Histórico de Ipatinga*. Ipatinga: Estação Memória Ipatinga, 2006.

<sup>3</sup> Primeira unidade de produção da Usina siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas).

O processo de aquisição e seleção de fontes e documentos começou há cerca de seis anos por ocasião da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História, ministrada pela Profª. Drª. Heloisa Helena Pacheco Cardoso. Nessa ocasião, visitei a Hemeroteca e coleção mineriana da Biblioteca Municipal Luiz de Bessa, o Arquivo Público Mineiro e o Arquivo Público Municipal em Belo Horizonte. Entre o desbravamento das selvas do rio doce<sup>4</sup> e atual paisagem que predomina, comecei a refletir sobre as relações que foram sendo construídas entre as empresas e as regiões do vale do rio doce e do quadrilátero ferrífero, isso na passagem entre o que existia e o que o progresso trouxe, tendo como recorte a cidade de Ipatinga e como proposta a possibilidade de se escrever a história desse lugar sem a presença da siderúrgica Usiminas. Minha ambição proporcionou um acúmulo de documentos a respeito do que era o Vale do Rio Doce e Ipatinga antes mesmo da EFVM, por meio dos arquivos em BH, livros de engenheiros da EFVM e de entrevistas realizadas com moradores de Ipatinga.

Terminada a disciplina, tive a oportunidade de continuar esse projeto com a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida que, naquele momento, orientava meu caro colega Paulo Roberto de Souza em seu mestrado, de quem a preocupação eram as relações sociais entre os anos que precedem o massacre até a emancipação. Recebendo como herança as discussões de meu colega, achei conveniente ampliar um pouco o recorte e atrair o foco para o ponto de partida das duas vilas, já que Paulo Roberto de Souza havia construído muito bem a trajetória das migrações, as expectativas e decepções dos primeiros contatos com a realidade local, o cotidiano da vida operária e a atmosfera que predominava nas vésperas do massacre. Assim sendo, minha preocupação foi refletir sobre a passagem das relações de diálogo entre os vilarejos e as transformações trazidas pelo enorme contingente de operários que foram recrutados para a construção da usina e os milhares de migrantes que vieram lutar por melhor sorte em Ipatinga.

Desse modo, a seleção das fontes partiu da premissa de que o importante nesse trabalho seria o contato entre as pessoas e o que isso gerava. Analisando a origem de produção das fontes mais recorrentes sobre a história da cidade, percebemos as relações de conflito, o que demonstra a publicação “Homens em série”, referência maior da história da cidade. Esta publicação foi dividida por entrevistas com personalidades da vida pública e recebe títulos em acordo com isso, a exemplo: “Jamill Selim de Sales - Treze anos de poder”, “Padre Miranda – A articulação da sociedade civil”, “Pedro Linhares – A formação do urbano”.

---

<sup>4</sup> ALMEIDA, Cecílio Abel de. *O desbravamento das selvas do rio doce* (memórias). Coleção Documentos Brasileiros 103. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora, 1957.

Esse formato de publicação segue os parâmetros do antigo modelo de história oral pretendido pelo CPDOC – Fundação Getulio Vargas, em que há uma breve apresentação do trabalho e, em seguida, temos a coleção de entrevistas onde os depoentes “falam por si mesmos”. Mesmo sendo construído para enaltecer o “lado bom do pioneirismo do aço no Brasil”<sup>5</sup>, o conflito está latente nos testemunhos de “Homens em série”. Tomando essa publicação no estado em que está e a reorganizando por questões como “o direito a moradia”, teremos inúmeras denúncias de Padre Miranda à administração de Jamill, inúmeras críticas de Jamill ao comportamento da Igreja e dos padres, e inúmeras contradições no depoimento de Pedro Linhares. A essa figura, sobram acusações de vários depoentes – Pedro Linhares foi responsável pelo loteamento de vários bairros da periferia da cidade, isso tudo no contexto da década de oitenta, o que informa que a construção da cidade estava em aberto depois de duas décadas de sua emancipação.

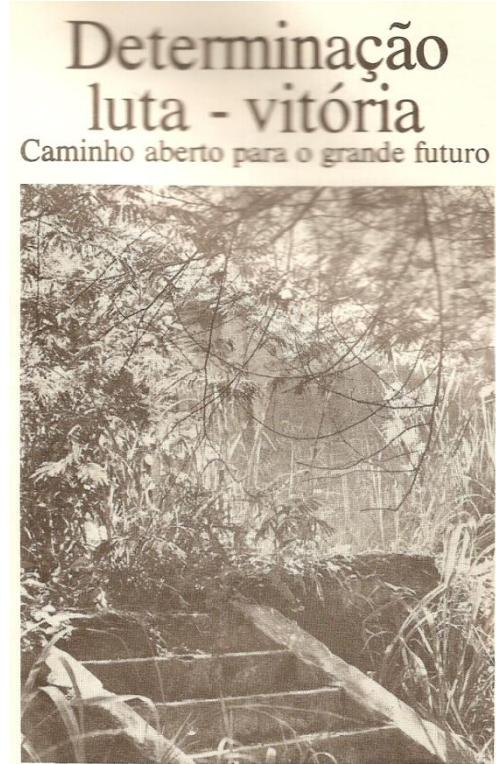
Os dois volumes de “Homens em Série” foram produzidos no primeiro governo petista da cidade. Sua produção foi carregada por várias tendências que concorreram em um trabalho permeado pela tensão de estabelecer uma siderúrgica desse porte na região. No entanto, dentre os vários aspectos, optou-se por concluir o que havia de anterior à cidade, como uma vila de carvoeiros que produzia com o intuito do fornecimento aos altos fornos da Cia. Belgo Mineira sem ampliar essa questão. O Barra a Alegre é pouco citado mais uma vez. Alguns patrimônios de memória da cidade são lidos como monumentos da época de “desbravamentos ou pioneirismo”.

Nas publicações anteriores a essa, disponíveis na Biblioteca Municipal “Zumbi dos Palmares” em Ipatinga, existem mais elementos sobre as relações sociais da cidade anterior à construção da Usiminas, exemplo da Revista “Ipatinga ano 20”. Entretanto, as narrativas vêm sempre acompanhadas da predileção que desse passado remoto chegamos a um patamar de progresso. Digo isso em uma leitura da apresentação de uma fotografia dessa edição: “Determinação luta – vitória, Caminho aberto para um grande futuro”. Esta proposição está inserida junto a uma foto das ruínas<sup>6</sup> da primeira estação de trens da EFVM, que recebeu o nome “Ipatinga”.

---

<sup>5</sup> HOMENS EM SÉRIE: A História de Ipatinga contada por seus próprios personagens Ipatinga, v.1, n. 1, Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991. p. 9.

<sup>6</sup> Estive na área dessas ruínas. Como demoraram a me atender para que eu tivesse permissão (é área de conservação da Usiminas), entrei sem a mesma. Há um portão mas não há cercamento. O jornal afirma que as ruínas são imponentes e a área de construção é enorme. Ou foi alguém muito pequeno que escreveu isso ou é propaganda enganosa mesmo. A escadaria é grande, mas a área de construção deve, inclusive, ser menor que da segunda Estação Férrea “Estação Memória”. Apenas uma parede está ainda em pé e a floresta já dominou o espaço.



A primeira estação ferroviária de Ipatinga foi instalada às margens do Rio Piracicaba, em 1924. Hoje, suas ruínas ainda podem ser vistas, numa pequena mata existente atrás do Bairro Castelo. A área de construção é enorme e sua imponência pode ser notada logo na escadaria que leva até ela.

**Figura 1 – Estação ferroviária**

Fonte: Revista Ipatinga Ano 20 (1984)<sup>7</sup>

Essa consideração permeia o processo de construção dessas fontes, permeia o presente concreto de lutas e contradições interpretando o passado, a idéia de que o progresso trazido pela empresa é o que existe sobre a história da cidade. Nesse contexto, estivemos em busca de evidências sobre o ambiente em que estavam inseridos os trabalhadores de antes e depois da construção da Usiminas. O ponto de encontro desses dois modelos de constituição do viver foi nosso caminho para interpretar o que significava essa construção e por quê ela tende a apagar por completo o que existia anterior a ela e o que concorre com ela no presente.

As íntimas relações existentes entre cidade e siderúrgica oculta, de certa forma, os elementos sociais e culturais existentes em uma região que, até 1956, não tinha, em seu panorama futuro, a perspectiva de construção de um pólo siderúrgico. A construção da primeira unidade de produção da Usiminas resulta, em vários relatos, evidências de um processo de divisão da cidade acompanhada de uma hierarquização das relações sociais. Nesse processo de construção da usina emergiu uma grande quantidade de tensões. Essas

<sup>7</sup> IPATINGA ANO 20. Revista especial editada pela Empresa Jornalística Revisão Ltda, Ipatinga, v.1, n. 1, 28 abr. 1984. p. 4.

tensões foram somadas às existentes anteriormente, provocando uma trajetória de relações sociais que constituiriam uma cidade dividida.

A Usiminas trouxe não somente o progresso traduzido em cifras bilionárias de lucro com o aço. Ela demonstra várias facetas de um projeto de desenvolvimento que não é feito para contemplar a todos. Em um universo em que há o processo de aceleração demográfica acirrado de disputas, hierarquização do trabalho, hierarquização das relações sociais e da estrutura física da cidade, a publicação “Homens em série” de outubro de 1991 fala em “construir uma cidade às pressas”<sup>8</sup> e também em “favelamento precoce”<sup>9</sup>, o que aponta para várias questões sobre as formas pelas quais o progresso se manifesta.

Os anos de 1950 e 1960 foram decisivos para que o país entrasse de uma vez por todas no jogo competitivo do capitalismo moderno. Ipatinga demonstra uma faceta particular desse empreendimento. Uma região que não era significativa se tornou, em menos de cinco décadas, uma das cidades economicamente mais importantes do estado. No entanto, as formas como um tentáculo dos projetos de desenvolvimento brasileiro chamado Usiminas foi construído é uma seara de contradições. Estamos falando do impacto de um projeto capitalista em uma região que vivia, em maior parte, do extrativismo vegetal, de derrubar a mata atlântica para fabricar carvão que seria utilizado pelo Cia. Belgo Mineira.

Nesses anos, mesmo antes de se tornar uma cidade, ocorre o fato que ficou conhecido como *massacre de Ipatinga*. Até os anos 2000, sobre o assunto existia um livro escrito por Carlindo Marques, algumas cartilhas de movimentos sociais e se podia buscar muitas referências na publicação “Homens em série”, que, mesmo priorizando “o lado bom da trajetória do aço no Brasil” e a narração de pioneirismo da cidade, não podia deixar de mencionar o massacre. Diferente de um incidente isolado, o fato histórico demonstra todas as contradições sobre o que estava ocorrendo e muito bem poderia ser lembrado como significativo para discussão de desenvolvimentismo “por baixo”, ou seja, como as pessoas o vivenciaram.

Nesse sentido, minha intenção é discutir um triângulo que é indivisível, mas pode ser organizado: a construção de Ipatinga, a construção da usina Intendente Câmara e a construção do massacre. O que me restou fazer, após ponderar em toda trajetória de reflexões produzidas na linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, é diferenciar os elementos, ressaltando o caráter de formação de uma cidade que nasce com divisões bem evidentes e

---

<sup>8</sup> HOMENS EM SÉRIE: A História de Ipatinga contada por seus próprios personagens Ipatinga, v.1, n. 1, Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991. p. 9.

<sup>9</sup> Idem.

outras implícitas, tudo isso dialogando com os elementos que se configuram como ambiente do massacre, pois são os mesmo elementos.

A partir de 2006 foram lançados, do que pude acompanhar (pois boas surpresas não pararam de acontecer), oito trabalhos tendo o massacre e Ipatinga como tema de investigação. Esses trabalhos distribuem-se em cinco dissertações de mestrado, dois livros de memórias e, no presente ano, um documentário que ainda não está disponível. O que considero como relevante nesse trabalho, ao se falar da história de Ipatinga, pode ser sintetizado nos dois livros (que se esgotaram), os quais recebem têm como título: “Ipatinga 40 anos: a história de uma cidade que se confunde com a construção de uma siderúrgica” e “Massacre de Ipatinga: mitos e verdades”. O primeiro é um trabalho memorialístico e o segundo, uma adaptação da dissertação de Marilene Tuler Assis Ramalho, que tinha como título inicial “Massacre de Ipatinga: o contexto político do Brasil pré-1964 através de um estudo de caso”. Esses dois títulos podem traduzir como *slogan* as questões sobre a constituição dessa cidade, primordiais para a reflexão que pretendo entender sobre o processo de construção da usina, que foi fundamental para constituição da cidade de Ipatinga, bem como para relacionar essas duas construções ao incidente conhecido como “Massacre de Ipatinga”, dialogando com as relações sociais e constituição de memórias públicas sobre os fatos.

Para isso, no primeiro capítulo detive-me em discutir a relação entre si dos antigos moradores das pequenas vilas de Barra Alegre e Ipatinga e, posteriormente, com a construção da usina, discutindo um pouco da noção de pioneirismo e as disputas que a usina proporcionaria. No segundo capítulo, preocupo-me em mostrar os elementos que foram surgindo com a construção da usina, bem com o impacto que isso começa a causar na região e na vida das pessoas. No capítulo três, em uma perspectiva de diálogo entre os autores anteriores, falaremos sobre o massacre como fato histórico que dividiu opiniões e deixou marcas na constituição social da cidade.

O presente trabalho historiográfico constitui uma grande responsabilidade por demandar dialogo com as questões e posicionamentos presentes nos trabalhos que o antecederam. No entanto, deixa-me em via de mão dupla porque alguns elementos já foram bem apresentados e discutidos. Gostaria de apresentar minha contribuição discutindo não um fato específico, o *massacre de Ipatinga*, mas sim o caráter de constituição de uma cidade que, como bem ressaltou José Augusto de Moraes, confunde-se com a construção de uma siderúrgica e tem no incidente conhecido como “massacre” o fato de relação direta entre essas duas construções. Construção da usina, construção da cidade e massacre de Ipatinga é um triângulo em que, na história de Ipatinga, se relacionam, não sendo separados sem dificuldade.

A trajetória de investigação e acúmulo de documentos veio se multiplicando, o que pressupõem uma avaliação do conjunto desse material em diálogo com as fontes e os autores.

Os caminhos de investigação das dissertações de Marilene Tuler, Paulo Roberto de Souza e Marcelo Freitas perpassam posicionamentos que seriam a aproximação ou não com o panorama pré-1964, no caso de Marilene. A realidade das migrações da região e da construção da usina é o foco de Paulo Roberto e os acasos e polêmicas quanto ao numero de mortos é central no livro de Marcelo Freitas. O meu caminho parte da dissertação de Paulo Roberto de Souza. Antes de refletir sobre o massacre, é preciso discutir como esse evento se relaciona com os elementos que constituem a construção pública da história de Ipatinga. Apesar de limitar-me entre os anos 1950-63, existem as questões dos anos em que foram produzidas as fontes. Esses trabalhos discutiram inúmeros elementos e é a partir da trajetória de investigação destas dissertações que encaminho meu trabalho.

Para entender os anos de construção da usina e o massacre de Ipatinga é preciso, indispesavelmente, o enfrentamento de certos problemas: entender as condições de vida, o crescimento desordenado do vilarejo e os conflitos que foram sendo criados. A partir das lutas da esquerda no Brasil da década de 1980, construiu-se um consenso a respeito desses episódios como o *massacre dos trabalhadores da Usiminas*. Recentemente, Marcelo Freitas redimensiona essa experiência ao *massacre dos trabalhadores que vieram construir a Usiminas*, dando uma conotação mais ampliada do termo e do problema. Com base no processo de indenização das vítimas que morreram em manifestações públicas nos anos de não democracia no Brasil temos assim o quadro das vítimas do incidente.

#### ALVINO FERREIRA FELIPE (1921-1963)

Número do processo: 130/04

Filiação: Maria do Patrocínio Silva e Antônio Felipe

Data e local de nascimento: 27/12/1921, **Ferros (MG)**

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 07/10/1963, Ipatinga (MG)

Relator: Belisário dos Santos Jr.

Deferido em: 26/10/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/10/2004

Alvino morreu em decorrência de ferimentos causados por disparos de arma de fogo. Segundo relato da filha Maria da Conceição Gomes Felipe, Alvino fazia um tratamento de saúde devido a um acidente em que foi atingido pela roda do caminhão que transportava operários para o trabalho. Naquele dia de 1963, ele se dirigia à sede do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), em Acesita, para se submeter a uma perícia médica. Ao passar nas imediações do conflito, foi atingido por uma bala que perfurou seu crânio na região occipital. Morreu antes de ser socorrido. O corpo foi levado para o escritório central da Usiminas e depois encaminhado à família.

**Funcionário da empreiteira A.D. Cavalcanti, Alvino foi tido pelas autoridades como indigente, por causa das roupas que usava um paletó muito simples,**

**diferente do uniforme dos colegas.** Porém, um funcionário da usina reconheceu o corpo na sala da empresa e avisou a família. Maria da Conceição soube que o pai, a caminho do IAPI, chegou a ser avisado da greve na portaria da Usiminas. Segundo ela, ele não acreditou no que estava acontecendo e continuou a caminhar em direção ao escritório central, onde foi atingido pelo tiro. O legista Hercílio Costa Lage assinou o óbito, atestando “hemorragia interna devido a ferimento penetrante no crânio, por projétil de armas de fogo”.

**ANTÔNIO JOSÉ DOS REIS (1925-1963)**

Número do processo: 120/04

Filiação: Almerinda Antônio dos Reis e Manoel Celestino dos Reis

Data e local de nascimento: 15/12/1925, **Mantena (MG)**

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 07/10/1963, Ipatinga (MG)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Deferido em: 26/10/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/10/2004

No laudo da necropsia de Antônio José dos Reis, assinado pelo legista Hercílio da Costa Lage, está escrito: “fratura na base do crânio devido a projétil de arma de fogo”. **Ele trabalhava na Convap, empresa de construção civil, há dois meses.** *Naquele dia, havia saído de casa no horário de costume, quatro da manhã, para pegar a condução. A esposa, Tereza Gomes, acordou com o chamado do sogro, que a avisou dos graves acontecimentos na portaria da Usiminas. No primeiro momento ninguém se preocupou, pois Antônio José certamente já estaria dentro da empresa. Ao final do dia, Tereza percebeu que ele demorava demais para chegar em casa. Ficou então sabendo da morte do marido por meio de um colega de serviço, Irineu, presente no local na hora dos tiros.*

**GERALDO DA ROCHA GUALBERTO (1935-1963)**

Nº do processo: 121/04

Filiação: Maria Tereza da Rocha e Romeu Gualberto

Data e local de nascimento: 01/03/1935, **Braúnas (MG)**

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 07/10/1963, Ipatinga (MG)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias, com vistas de Belisário dos Santos Júnior

Deferido em: 07/10/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/10/2004

**O alfaiate Geraldo da Rocha Gualberto** saiu de casa na manhã do dia 07/10/1963 para comprar material de trabalho em uma loja de Ipatinga (MG). No caminho, deparou-se com a manifestação de funcionários da Usiminas e parou para conversar com um primo, quando ambos tentaram se proteger das balas disparadas em todas as direções. A Polícia utilizava até mesmo uma metralhadora com tripé, instalada na carroceria de um caminhão. Uma das centenas ou milhares de balas atingiu o alfaiate mineiro, que morreu na hora.

Documentos anexados ao processo na CEMDP relatam que Geraldo foi enterrado em sua terra natal sem exame de necropsia, o que ensejou a necessidade de exumá-lo algumas semanas depois, para corrigir tal ilegalidade.

**JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO (1931-1963)**

Nº do processo: 151/04

Filiação: Maria Claudina de Jesus e Joaquim Isabel do Nascimento

Data e local de nascimento: 08/07/1931, **Timóteo (MG)**

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 17/10/1963, Coronel Fabriciano (MG)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Deferido em: 26/10/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/10/2004

José Isabel do Nascimento, **fotógrafo amador e funcionário da empresa Fichet, empreiteira da Usiminas**, era casado com Geralda Aguiar do Nascimento, com quem teve cinco filhos. Segundo a família, José Isabel saiu de casa, no centro de Coronel Fabriciano, para mais um dia de trabalho na área de montagem e construção. Ficou junto aos operários grevistas no piquete organizado em frente à portaria principal de acesso à usina.

Como trazia a máquina fotográfica, José passou a registrar a movimentação em frente à fábrica. Fotografou um soldado com uma metralhadora de tripé, momentos antes do início do tiroteio. Na verdade, José teve tempo de bater um filme inteiro, tirá-lo da máquina e colocar outro. Quando ia bater a primeira foto do novo filme, foi atingido por disparo de fuzil e caiu. José Isabel foi submetido a duas cirurgias, mas morreu dez dias depois, no Hospital Santa Terezinha, em Coronel Fabriciano. O legista José Ávila diagnosticou “abscesso subepático devido a projétil de arma de fogo”.

SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA (1943-1963)

Nº do processo: 161/04

Filiação: Geralda Cristina da Silva e José Tomé de Araújo

Data e local de nascimento: 20/08/1943, **Guanhães (MG)**

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 07/10/1963, Ipatinga (MG)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Deferido em: 26/10/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/10/2004

Morto aos 20 anos, Sebastião mudou-se para Ipatinga em busca de melhores condições de vida, pois era arrimo de família. *Assim que conseguiu um emprego na Usiminas como ajudante, buscou a mãe, viúva, e seus seis irmãos menores.* Como fazia todos os dias, chegou para trabalhar e foi impedido de entrar nas dependências da empresa. Resolveu, então, ficar nas imediações da usina até que a chefia resolvesse, por meio de negociações, a volta ao trabalho. Enquanto esperava, foi atingido por uma bala no crânio, morrendo no local. O legista Hercílio Costa Lage definiu como causa mortis “lesões encefálicas, dando ferimento penetrante no crânio por projétil de arma de fogo”. (grifos meus)<sup>10</sup>

Diante desse quadro, vemos que as vítimas são pessoas que, antes da Usiminas, moravam em cidades próximas, com exceção de um nascido em Mantena, mas, todas em Minas Gerais. Esse quadro pertence ao processo de indenização de vítimas durante manifestações nos tempos de ditadura no Brasil, somados a esses cinco nomes temos os de Eliane Martins, Aides Dias Carvalho e Gilson Miranda cujas famílias não quiseram se envolver no processo indenizatório. Três das vítimas não tinham qualquer ligação com a Usiminas, os cinco restantes eram empreiteiros e funcionários não fichados na Usiminas. Sendo assim, as vítimas estão situadas em seguimentos sociais diferenciados: (empreiteiros e migrantes de regiões próximas): os empreiteiros, que recebiam, em sua maioria, o piso salarial, uma criança de oito meses da região, um alfaiate que iria comprar suprimentos e um que parou por curiosidade. Destes, apenas dois foram acompanhar o piquete; mesmo assim, como observadores.

<sup>10</sup> BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos ou Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria especial dos direitos humanos, 2007. p. 52-54.

Em vista de pertencerem a seguimentos sociais que constituem o piso da hierarquia construída pela empresa e estarem na condição de observadores, e não manifestantes, temos o problema central que significa entender as instâncias em que esses grupos sociais se relacionavam. Apresentar quais foram os principais selecionados para portar e transmitir a memória pública da construção da Usiminas e da cidade de Ipatinga pode auxiliar nesse entendimento.

Marilene Tuler, pesquisando as notícias de um jornal popular de direita no mês de outubro de 1963, construiu essa seqüência de matérias.

As edições do *Correio da manhã*, jornal dirigido às camadas populares com forte tendência de direita, confirma essa situação. Esse jornal fica evidente a crise, pois são divulgadas 48 notícias relativas a problemas tais como greves, racionamento, revoltas entre 1 e 15 de outubro de 1963: “Greve mobilizou O Governo durante dois dias”, “Luz será racionada 45 dias”, “CGT apóia governo e pede mobilização”, “Repressão a greve em São Paulo”, “Operários navais podem ir à greve”, “Carris podem ir à greve na 6ª feira”, “Pessoal da PETROBRAS em Assembléia amanhã”, “Sargentos presos voltam aos postos”, “Greves ferrovias e DER-SP”, “Haverá feijão sim, porém o preço subirá”, “Padeiros dizem que pão poderá faltar”, “Grevistas mineiros retornarão”, “Ferroviários paulistas mobilizados para greve”, “Racionamento de energia elétrica”, “Deflagrada greve dos ferroviários”, “Bancários dão mais de 24 horas a patrões”, “Sargento solicita asilo no Uruguai”, “Corte de energia irá a 30 minutos”, “Carris novamente em greve no rio”, “Greves em cinco estados do país” (RJ- Estaleiros Verolme e Eletrovopo, BH - servidores municipais, Porto Alegre - bancários, Recife – guarda noturno, João Pessoa – funcionários da justiça), “Greve ferroviários total paralisa SP”, “Greve de bondes afetou a cidade”, “Vida subiu 41,8% em seis meses de 63” “Terminou greve na ferrovia paulista”, “Rio sem bondes mais quarenta e oito horas”, “Greve de carris vai continuar”, “Em vigor corte de luz de quarenta minutos”, “Trabalhador quer 40% na PETROBRAS”, “Bondes ficaram em greve 2 dias”, “**PM metralha operários: 6 mortos**”, “Ferroviários de SP acabam greve”, “Leopoldina ontem parou por 3 horas”, “Corte de luz de uma hora segunda feira”, “Greve – mineradoras Cambuí e Brasília”, “**Povo quis linchar policiais em Minas**”, “Inalteradas greves dos ônibus das GB”, “Não haverá greve de energia e de gás”, “Piquetes de greve da luz esbarraram na PE à porta da Light”, “Greves do dia 15 podem parar GB”, “Nova crise no abastecimento ameaça deixar GB sem leite”, “IV Exército em manobras ocupa Recife”, “**Operários queimam cadeia em Ipatinga**”, “Leopoldina ameaça fazer outra greve”, “Ônibus lotações ameaçam parar”, “Novas greves por maiores salários”, “Carne já é vendida no mercado negro”, “Investigadores do DOPS atacam grevistas da PBH com bombas”. (grifos meus)<sup>11</sup>

As manchetes foram selecionadas em função crescente, de acordo com as datas de publicação. O ambiente de outubro de 1963 no Brasil demonstra tensões traduzidas nas mais diversas manifestações – greves, paralisações, racionamentos e reivindicações de categorias trabalhistas. As manchetes citadas apontam para reivindicações de setores sindicalizados. Em um primeiro momento, temos a impressão de que Ipatinga está inserida nesse universo, pois,

<sup>11</sup> RAMALHO, Marilena de Assis Tuler. *O Massacre de Ipatinga: o contexto sócio- político do Golpe Militar de 1964 através de um estudo de caso*. Vassouras, RJ, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, 2006. p. 90.

inclusive, foi selecionada por ele. No entanto, os títulos que apontam para uma confrontação de poderes extremamente desiguais são somente as manchetes do nosso caso. O incidente de Ipatinga não só se difere pelo uso excessivo da força, como foi o único que, ao invés de ter ocorrido por fruto de organização de base, foi deflagrado, ao que tudo indica, por causa de uma sacola de leite. O piquete do dia sete de outubro foi produto da noite anterior, e não de um movimento organizado. Principalmente, se todo esse processo foi deflagrado por uma briga individual entre a vigilância da Usiminas e um grupo bem reduzido de empreiteiros, a resposta foi devolvida, a meu ver, como uma condição de classe.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos disíspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.<sup>12</sup>

Na manhã de 6 de outubro de 1963, os trabalhadores se reuniram pela primeira vez em assembléia para decidir o reajuste salarial dentro de um dos refeitórios da Usina Intendente Câmara. No final da tarde, houve um desentendimento entre operários e vigilantes na saída de turno – ao que tudo indica, por causa de serem revistados e não deixarem que um operário saísse com uma sacola de leite – que resultou em violência<sup>13</sup>; os operários reagiram contra os vigilantes e, pelo que sabemos, a parte dos vigilantes, em um primeiro momento em desvantagem, levaram a pior e partiram para a revanche dentro do alojamento Chicago Bridge com a ajuda da cavalaria montada local. Houve mais violência, tortura, cerca de cem prisões e a suspeita de uma morte. Durante a madrugada, um pelotão de militares, não contendo mais que vinte soldados, entrincheiraram-se contra um grupo de empreiteiros que tentavam se defender em barricadas. Alguns operários fugiram e arregimentaram um contingente muito maior de trabalhadores e decidiram parar a usina. Na manhã do dia sete, cerca de mais de cinco mil pessoas estavam na porta da usina. Os ânimos aumentaram e os militares disparam

---

<sup>12</sup> THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa, 4. ed., Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e terra, 2002. p. 43. Coleção oficinas da história, v. 5, v. I.

<sup>13</sup> Na verdade, não podemos afirmar que houve violência na saída da usina. Todos apontam para um desentendimento, mas existem fontes que afirmam que não houve briga e sim que os operários, com medo de perderem o ônibus (que não esperaria por mais que dez minutos), se desvencilharam dos vigilantes e pularam a cerca da usina para ir embora. Portanto, apenas não se submeteram a essa revista, o que era uma constante nas saídas de turnos. Mas há também fontes que dizem que a cavalaria começou a bater e torturar na portaria e, em seguida, foi buscar os operários que fugiram para o alojamento. Marcelo Freitas em seu livro identifica o nome do primeiro agredido, mas a situação da agressão é obscura.

durante cerca de quinze, vinte ou quarenta minutos. Os números oficiais são de oito mortes<sup>14</sup>, o que é altamente discutível. Essa é apenas uma versão construída em virtude da cronologia de parte dos acontecimentos desses dois dias. Existem muitas dúvidas sobre a forma como os acontecimentos desencadearam, desde a tarde do dia seis até o momento em que se deflagraram os disparos na manhã do dia sete.

A importância dos dados, das evidências e dos fatos se transformaram na ideia de que o massacre foi construído a partir das reivindicações dos trabalhadores que, em outubro de 1963, era traduzida em precárias condições de vida e abuso por parte dos vigilantes. No entanto, a assembléia realizada no refeitório, apesar de apontar para as condições desumanas que os empreiteiros e demais trabalhadores estavam vivenciando, teve como pauta principal somente o reajuste salarial dos trabalhadores da Usiminas e deu vitória à proposta da empresa. Depois de todos os sacrifícios para a inauguração dos primeiros altos-fornos, a situação do trabalhador das empreiteiras apontava para a inclusão dentro do quadro permanente da usina. Contrastando com isso, está o conflito do alojamento que demonstra um caráter extremo de como as coisas vinham sendo construídas, inclusive como esses acontecimentos foram conduzidos.

Apesar do envolvimento de uma gama maior de personagens no confronto do dia sete na porta da usina, as vítimas oficiais estão inseridas em de um mesmo seguimento social, piso da hierarquia dentro da empresa e piso dentro da hierarquia social que, de maneira mais lenta e dinâmica, vinha se estabelecendo nas fronteiras dos espaços que constituiria Ipatinga. Sem querer conduzir as questões para um universo de relações para o qual não tenho chancela, devo inferir que o assunto em questão caracteriza luta de classes dentro de processo impactante de um projeto de desenvolvimento industrial em uma região onde o capitalismo era inexistente, ou tardio.

O incidente conhecido como “Massacre de Ipatinga” não é uma ilha que empresta fronteiras ao que vinha se constituindo como cidade; resta entender em que esse fato pode nos importar hoje. Somente o massacre renderia um trabalho, mas o caráter deste texto consiste em discutir certos aspectos da construção histórica de Ipatinga os quais são lidos de forma que processos sociais importantes fiquem camuflados, justificados de forma contraditória ou quase que totalmente apagados. O capítulo dedicado ao massacre não pretende esvaziar o debate a respeito ou tampouco discutir o fato em si; nossa preocupação foi inserir o debate de

---

<sup>14</sup> Até 2006, o nome de José Isabel do Nascimento não constava das vítimas fatais, pois veio a falecer duas semanas depois, no Hospital. Ele foi inserido depois que foi aprovada a lei que indenizava as vítimas de manifestações nos anos de não democracia no Brasil. Até então, o número oficial era de sete mortos.

como o discurso sobre o massacre influencia a visão das pessoas em relação à história da cidade.

O trabalho foi construído pensando em levantar questões as quais acho pertinente ao amadurecimento dos próximos debates sobre a história da cidade. A dissertação de Marilena Tuler constrói sua discussão tendo como ponto de partida e chegada o massacre como um caso pré-64. E que caso!

De outra ponta dessa conclusão está Marcelo Freitas, que, investindo a maior parte de seus esforços na culpa da Usiminas e da Ditadura, em levantamento das polêmicas desse caso em sua dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, não as relaciona ao conjunto do processo histórico. Primeiramente, não é obrigação dele, pois, antes de tudo, é um jornalista. Em segundo lugar, o desdobramento se insere no sucesso que o livro de Marilene Tuler teve dentro do possível para um livro de história sobre Ipatinga. Tudo se tornou culpa da Ditadura.

O problema de se levantar polêmicas sobre um caso tão polêmico como o massacre de Ipatinga reside no fato de que estas devem ser acompanhadas de hipóteses; e os dois pesquisadores se satisfazem com o que já está estabelecido: é culpa da Usiminas e do regime militar. Como exemplo, Marcelo Freitas levanta um incidente macabro que acontece após a chacina: um motorista de caminhão que prestava serviços para a Usiminas foi pegar uma encomenda na Funerária da Santa Casa de Misericórdia em Belo Horizonte no dia seguinte ao incidente, e a encomenda era composta de 32 caixões e quatro galões cromados contendo sangue. O pesquisador entrega a manchete e não a relaciona, pois, para ele, tal fato já está respondido: mais uma coisa que as autoridades não querem explicar. Ora, não é pra explicar, o silêncio e o medo podem eles mesmos dar uma dimensão de resposta.

Como não consigo trabalhar sem elaborar hipóteses, uma hipótese que posso elaborar a respeito é a: Marcelo Freitas cita os quatro galões de sangue e, na sequência, não fala mais deles. Os 32 caixões se relacionam diretamente com os mais de cinquenta operários de baixo escalão que foram demitidos por “justa causa” em virtude de não retornarem ao trabalho após o incidente. Um caixão cabe mais de um corpo se estes forem esquartejados, mas e o sangue? Bem, entendendo pouco de biologia, mas posso imaginar que se for despejado este sangue sobre os restos de corpos que entopem esses caixões, os vermes em competição irão aproveitar o fato de os ossos estarem expostos nas juntas e, em um prazo de cinco décadas, terão deteriorado até a madeira suja pelo sangue, não restando ossos ou qualquer material passível de um exame de reconhecimento. Isso não é a verdade, mas uma hipótese que qualquer pessoa que se interesse por polêmicas poderia elaborar em sua imaginação. Quando eu imaginei essa cena, pensei que isso nunca entraria em um trabalho historiográfico; mas tive

medo, da mesma forma, se coisa parecida aconteceu; não quero saber quem fez e nem onde mora. Mas boatos aumentam especulações sem base científica, como a especulação que fiz, assim como aumentam o medo de desagradar à empresa.

Não me senti maduro suficientemente para enfrentar somente o massacre nesse trabalho, por isso desviei o foco e o inseri em algumas dimensões que se balizam nele para dar sentido ao conjunto maior da história de Ipatinga, menosprezando certos aspectos e valorizando outros. A hipótese que trabalhei nesse texto é simples, ampla e específica. Quero entender o porquê de algumas coisas terem sido escolhidas e outras menosprezadas, mesmo isso feito em meio a muito conflito, pois há outros movimentos como tentar apagar um ponto, voltando ele à cena reformulado, posteriormente. O bordão das escolhas é a Usiminas, tentando-se encampar sua defesa ou desmoralizá-la. E existe o movimento que as pessoas ligadas à usina fazem sem se expor muito: em um momento lutam para destruir uma memória e depois cedem espaço para que esta ressurja, justificando o processo social de um grupo.

## CAPÍTULO I

### AS DIVISAS: CAMINHOS TRILHADOS, ANTIGOS E OS NOVOS PERSONAGENS

A proposta deste capítulo consiste em refletir sobre a constituição de certos problemas que ocorrem quando se escreve sobre a história da região de Ipatinga, anterior ao aparecimento da Usiminas: o problema do pioneirismo, as interpretações sobre as origens, o problema da desvalorização de certos aspectos anteriores à construção da usina, as relações entre as antigas vilas e as novas questões trazidas pela Usiminas. O esforço inicial está no estudo do que existia anteriormente à construção da Usiminas e como isso se relaciona com a chegada de um novo seguimento de trabalhadores que vieram construir a Usina Intendente Câmara.

Para isso, devemos apresentar os elementos que foram selecionados para constar das origens da região, discutindo a forma como foram construídos no tempo. Busco o entendimento de como os lugares e as pessoas se relacionavam e se inseriram na lógica de construção da Usiminas, assim como busco iniciar uma reflexão sobre como o discurso hegemônico se comunica com a construção das fontes. O recorte deste capítulo se situa entre 1950 a 60 e foi pensado em função do surgimento dos distritos de Barra Alegre (1950) e Ipatinga (1953) até a preparação e chegada dos trabalhadores para a construção.

Em virtude da análise das fontes ponderamos que existem dois conceitos fundamentais a serem abordados: *luta de classes* e *hegemonia*, os quais pertencem a um mesmo processo de formação de uma classe operária que nasce de uma hierarquia exterior às condições materiais da região onde a usina estava se instalando. Escolhi, então, como primeira motivação, um texto clássico – *18 Brumário de Luiz Bonaparte* – que demonstra dinâmicas de luta entre as classes e as formas como isso é narrado durante os processos. Faço esse exercício para iniciar a discussão de como se constrói uma memória pública que reflete os interesses de um grupo dominante, bem como para apresentar a forma como Marx utiliza a dinâmica de luta entre as classes para refletir como os discursos estão ligados às contradições das práticas sociais. O pensador alemão Karl Marx, ao iniciar o “18 Brumário”, apresenta a luta de classes em relação à terceira fase da revolução francesa.

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por

Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1845-1851 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do Dezoito Brumário! Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas opõe como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente como a república romana e como o império romano, e a Revolução de 1848 não soube fazer nada melhor do que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793-1795. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma, traduz sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela.<sup>15</sup>

Os homens do século XVIII e XIX tentaram, pelos meios conhecidos à época, esclarecer os elementos de uma sociedade através de suas engrenagens. Percebemos essa dimensão através da procura de Marx por entender alguns acontecimentos através de suas aparentes repetições. Esse trecho que apresentei está intimamente ligado à crítica que Marx faz ao pensamento de Hegel. O próprio Hegel não foi o primeiro a observar essa repetição: antes dele, o filósofo prussiano Immanuel Kant<sup>16</sup>, em suas *preposições universais*, chega a concluir que a primeira vez acontece pela “razão” e a segunda pela “emoção”.

Longe de atestar que essas repetições pertencem a uma lei universalista humana, no caso de Kant ou de um fenômeno do espírito do mundo<sup>17</sup> em Hegel, em que até hoje os filósofos não chegaram a um entendimento sobre o que realmente estavam falando e no qual não se conseguia *ver a carne se debatendo*, na perspectiva de seu materialismo histórico e dialético, Karl Marx critica, de maneira cínica e cômica, o fato de que realmente a história se repete – a primeira é uma tragédia e a segunda é a farsa. As repetições, com as quais Hegel e Kant foram os primeiros a se preocupar, não estão em fenômenos exteriores ou teleológicos; não é a finalidade do universo, mas sim, uma construção dentro das relações humanas.

Diferentemente da primeira fase da revolução francesa, que decepou as cabeças de pessoas do mundo no qual se cresceu, fazendo-se crítica às instituições construídas e se utilizando uma visão de república de um período mais curto do que foi, no geral, o império romano, em uma segunda versão, Napoleão (e depois seu sobrinho Luiz Bonaparte), na

<sup>15</sup> MARX, Karl. 18 Brumário de Luiz Bonaparte. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 17.

<sup>16</sup> KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 13.

<sup>17</sup> HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do Espírito. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. Coleção Pensamento Humano.

abertura de um período que será totalmente novo na história, procurava alicerçar-se em um discurso anterior, como se o reino da livre concorrência financeira que estava iniciando pudesse responder ou traduzir os anseios de liberdade, igualdade e fraternidade dos primeiros anos da revolução. Como observamos na sequência.

O exame dessas conjurações de mortos da história do mundo revela de pronto uma diferença marcante. Camile Desmoulins, Danton, Robespierre, Saint-Just, Napoleão, os heróis, os partidos e as massas da velha Revolução Francesa, desempenharam a tarefa de sua época, a tarefa de libertar e instaurar a moderna sociedade burguesa, em trajes romanos e com frases romanas. Os primeiros reduziram a pedaços a base feudal e deceparam as cabeças feudais que sobre ela haviam crescido. Napoleão, por seu lado, criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas; além das fronteiras da França ele varreu por toda parte as instituições feudais, na medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e atual no continente europeu. Uma vez estabelecida a nova formação social, os colossos antediluvianos desapareceram, e com eles a Roma ressurrecta - os Brutus, os Gracos, os Publícolas, os tribunos. Os senadores e o próprio César. A sociedade burguesa, com seu sóbrio realismo, havia gerado seus verdadeiros intérpretes e porta-vozes nos Says, Cousins, Royer-Coillard, Benjamim Constant e Guizots; seus verdadeiros chefes militares sentavam-se atrás das mesas de trabalho e o cérebro de toucinho de Luís XVIII era a sua cabeça política. Inteiramente absorta na produção de riqueza e na concorrência pacífica, a sociedade burguesa não mais se apercebia de que fantasmas dos tempos de Roma haviam velado seu berço. Mas, por menos heróica que se mostre hoje esta sociedade, foi não obstante necessário heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e batalhas de povos para torná-la uma realidade. E nas tradições classicamente austeras da república romana, seus gladiadores encontraram os ideais e as formas de arte, as ilusões de que necessitavam para esconderem de si próprios as limitações burguesas do conteúdo de suas lutas e manterem seu entusiasmo no alto nível da grande tragédia histórica. Do mesmo modo, em outro estágio de desenvolvimento, um século antes, Cromwell e o povo inglês haviam tomado emprestado a linguagem, as paixões e as ilusões do Velho Testamento para sua revolução burguesa. Uma vez alcançado o objetivo real, uma vez realizada a transformação burguesa da sociedade inglesa, Locke suplantou Habacuc.<sup>18</sup>

Ao termo da apresentação dos problemas envolvidos em se refletir a ascensão de Luiz Bonaparte ao poder na França, Karl Marx conclui que:

A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas; de engrandecer na imaginação a tarefa a cumprir, e não de fugir de sua solução na realidade; de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez.

De 1848 a 1851 o fantasma da velha revolução anda em todos os cantos: desde Marrast, o républicain en gants jaunes (1), que se disfarça no velho Bailly, até o aventureiro de aspecto vulgar e repulsivo que se oculta sob a férrea máscara mortuária de Napoleão.

<sup>18</sup>

MARX, Karl. *Brumário de Luiz Bonaparte*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 19.

A revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos. Antes a frase ia além do conteúdo; agora é o conteúdo que vai além da frase.<sup>19</sup>

A contribuição que retiro deste texto está na trajetória de reflexão a qual Marx utilizou antes de explicar o caráter de constituição da terceira fase da revolução francesa. Ele teve de entender que alguns fenômenos que estavam se manifestando como repetidos demonstravam, na verdade, as contradições em que os processos sociais foram construídos. Na última fase dessa revolução, corteja-se o passado de maneira diferente; seus gritos de guerra invocam certa lembrança de passado que deve ser resgatada, conservada – ou melhor, ressuscitada –, mas apontando para o futuro quando sua vitória poderia ser registrada como definitiva: “A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas”.

Em Ipatinga, no processo de construção da história dessa cidade, a construção da Usiminas apontava para o futuro dentro de uma realidade com a qual a expressiva maioria dos participantes não estava acostumada. No momento em que essa trajetória foi requisitada através de narrativas, como elemento de constituição histórica da cidade, puderam-se observar quais foram as dinâmicas contradições que residiam nesses elementos. Sem poder falar do passado, a Usiminas aponta para o futuro. Vinte anos depois, essa ideia se redimensiona com a constatação de que esse futuro era uma conclusão natural e somente então existe uma ideia diferente do que existia antes, a valorização de certos elementos anteriores na busca do que se chamou “construir ‘uma cidade mais humana’<sup>20</sup>”. Mesmo essa ideia foi um remendo naquilo que a empresa tentava construir, aproximando sua trajetória da tradição de um estado que “tem um coração de ouro dentro de um peito de ferro<sup>21</sup>”.

Hoje a cidade relata em monumentos, publicações, marcos da história pública e política, com detalhes, “os elementos do nosso progresso”, um discurso que não aponta somente para uma construção semântica de uma elite local, mas de uma elite profissional e de elites mineiras e nacionais que tinha na Usiminas um projeto em disputa política e econômica a nível nacional. Nesse universo, devemos diferenciar como esse discurso foi construído com

<sup>19</sup> Idem, p. 20.

<sup>20</sup> HOMENS EM SÉRIE: A História de Ipatinga contada por seus próprios personagens Ipatinga, v. 1, n. 1, Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991.

<sup>21</sup> DINIZ, Clécio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. 1981. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1981. p. 37.

elementos que refletem contradições e não conclusões pré-estabelecidas. Como conlúo por meio do texto de Karl Marx, uma coisa é o que aconteceu e, outra, é a forma como foi selecionado o que seria dito.

Na década de 1980, com vinte anos de emancipação, a jovem cidade se encontra maior que as cidades a que pertenceu. A partir daí começa o desafio de dar corpo histórico a um lugar que antes era considerado vazio demográfico ou berço endêmico de doenças. Duas foram as primeiras iniciativas de sucesso nessa construção da história pública. Uma, por parte da Usiminas e outra, por parte do Jornal Diário do Aço.

No final da década começam a serem produzidos os dois volumes de “Homens em série”, publicação referência para as publicações seguintes. Mesmo essas três (em maior ou menor grau) apontando para o enorme progresso que foi construído, não escapam de demonstrar que existe conflito. Mesmo selecionando os agentes e fatos que afirmam positivamente essa perspectiva, não há como negar o conflito, ele está presente e teremos que dialogar com a atmosfera gerada por eles. Nesse universo, “luta entre classes”, “hegemonia” e “cultura” não são respostas que explicam os acontecimentos das décadas de 1950 e 1960 em Ipatinga, mas problematizam este processo.

Em síntese, a história geral desse trecho de Minas Gerais seria: em 1622<sup>22</sup> a coroa portuguesa declara guerra aos índios botocudos com o intuito de colonizar a Bacia do Rio Doce<sup>23</sup>. Muito depois disso, em 1904 ainda existiam conflitos entre indígenas, quando começa a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas<sup>24</sup>. Em 1933 já existe um pequeno vilarejo às margens dessa ferrovia, cujos trilhos já chegavam à região que seria a futura cidade de Ipatinga<sup>25</sup>. O vilarejo que se formou tem esse nome e, até 1956, não possuía mais de trezentos<sup>26</sup> habitantes que se ocupavam da agricultura rudimentar e da derrubada das matas para fabricação de carvão para abastecimento dos altos fornos da Companhia Belgo Mineira. Em 1958<sup>27</sup> tudo mudaria drasticamente: já existe a certeza da construção da Usina Siderúrgica de Minas Gerais. Em um prazo de poucos anos, essa região sofreria uma transformação antes impensável.

<sup>22</sup> GUERRA, João Batista. *Vazio Verde – A amanhecer de Ipatinga*. Ipatinga: Empresa jornalística Revisão, 1995.

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> VALE DO AÇO 2000 - um Século de Vale - uma publicação do jornal Diário do Aço. Ipatinga, 2000. p. 64.

<sup>25</sup> Somente em 1944 a EFVM teve sua dimensão de trilhos chegando a Itabira. Em 1945 ocorre a encampação das empresas Itabira Iron, EFVM e Acesita pertencentes a Perchival Faurqual pelo Estado, nasce a CVRD. In: ARARIPE, D. de Alencar. *História da estrada de ferro Vitória/Minas (1904-1954)*. Rio de Janeiro: 1954.

<sup>26</sup> VALE DO AÇO 2000 - um Século de Vale - uma publicação do jornal Diário do Aço. Ipatinga, 2000.

<sup>27</sup> Ano de instalação da pedra fundamental da Usiminas.

Antes da construção da Usiminas, o que seria a cidade de Ipatinga se dividia geograficamente em duas vilas que eram distritos de Coronel Fabriciano (Ipatinga e Barra Alegre, antigo “Água Limpa”), como já dito. Entre essas vilas existiam três fazendas (Barra Grande, Esperança e Prato Raso), completando, assim, a arquitetura de elementos conhecidos. Existem algumas pistas que levam à possibilidade de existência de pessoas morando em quase todos os lugares que formaram os bairros de Ipatinga. No entanto, sem informações mais precisas, concentrar-nos nesses elementos. O fato principal é que, somando os dois distritos mais os possíveis colonos das fazendas, temos um número que pode se fechar em menos de seiscentas pessoas.



**Figura 2 - Sede da Fazenda Esperança construída em 1937, Barra Alegre, Ipatinga, MG.**

Fonte: Acervo do autor (2011).

Todo o movimento trazido pela construção da Usiminas contrasta muito com a realidade de formação das cidades e vilarejos deste pedaço de Minas, conforme observamos em um texto que encontrei na Biblioteca Municipal de Coronel Fabriciano e que hoje está disponível integralmente na web.

**Histórico:-** Diz a tradição que Francisco Rodrigues Franco, procedente de Antonio Dias, foi o primeiro habitante de Coronel Fabriciano. Isso mais ou menos em 1800. De Leopoldina, em 1832, veio Francisco de Paula e Silva Santa Maria, cognominado Chico Santa Maria. Fazendeiro naquela cidade e pai de numerosa prole, recebeu, como prêmio do Imperador D.Pedro II, três sesmarias – Alegre, Limoeiro e Timóteo - as quais foram por ele divididas. Muito contribuiu para o desbravamento da região, esse pioneiro.

Instalando-se à margem direita do Rio Piracicaba, iniciou a devastação de mata virgem, facilitando o comércio entre as cidades vizinhas.

Depois deu execução aos trabalhos de agricultura. Mais tarde, sua casa tornara-se, por força das circunstâncias, ponto de hospedagem de viajantes em trânsito para Mesquita e Joanésia, ou vice-versa, aos quais atendia com máxima solicitude. [...] [...] Foi o distrito criado pela lei n.843, de 7 de setembro de 1923, com sede na povoação de Santo Antonio de Piracicaba e a denominação de Melo Viana após ter sido desmembrado o distrito da sede de Antonio Dias. Sua instalação verificou-se em 19-V-1927.

De acordo com o texto da citada lei n.843, figura o distrito de Melo Viana no município de Antonio Dias. De acordo com as divisões territoriais de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o distrito figura no município de Antonio Dias. Em virtude do decreto lei n.148, de 17 de dezembro de 1938, o distrito teve seu topônimo alterado para Coronel Fabriciano. A lei estadual n.336, de 27 de dezembro de 1948, criou o município de Coronel Fabriciano, com a seguinte composição distrital: Coronel Fabriciano, Timóteo (desmembrado de Antonio Dias) e Barra Alegre. Por efeito da lei n.º 1 039, de 17 de dezembro de 1953, foi criado o distrito de Ipatinga, passando, então, o município a compor-se dos seguintes distritos: Coronel Fabriciano, Timóteo, **Barra Alegre e Ipatinga**. Consoante a divisão territorial vigente no quinquênio 1949 – 1953, fixada pela lei n.º336, o município de Coronel Fabriciano se subordina ao termo e Comarca de Antonio Dias. A lei n.º 1 039, de 12-XII-1953, criou a Comarca com apenas o termo sede.<sup>28</sup> (grifos meus)

Pensando que o senhor Chico Santa Maria<sup>29</sup> foi conhecido, entre tantas qualidades, por recepcionar os viajantes que vinham de Mesquita e Joanésia, que são duas cidades um tanto distantes de Coronel Fabriciano – isso, hoje, com estradas que melhoraram pouco em um século. Podemos pensar que antes de Joanésia e Mesquita existe um mínimo de duas localidades que devem ser tão antigas quanto as tais: Barra Alegre (Água Limpa) e Santana do Paraíso.

O Barra Alegre é o vilarejo mais antigo do que seria Ipatinga. Quando Coronel Fabriciano foi emancipado, Barra Alegre era seu distrito; anteriormente a esse episódio, o senhor José Anatólio Barbosa, morador de Água Limpa (Barra Alegre) e dono da fazenda Esperança, foi eleito vereador para representar esta vila em Antonio Dias<sup>30</sup>, município sede de então. Em 1953, a cidade de Coronel Fabriciano tinha dois distritos que, no futuro, integrariam uma mesma cidade. Vemos a história de Ipatinga sendo narrada priorizando-se as relações com a Usiminas. A vila que tinha o nome de Ipatinga, hoje centro, onde se construiu a Usiminas, foi o local que definiu a disputa de interesses da região em relação à empresa.

Considerando que o Barra Alegre é pouco explorado nas narrativas, vamos a um trecho do depoimento do senhor José Orozimbo da Silva, que residia na região anteriormente

<sup>28</sup> IBGE. *Encyclopédia dos Municípios brasileiros*. Publicação comemorativa do 2º aniversário de governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: 31 jan.1958. v. XXIV.

<sup>29</sup> “De Leopoldina, em 1832, veio Francisco de Paula e Silva Santa Maria, cognominado Chico Santa Maria”. In: IBGE. *Encyclopédia dos Municípios brasileiros*. Vol. XXIV Minas Gerais. Publicação comemorativa do 2º aniversário de governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. 31 de Janeiro de 1958.

<sup>30</sup> OLIVEIRA Maria Weber de. *Maria Weber de Oliveira*: depoimento [jul. 2009]. Entrevistadores: G. V. R. Freitas. Ipatinga: Nupehcit, 2008. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa.

à construção da Usiminas e foi vereador pela cidade de Ipatinga em diversas oportunidades. Seu depoimento está no jornal “O Ipatinga”. O primeiro relato público sobre a história de Ipatinga foi feito por ele, em 1963:

Corria o ano de 1930, um caboclo forte e desbravador de matas apossou –se de uma área de terrenos e matas virgens, cuja a área abrangia o local onde hoje é a vila de Ipatinga. Chamava-se este caboclo José Fabrício Gomes (primeira pessoa nascida em Barra Alegre – antigo Água Limpa).<sup>31</sup>

O senhor José Fabrício Gomes é declarado como primeira pessoa nascida em Barra Alegre, antigo Água Limpa, sustentando o fato de ser o lugar mais antigo. Ainda, a vila de Ipatinga somente existiu porque já existia Água Limpa (Barra Alegre). Temos algumas pistas como as contidas na pagina do IBGE Cidades, que relata parte da constituição de Santana do Paraíso, a qual divide fronteiras com a cidade de Ipatinga e com o bairro Barra Alegre.

Conta a história que a ligação entre as cidades de Ferros e Calado (atual Coronel Fabriciano) era feita em lombo de animais, cortando nossas matas, subindo e descendo serras. Os tropeiros e viajantes solitários, ao pegarem o caminho com destino a Ferros, ou chegando ao Calado, tinham nas cachoeiras de Taquaraçu (hoje Santana do Paraíso) seu ponto de parada.<sup>32</sup>

Essas informações são coerentes em relação às contidas em livros antigos e raros pertencentes à coleção mineriana da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa em Belo Horizonte. Alguns desses livros são memórias de viajantes que percorriam a região do rio doce no século XIX e início do XX. O que estamos nos esforçando para tratar nesse momento é, na verdade, o caráter de constituição não somente de Ipatinga, porque as pequenas vilas de Ipatinga e Água Limpa pertencem a um conjunto que não se dissipou com a construção do Vale do Aço, estabeleceu-se, de uma forma mais coesa, o que em 2006 se tornou região metropolitana.

O fato é que nessa parte do Vale do Rio Doce existiam inúmeras vilas e pequenas cidades que se formaram há muitos anos – mesmo alguns séculos, como o caso de Marliéria, antigo forte de expedicionários “Babilônia” comandado por Guido Marliére com o intuito de fazer frente aos índios Botocudos, inimigos da corte Imperial. Santana do Paraíso (antiga Taquaraçu), Mesquita, Joanésia, Ferros, Antonio Dias, Dores de Guanhães, Jaguaraçu, Marliéria eram cidades formadas há muitos anos como rota de tropeiros, pontos de parada de

<sup>31</sup> IPATINGA ANO 20. Revista especial editada pela Empresa Jornalística Revisão Ltda, Ipatinga, v. 1, n. 1, 28 abr. 1984.

<sup>32</sup> IBGE@Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=315895>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

comitivas ou pequenas fazendas que constituíram cidades, algumas, mesmo antes da proclamação da república<sup>33</sup>. Como característica que as unia no passado está a distância de quase tudo que se conhece como bens de consumo moderno, aquilo que gera conforto. Vale citar que o povoado de Santana do Paraíso do Taquaraçu se tornou distrito de Conceição do Mato Dentro em 1892<sup>34</sup>, mas, somente se emancipou em 1992, um século depois.

São cidades que surgiram dos povoamentos mais antigos desse trecho e não foram formadas pela relação direta com a EFVM. É nesse universo que se localiza o Barra Alegre, antigo Água Limpa, um ponto de passagem entre as já constituídas cidades de Antonio Dias, Mesquita, Joanésia e Coronel Fabriciano. Estas, apresentam coincidências entre as relações sociais que se estabeleceram ao longo de um compasso de tempo bem diferente do *ciclo do carvão*<sup>35</sup>. Mais, para viver nessas cidades e vilas antes de qualquer coisa era necessário um regime de vizinhança, reciprocidade e diálogo bem diferente do que irá experimentar o vilarejo de Ipatinga durante os cinco anos que separam o início da construção da Usiminas e o massacre do sete de outubro de 1963. Um pouco disso vemos na fala de Zulmira Barbosa.

**Entrevistador:** Tia Zulmira, aquele negócio que a gente tava conversando, pode ficar a vontade. É, lembrando, a senhora mora ali perto no Barra Alegre. Tinha quase que casa nenhuma aqui né, quando vocês mudaram para lá? Como é que é que tinha aqui, o povo?

**Tia Zulmira:** Do lado de cima ali a pracinha é... Meu tio morava é... Morava ali... então ele tinha um comércio né, falava secos e molhados que falava né... Não é isso... aí tinha aquilo ali e meu tio morava com o pai, que é o pai da Selma e... até ele era irmão do meu pai e a tia era irmã da minha mãe né. Meu pai fez o casamento deles aqui e tudo e eles morava ali e nós morava... nós já morava aqui... isso aí é mais tarde...

[...]

**Entrevistador:** Vocês moravam perto da olaria...

**Zulmira:** na rua... **Morava perto da olaria.**

**Entrevistador:** E tinha mais casa perto lá?

**Zulmira:** aí nós morava ali... depois o pai... num sei, num lembro... o pai comprou isso aqui... comprou isso aqui e ampliou isso aqui... aqui acho que era mata... eu não sei falar... eu não lembro também não... sei que tinha a **pedra branca** também né... a pedra branca já existia...

**Entrevistador:** já existia já ali...

**Zulmira:** Já existia a pedra branca. Nós passava daqui pro **paraíso**, passava ali por **pedra branca** a cavalo, pra casa dos meus avós lá nos Tranquedo por ali... (inaudível)

**Entrevistador:** (inaudível)

**Zulmira:** e nós morava aqui na rua. Depois o pai comprou e. nós morava ali embaixo nasceram os meninos todos até a Neuza... até a Neuza. Da Neuza pra cá nós entramos nessa casa aqui que o pai fez... Ele tinha... 22 dias.

<sup>33</sup> PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGLOMERADO URBANO DO VALE DO AÇO – Plano de ocupação e uso do solo de Ipatinga. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1978. Elaboração: Centro de Desenvolvimento Urbano da FJP. v. 15. p. 4.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Termo utilizado por João Batista Guerra para caracterizar os habitantes da vila de Ipatinga antes da Usiminas.

[...]

**Zulmira:** é... Então nós mudamo pra aqui. È meu trajeto (inaudível)

**Entrevistador:** 71 anos essa casa?

**Zulmira:** é

**Entrevistador:** foi ele quem construiu ou já tinha a casa.

**Zulmira:** não o pai construiu aqui... Ele trabalhou muito aí mesmo... Ele trabalhou muito. Ele deixou as coisas pros meninos mais ele trabalhou muito aí mesmo... Trabalhou muito. E ele... Ele era arrimo de casa da mãe dele. Ele trabalhou pra estudar a tia Mariquinha. Ela mora em Belo Horizonte, a mãe desses meninos que é médico hoje, Engenheiro tal. A mais nova deles. Depois ele foi cuidar da vó, da minha vó... Tamém veio morar com ele aqui. E nós viemo pra qui, depois a minha vó quis vim pra cá, foi morar com meu tio lá na rua mais tudo é casa do pai... Tudo era casa do pai. Morava ali e mexia com café... Comprava café no **ipaneminha, ipanemão**, pra essas roda toda e levava café, plantava de madrugada né e criava o café...

[...]

**Zulmira:** lá... Lá no fundo lá tem uma lavoura com duas... Com. tem duas lavoura, aqui de lá tinha outra, lá no **parque das cachoeira** tem uma parte lá é aonde a Célia mora tem... Tinha café e o (tenta sol)

[...]

**Entrevistador:** E o Selim tinha sociedade com ele ou não?

**Zulmira:** Sociedade tinha sociedade com o Selim, depois é que o negocio acabou a sociedade... não continuou lá levano café..acho que ele comprou a parte dele, ou era dele só, do pai só... e criava café e levava lá pra **Caratinga** e vendia o café. Toda manhã, toda semana 4 horas da manhã ele tava lá na máquina lá. Levantava 4 horas da manhã, tomava café, tomava dois ovos e hora que o dia amanhecia eles pegava o caminhão mais o meu tio, tinha o chofer com cearense e levava pra **Caratinga**.

**Entrevistador:** Todo dia...

**Zulmira:** tinha os **turco** lá. Toda semana.

**Entrevistador:** toda semana eles ia... Pra Caratinga.

**Zulmira:** toda semana eles levava café pra Caratinga..

**Entrevistador** e aí vendia pros turco.

**Zulmira:** mais era muito café...

**Entrevistador:** eu imagino!

**Zulmira:** e era assim e vinha gente de lá... do **ipanema, ipanemão, ipaneminha** né... trazia... eles passava sábado... eles sábado... eles não, eles ia segunda feira lá pra cima e ficava a semana toda, panhava café, sábado o pai ia lá medir o café trazia aqui pro terreiro, secava aqui no terreiro, abarrotava aquele café todinho e sábado eles ia pra casa com cargueiro, cama, esteira, antigamente usava esteira né..esteira, cama, tudo e aí pra casa deles. Segunda feira eles voltava de novo... mais era bacana, que coisa bacana. Aí o pai plantava também, fazia farinha de mandioca, vendia... Tinha uma caixa maior que isso aqui ó...

**Entrevistador:** e tudo ele plantava aqui?

**Zulmira:** fazia de mandioca tinha... tinha a coisa de fazer farinha ali ó

**Entrevistador:** moinho?

**Zulmira:** ali tinha um forno, aquilo ali é pedaço do forno de pedra, **veio lá de Juiz de Fora**. Ali torrava a farinha de mandioca, fazia polvilho de mandioca... era gostoso

**Entrevistador:** eu imagino...

**Zulmira:** e o tanto e mulher que tinha a mãe que mexia com a farinha... depois a mãe morreu aí eu ajudei o pai é... Descascava mandioca, levava lá... tinha o ralo, o pai que ralava mandioca, tinha gente aqui que trabalhava... aqui era cheio de home trabalhano...

**Entrevistador:** todo mundo vinha aqui ajudando.

**Zulmira:** não tinha uns... . é tinha um monte de homem... ele não tinha dificuldade de gente pra trabalhar não... porque os homem morava com ele, ele dava comida a todo mundo... não sei como... .como é que ele dava comida a todo mundo...

**Entrevistador:** Como é que ele dava conta né... ?

**Zulmira:** Com é que ele dava conta de comer... ? E lavoura lá em cima sabe como é que ia comida,... no cargueiro... .

**Entrevistador:** no cargueiro...

**Zulmira:** 24 homem... eu mais a Tina cozinhamo muito pra leva comida lá no cargueiro.

**Entrevistador:** no cargueiro... Ipaneminha, pedra branca... aqui tudo já tinha gente morando?

**Zulmira:** não pedra branca... **pedra branca não**, Ipaneminha é... (tenta sol)... **parque das cachoeiras**..ali dividia lá o pai tinha lavoura lá também... nossa era muita lavoura bobo... e assim quando ele não podia ir lá medir eu ia lá medir..a gente gostava, menino gostava de andar né... ia pra lá, recebia o café dos panhador, fazia os monte lá... e deixava os monte lá... ia cargueiro lá e puxava aquilo tudo de cargueiro... era bacana só! A gente viveu bem, era gostoso!

**Entrevistador:** quantos filhos que ele criou mesmo?

**Zulmira:** nossa senhora! Era uma vida boa... hoje é essa vida agitada... cheia de... tanta bobeira né... (grifos meus)<sup>36</sup>

A fala de Zulmira Barbosa mostra um pouco dessa dinâmica. Em um primeiro momento, concluo que não havia muitas casas em Água Limpa. Zulmira Barbosa, manifestando um profundo conhecimento da dinâmica que vivenciou em boa parte de sua vida, tece um enredo que não só aponta para uma gama maior de pessoas se relacionando, mas também para o diálogo entre vilarejos, povoados e regiões, e confessa não ter naquele momento a dimensão de tão longe no tempo pode estar localizada a primeira tentativa de ocupação humana.

Cidades como Mesquita, Joanésia, Ferros, Braúna, Marliéria, Jaguaraçu têm seus registros condicionados à Corte Imperial Brasileira, quando das várias investidas para o povoamento desta parte do vale do rio doce. Localidades que viriam integrar a cidade de Ipatinga como Pedra Branca, Ipaneminha, Ipanemão, assim como o Barra Alegre (antigo Água Limpa) fogem dos registros oficiais. Não é uma região muito povoada e, mesmo assim, viviam de uma dinâmica que preciso apresentar em função dos próximos movimentos do texto. Nesses lugares, as pessoas viviam da terra e do intercâmbio entre seus produtos e serviços. O trabalho assalariado não era uma realidade nesses lugares.

Diferentemente do Barra Alegre é o caso da vila de Ipatinga. No final da década de 1950, várias localidades da região que se tornaria, em 2006, Região Metropolitana do Vale do Aço sentiam dependência da fabricação de carvão para a Belgo-Mineira. Esse carvão era produzido em Ipatinga e em várias outras localidades de Coronel Fabriciano, Jaguaraçu, e até João Monlevade. As árvores originais da Mata Atlântica que existiam foram, pouco a pouco, sendo substituídas por eucalipto, que foi tão amplamente plantado que são avistadas com

<sup>36</sup> BARBOSA, Zulmira. *Zulmira Barbosa*: depoimento [jul. 2008]. Entrevistador: Geraldo Vinicius Ribeiro Freitas. Ipatinga: 2008. Filha de José Anatólio Barbosa, primeiro vereador da região no distrito de Barra Alegre.

facilidade plantações que viraram florestas ao longo da rodovia sentido Belo Horizonte ou sentido Vitória.

O primeiro relato sobre a região da vila de Ipatinga foi uma memória local com uma finalidade política, a emancipação da cidade. A edição de abril de 1963 do jornal “O Ipatinga” traz em destaque a narrativa de um de seus célebres pioneiros, o senhor José Orozimbo da Silva. Esse é o primeiro relato público sobre a história de Ipatinga que fala do lugar e dos moradores. Antes a isso, existe apenas depoimentos sobre funcionários da EFVM que estavam construindo a estrada de ferro:

Corria o ano 1930, um caboclo forte e desbravador de matas apossou-se de uma área de terrenos e matas virgens, cuja área abrangia o local onde hoje é a vila de Ipatinga. Chamava-se José Fabrício Gomes (primeira pessoa nascida em Barra Alegre-antigo Água Limpa). Decorridos dois anos o mesmo caboclo cedeu à posse para o senhor José Cândido de Meira, que instalou um grande serviço de extração de madeira e pouco tempo depois cedia a posse ao senhor Alberto Giovannini, que constituiu boa casa e iniciou a formação da fazenda de criação de gado e nos terrenos mais férteis o cultivo da lavoura, tendo para isso aliciado alguns colonos para cuidar daquele trabalho, que era penosíssimo, devido aquela zona, na época, ser muito doentia. Grassava ali a febre: sezão e maleita.<sup>37</sup>

Ao final desse pequeno histórico, o editorial da revista “Vale do Aço 2000” conclui:

No final da década de 50, Ipatinga não era mais que um povoado com cerca de 60 casas e 300 habitantes. Não havia qualquer infra-estrutura. As ruas eram de terra, a luz a motor e a água eram fornecidas em lombo de burro ou carros. Eram endêmicas as doenças como esquistossomose, malária e tuberculose pulmonar, além de freqüentes acidentes com ofídios.<sup>38</sup>

A narrativa do senhor Orozimbo foi utilizada em muitas outras publicações sobre a cidade. O que acho necessário ressaltar é a utilidade que teve na época de publicação e como ocorreu a apropriação desse discurso nos anos seguintes: o progresso é o remédio à situação da futura cidade. O fato é que quando o senhor José Orozimbo escreveu este depoimento<sup>39</sup> Ipatinga estava com aproximadamente 15 mil novos habitantes. Ele e outros integrantes da associação dos amigos de Ipatinga sentiam ser necessário a emancipação para melhor organização dos problemas que já estavam latentes. José Orozimbo aponta para o fato de que os antigos habitantes nunca esperariam um contingente tão grande de pessoas. Mesmo a infra-estrutura continuaria precária por mais alguns anos até que, com a arrecadação de impostos da

<sup>37</sup> VALE DO AÇO 2000 - um Século de Vale - uma publicação do jornal Diário do Aço. Ipatinga, 2000. p. 22.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>39</sup> Depoimento feito para o jornal O Ipatinga de abril de 1963. Esse jornal foi uma das iniciativas para viabilizar a emancipação da cidade.

Usiminas, a cidade recém-emancipada pudesse se beneficiar. As latentes mudanças apontavam para esse novo caminho. No entanto, o distrito que procurava emancipação era parecido com um acampamento improvisado de cerca de quinze mil pessoas.

O local onde seria construída a usina e se tornou o centro da atual cidade tem várias maneiras de contar seu aparecimento. O interessante é que as versões, apesar de se encontrarem em tensão em alguns pontos, não se excluem; ao contrário, podem somar entre si. A versão contida em um histórico de tombamento da segunda estação férrea<sup>40</sup> de Ipatinga narra da seguinte maneira abaixo apresentada o surgimento do vilarejo.

[...] a de Pedra Mole, inaugurada em 22 de agosto de 1922. Inaugurada a Estação, o primeiro a fixar pouso foi Waldemar de Almeida Barbosa, (cit) José Fabrício Gomes, desbravador de matas, que se apossou de uma área de terrenos e matas virgens, cuja área abrangia o local onde hoje é Ipatinga, com a intenção de explorar madeira. Pouco tempo depois, a posse foi passada para José Cândido de Meira, tendo este aumentado a atividade de extração de madeira. Posteriormente, Alberto Giovannini formou no local, uma fazenda de gado, tendo construído boa casa e, nos terrenos férteis o cultivo de lavoura, atraiendo colonos para este trabalho. Em 1930 o trajeto da estrada de ferro foi alterado. A Estação de Ipatinga (atual Estação Memória) foi construída a partir de 1930 para substituir a de Pedra Mole, que desabou em virtude da instabilidade do terreno. Ao redor da estação Ipatinga, surge o povoado.

O engenheiro Pedro Nolasco, um dos responsáveis pela construção da ferrovia, ao inaugurar a estação intermediária nas proximidades do rio doce, deu a ela um nome artificial, unindo os topônimos “Ipa”, de Ipanema um ribeirão vizinho e “tinga” de caratinga (Barbosa: 1995:154) por serem ambas as palavras de origem indígena pode até ser viável especular um significado para o topônimo como sendo lagoa clara ou lagoa de águas claras, mas é fato que o nome possui natureza artificial, dada em virtude da estação.<sup>41</sup>

Os nomes tidos como os primeiros nesse documento podem ser somados ao dos irmãos Mafra<sup>42</sup> e outros carvoeiros. Esses nomes constam de vários livros que citam a cidade, a destacar o de João Batista Guerra. Agora, o nome ser dado em função da união dos topônimos realizada pelo engenheiro Pedro Nolasco esbarrou na constatação do antropólogo Saul Martins de que Ipatinga é um nome legitimamente indígena e que significa “pouso de água limpa”, fazendo não somente aproximação com o nome de seu vilarejo mais antigo como apontando para uma presença étnica que hoje não se apresenta com a força de dois séculos antes. Só que isso foi descoberto posteriormente à produção deste histórico.

<sup>40</sup> Que recebeu o nome de Estação memória Zeza Souto.

<sup>41</sup> SECRETARIA de Cultura, Esporte e Lazer (subsídio). Departamento de cultura. *Histórico de Ipatinga*. Ipatinga: Estação Memória Ipatinga, 2006.

<sup>42</sup> Guerra, João Batista Guerra. *Vazio Verde – A amanhecer de Ipatinga*. Empresa jornalística Revisão. Janeiro de 1985. Ipatinga, MG.

O que procuramos até esse momento é esclarecer um pouco do que era a região. Em se tratando de Ipatinga, a antiga vila, sua existência dependeu de alguns poucos que se encorajaram em uma região em que havia somente mata fechada, pois a região oferecia poucas alternativas; posteriormente, com os trilhos da EFVM, foi possível ter alguns vizinhos interessados em comércio, principalmente de carvão, com a Belgo-Mineira. Isso é a primeira parte, o impulso do progresso. No entanto, foi conquistado com a construção da Usiminas o que em Ipatinga teve seu impacto em volume maior do que o que ocorreu em João Monlevade ou sua cidade vizinha, Timóteo, que, à época da instalação de suas respectivas usinas<sup>43</sup>, tinha um pouco mais de estrutura física e social e não precisava construir às pressas a maior usina de todas.

A construção hegemônica recorrente aponta para uma aproximação dessas cidades com instituições que promovem o capital e, concomitante a isso, o progresso. Mesmo quando as pessoas falam das dificuldades do vilarejo anterior a qualquer pretensão de grande empresa, ainda assim apontam para algumas características que justificam de fato essa aproximação com as possíveis fontes de capital, as mantenedoras e geradoras de sustento. Vemos parte desta relação entre as expectativas de vida e as possíveis oportunidades de uma grande empresa na fala do senhor Raimundo Anício Alves.

**P.:** Sr. Raimundo, o senhor é natural de Ferros. Nos fale um pouco sobre a infância em Ferros, primeiros estudos e a vida familiar.

**Raimundo Anício:** Nasci em Ferros no dia 7 de Dezembro de 1919 e ali permaneci até 1942. Depois eu me mudei para Hematita, município de Antônio Dias. Lá eu me casei com Ita Drumond Alves, e tivemos quatro filhos: José Edércio Alves, Geraldo Éder, Raimundo Eustáquio e Edilardo Anício, já falecido. Morei em Hematita oito anos. De lá me transferi para Jaguaraçu, onde fiquei quatro anos. Era empreiteiro da Belgo-Mineira, fazendo carvão pra ela num lugar denominado Quilombo, município de Timóteo. Em 1953, vim para Ipatinga. Cheguei aqui, assim, sem pensar até fazer em fazer negócio, mas um amigo me ofereceu um Bar e eu acabei comprando-o no mesmo dia. E, logo depois do negócio feito, eu preocupei em avisar à minha família em Jaguaraçu. Fui lá, e avisei a família e, 16 dias depois eu tava morando aqui, em Ipatinga, já em 15 de junho de 1953. Era um povoado só, sem nenhum conforto. **No tempo de chuva, muito barro: no tempo de sol, muita poeira. Mas o comércio sofria a influência do pessoal que fazia o transporte daquele maquinário da Usina de Salto Grande.** Tudo era descarregado aqui em Ipatinga. E tinha a presença muito grande do pessoal carvoeiro da Cia. Belgo- Mineira, e esse pessoal fazia compra sempre em Ipatinga. O comércio era muito bom, muito ativo, apesar do distrito ser sem conforto, aliás, o povoado, pois nessa época, nem distrito era. Então, eu continuei com o comércio aqui. Trouxe minha família e logo procurei melhorar. A luz era a motor. Comprei mais um motor para fornecer luz para o povoado e fiquei com um só para o bar e o armazém. Nesse intervalo, eu fui convidado por três amigos que moravam aqui, José Anatólio Barbosa, Jair Gonçalves e Raimundo Nonato Vieira, para participar da comissão para criar o distrito de Ipatinga. Por isso, fiz duas viagens com eles para Belo Horizonte, procurando as autoridades competentes. Em 1953 mesmo, nós instalamos aqui o

<sup>43</sup>

Cia. Belgo-Mineira em João Monlevade, 1937 e Acesita em Timóteo no ano 1944.

distrito de Ipatinga. Ipatinga era um arraial de Coronel Fabriciano e ficou sendo o distrito de Coronel Fabriciano. No ano seguinte, nós passamos a melhorar Ipatinga, porque como distrito, tinha mais condições de reivindicar melhorias do prefeito de Coronel fabriciano. Mas, a gente nunca tinha êxito no pedido porque a prefeitura não atendia. Eles alegavam que também lá a renda era pouca, etc.

**P.:** Qual era a atividade econômica principal do município?

Agricultura, pecuária... o que se destacava?

**Raimundo Anício:** Era a atividade carvoeira.

**P.:** Só a carvoeira?

**Raimundo Anício:** A maior parte era. A agropecuária era pequena. A maior parte era a da atividade carvoeira para Belgo-Mineira. Nessa época, eu fundei aqui a UDN. E continuei a luta com mais dois companheiros. Um fundou o PTB e o outro o PSD. Então ficamos os três como adversários políticos. Mas, eu continuei com o comércio e quando foi em 1956 para 57 correu a notícia que iria se instalar uma usina muito grande em Minas. Os japoneses iriam instalar. A gente ficou naquela preocupação. Onde é que ia ser a usina? Quando é que poderia ser? A primeira notícia e que iria para Paraopeba. Depois surgiu outra, que iria para Governador Valadares e mais uma que iria para Itabira. E a gente curioso, querendo saber certo. Então, aconteceu, para felicidade nossa, em Ipatinga. **Quando eles vieram fazer o serviço em Ipatinga, nós ficamos todos entusiasmados, satisfeitos, porque era uma siderúrgica que vinha para Ipatinga e iria dar condições para o melhoramento aqui para o distrito e a gente já pensava também, com esse melhoramento, criar uma cidade [...] (grifos meus).**

Dos elementos que podemos salientar, inicialmente na fala do senhor Raimundo Anício, estão sua trajetória, o comércio e a movimentação política. Em outras entrevistas feitas a moradores da região, notamos trajetos parecidos com este, em que o trabalhador estava em Ipatinga em um ano e no outro estava em alguma cidade vizinha, dependendo da oscilação do comércio ou trabalho que a ele, no momento, era mais lucrativo. A afirmação de que mesmo sem conforto o comércio na vila era bom nesse momento uma vez que existia o pessoal que vinha construir a usina de Salto Grande, demonstra uma hipótese sobre os comerciantes locais: eles estavam acostumados a servir aos interesses de quem estava somente de passagem pela região. Isso foi relevante durante a construção da Usiminas, mas nesse momento a fabricação do carvão era a atividade que iria completar sua terceira década na vila. Na conjugação política, todos os três, o da UDN, do PTB e do PSD narrados eram amigos, mesmo sendo de partidos rivais.

Conjugar política nesse momento em Ipatinga é um caso complicado de se resolver, pois a falta de numerário humano faz dessa vila um reduto eleitoral insignificante, talvez até a Coronel Fabriciano, pensando-se no senhor José Anatólio Barbosa, que foi eleito vereador desde que a vila do Barra Alegre pertencia ao município Antonio Dias, transformando-se na referência de primeiro político destas terras. Devemos ter em mente o fato de ele ser um comerciante e fazendeiro, e isso na região significava um intercâmbio que extrapolava a condição de reduto eleitoral que temos hoje. José Anatólio Barbosa era uma pessoa conhecida porque as pessoas precisavam dele e ele precisava das pessoas, no cotidiano e não em

benefícios eleitorais; a região precisava de uma liderança, pois estava longe, inclusive, da sede municipal. Era necessária uma liderança bem diferente do que temos hoje.

Nesse sentido, queremos orientar uma reflexão sobre como conceitos históricos podem ajudar a entender as descrições sobre o que era a Ipatinga dos anos dessa construção. Relacionando conceitos básicos da metodologia histórica, no que entendemos, *tempo, memória, narração e interpretação* são elementos de um mesmo processo de constituição hegemônica – uma história que pretende ser a oficial. Para começarmos a discutir *Hegemonia*, vamos pela leitura no tempo que o crítico literário Raymond Williams faz desse conceito através da escola marxista.

A definição tradicional de “hegemonia” é o poder ou domínio político, especialmente nas relações entre Estados. O marxismo ampliou essa definição para as relações entre as classes sociais, especialmente as definições de uma *classe dominante*. “Hegemonia” adquiriu então outra significação na obra de Antonio Gramsci, realizada em condições muito difíceis, numa prisão fascista, entre 1927 e 1935. Muita coisa é ainda incerta no uso que Gramsci faz do conceito, mas sua obra é um dos pontos marcantes da teoria cultural marxista.

Gramsci estabeleceu uma distinção entre domínio e “hegemonia”. O “domínio” é expresso em formas diretamente políticas e em tempos de crise, pela coação direta e efetiva. Mas a situação mais normal é uma complexa combinação de forças políticas, sociais e culturais, e a “hegemonia”, de acordo com diferentes interpretações, é isso, ou as forças sociais e culturais ativas que são seus elementos necessários.<sup>44</sup>

Nesse sentido, devo refletir sobre as instâncias e circunstâncias do que disse até o momento. Raymond Williams continua sua reflexão apontando para uma questão fundamental, hegemonia no sentido mais coerente do termo “[...] inclui imediatamente, e ultrapassa, dois poderosos conceitos anteriores: o de ‘cultura’ como ‘todo um processo social’, no qual os homens definem e modelam todas as suas vidas, e o de ‘ideologia’, em qualquer de seus sentidos marxistas, no qual um sistema de significados e valores é a expressão ou projeção de um determinado interesse de classe”<sup>45</sup>.

Interrogando-me sobre quais os conceitos seriam válidos dentro do universo da historiografia, foi necessário encarar o que as fontes da pesquisa estavam dizendo a mim em relação ao caráter de constituição dessa cidade. Mesmo as instituições construindo a trajetória de Ipatinga com dois fatos definidores significativos, a construção da Usiminas e o massacre do sete de outubro de 1963 – esse último com esforços para se produzir silêncio – são acontecimentos intrinsecamente ligados à transformação da realidade de uma vila e às tensões

<sup>44</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. Tradução autorizada da primeira edição inglesa publicada em 1971. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1977. p. 111.

<sup>45</sup> Ibidem.

e problemas decorrentes. São produtos de uma política econômica do Estado Brasileiro e produtores dos signos sociais e políticos disputados com o passar dos anos.

O discurso hegemônico que aponta para a supremacia do capital não endossa certas características das fontes; vemos claramente que a emancipação da cidade foi pensada nas expectativas dos comerciantes que viriam atender a demanda de serviços e suprimentos não disponibilizados pela empresa. Esses comerciantes estavam entre os que aqui já residiam e também entre migrantes, mas se organizaram em função das relações sociais que apontam para a vila que hoje é o centro urbano, criando, assim, algumas classes diferenciadas de pioneiros. Para ajudar na reflexão, gostaria de classificar separadamente duas: as de Ipatinga e as da Usiminas, que são distintas. No entanto, apresento dessa forma para ressaltar que se trata de segmentos sociais que estavam se organizando de maneira diferente, o que não impede uma relação entre os grupos.

O caráter de constituição da cidade de Ipatinga está intrinsecamente ligado a um processo de construção capitalista que, num espaço muito curto de tempo, faz com que trabalhadores sofram uma hierarquização que deixará marcas na geografia da futura cidade e estabelecerá relações sociais diferenciadas. Nesse sentido, podemos nos espelhar em uma gama ampla de teorias historiográficas. Entretanto, quem pretender lidar com essas questões longe de um arcabouço que reflete sobre dimensões ligadas ao trabalho e ao mundo dos trabalhadores estará fugindo do assunto sem esclarecer o problema fundamental: falar da constituição da cidade de Ipatinga é falar de lugares e pessoas, mas, principalmente, falar da constituição de classes de trabalhadores e com isso, luta de classes, cultura e hegemonia.

A primeira definição de hegemonia apenas como supremacia entre cidades, povos ou nações; Raymond Williams faz sua leitura desse conceito através de Gramsci, que diferencia *domínio* e *hegemonia*; *domínio* é feito em tempos de crise, já *hegemonia* é uma ampla cadeia de relações que ultrapassam cultura como “todo um processo social” e ideologia, que é o discurso que pretende a supremacia. Quando falamos de Ipatinga, a siderúrgica Usiminas é a primeira palavra a ser lembrada em uma associação direta, ou seja, é o hegemônico da cultura. Em várias ocasiões, seu domínio foi evidente, haja vista a questão que vai nos competir, o sete de outubro de 1963, durante a primeira crise de maior grandeza, sobrou sangue no chão.

No entanto, existia uma vila de trezentos habitantes. Ao completar vinte e poucos anos da emancipação, parte desses personagens são chamados a dar seu depoimento sobre o que existia antes – como o lugar sentiu a trajetória do aço –, fazendo uma avaliação e construindo os elementos selecionados para a posteridade. Foram produzidos os fascículos “A comunidade”, uma encomenda da própria Usiminas, e também a revista “Ipatinga ano 2”, que

era uma publicação do jornal Diário do Aço. No final da década começam a serem recolhidos os depoimentos para uma publicação da prefeitura.

Mesmo sendo pensadas em função de ressaltar os avanços que a siderurgia trouxe a essa cidade, não deixam de demonstrar evidências das tensões e conflitos de se construir a trajetória histórica desse lugar. A hegemonia se alimenta das expectativas e dos anseios das pessoas, mas também da reformulação dos signos sociais no movimento do processo histórico. Antes de tudo, ela tem que dar respostas ao vivido hoje e justificar as contradições do passado, mas isso não é feito sem conflitos. Um exemplo conveniente está num fato que esteve presente na revista “Ipatinga ano 20” e discutido novamente na publicação “Vale do Aço 2000”, ambas do jornal “Diário do Aço”: o assassinato nº. 1 de Ipatinga, onde está em disputa a recuperação de um signo do passado diferente, um signo que valida lutas do presente e, inclusive, certa oposição.

O assassinato de João Valentim Pascoal é uma boa referência se quisermos discutir a supremacia de um discurso. Digo isso pela apropriação devida que foi feita, em duas oportunidades, pelo mesmo jornal. Esse fato demonstra parte das tensões existentes entre aquilo que se postulou “cidade de Ipatinga” e “cidade da Usiminas”. Na revista “Ipatinga ano 20” o editor afirma que ele “foi o primeiro cidadão que fazia divulgar em seu meio o verdadeiro espírito da comunidade preocupado em formar nos poucos habitantes do lugar a autêntica consciência de dignidade e respeito”<sup>46</sup>. Dezesseis anos depois dessa publicação, o mesmo jornal, em edição especial, retorna com esse fato. Destacamos alguns trechos da reportagem que recebeu o título: “Homicídio N. 1, a justiça no alvo-assassinato de João Valentim Pascoal, registrado como primeiro em 1953, abre a série de crimes impunes no vale do aço durante o século”:

Cocidência ou não, está registrado como homicídio número um, o assassinato do pioneiro de Ipatinga, João Valentim Pascoal, no cartório privativo de processos criminais e execuções fiscais da comarca de Antônio Dias. [...] foi assassinado em Ipatinga em 4 de Janeiro de 1953, pelo cabo da polícia, Josué Monção. Ao morrer, Valentim Pascoal deixou a esposa Maria Policarpo e 7 filhos.

O pioneiro estabeleceu-se no lugarejo, com seus primeiros habitantes, onde trabalhava como agricultor em parceria com outros pequenos proprietários rurais. Paralelamente, desenvolvia atividades comerciais e fundou “A soberana”, um dos primeiros estabelecimentos de secos & molhados do vilarejo, na antiga rua do comércio, atual Avenida 28 de abril.<sup>47</sup>

[...] Homem de espírito extrovertido e alegre, João Valentim Pascoal conquistou muitas amizades e a condição de um líder espontâneo na comunidade de Ipatinga no início da década de 50. Além de ser um dos responsáveis pelo abastecimento do

<sup>46</sup> IPATINGA ANO 20. Revista especial editada pela Empresa Jornalística Revisão Ltda, Ipatinga, v. 1, n. 1, 28 abr. 1984.

<sup>47</sup> VALE DO AÇO 2000 - um Século de Vale - uma publicação do jornal Diário do Aço. Ipatinga, 2000.

povoado, João Valentim Pascoal encarregava-se de promover as festas que animavam as noites enluaradas, mantendo acesas tradições folclóricas como o carnaval e a malhação do Judas na sexta feira da Paixão. Estimulava e organizava as competições de futebol da época [...]. Um traço marcante do caráter de João V. Pascoal era sua capacidade de indignar-se e reagir contra as injustiças. Esta personalidade é descrita por *Ely Valadares*, no depoimento como testemunha do assassinato de Valentim Pascoal, como a de uma “**pessoa queridíssima na localidade de Ipatinga, não só pelo comportamento exemplar, coração bondoso; e espírito Justiceiro**”. Sua autoridade também se firmava numa base de solidariedade e companheirismo, o que fazia dele um árbitro das contendas, um confessor leal, um amigo fiel.<sup>48</sup>

[...] À época de sua morte, Valentim Pascoal cuidava de suas plantações na “reta do Alemão”, onde hoje é o bairro Cariru e nas proximidades da atual Cenibra, onde plantava milho, feijão e algodão. Ao mesmo tempo, trabalhava no comércio, onde A Soberana reinava absoluta, vendendo de um tudo. O pioneirismo comercial de Valentim Pascoal foi um primeiro impulso para o desenvolvimento do lugar e teve papel de destaque no intercambio de Ipatinga com outras cidades. Numa época que não existiam rodovias, Valentim Pascoal e outros pioneiros apostavam no futuro e aventuravam-se em caminhões abarrotados até o Rio de Janeiro, vendendo produtos locais e comprando mercadorias para abastecer o povoado.<sup>49</sup>

[...] João Valentim Pascoal foi assassinado no dia 4 de Janeiro de 1952, em Coronel Fabriciano, em frente à casa do prefeito recém-eleito Raimundo Alves de Carvalho. Ele liderava uma comitiva de cerca de 40 pessoas que havia ido à sede do então distrito de Ipatinga pedir providência contra o cabo Josué Monção, um policial violento e corrupto, com extensa ficha criminal, que no mesmo dia havia espancado violenta e barbaramente um mascate que fazia demonstrações no centro do povoado. Com o mascate ferido num caminhão, a comitiva de Ipatinga chega a Coronel Fabriciano, para onde o cabo Monção já havia seguido de trem, junto com o escrivão da polícia, Homero Lima. Depois da agressão e vendo a reação dos populares a seus atos de selvageria, Monção havia dito bravatas e prometido voltar a Ipatinga para se vingar de quem fosse a Fabriciano protestar contra sua covardia, arbitriadade e abuso de poder.<sup>50</sup>

[...] Depois de conversar com o prefeito recém-eleito Raimundo Alves, com o prefeito interino Lauro Pereira e com o delegado Alípio José da Silva, que prometeu tomar “as devidas providencias”, a comitiva toma novamente o caminhão para regressar a Ipatinga, quando Valentim Pascoal é assassinado pelo Cabo Josué Monção. Os autos do processo sobre a morte de João Valentim descrevem o momento do crime: “**O caminhão já se punha em movimento quando dele se acercou o cabo Monção acompanhado do escrivão Homero que mandou o carro parar e, ato contínuo, mandou que João Valentim Pascoal descesse do caminhão; que ao atender a ordem do cabo, João Valentim foi agarrado pelo peito da camisa, tendo o cabo declarado que como ele, Valentim, tinha vindo à cidade queixar-se contra ele, cabo, iria dormir no xadrez; que João Valentim respondeu que não tinha vindo queixar-se sozinho, mas que todos os presentes tinham vindo com esse fito, motivo pelo qual não atendia a ordem do cabo por ser injusta e ilegal; que após esta resposta João Valentim, virando as costas pretendeu entrar no caminhão, ocasião em que sacando de seu revólver deu-lhe um tiro a queima-roupa que o prostrou agonizante**”.<sup>51</sup> (grifos meus).

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> VALE DO AÇO 2000 - um Século de Vale - uma publicação do jornal Diário do Aço. Ipatinga, 2000. p. 142.

<sup>50</sup> Ibidem. p. 143.

<sup>51</sup> Idem.

Este fragmento é o mais indicativo sobre a construção pública desse homem que dá nome à avenida economicamente mais importante do centro da cidade. Mais que enumerar os elementos simbólicos que estão aqui narrados, eu gostaria de ressaltar uma função política de classe; melhor dizendo, responder a uma demanda social e afetiva de um grupo, os que moravam antes da usina. Quando a cidade procurou narrar a sua história por diversos meios, alguns pontos se rivalizaram. As construções da cidade e da siderúrgica se confundem, como ressaltou José Augusto de Moraes. Dentre a necessidade social de se buscar as origens de constituição dessa cidade, o assassinato de João Valentim Pascoal figura como fato particular, que é mais significativo a um segmento específico de habitantes, os da antiga vila de Ipatinga<sup>52</sup>, que do processo de aceleração demográfica que precipitou a emancipação.

Entre os colaboradores para o editorial da revista temos a Usiminas, mas, a maioria dos colaboradores eram pessoas que residiam em Ipatinga anteriormente à usina. É primordial, nesse ponto, entender que a figura do pioneiro está condicionada a uma relação social. Sempre devemos nos perguntar: ele é pioneiro em relação a quê? Pioneiro em relação à Usiminas, em relação ao comércio, foi o primeiro carvoeiro, estava entre as primeiras professoras; diferente disso estar-se-á confundido os pesos e as medidas, homogeneizando as relações e excluindo os conflitos sociais que sempre estão na pauta, seja do passado ou do presente vivido.

Inseri o texto com a finalidade de apresentar alguém tido como pioneiro anterior à Usiminas e abordar como se constrói o fato em relação à comunidade. Pelo depoimento, os fatos são mostrados afirmando uma liderança da comunidade e isso diverge da tese de aquele lugar representar somente um lugarejo perdido entre as montanhas. É, sim, uma comunidade, dando um significado social a um evento particular que está inserido mais na realidade da região anterior à siderúrgica do que na constituição de uma cidade. Somando os depoimentos apresentados, a hegemonia de um discurso do progresso e a trágica morte de um habitante da vila de Ipatinga deve-se discutir os fatos à luz dos conceitos. Essas foram pistas, mas precisamos organizá-las em um eixo.

Valentim Pascoal não era um grande empresário, era um morador que negociava com inúmeras pessoas e circunstâncias para o abastecimento da vila, das pessoas que a utilizavam como passagem e, assim, tirava seu sustento. Ele está no círculo de relações em que se

---

<sup>52</sup> Uma figura que esteve presente na cultura política e musical em Ipatinga nos anos 70/80 até hoje foi o ex-vereador Arcanjo Evangelista Pascoal, filho de João Valentim Pascoal, para citar um entre os vários vereadores e agentes culturais descendentes das pessoas que moravam na vila de Ipatinga e Barra Alegre que não construíram suas trajetórias de vida intrinsecamente relacionadas à Usiminas. A vila de Ipatinga tinha menos de trezentos, mas até hoje seus descendentes disputam e defendem seu espaço na construção histórica dessa cidade.

incluem o senhor Raimundo Anício, José Anatólio Barbosa, Raimundo Nonato Vieira, José Orozimbo da Silva e tantos outros nomes que seriam apresentados como pioneiros da cidade, pois, dentre esses e outros nomes próximos estão os que pensaram a cidade, sua emancipação e a constituição de um aparelho público para gerenciar o crescimento desta; apesar de que a emancipação somente se validou dentro dos projetos políticos do Golpe Militar de 1964, o que foi outro problema a ser discutido. Temos a evidência de que o projeto de cidade estava e ainda está em disputa. Isso foi palco de muitas movimentações políticas, pois existem modelos de pioneiro relacionado à Usiminas e outros que, se valendo das circunstâncias, foram projetados dentro das relações existentes na *cidade livre*<sup>53</sup>.

As pessoas que citamos, apesar de verem que, com o crescimento e progresso vindo da Usiminas, teriam a chance de construir uma cidade, nas suas trajetórias de vida não abandonaram aquilo que sabiam fazer para constar do quadro de funcionários da empresa. Durante a construção, figuras como as acima citadas, somados a Jair Gonçalves (proprietário da fazenda Prato Raso, que seria hoje o bairro Cidade Nobre), José Carvalho, Zeca Furlaneto, Manoel Valadares, os descendentes de Valentim Pascoal e tantos outros nomes que, se rastreados, seriam parte dos trezentos que existiam antes, somados a vários que vieram com o mesmo intuito de construir comércio, foram as pessoas que aliviaram a construção da usina por meio do fornecimento de toda sorte de mercadorias e serviços, inclusive moradia e assistência social.

Como procurar esse discurso hegemônico se não temos a clareza de que esse foi construído através da Usiminas, mas inclusive nas expectativas das pessoas que estavam na região somadas a quem veio? Em 1962-63 todos os nomes citados anteriormente formaram a “Associação dos Amigos de Ipatinga” que surgiu com o intuito de emancipar uma cidade que ainda estava por ser construída. Dentre os nomes que ficaram marcados como lideranças nessa associação estão, para citar de imediato: Raimundo Anício, dono de um armazém; José Anatólio Barbosa, fazendeiro e vereador da vila de Barra Alegre; e José Orozimbo da Silva, que escreveu o primeiro relato público sobre a vila de Ipatinga e era um alfaiate. Estes constituíram figuras que construíram e lutaram pela ideia de construção de uma cidade.

Quando o jornal “Diário do Aço” constrói a figura de Valentim Pascoal como líder da comunidade, demonstrando uma coesão, são fatos relacionados à forma como essa comunidade se uniu para desafiar a autoridade do Cabo Monção o que veio a tirar a vida de

---

<sup>53</sup> Nome que os trabalhadores vindos de regiões mais distantes deram à vila de Ipatinga, pois nesse lugar eles estavam menos expostos a vigilância da Usiminas, podendo, inclusive, desfrutar de uma cachaça, o que era proibido dentro da “cidade da Usiminas”.

João Valentin Pascoal. Mais tarde estavam os mesmos nomes empenhados para brigar pela emancipação de uma cidade que, naquele momento, era um emaranhado de barracos de madeira desorganizados, o que mais tarde o prefeito Chico Ferramenta chamou de “favelamento precoce”<sup>54</sup>.

Apresentamos o conceito de hegemonia justamente para traçar um caminho longe de respostas que pré-dizem a respeito de situações as quais não temos como julgar, mas dialogar: os depoimentos das pessoas a respeito de suas aspirações tão logo a usina fosse implantada e o discurso do “enorme futuro que construímos” estão interligados numa rede que não aponta para respostas, mas sim para múltiplas questões. Na dissertação de Paulo Roberto de Souza existe a imagem de que os migrantes recrutados esperavam encontrar em Ipatinga, o “eldorado”, mas a primeira impressão foi de total decepção com o que encontraram. Do lado de quem já morava na região, a situação se inverte. O primeiro momento é de disputa por um projeto de cidade, já que as relações da vila com sua sede eram conflituosas e, no momento de cidade emancipada, eles disputam de novo, como quem diz que quem sabe contar essa história direito seria eles. Esse espaço era todo deles antes dessa usina chegar.

Não chegaremos a uma classe de intelectuais orgânicos que planejaram sistematicamente esse enredo de progresso vindo do aço, apesar de existirem alguns; chegaremos a uma empresa que transformou uma realidade organizada décadas antes com um compasso que nada tinha a ver com o ritmo de muitas mudanças impostas pela lógica do capital e introduziu um novo panorama de questões a uma geração que, na década de 1950, não tinha a dimensão de o quanto o progresso, longe do discurso asséptico do ordenamento e bem estar, pode demonstrar peculiaridades bem contraditórias.

Independentemente de como se constrói essa narrativa através das fontes orais, o terreno é comum, assim como alguns aspectos são comuns nas formas de lutas que se seguiram entre essas pessoas, no passar dos anos. Tem-se uma geração que está se despedindo, mas construiu uma cidade sem agenda prévia, e deu certo. Dentro das aspirações, é a maior, com o maior PIB, Renda per Capita e população da região metropolitana, e está entre as maiores receitas do estado de Minas Gerais. Hoje, o antigo berço endêmico de doenças se autodenomina Capital do Vale do Aço.

Mas se torna um argumento frágil dizer que as pessoas as quais citei anteriormente pertencem a uma mesma classe, mesmo que pertencessem a uma associação para a emancipação da cidade. Elas constituíram uma associação durante o processo de construção

---

<sup>54</sup> HOMENS EM SÉRIE: A História de Ipatinga contada por seus próprios personagens Ipatinga, v. 1, n. 1, Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991. p. 9.

da Usiminas, mas se definem como classe em relação ao pós-processo de emancipação. É após a emancipação que, dentre o círculo de relações destas pessoas, surge outros extratos sociais diferentes dos produzidos no ambiente Usiminas, mesmo que essa tenha seus alicerces constituídos anteriormente a construção; foi no fato *massacre e emancipação* que, simultaneamente, se formaram classes que podem se identificar distintas, não homogêneas e tensionadas: um grupo formado por comerciantes e trabalhadores de Ipatinga e outro dos funcionários da Usiminas. No grupo dos comerciantes de Ipatinga podem se somar os moradores da vila do Barra Alegre e demais localidades nascentes, e na dos funcionários da Usiminas devemos diferenciar os trabalhadores das empreiteiras, que, dentro da hierarquia proporcionada pela empresa, configura-se como um setor à parte e, em muitos casos, o mais desprotegido. É um trabalho árduo identificar esses grupos; após a emancipação, a estratificação social não cessou mais.

No entanto, ficar falando de classe social sem expor e expandir o conceito de acordo com a realidade que trabalhamos é fugir do problema e construir mais um erro para as próximas gerações. Não sou o mais habilitado para essa região do conhecimento, mas é meu o trabalho, então tenho a responsabilidade de apresentar a forma como entendo essa discussão. “Classe social” é um conceito e conceitos não são uma bola de cristal por onde se pode ver tudo e ter todas as respostas na mão. Os conceitos são problemas, são questões a serem investigadas e esse conceito entendo sob a ótica dos marxistas ingleses, especialmente E. P. Thompson e Raymond Williams. Como os dois têm posições bem parecidas, trabalharei somente com o entendimento de Thompson.

Edward Palmer Thompson, em seu artigo de título “Algumas observações sobre classe e a ‘falsa consciência’”<sup>55</sup>, discute que:

“Classe”, na minha prática, é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. Somos, então, levados a teorizar este fenômeno como uma teoria global das classes e de sua formação, esperando encontrar algumas regularidades, certos “estágios” de desenvolvimento etc.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> THOMPSON, Edward P. Algumas Observações Sobre a Classe e a “Falsa Consciência”. In: NEGRO, Antônio L. & SILVA, Sérgio (Org.). *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001. p. 271-279.

<sup>56</sup> Idem.

Conforme havia apresentado antes, para E. P. Thompson “classe social” é um fenômeno histórico que *ocorre efetivamente* e pode ser demonstrado nas relações humanas. O que podemos sentir em suas palavras é que a formação da classe está associada às condições históricas, são as formas como as pessoas se posicionam perante um fato, isso dentro de um grupo. Nesse fragmento específico, acrescenta-se a reflexão o entendimento de que “conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista”. No entanto, luta de classes também é conflito de interesses, e conflito de interesses nem sempre perpassa somente grupos fechados, mas também indivíduos nem sempre agrupados homogeneamente. Nessa perspectiva, a construção da Usiminas é o fato que dividiu a opinião, os costumes e características daquilo que era Ipatinga antes e em que se tornou durante esse processo.

No entanto existem problemas em se utilizar esse conceito, conforme prossegue E. P. Thompson:

Contudo, a esta altura, ocorre que, com excessiva freqüência, a teoria prevalece sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar. É plausível supor que a classe seja levada em consideração não no quadro do processo histórico, mas abstratamente. Ainda que não admitamos que isso se dê apenas no terreno mental, uma grande parte do discurso sobre as classes ocorre, em realidade, assim. Ou melhor, modelos ou estruturas são teorizados pressupondo-se que neles se verifiquem definições objetivas de classe, como, por exemplo, a da expressão de relações diversas de produção.

Deriva deste falso modo de pensar a noção de classe como uma categoria estática, tanto sociológica quanto heuristicamente. Em ambos os casos, embora diferentes, servimos de categorias de tipo estático. Em uma difundida tradição sociológica, geralmente de cunho positivista, classe pode ser reduzida a uma pura e simples medida quantitativa: tantas pessoas nesta ou naquela determinada relação com os meios de produção, ou, em termos mais grosseiros, “x” ou “y”, tantos assalariados, tantos “colarinhos-brancos” e por aí vai. Segundo uma tradição ligeiramente distinta, essa definição de tipo estático pode ser adotada para a crítica da noção marxista de classe. Por exemplo, os assalariados não se comportam de modo condizente com sua condição proletária, ou mesmo alguns deles, quando interrogados, não sabem definir-se ou afirmam pertencer ao “estrato médio”. Ou, ainda mais, classe é aquilo que a classe diz supor representar em resposta a um questionário. Mais uma vez, classe como categoria histórica, em seu comportamento através do tempo, resulta excluída.<sup>57</sup>

Falar em classe social em Ipatinga anterior à Usiminas é um erro e falar em classe social durante o processo de construção também é bastante arriscado; o fiz anteriormente pela constatação que existem agentes sociais se movimentando em todos os níveis. Importa dizer, os exemplos que usei não se perdem, existe mesmo essas distinções entre quem já morava em Ipatinga e quem chegou depois. No entanto, um alfaiate, um fazendeiro e um comerciante não

<sup>57</sup> THOMPSON, Edward P. Algumas Observações Sobre a Classe e a “Falsa Consciência”. In: NEGRO, Antônio L. & SILVA, Sérgio (Org.). *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

formam uma classe social, mas podem se unir em uma associação que defenda seus interesses. E o fizeram. No decorrer dos anos pós-emancipação poderemos ver que embriões de classes sociais vingaram, surgem as instituições Lions Club, Rotary Club, maçonaria, associação comercial. No entanto, as pessoas não estão fixas numa instituição como o Rotary Club; ver-se-ão desde diretores da Usiminas até ex-balconista que hoje é dono de rede de farmácias.

Usar classe social como uma categoria fixa e imutável se torna um erro muito grande. Essa dimensão do problema E. P. Thompson define de forma irônica e brilhante.

[...] os intelectuais sonham amiúde com uma classe que seja como uma motocicleta cujo assento esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direção, pois têm a verdadeira teoria. Essa é uma ilusão característica, é a “falsa consciência” da burguesia intelectual. Mas, quando semelhantes conceitos dominam a inteira *intelligentsia*<sup>58</sup>, podemos falar de “falsa consciência”? Ao contrário, tais conceitos terminam por ser muito cômodos para ela.<sup>59</sup>

A Usiminas temia paranoicamente uma possível tomada de “consciência de classe”. Mesmo assim, desde o início dividiu o lugar em “estamentos”<sup>60</sup>. Com exceção de alguns casos de déficit cognitivo, todo ser humano tem consciência de sua condição. Como bem lembra Thompson, a primeira condição humana é a maldição de Adão: “Comerás o pão com o suor do teu rosto, até que voltes a terra, de que foste tomado; porque tu és pó, e em pó te hás de tornar”<sup>61</sup>. Certos “membros da esquerda” no vale do aço afirmam que o massacre poderia ter sido evitado por meio da formação de um sindicato e que, naquele momento, já estavam tentando “abrir os olhos do trabalhador para a luta”. Isso seria impossível, a Usiminas não permitiria que isso acontecesse. Ela somente permitiu um sindicato desde que este fosse entregue nas mãos dela, tivesse a sua supervisão e supervisão do governo militar. Isso é outra forma de colocar a culpa pelo que aconteceu no mais fraco. Essa dimensão existe nos dois

<sup>58</sup> Esse termo é utilizado para definir uma elite intelectual que, em sua prática política, desvia o assunto de questões importantes, resume discursos ao olhar das elites, promovendo um convencimento contraditório, impede a difusão de teorias contrárias, promove instituições ideológicas dominantes em resumo, defende o apagamento, dominação e esquecimento de oposições e minorias. Também identifico esses sujeitos à figura do demagogo.

<sup>59</sup> THOMPSON, Edward P. Algumas Observações Sobre a Classe e a “Falsa Consciência”. In: NEGRO, Antônio L. & SILVA, Sérgio (Org.). *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001. p. 271-279.

<sup>60</sup> A sociedade estamentária se difere daquela organizada por castas, onde prevalece a linhagem sanguínea ou étnica impedindo qualquer mobilidade social. Os estamentos se identificam muito com aquilo vivido no feudalismo, onde nobreza e clero eram a parte superior da pirâmide cuja base, muito maior que o cume, era composta por servos. No entanto, os servos poderiam virar comerciantes ou sacerdotes o que lhes conferia certa mobilidade social através da meritocracia. Lembrei do termo pela famosa frase sobre Ipatinga: “vocês são feudo da Usiminas”.

<sup>61</sup> BIBLIA SAGRADA. Livro do Gênesis, capítulo 3 versículo 19. Série edição popular. São Paulo: Edições Paulinas, 1977. p. 28.

processos, o de hierarquização e o de “construção de um modelo de ‘consciência sindical’”, as argumentações tendem a produzir movimentos estáticos e reflexões estáticas, por questões de filiação política ou necessidade pessoal. Esse caso não ocorre somente por parte dos sindicatos ou própria empresa, Ipatinga é uma cidade pequena com uma indústria muito grande; hoje, boa parte da cidade não vive diretamente ligada à empresa, mas nas primeiras décadas ocorreu a correlação em quase todos – talvez todos – os aspectos da vida pública. Sendo assim, independentemente de a que esfera da cidade fosse o pertencimento, a vida estaria em algum ponto relacionada à Usiminas.

A vila de Ipatinga na época da construção era chamada entre os trabalhadores como “cidade livre”; na vila eles podiam relaxar um pouco mais, estariam sendo menos vigiados. No histórico de fundação da segunda estação de trens que recebeu o nome de “Estação Memória” existe trecho que define que a usina veio para a região por causa da EFVM, dos recursos hídricos, da proximidade dos centros siderúrgicos e consumidores. No entanto, se esquecem de lembrar que era ela um lugar onde se podia vigiar a todos com facilidade e denunciar qualquer movimentação em sua origem. As pessoas tinham total consciência do que estava acontecendo, mas uma organização trabalhista de base demanda tempo, e o operário de Ipatinga era vigiado, inclusive no seu tempo livre. Até o início desse século foi assim, algo comprovado documentalmente hoje.

Assim, os grupos aos quais classifiquei anteriormente devem ser entendidos pelas relações entre si e não como classes estáticas. Fiz essa classificação por identificar que certos processos sociais estão se confundindo, se perdendo ou sendo apagados. Não por “falta de consciência”, mas por estratégias definidas por uma elite profissional. As pessoas sentem os processos, refletem sobre eles. As alternativas, possíveis horizontes e uma “consciência sindical diferente” naquela época, é o que não se pode imputar a esses trabalhadores. Era um local com cerca de vinte mil desconhecidos e todos, inclusive os que já moravam, procuravam um lugar ao sol.

Tenhamos em mente a empresa escolheu um lugar para não se ter qualquer tipo de organização de base. Somente a que eles permitissem. A vila de Ipatinga não representava número de trabalhadores que a interessasse, somente durante a construção que isso foi interessante. A mão de obra era barata e abundante. As pessoas tentavam se organizar para a vida num lugar onde o individuo só existe em função da fabricação do aço. Não houve tempo para outra coisa antes de 1964 se não para trabalhar; ademais, tudo estava por ser construído.

Deixemos um pouco de lado os grupos e pensemos agora na passagem de todos os processos históricos, também nos pontos em que esses processos se encontram, já que isso também configura a cronologia dessa história, pra começar o “ciclo do carvão”.

Em entrevista com Maria Weber de Oliveira, conhecida como “Dona Bizuca”, nascida na região, educadora reconhecida e co-autora do hino de Ipatinga, vemos algo bem específico sendo narrado com uma avaliação muito pertinente ao nosso problema. Estava eu perguntando na entrevista sobre o pai da entrevistada, que era proprietário da fazenda Barra Grande, uma das três fazendas que se tornariam em bairros da futura cidade.

**D. Bizuca:** Não. Que meu pai é o seguinte ele trabalhou na época, ele viveu na época em que a região se ocupava ou da madeira ou da roça. *Aqui foram assassinadas as arvores. Os jatobás, os Ipês que faziam parte da estrada de onde começava a estrada de terra até Mesquita.* Esse Panorama e mais adiante. Toda essa região era mata virgem. De orquídeas, samambaias e cipós. A gente passava num caminho abaixo que era uma trilha de cavalos que foi transformada... quando a usina de Salto Grande foi formada virou estrada de caminhões. Ia para Salto Grande para atender o material que era deixado aqui no ponto de Ipatinga. Para ser encaminhado pela *Alhambra*, para Salto Grande. Afim de montar a usina Santo Antonio.

**Geraldo:** Usina Santo Antonio. Então, com a intenção da usina eles construíram a estrada.

**D. Bizuca:** mas... o assassinato das arvores, desculpa a expressão é porque ninguém tinha ainda essa preocupação ecológica que graças a Deus... já quase que tardivamente está movimentando todos os países do mundo. A derrubada das matas aqui tinha uma segunda intenção. Alimentar o alto-forno da Belgo Mineira. Das companhias existia só a Belgo Mineira.<sup>62</sup> (grifos meus).

A expressão de Maria Weber de Oliveira sobre “*o assassinato das arvores*” é muito interessante, pois conduz a um processo. Essa expressão redimensiona o significado de como são chamadas as propriedades da terra na vila de Ipatinga. As propriedades do pai de Dona Bizuca, de José Anatólio Barbosa e Jair Gonçalves são identificadas como fazendas, são as fazendas Barra Grande, Esperança e Prato Raso seqüencialmente. Sabemos que a maior parte dos moradores do arraial de Ipatinga possuía pequena lavoura em alguma parte da região. No entanto, as propriedades próximas do arraial de Ipatinga não recebem o nome de rancho ou sitio e sim “*derrubada*”, então, era a *derrubada do Zé Fabrício, a derrubada do Waldemar, a derrubada do Tião Mafra* e assim por diante para demonstrar que ali não existiam mais arvores, essas foram transformadas em carvão. Essa dinâmica é narrada por Dona Bizuca, o senhor Manoel Valadares e João Batista Guerra, à medida que os carvoeiros iam derrubando a mata iam fazendo uma pequena lavoura de milho, café ou outro gênero de seu gosto assim

---

<sup>62</sup> OLIVEIRA Maria Weber de. *Maria Weber de Oliveira*: depoimento [jul. 2009]. Entrevistadores: G. V. R. Freitas. Ipatinga: Nupehcit, 2008. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa.

como um pequeno pomar ou horta para prover seu sustento e chamavam esse lugar de derrubada, pois já estava limpo.



**Figura 3 – “Derrubada” de José Fabrício Gomes. Ipatinga, 1940.**

Fonte: Revista Caminhos Gerais.

A historiadora Sonia Regina de Mendonça chama a atenção sobre uma peculiaridade na formação do modelo de capitalismo brasileiro que ficou conhecido como *capitalismo tardio*.

Mas a relação estatal com relação à agricultura não se limitou, apenas, à sua fração agrário-exportadora. Também no tocante ao setor agrícola que produzia gêneros alimentícios para o mercado interno, o Estado interveio, visando transformá-lo em coadjuvante do processo de industrialização. Neste caso, buscou-se a expansão das fronteiras agrícolas – como as de Mato Grosso, Goiás e norte do Paraná – que propiciassem a produção de gêneros básicos a baixos preços. Pelo efeito combinado do acesso a terras novas e sua ocupação por trabalhadores não enquadrados em regimes de trabalho assalariado (i.e., não capitalistas), estas frentes de expansão geravam um excedente temporário de bens como arroz, feijão ou milho que contribuíam, por sua barateza, para o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana, incidindo, por sua vez, na contenção da folha de salários dos empresários industriais. Também por essa via, o capital privado industrial saía beneficiado.

É importante notar como a dinâmica da acumulação capitalista no Brasil constituiu-se com base na recriação de relações de trabalho não-capitalistas, seu reverso da medalha, o que é de todo coerente com próprio caráter conservador da composição de forças que representava o novo Estado. Com isso, a estrutura agrária brasileira lograva permanecer intocada no que diz respeito às formas de propriedade vigente (os latifúndios) e os regimes da organização da produção em que tradicionalmente se baseara. Ao mesmo tempo, por paradoxal que pareça, ela se via “renovada” tanto pela recriação do “velho”

quanto pela consolidação do “novo”, já que a industrialização a beneficiava triplamente: impulsionando sua expansão: abrindo-lhe novos mercados e fornecendo-lhe manufaturados que serviriam à reprodução da força de trabalho rural.<sup>63</sup>

A região que abrange Barra Alegre e Ipatinga está dentro desse universo de lugares não enquadrados em regimes de trabalho assalariado, ou seja, não capitalistas. Mas devemos fazer uma diferenciação, a região do Barra Alegre se define como lugar da lavoura e não produz uma variedade ou quantidade de gêneros alimentícios, mesmo somando as fazendas Barra Grande e Prato Raso, a ponto de ser lembrada como lugar que contribui *por sua barateza, para o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana*<sup>64</sup>, não em escala suficiente para ser referência nesse quesito a nível regional e menos ainda para suprir todas as necessidades que se estabeleceriam com a chegada dos milhares de operários. Quanto a vila do centro existiam trabalhos ligados a exploração capitalista, no entanto, a professora Sonia Regina de Mendonça trabalha com um conjunto amplo e se baseia no trabalho do economista Francisco de Oliveira que entende o trabalho assalariado como único índice seguro para se medir uma condição capitalista. Enquadrar o que existia como não capitalista ou pré-capitalista não é nossa questão, e sim demonstrar que a região existia a um certo tempo, mas não representava algo suficiente em números, a usina não escolheu esse lugar por causa das pessoas, e sim, por que não haveria quase nada.

Esse caráter de exploração não capitalista ou pré-capitalista dos dois distritos e regiões próximas contribuiu em processos diferentes: a vila de Ipatinga foi um dos lugares que contribuía com a Cia. Belgo Mineira na produção de carvão, essa metalúrgica inclusive construiu um hospital em Coronel Fabriciano que servia ao atendimento de várias regiões próximas, que se mantinha do mesmo modo que Ipatinga. O Barra Alegre e as outras fazendas nesse momento, até onde posso ver, não se utiliza da EFVM para escoamento de grande produção e sim para troca de gêneros não disponíveis na região como querosene, sardinha, sal dentre outros. Então esse caráter de exploração *não capitalista*, está associado ao trabalho com carvão e a disponibilidade da vila como um ponto de parada da EFVM, caminho entre BH-Vitória e, pouco antes da Usiminas, descarga dos equipamentos para construção da Usina Santo Antônio em Salto Grande.

As relações que viam se estabelecendo anterior e durante a construção da Usiminas conduziam a oportunidades de trabalho e não um único ofício.

<sup>63</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

<sup>64</sup> Idem.

**Manoel:** Não. Tinha nada disso ali não, só. Ali no mudar a ferrovia, mudou a estrada também pro canto. Compreende? Não houve cruzamento ali não.

**Geraldo:** O senhor trabalhava com esse caminhão?

**Manoel:** Trabalhei...

**Geraldo:** Trabalhava com o quê?

**Manoel:** Ah... comprando milho aqui. Nesse tempo produzia muito milho aqui no rio doce ,sabe.

**Geraldo:** A sás... descendo pro Naque, Periquito, não?

**Manoel:** Não aqui mesmo do lado de cá. Aqui na ponte do rio doce.

**Geraldo:** Na ponte do rio doce, aqui do lado de Caratinga?

**Manoel:** E... e..campo de aviação ali.

**Geraldo:** Ah, no campo de aviação.

**Manoel:** E essa área i... e do outro lado do rio aí... então a produção de milho era muito grande,sabe?

**Geraldo:** E por que. Hoje a gente não tem dessa ideia porque vê só ali: o clube do cavalo, o campo de aviação a lagoa Silvana do outro lado aí pensa. Nunca plantou nada aqui não, sempre foi assim mesmo...

**Manoel:** E quando a gente chegou por exemplo. E ... nessa área da usina aqui. Ainda tinha serviço de carvão aqui dentro

**Geraldo:** Carvoaria?

**Manoel:** Carvoaria...

**Geraldo:** Na área da usina... ?

**Manoel:** E... mais esses resto de mato, sabe. Derrubaram as primeira aí ficou aqueles resto,né. Uma moitinha de mato aqui. Outra ali. Uns pau... sass... umas arvore salteada.

**Geraldo:** Salteada...

**Manoel:** E a Belgo foi... tirando daqui.

**Geraldo:** Foi tirando...

**Manoel:** E tinha serviço de carvão. Por exemplo, o aeroporto, por exemplo. Foi Ely<sup>65</sup> meu irmão... ele era subempreiteiro do senhor Jair... ale tocava o serviço de carvão, lá. O aeroporto nós derrubamos. Muita madeira ali. Mas muita mesmo. Ali ainda tinha...

**Geraldo:** O senhor seu irmão?

**Manoel:** Eu e meu irmão...

**Geraldo:** Contratado pelo Jair Gonçalves<sup>66</sup>?

**Manoel:** E... nos era sub empreiteiro dele, né. Aí nos tinha os carvoeiro. Né. Então nós tomava conta do serviço.

**Geraldo:** Hum... mais isso aí o senhor ainda trabalhava com caminhão...?

**Manoel:** E esse caminhão eu comprei justamente por isso... porque... nós tínhamos um moinho aqui no centro.Com o martelo, o espalhador de milho...<sup>67</sup>

Em outros trechos da entrevista com o senhor Manoel Valadares, ele cita que em 1953 morava em Ipatinga e foi convidado para participar da comissão de criação do distrito. Nessa época, ele tinha uma pensão para os operários que vinham construir a usina energética de Salto Grande e, junto com o irmão, mantém um depósito para equipamentos que vinham pela estrada de ferro para construção desta hidroelétrica, além de ser encarregado dos carvoeiros do senhor Jair Gonçalves. Tinha ainda um moinho de farinha e comprava e vendia milho nas redondezas. Não fica preciso, mas ele cita que quando estavam construindo a usina hidrelétrica de Sá Carvalho, mudou para Desembargador Drumond (antigo nome da cidade de Nova Era) para trabalhar como açougueiro, ofício que iria realizar mais uma vez quando

<sup>65</sup> O mesmo Ely Valadares que testemunha na reportagem sobre o assassinato de João Valentim Pascoal.

<sup>66</sup> Proprietário da fazenda “Prato Raso”.

<sup>67</sup> Entrevista com Manoel Valadares e sua esposa Dona Tildinha.

chegaram os empreiteiros para construção da Usiminas. Uma gama de afazeres nos quais em nenhum existe salário fixo ou certeza de que se repetiriam mais a frente. O senhor Jair Gonçalves não é uma exceção nessa região, como podemos notar em outros depoimentos.

[...] Em 1953, vim para cá. O lugarejo chamava-se arraial de Ipatinga e pertencia a Fabriciano. Nesse mesmo ano, 1953, fui convidado por Raimundo Nonato Vieira, Jair Gonçalves e José Anatólio Barbosa para fazer parte de uma comissão para a criação do distrito de Ipatinga. Fui convidado porque souberam da minha relação política: era comerciante. Em Ipatinga, havia mais ou menos 100 casas. Grande parte dos moradores era trabalhadores da Belgo Mineira e o restante era comerciante. Então fomos a Belo Horizonte para discutir a criação do distrito e procuramos o governador do Estado, Bias Fortes. Ele exigiu vários documentos que foram providenciados e com 60 dias foi instalado o distrito. A instalação não foi bem aceita por Fabriciano, mas não houve protesto. [...] Então, a gente ficou na expectativa de que Fabriciano conseguisse fazer alguma coisa pelo distrito. Mas, quando a gente reclamava, eles diziam que não havia verba. Nós cobrávamos calçamento, rede de água, esgoto e energia elétrica. **Nessa época, eu fornecia luz elétrica a motor. Forneci durante 12 anos, para 60 casas. Tinha muita dificuldade para receber o fornecimento. Muitos não queriam pagar.**<sup>68</sup>

**P:** Como era a cidade nessa época?

**Raimundo Anício:** Os primeiros bairros que surgiram foram o Bom Jardim e a Vila Celeste. Criaram-se posteriormente os Bairros Iguaçu e Canaã. Como os loteamentos foram vendidos a prestação, facilitou-se a compra dos lotes. Fernando Coura começou a fazer a rede de esgoto na Avenida 28 de abril, mas em oito meses não conseguiu. Entrou Gedeão de Freitas, que fez o calçamento de pedra nas ruas Diamantina e Ponte Nova. Os bairros da Usiminas cresceram completamente separados da cidade. Usiminas era Usiminas, Ipatinga era Ipatinga. Havia certo preconceito.<sup>69</sup>

O senhor Raimundo Anício inclui-se em um movimento bem peculiar. Ele é um comerciante de Ipatinga que chegou à vila em 1953, estava acostumado a abastecer os empreiteiros da Usina Santo Antonio em Salto Grande e também os carvoeiros. Quando os primeiros *emissários* da Usiminas chegaram, Raimundo Anício foi a pessoa que indicaram para atender as necessidades dos topógrafos da usina. Antes disso, ele atendia a pequenina vila com água e até luz. Ele foi o único habitante anterior à Usiminas a dar seu depoimento na primeira publicação da empresa que queria abordar a construção da usina e a da cidade, uma série de revistas com o nome de “A Comunidade”. Essa foi a forma como a publicação da Usiminas apresenta o senhor Raimundo Anício Alves.

Comerciante por 32 anos / Sócio-diretor da Tako Imóveis Ltda / Sócio da Cipazam-Com.Ind.Ipatinguense de Laminação / Juiz de Paz em Antônio Dias, 1948-52 / Vereador da Câmara Municipal de Cel. Fabriciano, 1960-64 / Membro da comissão de criação do distrito e da cidade de Ipatinga / Presidente do conselho Paroquial de Ipatinga, 1970-72 / Presidente dos diretórios dos partidos da União Democrática Nacional e Aliança Renovadora Nacional / Ex-diretor e fundador da Associação

<sup>68</sup> HOMENS EM SÉRIE: A História de Ipatinga contada por seus próprios personagens Ipatinga, v. 1, n. 1, Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991. p. 31.

<sup>69</sup> Idem.

Comercial de Ipatinga / Fundador da Cia. Telefônica de Ipatinga / Sócio-fundador dos Lions Clube Coronel Fabriciano, Acesita (1963) e Ipatinga (1965), sendo presidente em Ipatinga de 1975-76 / Governador do Distrito L-27 do Lions Internacional de 1979-80 / Cidadão honorário de Ipatinga, 1986.<sup>70</sup>

O senhor Raimundo Anício foi o único não funcionário da Usiminas a participar dos nove fascículos produzidos por ocasião dos 25 anos da empresa, sendo o nome que fechou as edições, uma série que tinha em seus entrevistados anteriores apenas engenheiros, empresários e presidentes da empresa como Gabriel Andrade Janot Pacheco, Gil Guatimosim e Amaro Lanari Júnior. O homem que serviu durante dez anos ao vilarejo de Ipatinga com luz elétrica a motor e foi também o primeiro a recepcionar a Usiminas.

**P: Como aconteceu a chegada do primeiro emissário da Usiminas?**

**Raimundo Anício:** Ele chamava José Joaquim de Moraes. Chegou e me procurou no bar, a mando de Lauro Pereira, de Fabriciano. Disse que precisava comprar duas ou três barracas e sabia que existiam as casas pré-moldadas da Usina de Salto Grande. Pediu que verificasse isso, por que ele precisava alocar os topógrafos da Usiminas. Eu me lembrei do proprietário do cine São José, Olinto Silva. Conversei com ele e conseguimos fazer negócio de uma casa. Fui com o Moraes até o André Sales, que era agente da estação, e compramos outra. Ele levou as duas casas para perto do horto, beirando a linha férrea e essas duas casas representaram o primeiro sinal da chegada dos topógrafos aqui em Ipatinga. Já existia a estrada de terra para Fabriciano e ônibus uma vez por dia, de propriedade de Antonio Gonçalves e depois de Osvaldo Silveira. Hoje, é a empresa Líder, que fazia a linha para Salto Grande. A primeira linha regular para Fabriciano, foi a de Aníbal Moraes Pereira, que depois vendeu para “Doca” Pires. Esta linha também transportava os operários das empreiteiras da Usiminas.

**P: Na fase da construção, o senhor foi o primeiro contato que a Usiminas fez aqui. Esta relação permaneceu até após a instalação da usina?**

**Raimundo Anício:** Quando chegaram aqui as primeiras empreiteiras para construir a empresa, precisavam de fornecedores de tudo. Fizeram os bandejões e fornecíamos os cereais. Para os operários, nós fornecíamos as mercadorias nas republicas. As empreiteiras nos pagavam mensalmente. Chegava gente de toda parte do Brasil. O pessoal ficava entre Ipatinga e Salto Grande procurando emprego. Os que voltavam e não achavam emprego ficavam espalhados na Praça de Ipatinga. Boa parte do pessoal que chegava ia pra Rua do buraco, que era mato puro. Eles abriam o mato e se instalavam em barracas. Fizeram mais de mil barracas cobertas com sacos de cimento das empreiteiras. Nessa época, só existia a Rua do Buraco e a Rua do Comércio.<sup>71</sup>

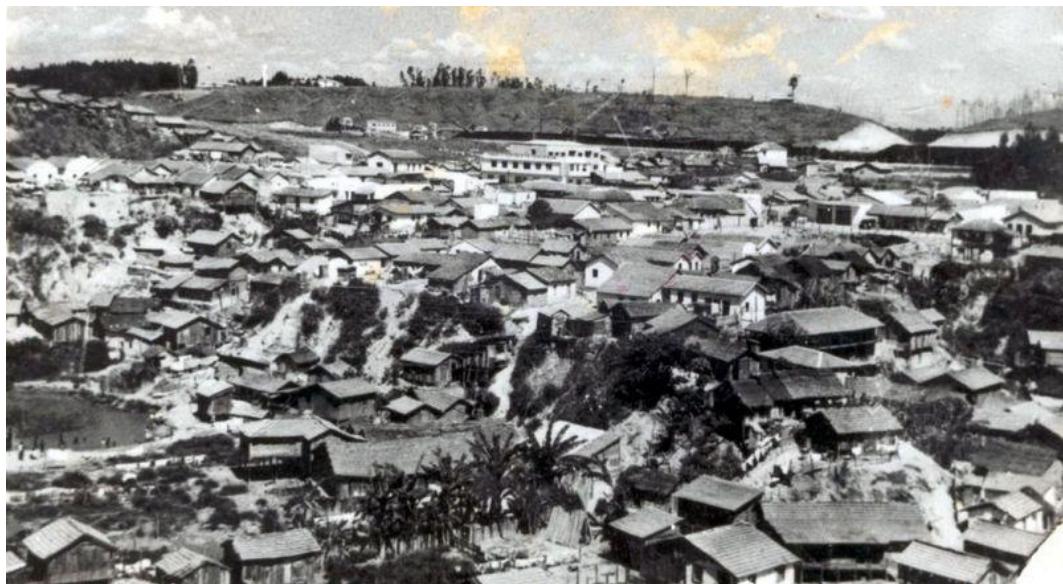
O senhor Anício está dentro de um movimento que aponta para os construtores da “cidade de Ipatinga”, mas ele também foi uma figura homenageada pela Usiminas. Ele é esse pioneiro em relação à cidade que também é elo dessa com a usina, é o único que pode falar isso. A rua do buraco foi o segundo sinal da presença da Usiminas próxima à pequena vila. As pessoas que estavam em trânsito procurando emprego e não conseguiam, iam se amontoando

<sup>70</sup> USIMINAS 25 ANOS. A comunidade, Ipatinga, Fascículo 9, out. 1987. Depoimento de Raimundo Anício Alves. p. 4.

<sup>71</sup> HOMENS EM SÉRIE: A História de Ipatinga contada por seus próprios personagens Ipatinga, v. 1, n. 1, Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991. p.31.

Idem.

em instalações precárias, barracos de madeira reaproveitada conforme já dito e revestidas de sacos de cimento vazios deixados pelas empreiteiras. No início da década de 1960 tinham o aspecto apresentado na fotografia abaixo.



**Figura 4 – Cartão postal de Ipatinga lugar na década de 1960.**

Fonte: Acervo do pesquisador (1981).

O senhor Raimundo Anício teve o nome mencionado em várias publicações sobre Ipatinga, foi cidadão honorário da cidade em 1986, tem, em muitas ocorrências, o título de pioneiro. Assim como ele, a figura de João Valentim Pascoal foi resgatada na década de 1980 por meio do livro de Carlindo Marques e da revista “Ipatinga ano 20”, que o colocou no elenco daquilo que foi se selecionando para ser exemplo do pioneiro. Esse processo de seleção ocorre de diversas maneiras, mas existe uma lógica em quase todas as fontes, que é o espaço reservado a um comerciante que atuou durante o processo de construção da Usiminas, um administrador, o primeiro em alguma parte da política, e por diante. Mesmo os primeiros trabalhadores têm sua maneira própria de expressar aproximação ou não com a empresa. Mas o fato é que, analisando somente os trechos de depoimentos do senhor Raimundo Anício com os quais trabalhei até aqui, vemos algo bem comum: ele estava ali na região e já interessado nas notícias dessa empresa. Provavelmente iria migrar para a cidade onde empresa estaria sendo construída, e por uma série de fatores decidiu que seria construída onde ele residia, a vila de Ipatinga. O senhor Raimundo Anício ajudou no primeiro contato dos trabalhadores com a região e, nisso, e em outros momentos de sua história de vida, foi qualificado como pioneiro, pela cidade e pela Usiminas – Raimundo Anício é esse elo. Mas o fato que o inseriu

nessa lógica foi a construção da empresa. Socialmente, existia um processo múltiplo de se ganhar a vida nessas duas vilas, mas economicamente as relações sociais em que o senhor Raimundo Anício estava inserido anteriormente à Usiminas não representavam quase nada.

A vila que ensaiava uma emancipação em 1963 era menor que uma das unidades de produção da Usiminas.



**Figura 5 – Construção da Usiminas com o vilarejo a frente (1959-60) e centro atual.**

Fonte: Acervo do autor (2011).

Nesse capítulo, inseri algumas preocupações que vão se desdobrar nos capítulos restantes, pois são fortes as circunstâncias que fazem confundir a história da construção de Ipatinga em decorrência da construção da Usiminas, e é certa essa afirmativa, pois Ipatinga, a cidade, foi construída por meio e depois da construção da Usiminas. No entanto, a ideia de cidade foi pensada e disputada dentro das vilas, principalmente a que se tornou o centro da cidade. No círculo de relações que o senhor Raimundo Anício está inscrito é que começa a se travar a ideia de uma possível cidade. Essa ideia foi disputada durante um período que nenhum dos responsáveis diretos pelos distritos se mostravam favoráveis, nem a Usiminas nem coronel Fabriciano, como se vê nesse depoimento.

**P:** O senhor chegou a Ipatinga em que ano?

**J. Carvalho:** Em 1959, de Braúnas, Minas Gerais.

**P:** Como era Ipatinga?

**J. Carvalho:** Quando eu cheguei, Ipatinga praticamente não existia. A Avenida 28 de abril chamava-se rua do comércio e havia ali poucas casas. O resto era mato puro. Não havia água, rede de esgoto, rede pluvial, rede elétrica. Nós compramos um lote na Rua Mariana, de Domingos Anício. A gente construiu com a maior dificuldade porque não havia pedra, tijolos, nada. Em Salto Grande eles estavam terminando as obras da usina hidrelétrica e estavam vendendo casas populares. Compramos uma, desmanchamos e transportamos para cá. Depois abri uma mercearia no lote e comecei a vender suprimentos para empreiteiras recém-instaladas.

**P:** Que comércio existia aqui?

**J. Carvalho:** Na época, Raimundo Anício tinha um bar e uma mercearia. O João Dominginhos tinha mercearia. Raimundo Nonato Vieira tinha uma farmácia. Os meninos do Zeca Furlanato, Inhô e Nelci tinham uma loja de tecidos. Zé Drumond também tinha uma loja de tecidos. Mas o mercado era muito pequeno, só vendia para pessoas da roça e os carvoeiros. Na medida em que as empreiteiras foram chegando, o mercado começou a acelerar. Só que era uma dificuldade tremenda, porque quando chovia, o caminhão que trazia a mercadoria atolava na estrada e tínhamos que arrumar um trator para tirá-lo. Para alguém comer carne, era necessário pegar o trem que vinha de Vitória e ir até Fabriciano. Depois esperar o trem voltar. Então a gente ficava o dia todo para comprar um pedaço de carne. Água, tinha um cidadão que tinha uma mina d'água e vendia. Havia o senhor Dolfo que tinha uma carroça. Ele descia a rua Araxá e enchia um tambor de 200 litros. Vendia cada lata de 30 litros por dois cruzeiros. Na época, a gente não tinha a quem recorrer. Procurávamos o prefeito de Cel. Fabriciano que se chamava Raimundo Alves de Carvalho e ele falava que nada podia fazer. Teve uma vez que pedimos um caminhão para facilitar nosso trabalho e *ele respondeu para gente se virar sozinho*.

**P:** Nessa época, qual a relação que vocês tinham com a Usiminas?

**R:** Nenhuma. Depois que chegaram na cidade João Cláudio Teixeira de Sales e Gil Guatimosim, começaram a conversar um pouco. *Mas eles tinham medo de aparecer e se envolver na política local*. Então, a gente teve que criar a Sociedade dos Amigos de Ipatinga, mais ou menos em 1960. Reunímos em uma casa em construção onde hoje é a loja Ribeiro, na Avenida 28 de abril. Levamos o estatuto, registramos e daí veio a ideia de emancipação.

**P:** O prefeito de Fabriciano sabia desse movimento?

**J. Carvalho:** Sabia e nos negou tudo. Eu fui eleito presidente da associação. Depois, quando a gente criou uma comissão composta também pela UDN, comecei a tirar fotografias e a fazer tudo que a lei pedia para a emancipação, isso já em 1962, 1963. Assim, reunimos a documentação necessária e tivemos que pegar alguns documentos na prefeitura. *O prefeito nos negou, dizendo que seríamos eternamente feudo da Usiminas.*<sup>72</sup> (grifos meus).

No processo de construção da Usina Intendente Câmara, criou-se um elo de reconhecimento a projetos de expansão e desenvolvimento anteriores que, em verdade, não foram contínuos, criando uma corrente de pensamento hegemônico que disputou cada espaço dentro dessa futura cidade, inclusive projetando uma parte onde seria sua por excelência e uma que não seria prioridade imediata. O nome da usina foi uma homenagem a Manuel da Câmara Bittencourt e Sá, Intendente Real das Minas e Diamantino, primeiro a sonhar com a produção de ferro em Minas Gerais, dando um valor de conotação histórica ao que, na verdade, é uma empresa. Também construiu a ideia que, com a Usiminas, o estado de Minas Gerais tinha aprendido a lidar com questões existentes – desde os desejos da Coroa Portuguesa e depois no Império, de extrair riquezas da região –, somadas aos sonhos de Artur Bernardes<sup>73</sup> de construir o *Vale do Ruhr* nessa porção de Minas Gerais<sup>74</sup>. Poderiam se unir em

<sup>72</sup> HOMENS EM SÉRIE: A História de Ipatinga contada por seus próprios personagens Ipatinga, v. 1, n. 1, Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991. p 31.

<sup>73</sup> DINIZ, Clécio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. 1981. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1981. p. 37.

<sup>74</sup> SANTOS, Ulisses Pereira dos. Ambiente Institucional e Inovação na Siderurgia de Minas Gerais. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. UFMG/Cedeplar, 2009.

uma construção definitiva perante os planos de metas de JK. E deu certo. A Usiminas tinha ainda a seu favor o fato de que a demanda pelo aço iria aumentar no Brasil, pois, dentre os projetos nacionais propostos no governo JK, estava o financiamento da indústria automobilística em São Paulo e a ampliação da siderurgia. A Usiminas não era apenas um projeto de elites mineiras, era simultaneamente um projeto em disputa política no país, um projeto estratégico.

Os nomes que participaram desse fato capitalista que é Ipatinga foram selecionados dentre várias aptidões ou participações em eventos. Cabe notar, há muito tempo no texto eu não cito os empreiteiros. Esses aparecerão com mais frequência quando formos discutir as formas de viver nas trajetórias dos trabalhadores, no próximo capítulo. O que pudemos apresentar é que, mesmo sendo entendido como pioneiro, não desfrutou de muitos privilégios durante esse processo de construção é que a Usiminas e o parâmetro, sem sua existência não haveria mudança na realidade de uma vila que nada mais era que um ponto de parada.

No entanto, mobilizou a migração de mais de uma dezena de milhares de trabalhadores que foram convidados das mais variadas maneiras.

PR – Fale para mim seu nome completo.

E – Edson santos Faria.

PR – Você está com quantos anos, Edson?

E – Hoje eu sou idoso, sessenta anos de idade, natural de Uberaba.

PR – E como você saiu daqui pra... você trabalhou em Ipatinga, né? Na Usiminas. Como foi essa história.

Ed. – Como eu sou ex-aluno do SENAI-Uberaba, então, na época, na década de sessenta, a Usiminas ela, a direção dela foi até inteligente, ela pegou convênio com o SENAI/MG e onde no Estado tinha escola ela pegou ex-aluno pra ela, convocou os ex-alunos, pra fazer a seleção em Belo Horizonte e ser funcionário dela. Então a gente foi (inaudível).

PR – É o chamado processo de recrutamento. E ela veio aqui em Uberaba pra recrutar o pessoal ou vocês foram em Belo Horizonte?

Ed – Eles mandaram correspondência para todos os SENAI, e o diretor então fez a convocação, via meio de comunicação e alguns mais difíceis que não apresentavam, correspondências aos pais ou responsáveis que tinham registros. Na época em estava em Jundiaí trabalhando, na fábrica de torno, PROMEC, aí meu falou assim, passei na casa da minha avó lá em São Paulo e ele falou assim, não vai dar pra mim passar lá no Edson, mas podia passar alguém lá e falar pra ele ir para Uberaba que uma grande firma está se instalando no Estado de Minas e... (PR está recrutando) está recrutando e o futuro deles é essa firma.

PR – e você foi pra Ipatinga quando?

Ed – Junho de 1962.

PR – Mas nessa época você não era casado, era solteiro.

Ed – Não, eu tinha dezessete anos de idade.

PR – Dezessete anos? E você chegou lá, como é que você se instalou lá, onde você foi morar, como era?

Ed – Nós fomos para Belo Horizonte, saímos daqui de Uberaba no trem, naquela época ainda existia a Rede Ferroviária. Onde é a Rodoviária hoje aqui em Uberaba, ali era a Estação Ferroviária. Ela dava a volta ali onde você atravessa a Fernando Costa, naquela (PR- Pagliário – pega aquele posto de gasolina) aquela curva ali era da linha de trem. E aquela paralela com a Fernando Costa, do lado da Guilherme

Ferreira, (PR- Coronel Joaquim de Oliveira Prata) ali é que o trem passava, dava a volta, passava lá no Miusa, lá no Frigorífico lá em baixo lá e, Araxá, e embora (PR- você foi de trem) nós fomos de trem, nós fomos... um vagão e meio. Só de ex-aluno do SENAI. Aí chegamos em Belo Horizonte, fizemos os testes lá no SESI e noventa e nove por cento passou tudo, todos jovens, alguns tinham problema de saúde ou coração, agente não sabia, não foram. E nós, que éramos de menor, eu mais uns oito, nós fomos chamados no recrutamento da Usiminas, na rua Timbíras, e um nos falou assim: vocês estão indo pra lá, vocês são de menor, não entregue sua carteira profissional lá, quando vocês completarem dezoito anos, tirem a carteira de menor, vão lá e entreguem. Se alguém perguntar pela carteira sua, vocês falem que esqueceram em Uberaba e vão enrolando eles até completarem os dezoito anos. Aí, quando completarem os dezoito anos, vocês tirem a carteira, tirem o Título de Eleitor, fez um série de observações lá, né, tirem a identidade, antigamente era pequenininha, identidadezinha verdinha, e assim nós fizemos.

PR – Quer dizer que você começou a trabalhar na Usiminas menor de idade ainda e não tinha Carteira Profissional, nada, e foi enrolando até completar a maioridade.

Ed – Nós apresentamos em Belo Horizonte todo o documento, certidão de nascimento tudo que eles pediram, né, e mais o cadastro que eles tinham nosso, do SENAI né, então foi assim.

Não vamos demonstrar um grande quadro de diferentes migrações, pois seriam inúmeras e repetidas formas – uns vindos de perto porque souberam da notícia por meio de boca a boca, e pessoas advindas de lugares mais distantes, mesmo sendo menores de idade e, em outros casos, aceitos como mão de obra sem qualquer burocracia, a depender da demanda. O que surge de relações nesse contato empregador-empregado é o que será nossa próxima questão.

O que queríamos demonstrar nesse capítulo era uma gama de relações humanas que foram se estabelecendo em um compasso de tempo bem diferente do ritmo que seria introduzido pela construção da Usiminas. Mesmo com reduzido numerário humano, essas pessoas se organizaram para recepcionar a usina e os que veriam por causa do empreendimento. Os comerciantes que já existiam, somados aos que vieram, formaram uma associação com a finalidade de emancipar essa situação, assim defendendo seus direitos. Tal associação é citada em todas as publicações sobre Ipatinga na época; ela ficou para a posteridade como pioneira da luta pela emancipação.

No primeiro momento, essa emancipação é negada e posteriormente ela é consentida sem maiores explicações sobre os motivos que viabilizaram sua aprovação, haja vista que o primeiro projeto era de que Ipatinga, Timóteo e Coronel Fabriciano seriam uma única cidade. A emancipação foi concedida menos de seis meses após o massacre de Ipatinga.

No que merece discussão concernente aos conceitos, apesar de ainda não termos um amadurecimento para melhor compreender a questão, as pessoas foram se organizando e se reorganizando em função da construção da usina. Fica claro que existem certos movimentos sociais que foram tomando novas formas e novas cores durante o tempo, fato que implica em

a história da jovem cidade de Ipatinga ser construída, em sua maior parte, através dos depoimentos dos participantes. Temos que ter em mente sempre: como contar a história de construção de uma cidade e de uma usina sendo que noventa por cento dos participantes não pertencem ao lugar e talvez metade não pertencia ao lugar ou à usina? Nesse entremeio é onde reside o principal problema de ser discutir qualquer conceito a respeito dessa cidade.

Primeiro, não é um lugar comum ou construção comum, é um ponto de passagem onde todos negociam para viver – ou mantimentos ou carvão – há alguns ferroviários e se fecham aí os viventes na região. Uma usina não escolheria um lugar desse sem motivo. Ela cita os motivos óbvios da malha ferroviária, recursos hídricos e proximidade dos centros siderúrgicos, mas não consta em nem um de seus documentos oficiais que, dentre milhares de opções ao longo da EFVM, essa vila era o lugar em que ninguém se responsabilizava e no qual ela poderia gerir trabalhadores com pouquíssima participação de qualquer órgão de regulação.

Em segundo lugar, pessoas como o senhor Raimundo Anício e José Orosimbo, como outros tantos que citei, são representantes de um modelo de pioneiro que, com o tempo, ganhou outras formas. Na época de lançamento da publicação “Homens em série”, os depoentes, apesar de serem interpelados por um trabalho que propunha mostrar o lado bom da trajetória do aço, foram pessoas escolhidas, dentre várias qualidades, pelo fato de que representaram a luta pela construção da cidade de Ipatinga. Hoje, nas publicações mais recentes, essa reivindicação pública se ampliou para a dimensão de que os depoentes são aqueles que estavam no início. E o início de Ipatinga é a construção da usina.

Compartimentar figuras humanas como as que apresentei, dentro de um quadro fixo em que a hegemonia responde à supremacia e à dominação da Usiminas é incoerente com a constatação de que os primeiros depoimentos em série começam na segunda década de vida da cidade, quando estava ela comemorando todo seu sucesso. O conflito está presente nos depoimentos e mesmo no reverso dos discursos vemos que hegemonia, no caso de Ipatinga, não se resume a um discurso imposto, pois o discurso da usina é o mais criticado dentro da cidade; encontramos esse discurso hegemônico em projetos que foram disputados pelas pessoas da cidade. A grande maioria das pessoas ligadas a essa representação de pioneirismo tem seu território marcado pelo significado da construção da usina, pois somente a construção da usina possibilitou as referências para construção da imagem de pioneiro. Sem esta, a sorte teria outros destinos para a vida destas pessoas. Talvez hoje não fossem pioneiros.

Mesmo tendo essa lógica rasteira, o óbvio mesmo pode ter se apagado um pouco com o passar do tempo, na da lógica de um lugar que mudou de forma mais de cinco vezes dentro

de sua curta vida de menos de cinco décadas. Os conceitos de hegemonia e luta de classes, menos que compartimentos nos quais nossas verdades vão repousar seguras nas caixas da verdadeira teoria, são problemas que nos auxiliaram a entender que certos processos estão tomando outras conotações e fragmentos específicos podem ser mais bem explorados nas próximas discussões.

## CAPÍTULO 2

### OS DIVISORES



**Figura 6 – EFVM entre Usiminas (abaixo) e os bairros Iguaçu (no alto e a esquerda), Novo cruzeiro e Jardim Panorama (no alto e a direita).**

Fonte: Acervo do autor (2011).

Nota: Fotografia de 2011.

Durante a construção da Usina Intendente Câmara ocorreu um processo de hierarquização em virtude da disciplina imposta no espaço de trabalho. Essa hierarquização se refletiu nas relações sociais que passaram a estabelecer a rotina dos espaços que constituiriam a cidade de Ipatinga e tomaria forma na arquitetura da cidade que viria ser construída. Os trabalhos produzidos a partir de 2006 tentando entender Ipatinga entre as décadas de 1950 e 1960 utilizaram dois caminhos: estabelecer as relações de aproximação com o ambiente pré-golpe de 64, reconstruir parte das relações anteriores ao conflito de outubro de 63 e ou discutir a formação da cidade.

Parte das minhas escolhas esteve irremediavelmente se aproximando do problema das causas do massacre de Ipatinga, ou melhor, o que ou de quem seriam as responsabilidades do incidente. Num movimento diferente, quero, nesse capítulo, levantar algumas questões que podem servir ao entendimento do ambiente gerado pela construção da Usiminas. Ao invés de pensar a atmosfera pré-massacre e pré-golpe, quero entender as referências e deferências que foram se estabelecendo na regência do que seria emancipado como cidade de Ipatinga. No que

sempre tem maior importância está o fato de que tudo isso ocorreu em virtude das formas como foi construída uma usina siderúrgica.

A Usiminas era uma construção dentro dos projetos mineiros e nacionais<sup>75</sup> de desenvolvimentismo. Sendo assim, o estado brasileiro é a instituição que deveria arcar com as responsabilidades sociais desta construção. Nossa problema é entender como as relações foram se transformando, rivalizando, gestando e se encontrando dentro de um panorama onde o motor real das tensões é um projeto capitalista. Na leitura que faço, seria uma das dimensões do que salienta Francisco de Oliveira em “Crítica a razão dualista”.

A vertente pela qual ocorrerá o esforço da acumulação é a do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que fornecerá os excedentes internos para a acumulação. A intensa mobilidade social do período obscurece o significado desse fato, pois comumente tem sido identificada como melhoria das condições de vida de vida das massas trabalhadoras, que, ao fazerem-se urbanas comparativamente à sua extração rural estariam melhorando. Não há dúvida que o resultado dessa comparação é correto, mas ela não diz nada no que respeita a relação às relações salário-real e custo de reprodução urbano da força de trabalho que é a comparação pertinente para compreensão do processo, tampouco às relações trabalho real–produtividade, parâmetro esse que no período começa a crescer, em termos reais: o diferencial entre salário real e produtividade constitui parte do financiamento da acumulação.<sup>76</sup>

O economista Francisco de Oliveira dedica uma parte desse seu trabalho defendendo que o esforço para acumulação de capital através do aumento da taxa de exploração do trabalho que ocorreu durante a aceleração do plano de metas está relacionado com as pré-condições da crise de 1964. Uma ideia que foi discutida por vários autores é que o golpe teve entre seus principais interesses a defesa, manutenção e expansão da acumulação capitalista que o país estava adquirindo em grande parte financiada com investimento estrangeiro. O que devemos deixar claro é aquilo que é específico da região de Ipatinga, uma cidade que, a priori, não estava nos planos da empresa ou, pelo menos, não com a rapidez com que foi emancipada após a construção da usina, pois a cidade iria construir-se depois. Pensando que exploração e dominação se entrelaçam no conjunto do processo, precisei de mais referenciais que ajudassem nessas questões, dialogando com os questionamentos próprios das fontes, já que se

<sup>75</sup> A chegada da grande siderurgia baseada no uso do carvão mineral em Minas Gerais, com a construção da USIMINAS, tem raízes em intensos debates a respeito das políticas mineral e siderúrgica no país, as quais se arrastaram por um período de quase 50 anos. Dois episódios foram fundamentais para o desenvolvimento do processo que levou ao surgimento da USIMINAS, são estes o Contrato de Itabira e a criação da CSN, que alteraram os ânimos dos mineiros em relação à instalação de uma grande usina no estado. In: SANTOS, Ulisses Pereira dos. Ambiente Institucional e Inovação na Siderurgia de Minas Gerais. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2009. p. 50-54.

<sup>76</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 78.

trata de um empreendimento que foi conquistado dentre os anos em que o país estava prestes a submergir em duas décadas de ditadura.

No capítulo anterior, tentei esclarecer que aquilo que se narra como história de Ipatinga somente tem sentido dentro das relações de um processo capitalista; aqueles que são identificados como pioneiros de Ipatinga são selecionados pelas relações que estabeleciam antes ou depois da Usiminas, também, e devo ressaltar que, apesar da cidade de Ipatinga ser um produto direto da construção da Usina Intendente Câmara, isto aconteceu em meio a disputas. A ideia de cidade foi disputada anteriormente dentro da associação dos amigos de Ipatinga que era formada por comerciantes, trabalhadores e proprietários<sup>77</sup> de terras da região que abrangia os distritos de Ipatinga e Barra Alegre. Até o conflito do dia sete de outubro de 1963, a Usiminas não se responsabilizava com essa ideia e se comprometeu unicamente na delimitação do seu espaço<sup>78</sup> e na construção dos bairros operários divididos em virtude da hierarquia imposta pela empresa; assim, surgiria paralela à construção da Usiminas a construção de uma cidade dividida.

Devemos ter em mente que no início das operações a empresa não se manifestava sobre a construção de uma cidade, o que era solicitado pela Associação dos amigos de Ipatinga e, dentre os fatores cabíveis, quero citar a justificativa do então presidente da chefia geral Luiz Verano, contida em um artigo escrito por Marcelo Freitas. O autor procurava os antecedentes do massacre e entendeu que este estava primeiro no descompasso entre a construção da Usiminas, “que precisava ser às pressas, e a da cidade, que precisou ser construída do nada”<sup>79</sup>.

### 1.0 – Os antecedentes do conflito

O conflito, ocorrido na manhã de 7 de outubro de 1963, não aconteceu por acaso.

Para descrever suas causas, é preciso entender o contexto da época. A Usiminas foi construída durante o governo JK, cujo slogan era “50 anos em cinco”. A usina fazia parte do Plano de Metas. O desenvolvimento da siderurgia era a meta 19 do setor indústria de base. Entre o lançamento da pedra fundamental e a inauguração da usina,

<sup>77</sup> Dois: Jair Gonçalves (Fazenda Prato Raso) e José Anatólio Barbosa (Fazenda Esperança). Nenhum dos dois desfrutou qualquer benefício sobre valorização das terras, sendo que terra nessa região valia pouco e a lógica do capital imposta pela novidade dissipou as estruturas dessas fazendas antes mesmo de qualquer bem de especulação imobiliária.

<sup>78</sup> O primeiro sinal da ocupação da Usiminas na região foi dois barracos de madeira construídos para os topógrafos onde é o Bairro Horto. Pouco tempo depois teve um sinal bem mais forte: uma cerca de arame foi colocada em todo o terreno que a empresa julgava precisar usar (com a perspectiva de futuras ampliações) dividindo ao meio uma região que não tinha demarcações. Quem precisasse passar em direção ao litoral ou a capital precisava da permissão de algum segurança que estava nas guaritas que fecharam com arame as duas saídas do local que seria a futura cidade de Ipatinga.

<sup>79</sup> FREITAS, Marcelo. Não foi por acaso: A história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no massacre de Ipatinga. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL – TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA, 10., 2010, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 2010. ISBN978-85-7315-769-7.

passaram-se quatro anos e dois meses. Nesse período, tudo em Ipatinga **teve que ser construído do nada** – a usina em si e a infra-estrutura de apoio aos trabalhadores que para lá afluíram **dos mais diferentes estados**. O resultado foi a existência de um enorme descompasso entre estas duas realidades.

Tal fato foi confirmado pelo médico Paulo Pinto, chefe dos Serviços Médicos da Usiminas. Ele conta que no início de operação da usina, tornou-se necessária a construção de um hospital para atender aos trabalhadores da empresa e das empreiteiras, que tinham que deslocar-se até o vizinho município de Coronel Fabriciano para receber tratamento médico. A construção do hospital foi conseguida a duras penas, depois que ele chegou a pedir demissão, em protesto contra a atitude da empresa de priorizar a construção da usina.

Uma das maiores reivindicações da população local e dos profissionais da área era a construção de um hospital. Acontece que todo o dinheiro da empresa tinha que ser mandado para a **construção da usina**, que **era prioritária**, mas nós, da área de saúde, não entendíamos isso.<sup>80</sup>

Essa visão foi reforçada por Luiz Verano, Chefe Geral da Construção da Usina e da Cidade de Ipatinga. Ele definiu a construção da cidade como um “brinquedinho”, perto do que foi a da usina.

A coisa mais **importante** na construção de uma usina é **o tempo**. Não adianta. **Juros** durante a construção **custam** uma fábula! O que se **perde de produção**. Nós tínhamos uma **preocupação** muito grande de **acelerar as obras ao máximo, tomando até atitudes drásticas. Mas a gente faz, e pronto.**<sup>81</sup>

Na mesma publicação, Luiz Verano admite que a empresa errou ao não prover a infra-estrutura de apoio necessária à cidade.

Gerou-se muito **conflito**. Inclusive houve um erro – que eu diria ser meu –, mas **não havia outra maneira de fazer**. Fizemos alojamentos enormes, onde moravam cem pessoas de cada vez. **Como** é que eu iria alojar 10 mil pessoas não sendo **através de um regime militar?**<sup>82</sup> (grifos meus).

Marcelo Freitas continua explorando a ideia de *regime militar* e termina com mais um depoimento do senhor Raimundo Anício.

O “regime militar” ao qual Verano se referiu se **materializava no corpo de vigilantes da empresa e nos soldados da Polícia Militar**, que, constantemente, eram chamados pela companhia para “apaziguar” os ânimos dos trabalhadores, que se queixavam de seguidos maus-tratos por parte, tanto dos vigilantes quanto da PM. Um desses “maus-tratos” (o espancamento e prisão de Rodir Rodrigues na noite de 6 de outubro) resultou, de forma direta, no conflito do dia 7. A comissão de sindicância da própria Usiminas **apontou, como causas do episódio, as deficiências na infra-estrutura de apoio aos trabalhadores, além da forma violenta como estes eram tratados pelo corpo de vigilantes da Usiminas e pelos soldados da Polícia Militar**. Segundo Raimundo Anício, um dos pioneiros da fundação de Ipatinga, a situação do município chegou a ser caótica no auge da chegada da mão-de-obra.

<sup>80</sup> Depoimento de Paulo Pinto à publicação alusiva aos 25 anos de fundação da Usiminas, “A comunidade”, 1987. P13. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso: A história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no massacre de Ipatinga*. X Encontro Nacional de História Oral – TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLITICA. Recife, UFPE, 2010. ISBN978-85-7315-769-7.

<sup>81</sup> Depoimento de Luiz Verano a publicação alusiva aos 25 anos de fundação da Usiminas, 1987, p. 14. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso: A história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no massacre de Ipatinga*. X Encontro Nacional de História Oral – TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLITICA. Recife, UFPE, 2010. ISBN978-85-7315-769-7.

<sup>82</sup> Idem. Ibidem.

O trem descarregava na estação, que era aqui pertinho, 50, 100, 200, 300 famílias. Alguns vinham com a família e outros não. Então, **não havia nada que chegasse**. No princípio, as empreiteiras aceitavam o pessoal, mas chegou num ponto que não tinha onde colocar mais, porque era muita gente. **O pessoal vinha e trazia o problema social para Ipatinga**. Eles vinham e não tinham dinheiro para voltar. Numa barraquinha coberta de qualquer coisa, a gente encontrava o pai, a mãe, dois ou três filhos. Ficavam lá naquela miséria.<sup>83</sup> (grifos meus)

Com essa paisagem, o autor conclui que “Assim, desde cedo, quando da implantação da usina, Ipatinga era uma cidade de desiguais”.<sup>84</sup> Isso que ele chama de cidade de desiguais está relacionado ao fato de que a empresa tomaria para si um espaço seu por excelência em diferenciação a um que não teria responsabilidade, criando uma dicotomia que ficou conhecida por “cidade da Usiminas” e “cidade de Ipatinga”<sup>85</sup>, diferenciando os bairros que foram construídos por ela à direita da linha férrea, pensados e construídos através da hierarquia existente dentro da empresa, dos bairros que surgiram à esquerda da ferrovia, os quais foram surgindo, em sua maioria, sem planejamento ou supervisão da empresa. Entre esses dois existiam como vilas bem antes dela, um bairro que se chamava Barra Alegre, um pouco distante e outro com o nome de Ipatinga, este a menos de cem metros da cerca de arame da usina e, nesses anos de construção, foi conhecido pelos trabalhadores vindos de fora como “cidade livre”, como mencionado.

Um dos principais problemas a se indicar quando comecei a trabalhar dessas divisões foi que as aparências, motivações e experiências sociais parecem nos confundir ou desviar o centro da análise. Então foquei como ponto de partida, o dado de que em 1957 foram fundadas as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais; em 1958 chegam à pequena vila de Ipatinga os primeiros funcionários para a construção, um grupo de topógrafos que foram recebidos pelo senhor Raimundo Anício e se instalaram perto do que hoje é o bairro Horto e, na época, tinha o mesmo nome, pois era um horto de mudas para reflorestamento planejado pela Cia. Belgo Mineira. A pequena vila de Ipatinga era um lugar com cerca 236<sup>86</sup> pessoas e, ora era barro, ora poeira, acidente com ofídios e era preciso andar muito para conseguir determinados gêneros como carne, quando o morador não era provido de seus animais para consumo ou estes não estavam devidamente cevados.

<sup>83</sup> FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso: A história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no massacre de Ipatinga*. In: X Encontro Nacional de História Oral – TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLITICA. Recife, UFPE, 2010. ISBN978-85-7315-769-7.

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Vide Anexos.

<sup>86</sup> PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGLOMERADO URBANO DO VALE DO AÇO – Plano de ocupação e uso do solo de Ipatinga. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1978. Elaboração: Centro de Desenvolvimento Urbano da FJP. v. 15. p. 4.

Com a construção da usina, alguns problemas se agravaram e somaram-se a outros, evidenciando uma trajetória de tensões que são mote de transformações nos padrões anteriores. Essas tensões de diversas dimensões culminaram em um incidente conhecido como *o massacre de Ipatinga*, aquilo que é a trajetória de impacto de um projeto capitalista em uma região não capitalista, o que foi decisivo para o surgimento de uma cidade, às vezes recebe o nome de *antecedentes do conflito*.

Em Janeiro de 1963 o Governador José de Magalhães Pinto envia uma carta<sup>87</sup> negando o pedido de emancipação enviado pela associação dos amigos de Ipatinga com a justificativa de que isso desmobilizaria a unidade administrativa que unificava a região e as duas siderúrgicas. Um ano e três meses depois e com uma *chacina*<sup>88</sup>, a cidade estaria emancipada – mas não construída. Isso foi o desfecho de um processo em que se reflete que a região onde seria a cidade coexistiu com uma relação de tensões que não se traduzem apenas por incidente isolado, mas o acumular de tensões diferenciadas. Aquilo que é a construção da cidade e os antecedentes do massacre é, na verdade, o mesmo processo.

Ipatinga, nos anos 1950, tinha uma estação ferroviária e menos de trezentas pessoas alojadas ao redor da estação. O ambiente para além de um vilarejo rústico era uma parada de comitivas com algum comércio em direção ao litoral, entre pilhas de madeira que depois seriam pilhas de carvão para Cia. Belgo Mineira. Apesar dos problemas já relatados, apresentam-se pessoas com trajes distintos em fotos de época, também certa descontração e, ainda, não encontramos na organização das fontes o problema da fome que viria se manifestar durante os primeiros quatro anos de construção da usina e que continuaria no decorrer do crescimento de Ipatinga.

---

<sup>87</sup> Estado de Minas Gerais. Gabinete do Governador. Belo Horizonte, 7 de Janeiro de 1963. Carta indeferindo o pedido de emancipação em Janeiro de 1963. Vide Anexo D.

<sup>88</sup> “Chacina nas Minas Gerais” é o título que ilustra a reportagem da Revista “Cruzeiro” sobre o ocorrido em sete de outubro de 1963 em Ipatinga.



**Figura 7 – Foto atribuída à vila de Ipatinga nos anos 1950.**

Fonte: Acervo do autor (2011).

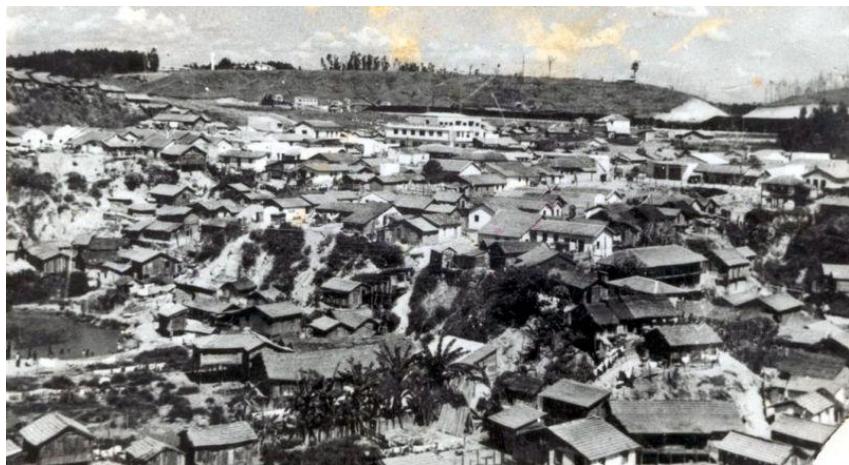


**Figura 8 – Estação de Ipatinga inaugurada em 1933 e Zé Fabrício com Irmã e duas primas em 1950.**

Fonte: Acervo do autor (2011).

Diferentemente o período anterior, durante a construção da Usiminas a vila que seria o centro da cidade era um emaranhado de barracos dispostos aleatoriamente onde os que vinham chegando sem garantias em sem dinheiro iam se amontoando na parte mais baixa do terreno, construindo com o resto de caixas madeira e saco de cimento que eram jogados na frente do povoado. Essa parte mais baixa da vila onde os migrantes, sem garantias, se alojavam ficou conhecida como Rua do Buraco, que é sempre muito citada como lugar da zona boêmia. No entanto, essa rua não existia no antigo povoado, foi resultado da chegada dos trabalhadores para construção e, apesar de um intento da prefeitura de João Magno de

Moura<sup>89</sup>, essa rua existe até hoje. Somado ao que acontecia nessa época, hoje é presente também o tráfico de drogas.



**Figura 9 – Cartão postal de Ipatinga na década de 1960.**

Fonte: Acervo do autor (2011).

Entre entender que as narrativas produzidas sobre a construção da cidade de Ipatinga nos anos 60 irremediavelmente se transformam *em antecedentes do massacre* e pensar esse dia fatídico em relação ao que está se construindo de cidade por meio de divisões que não existiam, consegui direcionamento para minhas questões em E. P. Thompson, particularmente no caminho de investigação descrito em “A formação da classe operária inglesa – II tomo, A maldição de adão, Capítulo 5 – Padrões e experiências”<sup>90</sup>. O caminho de investigação passa pela comparação entre as perguntas; em outras palavras, passa por interrogar o que as fontes estão dizendo.

Na primeira subseção do capítulo, E. P. Thompson faz questionamentos falando a respeito de consumo: “que parcela se distribui o produto nacional? Investimento capital? Artigos de consumo pessoal? A alimentação? o tempo, é as recorrências e dissidências dos padrões?”<sup>91</sup>. Também no subitem seguinte questiona sobre moradia: “em cinqüenta anos se modificou, não viviam da mesma forma, sim melhor, mas vários problemas se intensificaram

<sup>89</sup> O projeto “Novo Centro” indenizou boa parte dos moradores próximos ao ribeirão Ipanema e/ou os transferiu para um bairro construído parte em regime de mutirão e parte para essa indenização. A ideia era retirar todos os moradores da rua do buraco, mas muitos não aceitaram e continuaram no lugar. O bairro da transferência recebeu o nome de Planalto 2, a população da cidade não demorou a criar um apelido para o bairro: “Espanha”, “Espanha tudo”.

<sup>90</sup> THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa, *A maldição de Adão*. 4. ed., Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e terra, 2002. Coleção oficinas da história, v. 5. p. 179-224.

<sup>91</sup> Idem. p. 179-183.

– água, saneamento, esgoto”<sup>92</sup>. O subitem reflete sobre vida através das seguintes questões: “**as dificuldades de interpretação dos padrões**, diminuição da mortalidade infantil se expressa em quantificação que se possa usar, o problema da explosão demográfica e o porquê as pessoas morriam”<sup>93</sup>. Quando no último, fala da infância: “fala que as crianças eram necessárias nas minas por certas galerias eram pequenas, os operários eram mais cruéis no tratamento das crianças em seguida afirma que os órfãos eram entregues como aprendiz num determinado momento”<sup>94</sup>, para finalmente integrar o grande questionamento de como era avaliada a questão da infância. Temos a dimensão de que E. P. Thompson estava refletindo sobre a classe operária de toda Inglaterra no espaço de tempo de aproximadamente um século e o nosso caso é localizado.

Se utilizarmos Thompson por meio de um questionário como o organizado no parágrafo anterior, iremos notar aproximações entre os casos – ambos correspondem a processos capitalistas. O exercício de aproximação é válido, mas antes devemos apresentar aquilo que é específico da região de Ipatinga nas décadas de 1950 e 1960. Quero começar falando sobre moradia, mas não fazendo uma divisão em subitens, pois um montante significativo da história de Ipatinga foi construído por meio de depoimentos. Nesses, os elementos que queremos discutir aparecem conjugados no processo de vida de cada um; tanto a construção da usina como a construção da cidade se encontram na trajetória de vida de cada depoente.

A seguinte organização foi pensada: um propósito primeiro de apresentar a grande divisão que era morar, depois demonstrar três formas de divisões entre as pessoas que surgiram com a construção da usina. Tentando diferenciar algumas camadas do que seriam as relações de divisões e conflitos de um lugar que primeiro se aglomerou para construir uma usina e depois decidiu em que lugar ficaria cada componente: do lado dos que estavam organizados, a parte nobre e classe média. Na outra metade, para o restante dos extratos sociais que tentavam se fixar em alguma coisa numa região onde tudo estava por ser construído. A primeira parte do problema consiste em discutir a moradia.

A *cidade da Usiminas*<sup>95</sup> é, na verdade, o conjunto de bairros existentes à direita da EFVM (sentido BH-litoral) onde foram construídos os alojamentos para os operários da usina.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 184-190.

<sup>93</sup> Idem. p 190-202.

<sup>94</sup> THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa, *A maldição de Adão*. 4. ed., Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e terra, 2002. Coleção oficinas da história, v. 5, p. 202-224.

<sup>95</sup> Vide sequência de fotos em Anexo “B” e “C”.

Mais tarde, às vésperas da inauguração<sup>96</sup>, estavam sendo entregues as primeiras casas construídas para os funcionários<sup>97</sup>. Os bairros foram pensados levando-se em conta a hierarquia administrativa da empresa, conforme demonstra quadro produzido por Paulo Roberto de Souza:

- 1 – **Maringá** – habitado por trabalhadores menos qualificados, ou sem qualificação profissional tinha uma saída.
- 2 – **Candangolândia** – também trabalhadores menos qualificados, ou sem qualificação profissional. Tinha uma saída a mesma do Maringá.
- 3 – **Horto** – situado a esquerda da linha de ferro, o bairro tinha duas saídas: uma para coronel fabriciano e uma para a Usiminas (que seguia na direção de Ipatinga). O bairro era habitado por técnicos brasileiros e japoneses, altamente qualificados.
- 4 – **Santa Monica** – situado a esquerda da linha de ferro, esse bairro era habitado quase em sua totalidade por trabalhadores solteiros. O que mais chama a atenção nele e sua localização geográfica. Saindo do bairro horto destinado aos técnicos brasileiros e japoneses, o bairro localiza entre os morros e sua única saída e a descida para o bairro horto. Não existe a possibilidade de saída para os morros.
- 5 – **Areal** – Habitado por trabalhadores qualificados, mas sem cargos expressivos na empresa.
- 6 – **Imbaúbas**<sup>98</sup> – Habitados por trabalhadores menos qualificados.
- 7 – **Bom retiro** – Considerado na época como o bairro mais populoso dos construídos pela Usiminas, o Bom retiro abrigava trabalhadores qualificados, variando entre cargos intermediários como Líderes de grupo e Supervisores.
- 8 – **Bela Vista** – construído na década de 1990.
- 9 – **Bairro das Águas** – construído na década de 1990.
- 10 – **Cariru**<sup>99</sup> – Considerado um Bairro de chefia – Supervisores, chefes de seção e chefes de divisão. Além desses, vários blocos de apartamentos destinados aos japoneses que traziam a tecnologia para construção da Indústria.
- 11 – **Castelo** – localizado na saída para Caratinga e centro de Ipatinga. Esse bairro foi destinado a alta chefia da Usiminas: Chefes de Divisão, Departamento, Diretoria e Presidência. O bairro estava localizado na parte mais alta de todos os bairros da Usiminas. Hoje, com o crescimento populacional, outros bairros foram criados em planos geográficos superiores; entretanto, é valido observar que, do alto do bairro, era possível observar todo o Complexo Industrial da Usiminas.
- 12 – **Vila Ipanema** – ao lado do bairro Castelo, em plano geográfico inferior e, do outro lado da linha que representa a saída da cidade e a EFVM. Equiparado aos bairros Maringá e Candangolândia esse bairro estava reservado os profissionais de baixa qualificação, boa parte dos operários moravam em construções denominadas *faixas contínuas*.<sup>100</sup>

Na prática, esses eram os únicos bairros que foram projetados e construídos nas especificações necessárias, prevendo, inclusive, futuras expansões da empresa. De início, temos que apresentar um fato constante nos depoimentos: apesar de existir clara distinção

<sup>96</sup> A inauguração da usina aconteceu em outubro de 1962.

<sup>97</sup> Somente as casas de Diretores ainda no Horto, a dos funcionários de baixo escalão em sua maioria começa a ser construída e distribuída após o massacre e através de critérios muito obscuros.

<sup>98</sup> Árvore da mata atlântica muito presente na região, principalmente nas imediações do Parque Estadual do rio doce cujo bioma predominante é esse.

<sup>99</sup> Arbusto rasteiro que serve para alimento de porcos. Era muito comum no local que foi construído esse bairro, o arbusto e os porcos, muitos moradores da vila de Ipatinga se utilizavam desse lugar para alimentar seus animais e cultivar alguma lavoura.

<sup>100</sup> Com alterações. Cf. SOUZA, Paulo Roberto de. *Cultura, Trabalho e Conflitos em Ipatinga nos anos 60*. Uberlândia: UFU, 2007. p. 83-84.

entre funcionários da empresa na construção dos bairros, esses foram pensados e planejados para funcionários da Usiminas entre os anos de construção da usina<sup>101</sup>. O número de operários das empreiteiras chegava a superar o de trabalhadores da Usiminas. Mesmo assim, o fato de terem um conjunto de moradias reservadas em seu favor não significa que os trabalhadores da Usiminas tiveram vida fácil nos primeiros anos da década de 1960.

**Maria Aparecida:** É... os de lá num vinha pra cá, o vizinho daqui num ia pra lá, que era um buraco só. Hoje tá tudo bom ninguém tá querendo nada, né... é num tá querendo nada, aqui a gente passava pela... pela fazenda do Dr. (Rubens), estrada de chão, coitado de quem veio praqui em 60, 61 e pagava aluguel. Nossa aluguel era... era quatro conto, né.

**Entrevistador:** Quatro mil Cruzeiro?

**Maria Aparecida:** não hoje deve ser quatrocentos reais. Era... era contos né, contos de réis.

**Entrevistador:** Conto de réis.

**Maria Aparecida:** É conto réis. Foi em 61...

**Entrevistador:** Eu acho que ainda era conto de réis...

**Maria Aparecida:** É conto, é quatro. Quatro conto de Réis. Aí eu pelejei tanto pra arrumar uma casa mais só tinha e tabua e a madeira pra queimar era [...] aí em 64 nós viemos pra Candangolândia, tinha uma barracada lá onde morava os alojamentos e os donos de caminhão, os caminhoneiros que trouxeram a família, tinha alguém que morava ali, meu marido arranjou ali pra gente morar. É... uns morava na cozinha e um quarto, num tinha sala, aí ele arranjou lá, o negócio assim era de tabua, assim bem baixo, queimava era pinho! Deus que proteje, ocê ia fazer comida naquela época...

**Entrevistador:** E solta muita fumaça...

**Maria Aparecida:** Não, naquela época eu num tinha lençol estampado não. Num sei que que os outros tinha não, porque os meus era daqueles de... de ou [...] ou do santista era branco, quando cabava de fazer comida assim ó... se olhava tinha capitão pro todo lado. Falei eu num quero essa vida de jeito nenhum, e mulher num pudia comprar porque marido num assinava. Não, ela não assinava. Aí eu pensei, chegou o Império das máquinas, aí eu fui lá e comprei um fogão a gás e o meu marido ainda brigou porque ele não gosta de comprar nada, pra quê que eu fui com comprá um fogão, eu falei pra quê que eu comprei um fogão, é porque eu num agüento mais ter que cozinhar com o pinho, essas sobras da usina, essas madeiras que vinha do Japão com esses negócios importados, então eles davam caminhão de lenha pra gente, mas era pinho e aí começava a estourar, a cozinha, o quarto, onde tivesse aberto assim ia sortir aquela fumaça de [...] né, vida não só, não é não. Agora as pessoas tem tudo e num tão querendo nada.

**Entrevistador:** Num tão querendo nada...

**Maria Aparecida:** Ah tem mais uma. Oito e meia a marmita tinha que tá lá na beira do caminhão esperando. Oito e meia. Oito meia hoje tem gente que nem levantou ainda. Nem levantou...

**Firmo:** e o caminhão trazia a comida pra gente na marmita lá do Melo Viana.

**Maria Aparecida:** Ia na marmita. E ói lá que ainda tinha alguém lá na minha casa, tem um que ficou quase três meses eu casei dele, porque eu num falava, eu ficava calada porque era criado lá com ele, lá com meu marido, e o homem num levava um pão, ele num levava 100 grama de carne, (eu fazia) de segunda e sexta, de segunda a sexta, três meses lá em casa, aí o dia que eu descobri que morava numa casa assim, aí já tinha Melo Viana já tinha casa lá no (Dudu Barbosa) já tinha casa de aluguel lá que era num sei quanto mais o aluguel (inaudível). Eu morava assim, e meu cunhado morava assim e o homem morava em casa aí minha cunhada falou que ele tava

<sup>101</sup> A usina Intendente Câmara começa a ser construída em 1958 e foi inaugurada em 1962 com alto-forno e coqueria como unidades de produção. Faltava terminar outras unidades como a laminação.

guardano o dinheiro na casa [...] eu falei vai guardar dinheiro lá na casa dele. Foi lá no São João do Oriente, fui lá em cima no Melo Viana aluguei um barracão, peguei a chave tá aqui ó... [...], mas acho que ela teve tanta revolta que no dia que ela chegou tava chuvoso, desceu lá em Fabriciano, foi andando a pé pro Melo Viana a fora, passou lá perto de casa nem chegou, falei o importante é que eles vão ter casa, aluguei lá um barracão. Tem... aí uma época eu cansei, eu cansei de cozinhar, eu cansei de trabalhar, (inaudível) eu já tinha 2 crianças, eu falei agora vou (inaudível) e vamo... vou pra Valadares, Deus me livre, eu fiquei um mês lá em Valadares porque o meu marido tava... o trem descia e subia toda semana ele ia né. A primeira semana ele foi, aí na segunda ele num foi, na terceira ele num foi, eu adoeci, e eu num durmia, aí eu parecia que tava ficando doida, eu sofria do fígado, do estômago, a cabeça, de corpo inteiro. Aí... peguei o ônibus e vim, quando eu cheguei que eu desci lá... o nosso consultório era ali no ambulatório ali perto do central, aí eu desci, consultei, o médico falou assim: eu num tô achando nada, o Dr. Carlão, num tô achando nada na senhora. A senhora comeu alguma coisa que fez mal ou a senhora tá... tá nervosa, tá preocupado mesmo... meu fígado num funcionava, eu tava passando mal e lá na pensão num tinha [...] pra comeu. Eu falei não tem portaria não, eu já sei que eu tô querendo, a minha casa, pensei comigo. Sai num sei de que do ambulatório e vim no serviço dez hora do dia, quando eu cheguei, procurei meu marido, aí pra Fabriciano, foi o mesmo que me dá um tiro sabe, eu falei eu agora eu vou morar debaixo da ponte mais eu num vou (morar) mais com ninguém em Valadares. Aí fui lá no Melo Viana era tão fácil aqui que quem nos recebeu na onde meu marido tava dormindo tinha uma cama de sorteiro. É lá que nós durmimos, uma casa lá acho que era rebocada, lá na rua do pinhão, e lá num prestava, tudo era ruim, e que eu fui procurar uma casa e eu achei, a única que eu achei, quatro cômodos, sem água, sem luz, sem banheiro, uma sala, um quarto, uma cozinha, um quarto, sem luz porque num tinha, sem banheiro e sem água. Eu travessava a rua assim sem asfalto, lá na vizinha tocado na manivela pra encher o tambor pra mim usar durante o dia. Cê imagina se isso é vida... Hoje eles tem tudo as mulheres tão largando a casa suja, por quatro anos... isso aqui já foi [...], nós quando ganhamos essa casa, essa casa... primeiro nós saímos, nós mudamos pra Itaoca, aí em Itaoca meu marido arranjou alguém, arranjou uma casa aí na saída de Ipatinga [...] tinha uma casa da Usiminas tijolada, casinha boa. Ele deu a casa pra dois e trocou em troca com a e lá, quando nós chegamos lá tinha uma mudança, (tinha duas salinhas), nós ficamos na rua, eu fiquei na rua lá em pé...

**Entrevistador:** Já tinha duas famílias interessadas na casa?

**Maria Aparecida:** Tinha tanto lugar pra morar aqui que ele deu lá pra duas pessoas e foi lá no serviço social e arranjou essa casa pra nós morar, agora eu num sei se ele num trouxe a chave, quando nós chegamos... quando ele chegou lá com o caminhão de mudança pra despejar tinha duas famílias acabado de entrar na casa aí nós ficamos na rua, eu fiquei...

**Entrevistador:** Isso ali no Melo Viana ou não?

**Maria Aparecida:** Isso ali no Ipatinga ali ó... na saída de Ipatinga a Usiminas tinha uma casa lá num sei de que, de... tijolada, rebocada, meu marido pegou pra morar porque ali tava ruim demais, aí que ficou pior porque nós ficamos na rua, fomos morar oito dia numa fazenda da Usiminas que o tio deles morou na casa da gente três meses, que comia e dormia e muito obrigado, toda semana... ele fez um pé de meia, ele comprou, ele já morreu, hoje a viúva tem um apartamento dentro da Cidade Nobre ali em Valadares. Mais eu fui lá e falei, o que que faz nessa casa, homem era alfaiate, (alguém fazia uma costura por semana) eu falei o senhor arruma uma carta, que aqui tinha dois partidos né, tinha o (inaudível) que era da (UDN) e tinha o (inaudível) que era do PSD. Então cada um arranjasse sua carta, ele arranjou uma carta, trouxe, já tinha idade, já passada, fichou, trabalhou até aposentar. Começou a levar madeira, comprou um lote em Valadares, fez lá em Valadares uma casa num sei de que, depois resolveu (inaudível) que a Usiminas deu sede de uma fazenda aí pra ale morar, aí ele foi uma casa ali num terreno, fez uma casa ali no Iguacu do Iguacu ele vendeu comprou um sítio lá pro lado do [...] teve boi, vaca, casa boa, vendeu lá comprou uma casa no Iguacu de novo, morou ali no Iguacu aí ele vendeu comprou um lote lá na entrada da... da Vila Celeste da Cidade Nobre, fez um casarão bão lá sabe, estudou filho, morou aqui, muito tempo aposentou, pronto...

já morreu. Era desse jeito... mas todas as pessoas que vieram pra Ipatinga naquela época em 60 hoje mora bem, tem casa tem e tudo, tem salário, não é bom não mais tem. Mais a Usiminas agora não presta sabe porque, é porque, ela dá produziu ali essa casa pra morar, depois da confusão ali nós morano numa casa emprestada cá, da fazenda nós viemo pra uma casa emprestada, uma casa de quatro cômodo, o dono da casa tirou um cômodo, pôs os moveis dele, a mulher foi embora, deve ter cansado e ele era o chefe aqui do transporte, dos... [...] chefe do transporte, nos deu lá um lugar pra morar, nós moramo, de lá nós viemo pra cá, a Usiminas dava luz, a água, auxilio de aluguel, e deu a casa pra morar seis anos. Já prestou num presta mais não.<sup>102</sup>

Num compasso diferente de adaptação estavam aqueles que foram recrutados pela empresa em lugares mais distantes, sem a dimensão da realidade a que estariam sujeitos, como já dito, muitas vezes sem conhecer ninguém e, como um contingente bem grande de trabalhadores da Usiminas ou das empreiteiras, estavam começando a vida.

**PR** - E você foi pra Ipatinga quando?

**Ed** - Junho de 1962.

**PR** - Mas nessa época você não era casado, era solteiro.

**Ed** - Não, eu tinha dezessete anos de idade.

**PR** - Dezessete anos? E você chegou lá, como é que você se instalou lá, onde você foi morar, como era?

**Ed** - Nós fomos para Belo Horizonte, saímos daqui de Uberaba no trem, naquela época ainda existia a Rede Ferroviária. Onde é a Rodoviária hoje aqui em Uberaba, ali era a Estação Ferroviária. Ela dava a volta ali onde você atravessa a Fernando Costa, naquela (PR - Pagliário – pega aquele posto de gasolina) aquela curva ali era da linha de trem. E aquela paralela com a Fernando Costa, do lado da Guilherme Ferreira, (PR - Coronel Joaquim de Oliveira Prata) ali é que o trem passava, dava a volta, passava lá no Miusa, lá no Frigorífico lá em baixo lá e, Araxá, e embora (PR - você foi de trem) nós fomos de trem, nós fomos... um vagão e meio. Só de ex-aluno do SENAI. Aí chegamos em Belo Horizonte, fizemos os testes lá no SESI e noventa e nove por cento passou tudo, todos jovens, alguns tinham problema de saúde ou coração, agente não sabia, não foram. E nós, que éramos de menor, eu mais uns oito, nós fomos chamados no recrutamento da Usiminas, na rua Timbiras, e um nos falou assim: vocês estão indo pra lá, vocês são de menor, não entregue sua carteira profissional lá, quando vocês completarem dezoito anos, tirem a carteira de menor, vão lá e entreguem. Se alguém perguntar pela carteira sua, vocês falem que esqueceram em Uberaba e vão enrolando eles até completarem os dezoito anos. Aí, quando completarem os dezoito anos, vocês tirem a carteira, tirem o Título de Eleitor, fez um série de observações lá, né, tirem a identidade, antigamente era pequeninha, identidadezinha verdinha, e assim nós fizemos.

**PR** - Quer dizer que você começou a trabalhar na Usiminas menor de idade ainda e não tinha Carteira Profissional, nada, e foi enrolando até completar a maioridade.

**Ed** - Nós apresentamos em Belo Horizonte todo o documento, certidão de nascimento tudo que eles pediram, né, e mais o cadastro que eles tinham nosso, do SENAI, né, então foi assim.

**PR** - E aí quando você chegou lá, você foi morar onde?

**Ed** - Aí chegamos lá, de BH pra lá nós fomos de ônibus, chegando em Ipatinga, lá dentro de Ipatinga, onde é a agência da Telemig, sabe onde é? (PR – sei) em frente aquele prédio, aquele prédio ali, aquele prédio ali em baixo era a Rodoviária, era um bar, era o ponto de ônibus final. E aquela rua meio diagonal, você saindo assim daquele bar lá, depois eu desenho aqui no papel pra você, até chegar na rodovia que era tudo cascalhado, ali não tinha casa, não tinha nada, era só eucalipto. Então ali

<sup>102</sup>

Entrevista com Fírmio Lott e Maria Aparecida Lott. Ipatinga, Julho/2008.

nós chegamos ali e ficamos esperamos ali. Então eles pegaram uma condução lá, um caminhão e nos levaram lá pro Amaro Lanari (PR – que era a antiga Candangolândia). É, era a antiga Candangolândia. Então ali nós nos instalamos ali e ali nós ficamos.

**PR** - E como era esse alojamento lá, era bom, era de alvenaria, como era?

**Ed** - Alojamento de madeira, eram galpões compridos, alojamentos de madeira com quartos para quatro, tipo beliche.

**PR** - Banheiro coletivo?

**Ed** - Banheiro coletivo.

**PR** - E como você fazia pra lavar a roupa, essa coisa toda?

**Ed** - Alguns lavavam a roupa lá mesmo, porque tinham os tanques lá, alguns lavavam lá. Outros igual a mim e outros, nós pagávamos pra lavar, inclusive quem lavava pra mim era a minha sogra.

**PR** - Pois é, mas quando você chegou pra lá você ainda não conhecia sua esposa, começou namorar lá?

**Ed** - Começamos namorar bem depois. Nós fomos através de informações de outros. Os vizinhos ali, serviam café pra nós de manhã, tudo era, levantava cedo, tinha o pessoal que morava ali a mais tempo, eles tinham o cafezinho lá, com pão com manteiga, e nós fomos perguntando: onde tem isso? Onde tem aquilo? Onde te uma refeição pra gente... oh aqui tem, ali tem, lá tem.

**PR** - E essa refeição, vocês tomavam onde? Eu estou considerando que você já está trabalhando a partir desse momento, certo, ou você demorou muito para começar trabalhar?

**Ed** - Não, começamos no dia seguinte. Em si, não estávamos trabalhando, nós fomos mais é... nós ficamos um tempo em Belo Horizonte, uns cinco seis meses depois nós fomos pra lá e lá nós continuamos no aprendizado através de... grupos de equipes, né, para a formação dos setores de manutenção, então nós ficávamos estudando de manhã e à tarde, esse era o lema nosso e de vez em quando dava uma volta na construção porque estava em construção, não podia estar andando muito. Mas não tinha ainda... apesar que na época não era... os EPIs não eram obrigatórios a não ser o capacete, demais, bota ou botina, óculos, esse tipo de coisa assim, ao longo do tempo é que isso aí foi exigido mesmo. Mais era o capacete, então nós tínhamos o capacete lá, até na época, os primeiros capacetes eram capacetes de fibra, não sei se você chegou (PR - é eu usei) novos, né, fininho.

**PR** - E vocês tomavam a refeição onde?

**Ed** - O restaurante que servia refeição para nós era lá no Horto, onde é hoje o mesmo restaurante.

**PR** - Era o bandejão, né?

**Ed** - é... era o famoso bandejão, ali não tinha asfalto, ali era com terra, não tinha aqueles comércios que tem hoje lá, a não ser umas duas ou três casas, onde que é a Cooperativa hoje, não, onde que é a Caixa ali no Horto ali, Caixa Econômica, Bradesco ali tudo era campo ali de futebol, não tinha nada.

**PA** - Esse campo de futebol era pra que, pra peãozada (Ed - pelada) divertir um pouco? E quando você estava fora da Usiminas, você toma refeição em pensão.

**Ed** - É, e a tarde e à noite, a nossa refeição, ou ia tomar refeição, saí lá do Amaro Lanari, lá da Candangolândia e ia no Horto tomar refeição, através da própria condução da Usiminas que nos levava e trazia de volta, ou mesmo, se a gente não quisesse, fazia uma refeição melhor, diferenciada, nós íamos na pensão.

**PR** - O salário era bom nessa época?

**Ed** - Olha, o salário, era um salário ótimo. Eu não lembro assim, eu já tentei já, eu tinha os holerites desde o começo, que os holerites nossos eram assim, eram compridão, mais ou menos isso aqui oh, era quase um metro de papel e vinha o dinheiro ali dentro ali. Eu vou dizer pra você que eu ganhava... eu ganhava em torno de uns sete a oito salários mínimos da época. (PR - pra quem estava começando estava bom não era?) Muitos que eram colegas nossos que já eram profissionais, que vieram da... da Volta Grande, vieram de outros lugares, vieram lá de Monlevade, ou mesmo da Acesita, eles ficaram indignados com o salário deles, que era menos que o nosso. Naquela época já tinham uma pequena restrição salarial contra a pessoa profissional, com idade um pouco mais avançada que os novatos, que lá já existia nessa época já. Não era assim igual hoje, abertamente, mas era bem diferenciado.

As duas entrevistas deixam claro que após quatro décadas ainda é forte na mente dos depoentes o processo em sua trajetória de vida, as relações com a empresa e a cidade. Nas primeiras impressões do senhor Edson Farias, estão as formas pouco convencionais de conseguir “fichar” na empresa; as pessoas que começava a se relacionar e mesmo as diferenciações de tratamento na empresa demonstram que o processo inteiro foi marcante ao ponto de ele se lembrar de detalhes bem definidos após tantos anos passados. Na fala de dona Maria Aparecida Lott e do senhor Firmo Lott vemos elementos os quais teremos que abordar com muito cuidado quando pensamos no que representa a chamada *cidade da Usiminas*.

A esposa do operário chapa 44 da Usiminas (o senhor Firmo Lott) narrou com muita pertinência o que representou para ela os primeiros anos de moradia na parte dos funcionários. A empresa não deixou claros os critérios para a entrega da casa, dona Maria Aparecida Lott menciona uma sequência de episódios experimentados até se fixar na casa onde passou os últimos anos: em determinados momentos, tinha a promessa, mas a casa não aparecia, depois foi morar em uma residência provisória, quando, então providenciaram uma casa destinada a eles. Entretanto, quando chegam ao local, encontram duas famílias com mudança completa disputando a casa. Por fim, conseguem uma casa para morar durante seis anos, e residem nela até hoje. Mesmo sendo de alvenaria, a casa que o senhor Firmo Lott “ganhou” não tinha luz nem água. Demoraria mais alguns anos até ser criado um convênio com a CEMIG e, nesse meio tempo, a própria Usiminas serviu energia a uma parte considerável dos bairros que construiu mais próximos através de sistemas tanto improvisados.

Uma coisa que não é detalhe e, sim, o problema central daquilo que se postulou como cidade da Usiminas é o fato de que ninguém ganhou casa, como lembra bem o senhor Adil Albano:

**P:** Como era a vida nos bairros da Usiminas. Você nunca morou neles?

**R:** Eu fichei em 1963. Me casei em 1964 e fui morar no Caladinho, em casa alugada. Nessa época eu era operador “c”, o nível mais baixo, e ainda não tinha casa pra mim. Na ocasião dizia-se “eu ganhei uma casa”, apesar de se ter pago por ela. Até hoje, se diz que a Usiminas “deu” casa. Morei no caladinho por dois anos. Nessa época, para se ter uma ideia, quando chovia, a gente perdia a bota, que ficava presa no barro. Eu vinha trabalhar de bicicleta, porque tinha medo de levar tiro no caminhão, além de outros acidentes que aconteciam.

**P:** Aí você veio para Ipatinga...

**R:** Em 1966 mudei-me para o Iguacu, numa casa alugada, na beira do rio. Mas eu sempre sonhava em “ganhar” uma casa da Usiminas. Só depois de um ano e meio que eu consegui uma, no Vila Ipanema, isso em 1969 ou 1970. Um colega meu foi ajudar a pintá-la porque estava muito suja e abandonada. No final da última pincelada eu chorei de emoção, porque iria morar na minha casa. Mas, quando me mudei, a vida começou a ficar ruim. Eu não sabia que num bairro da Usiminas tem-

se a impressão de estar em serviço, no interior da usina. É um povo que tem inveja como predominância de vida. Por exemplo, meu irmão comprou uma “advance rabo-quente” e instalamos a televisão em minha casa. Foi assim que vi a primeira imagem de TV. No dia seguinte, minha casa começou a ser apedrejada pelos vizinhos, por inveja. Isso voltou a acontecer quando eu comprei uma geladeira, quando comprei um radio “Telespark” quatro faixas e quando eu troquei uma bicicleta 57 por uma 61. Minha vida passou a ser um inferno.

**P:** Por que isso acontecia?

**R:** As pessoas vigiavam até quando você chegava em casa: um vizinho contava pro outro. Tinha uma família que implicava mais. Eles batiam em meus filhos; minha mulher via. Chegou num ponto que meu menino acertou uma pedrada num pintinho e por causa disso esse vizinho me cercou na rua com um revólver. Foi nesse dia que achei que havia feito o pior negócio do mundo. No dia seguinte aluguei uma casa no Iguacu e nunca mais voltei lá. Estranhei aquele modo de vida. Então, voltei para o Iguacu, comprei um lote, fiz uma casa de tábua que tinha greta até de dois dedos. Fiquei nessa casinha por dez anos, comprando material de construção.<sup>103</sup> (grifos meus)

A empresa Usiminas criou num estágio anterior de sua construção um processo de concentração de terras. Praticamente metade daquilo que seria a cidade pertencia a ela. Para isso, o estado se mobilizou na forma de doações e até por meio de todo tipo de desapropriação. A questão da moradia é contraditória e ambígua, pois, os trabalhadores precisavam de moradia e a empresa sabia que nem material de construção tinha nas redondezas – mesmo Coronel Fabriciano, que era sede municipal, não dispunha de suprimentos de construção civil para a uma cidade inteira. Somente o efetivo da Usiminas oscilava entre seis ou sete mil trabalhadores, o que representa uma cidade pequena. É extremamente improvável que isso não foi debatido exaustivamente durante o projeto de construção, pois os trabalhadores não morariam eternamente em alojamentos. A estratégia utilizada foi engenhosa a ponto de cinco décadas depois ser difícil se relacionar, apesar de isso aparecer nas entrelinhas dos depoimentos.

O fato é que ninguém recebeu casa de graça, pois a moradia estava no projeto inicial da empresa. A permanência na casa dependia da permanência na empresa. O senhor Adil Albano recebeu uma casa que estava abandonada e como não se adaptou, fez o mesmo que o funcionário-inquilino anterior, o que remete à forma como foi conduzido o processo, aproximando-se seu depoimento ao de dona Maria Aparecida no que tange às disputas pela moradia. O senhor Adil, em um momento posterior a seu depoimento na publicação “Homens em Série”, deixa claro o clima de disputas que a empresa gerava. O depoente diz que entrou na usina na última fase de treinamento japonês e que a turma que foi formada tinha como prerrogativa competir: primeiramente, a competição para se construir rápido, pois dentre as

---

<sup>103</sup> Entrevista com Adil Albano. In: HOMENS EM SÉRIE: A História de Ipatinga contada por seus próprios personagens Ipatinga, v. 2, n. 1, Empresa Jornalística Revisão, 1991. p. 83-84.

possíveis benesses de se ser um operário padrão estava a possibilidade de se ganhar uma casa rapidamente. Depois de pronta a usina, os dirigentes cobravam que a empresa fosse a mais produtiva do Brasil, com menor custo e com o trabalhador mais engajado. O operário brasileiro se cobrava ser mais produtivo que o japonês a ponto de visitantes da França e Alemanha se espantarem com a capacidade produtiva que a empresa conseguiu em tão poucos anos. Mas, ao ter as primeiras impressões do bairro, podemos perceber que o clima de disputas expandiu o ambiente fabril, tornando o bairro operário em uma extensão da própria empresa.

O segundo problema e o mais complicado de se relacionar reside em dois fatos: a moradia estar condicionada à permanência na empresa e o que isso geraria mais à frente. A pessoa poderia morar nessa casa desde que tivesse família. Os solteiros permaneceriam em alojamentos que, com o tempo, foram substituídos por alvenaria. Ainda existe um desses no centro da cidade, mas ninguém recebeu título de propriedade, que foi conseguido mais tarde por alguns funcionários no momento da aposentadoria, os quais trocaram a indenização por tempo de serviço pela propriedade legal do imóvel. O que faz da Usiminas a maior especuladora imobiliária da história da cidade (título que gentilmente cedeu a Pedro Linhares), que, antes de tudo, já havia decidido onde estaria a área nobre, a classe media alta e a classe media baixa. Futuramente, o custo de construção dessas casas seria mais que bem retornado com a anexação pela empresa da caixa dos empregados da Usina, que se transformou numa empresa da Usiminas, que gerou uma cooperativa de crédito (Coopeco, que é um banco) e a Usiprev (Previdência Social da Usiminas) e financiou a construção da sede da Usiminas em Belo Horizonte. Hoje a “Caixinha”, como é chamada, detém 51% das ações da empresa num contrato até 2021, dando uma sensação confusa de que a empresa é dona de si mesma ou uma empresa da empresa e dona da própria empresa – típico das relações extremamente obscuras que geram as Sociedades Anônimas.

Nas entrevistas produzidas por mim e por outros colegas historiadores, as tensões produzidas nesse ambiente conturbado que era Ipatinga na década de 60 aparecem muitas vezes se entrelaçando, dificultando o entendimento de onde está a origem ou o que era mais conflituoso, principalmente quando as pessoas narram suas trajetórias entre a usina e o que seria a cidade como em mais esse trecho do depoimento do senhor Firmino e dona Maria Aparecida Lott:

**Entrevistador:** No centro num tinha um armazém assim, melhorzinho, não?  
**Firmino:** Aonde?  
**Entrevistador:** No centro de Ipatinga.

**Firmo:** *Não... ninguém mexia com Ipatinga não, mexia com Fabriciano rapaz, Ipatinga num tinha nada não ué...*

**Entrevistador:** Ninguém nem queria saber...

**Firmo:** não... Ipatinga num tinha nada não, comprava em Fabriciano, ou se não o povo trazia de Valadares pra cá. A gente descia de trem com a minha mãe, morava em Valadares meus irmãos né, (lá na pensão), descia de trem, se tivesse que comprar comprava qualquer coisa lá e descia de trem. São João do Oriente, aqui pra ir no São João do Oriente, é um ônibus vêio que tinha, nem tinha um ônibus vêio, passava aqui por Ipaba, saia em Boachá, saia no Iapú do Iapú pro Santo Estevo... descia pro São João do Oriente, no São João do Oriente tinha uma estradinha ruim... num tinha nem ônibus não... num existia ônibus não...

**Entrevistador:** num tinha ônibus...

**Firmo:** Não...

**Entrevistador:** Devia de ser complicado pra quem...

**Firmo:** É a fazenda do meu pai... meu pai tinha uma fazenda no São João do Oriente...

**Maria Aparecida:** Tinha sim... tinha sim... ele passava no Iapú, perto do bugre, saia no... Boachá do Boachá no Ipaba e naquela ponte que os esteio (tava no Rio Doce) até hoje. Era de madeira... era de madeira assim... parece.

**Entrevistador:** Conheço [...].

**Maria Aparecida:** Parecendo que tudo ia cair, sabe, aquela ponte de madeira, e os carro passano. E asfalto num tinha porque pra... pra... quando começou a passar pelo Caladinho, o caminhão danava, a patrola engatava e puxava os peões, tinha que sair lá de... de Coronel Fabriciano, de Melo Viana tinha que levantar era 5 hora, 5 e meia que o caminhão tava lá embaixo pra pegar, chamava peão sabe, num tinha lugar de comer não que o lugar que comia aqui era no... na subida do... da Santa Mônica ali...

**Firmo:** engenheiro e técnico.

**Entrevistador:** Só engenheiro e técnico né.

**Firmo:** É, peão num podia comer não...

**Maria Aparecida:** Tinha o restaurante do guidu, do guidu, do guidu tinha um restaurante lá e as casa do (horto) foram todas feitas (depressinha), muitas e da Candangolândia todas de tabua assim ó... e acho que ainda tem lá ainda no (horto).

**Entrevistador:** Emendada... ah sei...

**Maria Aparecida:** Isso aqui só... aqui pra fazer compra é... tinha essas vendinhas né, vendinhas, e o legume quando quisesse uma coisa mais recente trazia de Valadares na sacola, que aqui num tinha...

**Entrevistador:** O ônibus que chamava peão?

**Maria Aparecida:** Ah?

**Entrevistador:** O ônibus é que chamava peão?

**Maria Aparecida:** Os homem, os homem, que era os peões sabe, aqui já teve um... depois que eu mudei pra essa casa aqui, um ônibus que a Usiminas pôs correr por conta dela chamava papa- fila ia acho que daqui na esquina...

**Firmo:** pra levar os peão pra lá...

**Maria Aparecida:** Pra levar os Homem.

**Firmo:** As portaria chega, tem 200, 300 homem dentro dum carro daquele...

**Entrevistador:** Do caminhão?

**Firmo:** É um caminhão.

**Maria Aparecida:** Não, não chamava papa-fila.

**Firmo:** Papa-fila

**Maria Aparecida:** Era um ônibus grande que eles arranjaram aqui ó...

**Firmo:** Cibia 200 pessoas dentro dele..

**Maria Aparecida:** Ia daqui na esquina

**Entrevistador:** Nossa!!!

**Firmo:** Tinha as carreta aqui ó...

**Maria Aparecida:** Aqui era uma loucura, mulher num podia andar aqui não, sabe porque, andar sim, mas tinha que ficar calada, porque era muita gente é desordenada, peões estranhos, de outros... outros Estados que vieram trabalhar aqui, pegava a gente aqui a qualquer hora, até com o sol quente...

**Entrevistador:** Aqui devia de ter muito mais homem né...

**Maria Aparecida:** E a aqui num tinha nada... em 64 pintou a primeira loja em Fabriciano, do Império das Máquina, pra vender fogão e gás porque ainda ninguém... não, só os chefe tinha porque trusseram de Belo Horizonte certamente, [...] os engenheiro que morava naquele prédio aqui do Cariru onde morava os japoneses né que [...] chorando quando venceu o contrato com todos imóveis, quase todos né, os japoneses, **mas aqui cê num tinha, cê num tinha, tinha bar, tinha cerveja, tinha cachaça né, a butecada por aí né, o centro de Ipatinga era só [...] e num tinha um bar decente não, fazia lá uma cabana, cobria num sei de que, matava porco no meio da rua, dipindurava, cacho de banana, mais num sei o que, uma hora cabrita passano, porco, galinha sorta**, num tinha nada, tinha nada. Aí tinha uma estrada aqui ó, tinha uma estrada direto [...] assim, tinha um lugar que preparava o enxofre da (policarbono), os ônibus parava ali porque num poia ir pra lá no Ipatinga porque garrava.

**Entrevistador:** No barro?

**Maria Aparecida:** Ah.

**Entrevistador:** Garrava no barro.

**Maria Aparecida:** Garrava no barro porque num tinha nada não.

**Firmo:** A Policarbono que mexia com enxofre, fedia pior do que tudo!

**Maria Aparecida:** Era um puxano o outro sabe, aqui nessa rua em 64 tinha um senhor, um técnico, ele até estagiou no Japão, é... (inaudível) ele foi lá aprender agora. Sabe quantos carro tinha nesse Bom Retiro? Um Gordine velho do senhor que morava ali, ninguém tinha carro...

**Entrevistador:** Só ele, o Gordine.

**Maria Aparecida:** Não aqui nessa região...

**Firmo:** Era chão aqui, era buraco aqui ó...

**Maria Aparecida:** [...] nós mudamos para qui, sabe o que que é isso aqui já foi escolto. Essa casa nossa aqui era sala, aqui era cozinha, três quarto, um banho, e ali saia pra varandinha, tinha um tanquinho daqueles feito de concreto. Num sei se a Usiminas mesmo que fazia aqueles tanquinhos de quatro pé..

**Entrevistador:** Conheço demais, pesado toda vida...

**Maria Aparecida:** É aquilo, aquilo, e a rede num tava pronta não, sabe o que que é, a dona de casa tinha que fazer o serviço, as casas num tinha muro, e todos os muros das casas sem rebocar, e as...e esse fundão aqui é (tinha uns 4 metros) essas manilhas (da altura de homem desses) e os homem trabalhando e buracão aí e o seu filho tinha que ficar preso dentro de casa, as criança, porque se caísse ali tá morto.

**Entrevistador:** Tá morto.<sup>104</sup>

As relações com a cidade, as formas como eram tratados os trabalhadores, a realidade da cidade da Usiminas, da região como um todo e a forma como foi se criando um clima de estranhamento produzido pelas conflituosas e diferenciadas relações que estavam se construindo são recorrentes em diversos depoimentos. Percebemos isso inclusive em alguém preparado para lidar com muitas pessoas – um padre –, em um quadro de espanto. Nas tentativas de amenizar a situação interessantemente se produziam mais contradições.

**Padre Avelino** – Eu não contei não. Mas sete não foi, não. É muito mais de sete! Muito mais de sete morreram. Quando eu cheguei lá no lugar daquele massacre. Eu tenho uma história muito grande lá em Ipatinga. Minha história... Eu estava amadurecendo na profissão. Eu me realizei ali. Eu fui para Ipatinga... Primeiramente eu fui para Barão de Cocais. Lá tinha uma usina siderúrgica. A população de Barões de Cocais vive ao redor da usina. Nesta usina de aço foi gerente o sr. Luiz Verano. Ele passou por lá. Quando eu cheguei lá – padre novo – para celebrar a primeira

<sup>104</sup> LOTT, Firmo; Maria LOTT, Aparecida. *Firmo Lott e Maria Aparecida Lott: depoimento jul. 2008*. Entrevistador: Geraldo Vinicius Ribeiro Freitas. Ipatinga: 2008. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa.

missa, o Dr. Luiz Verano foi um dos que me receberam lá. Passados uns tempos, aparece eu nomeado pelo Bispo pároco da Usiminas. Eles é que pediram, falaram para o D. Oscar:

— Isto aqui vai crescer muito, vai se formar uma população imensa e a igreja não pode ficar atrasada não. Nós fazemos questão.

Então D. Oscar criou a Paróquia do Horto – **Ipatinga mesmo era um chiqueiro humano, não existia nada, era uma coisa horrorosa.** Então no Horto tinha a estrutura básica para formar uma Paróquia. Eles construíram aquela igreja lá e uma daquelas casas ali foi dada para ser a Casa Paroquial. A gente criou uma Paróquia que está lá até hoje. Hoje não é mais a casa Paroquial e fez um casarão, um monumento moderno. Esses padres de hoje não são ligados ao planejamento não. Eu queria ver eles no tempo em que eu fui pra lá.

Eu estudei um pouco de administração de empresas quando D. Marcos Noronha, ele era todo moderno, inventou essa que padre deveria ter uma profissão, civil, advogado, professor, qualquer coisa assim... Nas horas vagas deveria cuidar de Deus... Era esta a ideia dele. Coisa esquisita!

Eu larguei a Diocese lá foi por causa disso. Não quis embarcar nesta canoa furada, em matéria de vocação sacerdotal isto é uma canoa furada. Todos os padres que foram nesta. Um estudou Direito, outro... Tornaram-se funcionários de empresas. O Pe. Efraim foi funcionário da Belgo-Mineira, eu acho. Todos os padres que seguiram o D. Marcos Noronha largaram a batina. Uns casaram. Ele também largou a batina e casou. Ele casou. Acho que foi o único bispo. Foi o único caso no Brasil de bispo largou a batina e casar.

[...]

Usiminas, no dia 21 de agosto de 1960. A Paróquia estava na área da Usiminas... Naquele tempo a ideia era justamente essa: dentro da área da Usiminas era uma cidade que se chamava Intendente Câmara, fora de Ipatinga. Eles tinham o costume de dividir com eucalipto – o chiqueiro ficava para lá e os bairros da usina eram uma cidade à parte. Depois é que foi mudando, a Usiminas pegou os bairros dela e entregou para a Prefeitura.

E eu convivia com essa gente toda! A minha posse lá foi muito boa... Tinha um japonês... Na hora que terminou a festa da posse, a missa, a primeira coisa, o primeiro pedido, o primeiro ato paroquial foi batizar a filha do Dr. Gil. O batistério lá é um tronco de jacarandá... O primeiro batizado foi este.

A primeira missa celebrada naquela igreja do Horto foi no Natal de 1959. Aí vem a história da Igreja... A pedra fundamental da Usiminas foi em 16 de agosto de 1958. Aí começou aquela gente ir pra lá. Já tinha muita gente lá; empreiteiras também; e os operários sentindo falta de religião, de igreja. Aquilo ali era terra de ninguém, uma confusão. Então a Usiminas, para agradar, para atender, resolveu encarregar o Dr. Gil e o Dr. João Cláudio para construirem a igreja lá. Mas não tinha materiais. Material que tinha lá era madeira de fazer galpões, dormitórios, alojamentos. Alvenaria nenhuma ainda. Resolveram fazer a igreja lá. Em 12 dias, ela foi construída em 12 dias! Terminou no dia 23 de dezembro de 1959. No dia 24, na noite do dia 24 para 25 foi celebrada a primeira missa lá. Com um padre de Coronel Fabriciano... Não lembro o nome. Então foi celebrada a primeira missa. A segunda missa já foi a missa em que fui nomeado como pároco. Foi no dia 20 de agosto.

**Manoel** – Aquela igreja eles preservam até hoje. Ela é de madeira. Ela se mantém de madeira...

**Padre Avelino** – Sabe qual é a interpretação? O Dr. Gil me falou isto: Assim como a madeira era a riqueza daquela região. Essa madeira foi derrubada em minúcias. A Belgo-Mineira derrubou a riqueza daquela área do Vale do Rio Doce, implantando ali uma usina siderúrgica. Então para construção da siderúrgica para fabricar aço. O aço para resgatar o prestígio da madeira. Aí ele decidiu construir a igreja de madeira, resgatando o prestígio da madeira da região, na região do aço.

**Marilene** – Diferente da Igreja do Cariru que é toda de aço... <sup>105</sup> (grifos meus)

<sup>105</sup>

MARQUES, Avelino. *Padre Avelino Marques*: depoimento [abr. 2005]. Entrevistadores: M. T. Ramalho; M. F. Ramalho. Venda Nova: 2005. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa de Marilene Tuler.

As duas entrevistas anteriores foram realizadas com vistas a discutir o massacre, mas acabaram relacionando os elementos de uma cidade em formação. Na tentativa de “resgatar o prestígio da madeira na região do aço”, se construiu um monumento da religião católica em Ipatinga, a Igreja Nossa Senhora da Esperança, que, na paisagem urbana, se firma como igreja mais velha da cidade e se tornou cartão postal de um lugar que tinha como monumento a igreja e a usina, pelo menos até as décadas de 1980-1990, quando, através de várias incursões sociais<sup>106</sup>, alguns elementos da região anterior à usina vieram à discussão e tiveram valorização pública como a Igreja de São Vicente de Paulo, construída no bairro Ipaneminha que, apesar de todo adensamento urbano, ainda pertence à zona rural da cidade.

No entanto, depois de inicialmente apresentados esses elementos, devemos fazer três diferenciações que, em verdade, são questões em aberto – uma de gênero, outra de sobrevivência e por último de classe: as mulheres, os porcos no centro e os empreiteiros.

As mulheres na região eram minoria absoluta. Os operários recrutados pela usina que trouxeram suas famílias procuravam alojá-las em Coronel Fabriciano, como se ressalta em vários depoimentos e fontes oficiais, ou esperavam a oportunidade de ganhar uma casa em bairro operário. No entanto, houve quem viesse sem ter segurança de emprego e utilizou toda sorte de abrigo, como destacou o Senhor Raimundo Anício: “Numa barraquinha coberta de qualquer coisa, a gente encontrava o pai, a mãe, dois ou três filhos. Ficavam lá naquela miséria”<sup>107</sup>. Uma situação que chocava Dona Iracilda, esposa de funcionário:

**Paulo Roberto:** E nessas cartas que ele escrevia... que qui ele falava de Ipatinga, se era uma cidade ou... se era uma cidade do futuro... alguma coisa nesse sentido... ele falava?

**Iracilda:** Bom muitas vezes eu acho assim que ele poderia até ver um futuro né... mas... que era muito difícil... isso até mesmo quando a gente mudou, a gente viu a dificuldade... tinha muita dificuldade mesmo... porque... Ipatinga era... a gente num tem como explicar porque... a cidade sem condições... o povo morava... em barracos... debaixo de carroceria de caminhão... uma carroceria, qualquer coisinha eles moravam... num tinha... num tinha sanitário... num tinha água direito... nem nada né... e até mesmo... porque ele reclamava... tinha gente assim... eles matavam porco assim... no meio da rua... ao ar livre... matava porco... distinchava... ali vindia... cortava, vindia... pro povo... era coisa assim... muito... muito sem higiene

<sup>106</sup> O lema do segundo mandato do PT era “Por uma cidade mais humana”, o que rivalizou com uma tendência que nunca cessou em relacionar estreitamente usina-cidade, mas marcou um ponto de referência nos movimentos e iniciativas individuais de apresentar um lado da cidade que não segue a toque de buzina de trem ou a dominação produzida pelo aço já que “a cidade a esquerda da linha férrea” cresceu mais que a “cidade da Usiminas”.

<sup>107</sup> USIMINAS 25 ANOS. A comunidade. Fascículo n. 9, Ipatinga-MG, Outubro de 1987. Depoimento de Raimundo Anício Alves. p. 9.

né... sem condições de... apesar de que, que de onde a gente morava... a gente achava aquilo muito sem condições... muito sem higiene..."<sup>108</sup>

Dona Maria Aparecida, no trecho destacado anteriormente, salientou o medo que sentia “dos peões estranhos de outros estados”, o que a impedia de transitar desacompanhada. Isso é uma condição narrada em inúmeros documentos, assim como nas entrevistas que fizemos.

Uma segunda dimensão está no estranhamento produzido pelo que se via na vila que se tornaria o centro da cidade. Não podemos julgar, ou mesmo interpretar, o que significa essas imagens produzidas pelos depoimentos, pois se baseiam em referências muito pessoais. O fato é que, num lugar onde coexistem cerca de vinte mil desconhecidos, toda a sorte de estranhamentos está lançada.

Mesmo a matança dos porcos na vila do centro se transformou, deixando seu caráter *rústico* ou *bucólico* de campesinato brasileiro para se transformar numa improvisada produção em série de pedaços de animais que seriam vendidos a uma multidão com poucas opções em vista. O choque em ver como as pessoas estavam morando na vila, assim como o estranhamento de ver uma multidão que se concentrava à beira de um ribeirão que servia a todas as necessidades de todos os viventes que não podiam pagar a água vendida em lombo de mula deixa sinais de espanto em qualquer depoimento. Nem mesmo o padre deixou de concluir que se tratava de “um chiqueiro humano”. Mas isso foi produzido pela construção da usina. A antiga vila desapareceu em meio a esse adensamento de barracos.

O que os depoentes narram tem relação muito próxima ao fato de que as mudanças ocorridas nessa época ainda estão se reconstruindo na mente das pessoas. Muitas narrações falam do que era o centro e de suas precariedades, mas algumas passam a relacionar aquilo como um mal cuja cura foi a Usiminas, sem dimensionar o fato de que grande parte das coisas com as quais as pessoas se horrorizaram era fruto da própria construção da usina. Muitos problemas que não existiam na antiga vila, ou seja, que foram fruto da construção da usina, continuaram latentes em toda trajetória do município: a pobreza, o favelamento e a vila do centro como ponto de parada de migrantes. A prostituição, por exemplo, demonstra várias contradições sociais, assim como tensões produzidas nessas relações.

<sup>108</sup> Entrevista com Iracilda Ângela de Souza produzida por Paulo Roberto de Souza. Uberaba, 2006. SOUZA, Iracilda Ângela de. *Iracilda Ângela de Souza*: depoimento [2006]. Entrevistador: P. R. de Souza. Uberaba: 2005. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa. p. 9.

A primeira dimensão que julguei importante sobre a questão das mulheres foi a questão velada. Essa é a mais comum e mais fácil de relacionar. Uma cidade com maioria absoluta de homens pode trazer um caráter insegurança muito forte à situação feminina.

Existe outra questão, a questão menos discutida: a prostituição, nessa época, tinha um caráter social ambíguo e contraditório, uma coisa que se relaciona diretamente com a necessidade de muitos homens teve uma dimensão construída na memória, uma função social que foi construída e gerida durante as obras da usina. O que podemos sentir em diversas ocasiões são as relações de conflito, inclusive na busca de sexo casual:

Edson Farias - Mas a Usiminas ela tinha um problema sério porque era muita gente, só existia praticamente homem ali, quando alguém via uma mulher, aquilo parece que era igual uma gota de melado e as abelhas todas ali, era um enxame. Então ali começou, dava muita confusão do lado de fora e o pessoal muitas, a maioria do pessoal lá trabalhava armado. Armado assim: era faca, punhal.

Paulo Roberto - E ninguém controlava isso não?

Edson Farias - As portarias não controlavam, então o que a Usiminas fazia? Ela pedia o policiamento, o policiamento então, junto com o setor de vigilância dela, que não era pessoal qualificado, ela fechava as portarias todas e em cada blitz, só saía o pessoal todo por uma portaria. Então ali ficava aquele batalhão de gente que eu não sei de onde é que vinha, se vinha de Governador Valadares, se vinha de Belo Horizonte, só que eram muitos policiais, e todos eles fortemente armados. Então ali eles davam blitz no pessoal todo, então ali, no final das blitz ali, eles encontravam feixes e mais feixes de armas, armas brancas que eles consideravam, algumas até feitas lá dentro mesmo e esses feixes eram um metro, um metro e meio de altura...

Paulo Roberto - Só de armas? E esse pessoal da polícia que chegava lá era a Usiminas que chamava?

Edson Farias - A gente não sabia ao certo, mas tudo ali tinha o dedo da Usiminas. Até fora da Usiminas, os policiais quando davam blitz nos setores lá da cidade, tinha o dedo da Usiminas, porque nós funcionários se estivéssemos com o crachá, o cara dava a blitz e estava liberado, mas se não tinha o crachá, se não tinha uma carteira profissional, eles levavam a gente lá pra delegacia, para averiguar o que estava fazendo, porque estava ali, e muita das vezes ele entrava no pau.

Paulo Roberto - Quer dizer que a salvação era carregar o crachá?

Edson Farias - E lá, a única zona boêmia que tinha lá em Ipatinga era o Joá, que era um beco, onde você pra entrar pra lá passava era de um em um, era uma porteira, aquela tipo de fazenda, tipo de um “esse” (S), então passava de um em um. Tinha que ser ali e muitas vezes ficava um policial ali.<sup>109</sup>

Discutir prostituição não é o propósito desse trabalho, pois é um processo complicado que vai desde uma trajetória de total marginalização, perpassa a opção profissional de mercado e até o estrelato meteórico e sucesso de bilheteria com atriz de grande emissora de TV (Rede Globo)<sup>110</sup>. A responsabilidade deste trabalho é dar corpo teórico a questões sobre os conflitos sociais existentes em Ipatinga. Se, por um lado, as mulheres da região tinham medo

<sup>109</sup> FARIA, Edson dos Santos. **Edson Dos Santos Faria**: depoimento [2006]. Entrevistador: P. R. de Souza. Uberaba: 2006. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa.

<sup>110</sup> A citar o *best-seller* “Doce Veneno do escorpião” que teve sucesso de bilheteria na versão cinematográfica de título “Bruna Surfistinha”.

de andarem desacompanhadas, sofriam uma sorte imponderável de dificuldades ao lado dos maridos (recrutados ou não, fichados ou não), no verso da moeda encontramos aquilo que é disputa por um discurso hegemônico e que alguns, de maneira vulgar, chamam de “imaginário popular” ou pior, “inconsciente coletivo”, que, como estratégia de afirmação pode produzir um leque sem fim de preconceitos, pois se alimenta disso, condiciona o gênero feminino a uma única esfera – no caso em questão, de controle através do preconceito.

DIVERSÕES: O clube Usipa – sede de esportes, com futebol profissional – não recebe operários, a quem está proibida a entrada. Até as mulheres de Ipatinga são mais caras, pois as “casas suspeitas” pagam “impostos” à polícia local.<sup>111</sup>

A Usipa foi o primeiro clube construído para funcionários da usina, mas somente para chefes, engenheiros e diretores. O trecho documentado no livro de Carlindo Marques aponta para condições sociais de uma cidade que nasceu dividida e cujo ambiente propiciou sectarismo na hierarquia arquitetônica da cidade como também nas relações estabelecidas entre as pessoas. Isso se materializou no regime de exceção desse clube que, numa tradução ao pé da letra, afirma que “mulher pobre em Ipatinga é prostituta”. Uma afirmação que não coincide com a realidade existente no seu quadro de funcionários desde a primeira fase de operações, o que podemos entrecruzar com dois outros fragmentos:

A – Quanto a categoria de profissionais:

Quadro de superiores.....	0,13%
Chefias.....	5,02%
Especialista.....	16,07%
Operadores.....	48,35%
Mão de obra não especializada.....	30,43%

B – Quanto a composição familiar:

Solteiros.....	29,90%
Casais sem filhos.....	9,10%
Casais com 1 ou 2 filhos.....	25,00%
Casais com 3 ou 4 filhos.....	23,00%
Casais com mais de 4 filhos.....	13,00% <sup>112</sup>

Um inquérito realizado em Ipatinga, citado pelo jornal Binômio em sua edição de 14/10/63, dava conta de que 60% dos operários simplesmente não tinha condições mínimas de vida. Exemplo:

“Antenor Rodrigues, chapa 3.054, operador C, seção UAPM, mora na rua do Barraco<sup>113</sup> – com mulher e cinco filhos – em casa de madeira de quarto e cozinha.

<sup>111</sup> PEREIRA, Carlindo Marques. *O massacre de Ipatinga*. Edição: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo do Campo, outubro de 84. p. 54.

<sup>112</sup> PEREIRA, Carlindo Marques. *O massacre de Ipatinga*. Edição: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo do Campo, outubro de 84. p. 50-51.

Fogão de lenha, sem banheiro – lava-se na bacia e faz suas necessidades, junto com a família, no mato. Gasta meia hora, de ônibus, para chegar ao emprego. Diz Antenor: “Moro em barraco de tábua construído por mim em lote da comadre, que ficou com pena de me ver ao relento e deu licença pra fazer dois cômodos ali”.

“Depois de 18 meses na Usiminas, Ednardo Raimundo, chapa 4.692 mora em casa de dois cômodos, com dois filhos e moça parente, pagando quatro mil cruzeiros de aluguel”.

“Elí Dias Neves, mora em barraco com mulher e três filhos. A privada que usa serve para cinco famílias”.

Na edição de 26/11 a 1/12 de 63 o Binômio denunciou as péssimas condições de moradia e a indústria do aluguel: “lá existe a indústria do aluguel. Um barracão de caixote, coberto de zinco, vale seis mil cruzeiros por mês em Coronel Fabriciano, Acesita e Ipatinga. As favelas crescem, como nas cidades grandes. A falta de higiene é completa”. Conclui o jornal: “sem lugar para morar, vivendo na sordidez das favelas, os operários se revoltaram quando a polícia militar iniciou a construção de um curral elegante para o regimento de Cavalaria. Em Ipatinga, cavalo da polícia Militar vive melhor que os operários...”<sup>114</sup>

Existe uma contradição existente entre as normas de conduta do clube Usipa e a realidade que era vivenciada pelos operadores tipo “C” da Usiminas. De um lado, constroem um clube que, no primeiro momento, só aceitavam os de alto cargo dentro da empresa e condicionam uma regra na qual se restringe a participação das pessoas de Ipatinga (no caso “as mulheres dúvidosas”). Isso contradiz a realidade de que 70% de seus funcionários eram casados e, como não existe alojamento para as famílias, grande parte deles precisaram se submeter a toda sorte de alternativas para poder abrigá-las, inclusive na rua do buraco, que se condicionou narrar como lugar dos “sem emprego”, “sem segurança”, “sem higiene”, dos “cafetões e prostitutas” e a destacar dos empreiteiros, a peça que teima não entrar no jogo da memória.

Ocorre um tipo de distinção sobre os que estavam em pior situação, salienta Tania Moreira Braga, no trecho a seguir. Daqui em diante, falaremos sobre um ambiente bem masculino, de empreiteiros, vigilantes, polícia e moradores do centro, tudo junto, pois as fronteiras desse movimento se perdem quando adicionamos a perspectiva, seja procurando somente exploração, quer somente conflito pelo controle, sectarismo ou memória de um preconceito. Somente o campo a seguir daria outros tantos trabalhos:

Os trabalhadores das empreiteiras responsáveis pelas obras civis da usina viviam em condições ainda mais precárias, alugando a preços exorbitantes camas em barracos e acampamentos e fazendo suas compras em armazéns das próprias empreiteiras, o que lhes deixava apenas dívidas ao final de cada mês.

<sup>113</sup> Segundo Carlindo Marques, esse nome de rua é desconhecido atualmente em Ipatinga, embora conste em inquérito. O mais popularmente conhecido e que se assemelha com este é: Rua do Buraco, uma via em estado precário que fica no centro da cidade.

<sup>114</sup> PEREIRA, Carlindo Marques. *O massacre de Ipatinga*. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema., 1984. p. 54-55.

Em 1963, 60% dos operários da Usiminas alojavam-se em barracos de madeira de 3x3 m, desprovidos de sanitários, onde se amontoavam oito pessoas (Pereira, 1984). O transporte até a usina era feito em caminhões tipo “pau-de-arara” e a alimentação fornecida pela empresa era pobre em calorias e servida “sobre o chão e sob o sol”.<sup>115</sup>

No mesmo momento em que Tania Moreira cita informação contida no livro de Carlindo Marques, distinguindo os empreiteiros, os inclui novamente no quadro de 60% de funcionários que moravam em barracos 3x3m desprovidos de sanitário, estatística que deixa entender que a porcentagem refere-se ao total de trabalhadores da Usiminas e empreiteiras somados. Acontece que essa distinção estava sendo alimentada em vários níveis e uma pessoa que contribuiu em muito para que posteriormente se cristalizasse a imagem de que os empreiteiros eram o efetivo humano com condições de vida ainda mais precárias (o que não se pode negar) foi o senhor Atilio Bezerra Cavalcanti, dono da empreiteira AB Cavalcanti. A própria Usiminas fez contratações que, inclusive, desafiava a legislação trabalhista. O senhor Atilio Bezerra foi, inclusive, denunciado por trabalho escravo no inquérito realizado após o Massacre de Ipatinga. Um homem que é apresentado por Padre Avelino, em tom de revolta, diz:

Quando a usina pegou mesmo para ser implantada, diariamente chegavam lá. Empreiteiras... A Nacional levou 5 mil trabalhadores, a Empresa Piracicaba, foram 8 mil, a Chicago Bridge foi cerca de 3 mil e assim por diante. Diariamente chegando úuuú (muita gente!). Ali onde hoje é o Amaro Lanari chamavam de Candangolândia e Maringá. Só tinham galpões de companhias ali... Dormitórios, alojamentos ficavam ali. Coisa horrorosa! Foi ali no Candangolândia que comecei minha vida de padre, de fazer alguma coisa com o povo, porque lá no bairro do Horto ninguém queria nada e lá ninguém tinha tempo de nada também. Era dia e noite trabalhando. Eu cheguei lá no dia 20 de agosto. A Paróquia foi criada em 15 de agosto de 1960. Eu tomei posse no domingo seguinte, em 20 de agosto. Era um domingo. Eu tenho até hoje a cópia da Ata da minha posse. Tem a assinatura dos presentes: José Júlio da Costa, o Altino Bezerra Cavalcanti – Ah! Aquele danado, explorador de operários da Empresa AB Cavalcanti.

**Marilene** – Ele foi acusado de fazer tráfico de trabalhadores, trabalho escravo...

**Padre Avelino** – Era trabalho escravo mesmo... O sujeito chegava lá sem nenhuma qualificação, para o que desse e viesse. Ele aceitava... Para escavacar chão, capinar, qualquer coisa. Ele tinha um armazém, vendia tudo superfaturado... O sujeito comprava 30 reais e ele punha a dívida dele de 65 reais... Não pagava nunca! Altino Bezerra Cavalcanti, morreu aqui na entrada do bairro Planalto... Indo para a Pampulha, tem uma rua que entra tem um monte de prédios que era dele... Tudo dele!<sup>116</sup>

<sup>115</sup> BRAGA, Tania Moreira. Política Ambiental, Conflito e Produção Social do espaço sob o signo da mono indústria: Um estudo de caso sobre Ipatinga (MG). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2000, Ouro preto. *Anais IX Seminário sobre a Economia Mineira 1089*. Ouro Preto. p. 1077-1098.

<sup>116</sup> Depoimento do Padre Avelino Marques, entrevista realizada por Marilene Tuler Ramalho e Manoel Francisco Ramalho em 16 de abril de 2005, em Venda Nova.

No livro de Carlindo Marques existem fragmentos de uma reportagem do jornal “Binômio” com o título “MERCADORES ALUGAM O TRABALHO DE ESCRAVOS”. Deste, extraio estas citações:

Há quatro anos que A. B. Cavalcanti – escritório na casa de saúde Santa Terezinha – contrata operários para alugá-los à Usiminas, ganhando milhões de cruzeiros nesse comércio. A história de seu Cavalcanti é curta: chegou pobre em Ipatinga, ficou milionário com o tráfico de escravos, ganhando Cr\$ 16,00 em cada hora de trabalho dos homens que contrata.

Explica o Binômio: “O retirante chega em Coronel Fabriciano precisando de trabalho para sustentar a família. Vai em todas as empreiteiras, recebe um não em cada uma. O desespero o leva ao cativeiro: vira “operário” da A. B. Cavalcanti, que aluga à Usiminas para qualquer trabalho: capina de rua, coleta de lixo, carregar peso. É vigiado pelos feitores da firma que estão sempre de olho nos descontentes e faltosos.

Assina recibo de 10 mil cruzeiros e recebe só sete. Quando pede um “vale” (mais conhecido no meio operário, na ocasião, como “Boró”) – sistema que lá é instituição – acontece como Crispim Felix: assinou um de Cr\$ 5 mil, para tratar do filho doente e no fim do mês teve um desconto de 14 mil. Reclamou, xingou muito, foi mandado embora.

Prosseguindo a denúncia, o jornal vai mais fundo na questão: “com vales os trabalhadores compram no armazém da A. B. Cavalcanti, que é mais caro do que os da cidade, mas eles nada podem fazer: a firma só paga em papel – o operário nunca vê o dinheiro – e os outros lugares não aceitam esses “vales”. No fim do mês, o escravo de seu Cavalcanti vê, entre os descontos, um de 200 cruzeiros que não tem explicação. Reclama e é informado que o dinheiro é uma rifa mensal de uma geladeira “que vocês tem que comprar”. Isso se vocês quiserem ficar aqui”. O juiz de direito Massilon Resende Teixeira já anexou vários “vales” a um processo contra a firma.

Para o tráfico negreiro a A. B. Cavalcanti contrata o trabalhador por 10 meses. Depois disso despede aquele e contrata outro. “Para não ter complicações trabalhistas”. No dia 13 deste mês havia 2 filas na porta dos escritórios da firma: demissão de 200 empregados, contratação de outros tantos novos. Logo depois de demitido é preciso abandonar o barraco em que mora imediatamente. Senão a polícia bota pra fora no pescoço.

Sobre a questão da moradia o jornal explica: “trabalhadores da A. B. Cavalcanti mora em barracos míimos, no bairro Caladinho. Todos os solteiros – mesmo não ficando lá – têm de pagar uma taxa de moradia: Cr\$ 1.500,00<sup>117 118</sup>.

As denúncias são variadas, inclusive o fato de que existe revezamento de camas – uma cama serviria para três pessoas, cada um tinha o direito de oito horas sobre o móvel, sendo ela utilizada pelo operário que acabara de sair de turno. Numa realidade assim, os empreiteiros passaram a se diferenciar como os de “vida mais precária” em relação aos operadores da

<sup>117</sup> O salário mensal de um trabalhador da A. B. Cavalcanti, com os descontos, era de Cr\$ 26.950,00, sem direito a receber alguma coisa em caso de acidente, fato que o colocaria no “olho da rua”. In: PEREIRA, Carlindo Marques. *O massacre de Ipatinga*. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1984. p. 50-51.

<sup>118</sup> Idem. p. 50-51.

Usiminas. No entanto, vemos que existem pessoas (e não poucas) vivenciando trajetórias parecidas também no quadro dos operários “C” da Usiminas. Aqui cabe o problema das justificativas, num ambiente em que as pessoas vivem, convivem ou vivenciaram este tipo de relação cotidianamente fica o problema de a relação direta condições de vida-massacre não existir, as pessoas relacionam a culpa do sete de outubro de 1963 à brutalidade dos vigilantes e da polícia.

Entra em cena o problema dos focos das causas. Se, por um lado, se afirma a culpa aos vigilantes e policiais, por outro, o massacre de Ipatinga deixa a impressão de que mesmo antes de outubro de 1963 já vinha se justificando. Há um discurso frequente que tende a relacionar o massacre às condições de vida, mesmo as pessoas identificando a culpa como sendo da polícia e dos vigilantes. O “regime militar” do qual Luiz Verano tanto fala, expande, assim, a questão do policiamento e dos vigilantes e é “a pulga na orelha” de quem se dispõem a escrever sobre o assunto: o fato de a paralisação do dia sete de outubro não ter qualquer pauta de reivindicação, não ser principalmente por salário; poderia, talvez, ser um grito de basta. Mas todas as possíveis justificativas se esvaem quando vemos um movimento que tinha grito de guerra, e, quando muito, tinha um sinal singular, o uso da expressão “ta tinindo” e, de vez em quando, batiam os talheres nas marmítas, as duas ocasiões sendo estimuladas quase sempre pelo aparecimento da cavalaria.

Outra faceta do que o próprio Luiz Verano afirma como Regime Militar está no fato de que existiu um esforço conjunto de diretores e planejadores para distanciar as pessoas, o que seria uma dimensão do que ressalta Padre Avelino quando falando de sua rotina sacerdotal:

Os bairros eram independentes uns dos outros. Cada um tinha sua igreja, seu *playground* seu centro comercial, seu campo de futebol. Era assim. Aqueles bairros eram formados para serem independentes, para um não ter nada que ver com o outro. E eu tive de formar nestes bairros as comunidades... Igreja não tem disto não. Igreja não separa ninguém. Então eu tive que fazer isto. Eu tinha nove missas por domingo. Na Igreja Matriz do Horto rezava uma só, ao outras oito eu ou outros padres celebrávamos. Eu ia para o Bom Retiro, Amaro Lanari, Cariru, Ipatinga, tinha igreja lá.<sup>119</sup>

Um bairro não tinha nada a ver com o outro e, sobretudo, o que é citado de maneira muito forte nas entrevistas é a diferenciação destes em relação ao que ocorria em Ipatinga, pois Ipatinga, durante todo esse tempo, é somente a pequena vila constituída desde 1933

---

<sup>119</sup> MARQUES, Avelino. *Padre Avelino Marques*: depoimento [abr. 2005]. Entrevistadores: M. T. Ramalho; M. F. Ramalho. Venda Nova: 2005. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa.

somada a mais mil ou mais barracos desorganizados. O Horto já existia e não era Ipatinga, tampouco o Barra Alegre, lugar mais antigo e também o mais “organizado” do que seria a cidade. E sobre Ipatinga, além da prostituição e fome que foi trazida pela Usiminas, existe uma descrição que, durante o trabalho, surgiu como curiosidade e com a qual tivemos uma surpresa ao descobrir maiores detalhes: os porcos do centro.

**Entrevistador:** o senhor lembra como que era o centro de Ipatinga?

**Entrevistado:** lembro... o centro de Ipatinga num tinha nada, tinha... eles vendia porco no meio da rua, é... açougue era no meio da rua dipidurado, é... buteco no meio da rua, é... num tinha casa quase nenhuma, tinha uns barraco, tinha o Rei do salgado lá que vendia porco, vendia cachaça, vendia pra aquele povo, num tinha cerca, num tinha... ao vigilância aí pra cerca, vivia aberto, a cerca tudo aberta.<sup>120</sup>

Tentando buscar mais informações sobre o centro da cidade, pude entrevistar o senhor Manoel Valadares, morador da vila de Ipatinga desde 1950. Este, cedeu-me seu depoimento e deste extrai o trecho:

**Geraldo Vinicius:** Vamo voltar pra movimentação aqui no centro de Ipatinga... e tentar esclarecer uns ponto seguinte. O povo fica reclamando muito que esquartejava os porco aqui.

**Manoel Valadares:** Não, matava no meio da rua...

**Geraldo Vinicius:** Não que o povo que foi vindo eles de certo foram vindo e já morando no improviso. Já pegando as casas de madeira... ali dos equipamentos da Usiminas... o povo fala que lenha aqui tava sobrando. Aqui nesse negocio e já construindo as casa. Não tinha dinheiro e ainda tinha que arranjar um jeito de viver. Eles foram criando esses animais assim solto?

**Manoel Valadares:** Não os animais não eram criados... aqui tinha eu por exemplo mas o Ely, tinha uma ceva aqui. Com moinho,nos tinha moinho e produzia muito fubá. a gente fazia uma troca. Ce trazia por exemplo o milho – cê me dava uma lata de milho e eu te dava uma lata de fubá. Não te cobrava nada. Cê levava o fubá pronto... que dizer na troca ali eu ganhava. Pois o milho que você me dava rendia. E nos tinha uma ceva e engordava muito porco. Mas a maioria do porco que vinha pra qui era de fora. Caminhões... a gente comprava caminhões de Valadares,Açucena,de por exemplo Joanesia, Mesquita tinha os fazendeiro que engordava e tinha aquelas pessoas que comprava caminhões... e você era o açougueiro,aí eu pego um capado... eu vendia o capado pro cê... cê saia tocando o capado na corda e cê chegava perto do seu barraco que era o seu açougue, cê matava ali mesmo, na frente... cê sapecava com álcool...

**Geraldo Vinicius:** Ahn... mas era isso que eu tava... intaum vinha o caminhão. aí o povo ia pro caminhão comprar.

**Manoel Valadares:** Não... eles não comprava no caminhão... por exemplo, o caminhão vinha pra uma determinada pessoa. Uma pessoa por exemplo tinha dinheiro, podia comprar um caminhão. Eu tinha um deposito por exemplo lá em casa. Nessa época tinha: Marico, Etervino, eu sempre tive...

**Geraldo Vinicius:** Depósito?

**Manoel Valadares:** Depósito... e os açougueiros sempre compravam na nossa mão.na verdade era essa.Vamô por sô três por que agora eu não lembro os nomes.

<sup>120</sup>

VALADARES, Manoel. *Manoel Valadares*: depoimento [jun. 2009]. Entrevistador: G. V. R. Freitas. Ipatinga: Nupehcit, 2009. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa.

[...] **Manoel Valadares:** Nos criamo muito porco solto aqui na rua. Mas quando eu cheguei... não tinha Usiminas, nem vinha falar nesse negocio...

**Dona Tildinha:** Não sabia se vinha...

**Geraldo Vinicius:** Tinha espaço, né... e não incomodava...

**Manoel Valadares:** Assim como eu muitos outros criavam aí... por exemplo eu tinha essa área, daqui lá no pontilhão... tinha a cerca de madeira, por cima uma cerca de lado, e tinha Antonio Padre, tinha o sô Manoel Anicio de Oliveira, nos tinha um magueio em comum e nossos porcos ficavam lá... e ia até lá no riberão, que dizer era uma área grande... na hora de tratar por exemplo, eu gritava os meus já vinham, já tava acostumado a receber ração naquele lugar, vinham se vinha um outro cê separava ele, vinha pra fora tinha um lugar.<sup>121</sup>

Esse fragmento da entrevista deve ser lido em sequência cronológica contrária: ele termina o trecho com um momento anterior, no qual os animais eram criados soltos porque “cada bicho conhecia o seu dono”. No início do trecho, ele deixa claro que essa rotina mudou com a construção da usina. Vendo o aumento da demanda, o trabalhador da vila antiga, acostumado a conquistar seu sustento com um leque dos mais variados empreendimentos, passa a encomendar caminhões de porcos para suprir a necessidade de carne que era evidente. Quanto à questão da higiene, eu me lembro de E. P. Thompson, quando cita uma diferenciação entre trabalhadores rurais que tiveram que se adaptar ao meio urbano que começava a engolir todos os espaços da Inglaterra durante a revolução industrial:

Havia, evidentemente, uma variedade de “carnes” inferiores à venda: arenque defumado e salgado, pés de carneiro e de vaca, orelhas de porco, miúdos, tripas e morcela. Os tecelões rurais de Lancashire desprezavam a comida da cidade e preferiam comer “o que matavam com a própria faca” – uma frase que indica a sobrevivência de uma economia baseada na criação doméstica de porcos, além da suspeita de que a carne estava contaminada. Quando obrigados a comerem na cidade, cada bocado era engolido entre penosas especulações sobre qual seria o quadrúpede, quando vivo, e qual a razão de seu sacrifício. Não era novidade que os habitantes das cidades estivessem sujeitos a consumirem alimentos impuros ou adulterados, mas, à medida em que crescia o número de trabalhadores urbanos, o problema tornava-se mais grave.<sup>122</sup>

Particularmente participei até os dez anos, em inúmeras ocasiões, de esquartejamento de porcos em chão duro coberto com folha de bananeira<sup>123</sup>, porcos que criávamos em casa. Para eu e minha avó, o esquartejamento era como uma festa. Talvez isso fosse uma dimensão do que Thompson diz em outro texto quando discutia cultura e experiência:

Isto significa, exatamente, não propor que a “moral” seja alguma “região autônoma” da escolha e vontade humanas, que surge independentemente do processo histórico.

<sup>121</sup> VALADARES, Manoel. *Manoel Valadares*: depoimento [jun. 2009]. Entrevistador: G. V. R. Freitas. Ipatinga: Nupehcit, 2009. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa.

<sup>122</sup> THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa, *A maldição de Adão*. 4. ed., Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e terra, 2002. Coleção oficinas da história, v. 5. p.182.

<sup>123</sup> Recorrente na região até a década de 1980.

Essa visão da moral nunca foi suficientemente materialista, e daí ter freqüentemente reduzido essa formidável inércia – e por vezes essa formidável força revolucionária – a uma ficção idealista carregada de desejo. Pelo contrario, significa dizer que toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; que em cada “necessidade” há um afeto, ou “vontade”, a caminho de se transformar num “dever” (e vice-versa); que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores; e que o projeto do socialismo não está garantido POR NADA – certamente não pela “ciência” ou pelo marxismo-leninismo – e pode encontrar suas próprias garantias somente pela *razão* e por meio de uma ampla *escolha de valores*.<sup>124</sup>

Os restaurantes da Usiminas eram divididos também de acordo com a hierarquia: um somente para japoneses, o restaurante dos chefes e diretores, outros dos qualificados, um para os operários não qualificados e o restaurante dos empreiteiros<sup>125</sup>. Em relação a nenhum desses, notamos depoimentos sobre a comida ser boa. A comida dos chefes era “melhorzinha”. Em relação à comida dos operários não qualificados e a dos empreiteiros “chovem” narrativas sobre ser ela péssima, com arroz com casca, insetos, e até uma gilete e curativo *band-aid*. Às vezes a comida era crua e, às vezes, estragada. Havia situações em que os peões que chegavam por último, serviam-se com o próprio capacete por falta de bandeja e talheres. Com condições assim, os animais esquartejados no centro podem ser considerados uma melhor opção; pelo menos a carne estaria fresca, pois o animal era abatido na hora e na frente de todos. Não restaria dúvida de qual seria o quadrúpede e de que o mesmo teria levado uma vida sadia.



**Figura 10 – Centro de Ipatinga no final de 1959.**

Fonte: [www.aceciva.com](http://www.aceciva.com). Acesso em: 20 mar. 2011.

<sup>124</sup> THOMPSON, E. P. O TERMO AUSENTE: Experiência. In: SOBRENOME, Nome. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: crítica a filosofia de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 189-190..

<sup>125</sup> Voltaremos a esse problema no capítulo três juntamente com a discussão sobre a brutalidade da polícia e vigilantes.

A questão é que esse tipo de julgamento obscurece a análise. Há milênios o ser humano se alimenta do caramujo *escargot*, que hoje é uma cara iguaria e este me causa nojo, mesmo eu já tendo participado de cena parecida. Às vezes atento ao fato de que a vila de Ipatinga, nesse meio, não era mais uma vila, e sim um grande aglomerado de barracos. E qualquer das situações, essa discussão não é parâmetro para julgamentos, e sim um fato. Para se ter acesso à carne no local onde se construiria a cidade de Ipatinga era caso de conflitos que foram guardados na memória.

Em outra parte do depoimento do senhor Manoel Valadares, eu lhe pergunto sobre o massacre e ele começa sua narrativa por falar da criação de um Curral de Conselho. O prefeito de Coronel Fabriciano baixou uma norma proibindo que fossem criados os animais no distrito de Ipatinga, então passou a cavalaria recolhendo todos os animais que eram criados soltos. Diz o senhor Valadares, que, na época, existiu um povo que não gostou da ideia e, cada um com sua truculência, foram ao tal curral e chamaram seus bichos, cortaram a cerca e foram embora. A cavalaria passava, então, mais uma vez recolhendo a à noite acontecia a nova retomada. Conseguir carne de porco na vila de Ipatinga durante a construção da Usiminas passou de hábito doméstico a comércio e de comércio a comércio proibido.

Dentre os vários elementos destacados nesse texto, a intenção – além de apresentar as formas como essa cidade foi se constituindo ou “os antecedentes do conflito” – reside na tentativa de diferenciar um pouco as relações e as contradições existentes, próprias à imanência humana. A usina Intendente Câmara não somente ajudou a construir uma cidade como também planejou sistematicamente diferenciações humanas que não pertenciam a nenhum ambiente existente no lugar. No mesmo movimento, lucrou com seu farto exército de *dóceis* não-amotinados. A cidade deu muito lucro à usina desde a construção, pois, de um lado, a moradia nos bairros operários estava implícita no preço do produto final e, de outro, ela conseguiu arrastar cerca de vinte mil pessoas para um lugar onde nem existiam tijolos e mesmo a água era artigo de luxo, como também o era o torresmo. Além de que mesmo aquilo que ela construiu anunciando que seria o lugar privilegiado para os seus na década de 1980 não esboça a mesma configuração de quando as casas foram entregues. Existe um percentual bem elevado de seu efetivo de trabalhadores que, nos anos 1980, residem nos bairros que não são da empresa<sup>126</sup>.

---

<sup>126</sup>

Vide Anexos D.

Existiu um esforço que persistiu nos primeiros anos de governo militar em se manter a então estatal Usiminas sob o controle de um presidente que representasse os interesses mineiros do empreendimento, até que, nos anos de transição para privatização, estivesse gabaritada com um presidente constituído dentro dos próprios quadros, fazendo a passagem entre uma empresa estatal, que só deu lucro para o governo brasileiro, para uma empresa que se tornaria o maior complexo de aços planos da América Latina.

Na transição para o Regime Militar e dentro desse, os custos humanos da construção, ao bem querer dela, seriam engavetados. No entanto, estão em todo canto: na geografia e arquitetura da cidade, nas relações trabalhistas hoje – quando, mais que nunca, ela cobra produtividade para alcançar as metas com a afirmação de que de outra forma não poderá retornar benefícios a seus funcionários – assim como estavam anteriormente na forma pejorativa como os diretores da empresa identificavam as mulheres do lugar. O que reflete contradições enormes como essa:

Sobre a prostituição: “Existem 800 mulheres na zona boêmia da cidade de Coronel Fabriciano, com ramificação em Ipatinga, onde o Japão domina com seus dólares. Nos fins de semana, a freqüência chega a 3 mil homens, mas os japoneses são os preferidos das mulheres<sup>127</sup>. Isto sempre causa brigas com os brasileiros inconformados. Só os soldados do Regimento de Cavalaria, com as suas violências, conseguiram competir com os dólares dos japoneses e passaram a “donos” da zona boêmia.”<sup>128</sup>

Na ocasião do dia seguinte ao massacre, as profissionais de entretenimento noturno de Ipatinga também sofreriam violência quando operários, revoltados, invadiram o “forró do juá”, agredindo-as, e, principalmente, ao dono, sendo eles acusados de serem informantes da polícia. A exploração, no caso dessa cidade, se fez tão grosso modo desrespeitosa ao ser humano que existem vários indícios que apontam para a quase obrigatoriedade da denúncia à agressão dado que, se não a houvesse, a vida estaria de modo importante prejudicada. De uma parte, a bem dizer da verdade, precisamos centrar o foco no fato de que é uma cidade que construiu sua história pela eleição de alguns personagens. Existe outra soma a ser acrescentada, o esquecimento do custo inicial. No exato momento dos anos da construção não existia nenhum órgão civil por perto para acompanhar a situação, vários aspectos podem ficar esquecidos, principalmente porque nos acostumamos ao discurso do comum, ou do esquecimento.

<sup>127</sup> Segundo operários da época, os japoneses pagavam em dólares e isso fazia com que as mulheres os preferissem, provocando indignação e revolta nos brasileiros.

<sup>128</sup> PEREIRA, Carlindo Marques. *O massacre de Ipatinga*. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1984. p. 57.

A relação de exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismos mútuos. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, que estão relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal. A relação clássica de exploração da revolução industrial é despersonalizada, no sentido de que não admite qualquer das antigas obrigações de mutualidade – de paternalismo ou deferência, ou de interesses da “profissão”. Não há nenhum sinal do preço “justo”, ou do salário justificado em relação a sanções sociais e morais, como algo oposto à livre atuação das forças de mercado. O antagonismo é aceito como intrínseco às relações de produção. Funções de gerencia ou supervisão demandam a repressão de todos os atributos, à exceção daqueles que promovam a expropriação do Maximo de mais-valia do trabalho. Esta é a economia política que Marx disseccou n’*O Capital*. O trabalhador tornou-se um “instrumento” ou cifra, entre outras no custo.<sup>129</sup>

A vila de Ipatinga, no tempo dos carvoeiros, era um lugar difícil de viver, mas não é citada como lugar de analfabetos, prostituição e fome; inclusive, tinha seus poetas, festas e folclore particular, como se pode perceber no texto literário abaixo.

CAUSO:

— Mulher arruma a matutagem. Vou caçar hoje.

A pobre coitada, aflita quase ao desespero, tenta mudar a ideia excomungada do marido, bravo e sistemático:

Não é possível que você vai caçar hoje, logo num dia santo.

Sem atender aos conselhos da mulher, Tião Mafra foi naturalmente, espingarda às costas e muita munição nos bolsos. Assim que penetrou na mata virgem, pelos lados do Prato Raso, encontrou um bando de macacos. Apresado Tião Mafra apoiou a espingarda ao ombro para fazer a pontaria e, de imediato, um dos macacos, que segurava um filhote, exclamou sorridente:

— Muié toma o Gabré, que quero ver o que o Tião qué.<sup>130</sup>

O caçador pasmado pelo que ouvira, caiu sem sentidos e só no sábado de aleluia foi encontrado, por uma turma arranjada pelo seu Juca Fabrício, na beira de um córrego, que ele mesmo colocou o nome de córrego Nossa Senhora.<sup>131</sup>

...

*Baiano, Carvoeiro e garrucha de um cano, salva um companheiro é por engano.  
O risco que corre o pau, corre o machado.*

*Lenha verde pouco acende, quem muito dorme pouco aprende.*

*Quem tem dó de Pica Pau, dá pra ele um machado.*

*Raio não cai em pau deitado.*

*(provérbios da região do vazio verde)*

...

*Oh Ipatinga!*

*Lugar de ganhar dinheiro  
Vou ganhar mil e quinhentos  
Na turma dos engenheiros  
Você de lá e eu de cá  
O Ipanema passa no meio  
Você de lá dá um suspiro  
Eu de cá, suspiro e meio*

<sup>129</sup> THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa, *A maldição de Adão*. 4. ed., Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e terra, 2002. Coleção oficinas da história, v. 5. p. 182.

<sup>130</sup> A ideia de que essa anedota queria passar que era um lugar com tão pouca gente que os “bichos do mato” conheciam os habitantes pelo nome.

<sup>131</sup> GUERRA, João Batista. *Vazio Verde – A amanhecer de Ipatinga*. Ipatinga: Empresa jornalística Revisão, 1995. p. 60.

*Adeus Ipatinga, adeus carvoeiro!  
 Adeus, gente do, lugar  
 Vou partir, vou chorando  
 Com vontade de voltar  
 (Cantiga dos carvoeiros da região do Vazio Verde)*

...

*A mata é silêncio pesado!  
 O último grito,  
 Longo infinito,  
 Estrangulou devagar a tarde  
 Na boca das cigarras!  
 Dorme o velho na quietude  
 Do sol poente...  
 No semblante rude, quase perdidas  
 Dançam lembranças fugidias...  
 E o trem ... ah! chegou  
 Rompendo com mil lanças  
 O seio da terra adolescente.  
 [...]  
 A fumaça das carvoarias  
 Desenhado pelo azul – tão engraçadas...  
 As figuras de duendes e sacis.  
 Sonoras risadas gargalhadas ao léu  
 Pelos campos, pela mata, pela imensidão  
 Lá vão travessos e inquietos  
 Que, bulindo com passadas gigantes  
 Vão marcando o som das botas pesadas*

*(Maria de Lourdes Bittencourt de Vasconcellos) <sup>132</sup>*

No capítulo seguinte, pretendo discutir o massacre de sete de outubro como fato histórico da cidade, trazendo uma reflexão em sintonia com as ideias que querem prevalecer sobre os “anos de chumbo”, mas, sobretudo, como um incidente que dividiu opiniões, relações e a própria cidade.

---

<sup>132</sup> GUERRA, João Batista. *Vazio Verde – A amanhecer de Ipatinga*. Ipatinga: Empresa jornalística Revisão, 1995. p. 43-47.

## CAPÍTULO 3

### MASSACRE DE IPATINGA: O FATO HISTÓRICO

A ciência da história tem como principal objetivo buscar o conhecimento e compreensão através dos meios possíveis. Nessa busca, cada autor elege suas prioridades e organiza sua documentação e narração de acordo com a reflexão que defende. De minha parte, sempre tive receio de enfrentar Ipatinga como tema, pois, antes tudo, não conseguia dialogar com o objetivo por duas constatações: estaríamos falando de Ipatinga ou do massacre de Ipatinga? Onde começa um e termina o outro? Em outra ponta do problema está a construção social do massacre, pois o massacre seria o massacre de Ipatinga, dos trabalhadores da Usiminas, dos trabalhadores que vieram construir a Usiminas ou dos empreiteiros e de quem “estava passando” no momento do incidente?

Dependendo da organização, a história de Ipatinga se torna “antecedentes do conflito”, assim como o conflito se torna o principal na história de Ipatinga. Perde-se o conflito e perde-se a cidade, ou o mito de origem da cidade. Se condicionarmos o incidente do sete de outubro de 1963 a um grande panorama do pré-64, tal como fez Marilene Tuler, não erramos. Mas o que é o contexto pré-64, senão um conjunto muito amplo de acontecimentos díspares e, em muitos casos, desconexos? O termo pré-64 nada mais é que uma construção teórica de um seguimento de historiadores com a finalidade de organizar o tempo em relação a um fato, o Golpe Militar de 1964.

O termo “ambiente pré-64” pode explicar as atitudes e movimentos das classes dominantes em direção ao golpe, mas não responde um universo gigante de acontecimentos e realidades diversas em nosso território brasileiro, inclusive pretende esquecer boa parte das características; não responde sobre o massacre de Ipatinga, apesar de ter intercessões, bem como não explica o assassinato de João Pedro Teixeira<sup>133</sup>, um dos exemplos que Marilene Tuler utiliza na construção do grande contexto pré-64, haja vista que nunca cessou na história recente deste país os assassinatos por disputas rurais.

Do conjunto elencado por Marilene Tuler em seu trabalho, o massacre de Ipatinga desponta como um incidente singular, com elementos que balizam a afirmação da autora quando cita as formas como se diferenciavam os trabalhadores através de sua relação com a polícia e vigilantes. Isso aparentemente aproxima o massacre do sete de outubro de 1963 a

---

<sup>133</sup> CABRA Marcado pra morrer. Filme documentário de Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Globo Vídeo, 1984. 1 DVD.

esse grande contexto do “pré-64”. No entanto, a maioria expressiva dos movimentos e manifestações ocorridas nos anos que antecedem o Golpe Militar foram construídos através de organizações de base, fato que distancia o episódio de Ipatinga dos demais eventos. Alguma semelhança ao que ocorreu em Ipatinga encontramos no incidente conhecido como massacre da GEB (Guarda Especial de Brasília), quando se formou uma patrulha militar com exclusiva missão de controlar os empreiteiros que construiriam Brasília; mesmo assim, existe uma diferença de tempo, espaço e interesses.

No local onde estava se construindo a primeira unidade de produção da Usiminas não existia sequer um embrião de qualquer forma de organização trabalhista; Geraldo Ribeiro, então presidente do Metasita, tentou, em diversos depoimentos, realçar a sua participação no dia fatídico, afirmando inclusive que o massacre poderia ser evitado por uma organização mais forte dos trabalhadores através de uma possível filiação ao Metasita. Mas os trabalhadores estavam reivindicando somente parar com a brutalidade de quem os vigiava e somente o fizeram pelos acontecimentos do dia anterior, tirando de foco tudo que representou a construção da usina Intendente Câmara e dando um caráter localizado a toda situação.

Diferentemente de uma possível organização dos operários está as afirmações do senhor Luiz Verano, o qual deixa claro que o trabalhador vindo a Ipatinga seria condicionado a um “regime militar”, o que se traduz em trabalhar, descansar sob vigilância para trabalhar mais no dia seguinte. A efeito disto, parecer um plano exagerado destaca o fato de que foram convencidos cerca de vinte mil homens a virem para um lugar sem infra-estrutura, muito calor, poeira e barro, mosquitos da febre, esquistossomose, pouca água, lugar que tinha como única diversão a “zona” (que não existia antes). Se existe mais alguma dúvida de que se trate de um ambiente militarizado (não por armas, mas por decisões) – melhor dizendo, sectário e autoritário – tem-se o fato de ser um lugar que era meio caminho “entre o nada e coisa nenhuma” (segundo valores capitais) e com uma única saída para grande contingente de pessoas – uma das partes mais trágicas do massacre – e que também foi o “massacre dos desavisados” ou de quem não tinha outro caminho, já que, para transitar, as pessoas da região obrigatoriamente teriam que passar por esse campo de concentração em obras.

Numa linha cronológica os discursos a respeito do massacre de Ipatinga tiveram transformações sutis, por ocasião do incidente os Jornais O Binômio e Revista O Cruzeiro, um de circulação estadual e o outro nacional noticiaram o conflito. O jornal teve como manchete *policia mata 6 operários em Ipatinga*, a revista O cruzeiro noticiou o incidente com o título *“Chacina nas Minas Gerais”*. Todos os dois noticiários aplicam o julgamento em relação a culpa dos policiais e manifestam menos importância ao dado que os órgãos

reguladores não participaram ou não se manifestaram até aquele presente momento, somente um, a polícia. No restante das duas décadas que seguiram o incidente teve um inquérito, uma publicação sindical; o inquérito Marcelo Freitas avaliou como de fachada, *onde tudo transcorre transformando os réus, no caso os policiais, em vitimas, pois estavam se defendendo da posição de estarem em minoria*, é muito pertinente de se acrescentar, esse movimento de fachada pertence a um processo que foi real de terceirização dos algozes e da vitimas.

Eles num primeiro momento instauraram um processo, após não condenar ninguém por assassinato, dão dispensa de corporação aos militares de baixa patente e esses se dispersão pela imensidão do estado, assim como as vitimas se dispersaram pelo mundo, temos depoimentos de gente que está em Uberaba, Bahia, Governador Valadares e por em quanto. Após vinte anos a primeira citação a respeito na cidade foi a Revista Ipatinga Ano 20 onde destaco este fragmento.

Em 1963 cerca de 24 mil operários em diversas empreiteiras que realizavam serviços na área interna da Usiminas. A siderúrgica possuía apenas cerca de 6 mil funcionários próprios. As condições de alimentação, transporte e alojamento eram deficientes, gerando constantes críticas. Nos alojamentos, milhares de trabalhadores eram empilhados em beliches, com quartos sem segurança, reunindo peões de todo canto do país.

O maior dos alojamentos era o Santa Mônica, localizado no bairro de mesmo nome. Ao pé de um morro, uma única rua concentrava 10 construções que abrigavam mais de 2 mil empregados de empreiteiras.

Os incidentes entre trabalhadores das empreiteiras, funcionários da Usiminas e a população local eram constantes e violentos. Os furtos eram muitos, tanto nos alojamentos como dentro da usina. A segurança era realizada de três formas: dentro da usina, por um corpo de vigilantes do setor de Disciplina do Trabalho, com 150 homens fortemente armados e comandados por militares da reserva. Na cidade e nos alojamentos, pelo Grupamento de Cavalaria Montada da Polícia Militar de Minas Gerais, comandado pelo Capitão Robson Zamprogno.<sup>134</sup>

Quanto ao número de empreiteiros foi a maior estimativa já feita em depoimentos oficiais ou não, de fato não podemos confiar nos números, mas analisando as fontes pode –se estimar um total superior a vinte mil pessoas se apoderando de um lugar que em cinco primeiras décadas não teve mais que trezentas pessoas<sup>135</sup>. Toda narrativa do massacre começa pelas questões da condição de vida e no entanto o incidente não tem palavras de ordem como: *pela moradia, alimentação e transporte*. Então chega às relações de conflito por causa dos

<sup>134</sup> Revista Ipatinga ano 20. P31.

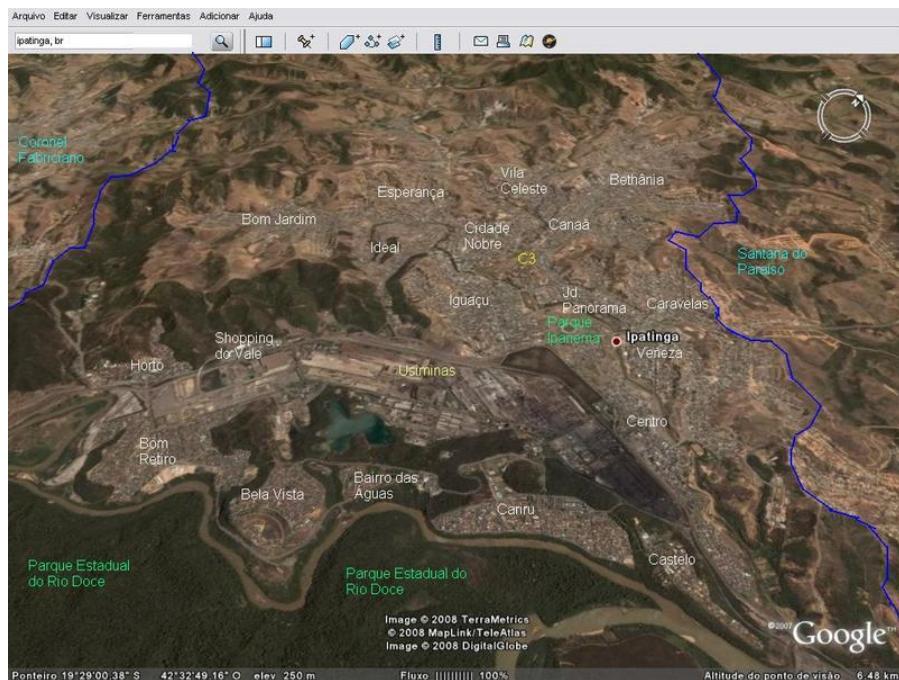
<sup>135</sup> O primeiro senso registrou 50. Mil.

furtos, onde dentro da usina se ouvia as expressões “*foram os graúdos*” ou “*os grandes*” em resposta as acusações de que foram “*os miúdos*”.

E dessas relações se destaca uma palavra que não representa o estado de coisas que se vivenciava e foi tão amplamente disputada que as veses pula a frente da função social que representava, representou e representa, quando falando do policiamento escapa: *Na cidade e nos alojamentos, pelo Grupamento de Cavalaria Montada da Polícia Militar*. Não era cidade, somente seria emancipada após esse incidente e continuaram alguns anos com a cara de favela com alojamentos. A época que se criou a idéia de cidade não se vivia numa cidade e depois de vinte anos de emancipação a palavra “*cidade*” consegue reverter a ordem das relações.

A primeira relação e que no momento de inauguração da Usiminas em 1962 a cidade de Coronel Fabriciano possuía a ordem de 47 mil habitantes, 27 nos locais de costume e vinte mil somente entre a primeira abertura de cerca da usina perto do que hoje é o bairro horto onde começam os alojamentos até o emaranhado de barracos que se somaram ao que era a antiga vila do centro. Estava ocorrendo uma desproporcionalidade de interesses, necessidades e medidas. Primeiro, no que tange os interesses a sede Coronel Fabriciano queria o lucro gerado pelos futuras arrecadações da usina mas não tinha como fornecer melhorias a realidade que se estabelecia no ambiente Usiminas – Vila de Ipatinga já que permanecia como lugar onde se vive de carvão, pequeno comércio ou acolher que não conseguiu se estabelecer mais próximo a usina.

Da parte dos interesses da usina ela queria somente os seus bairros operários construídos distantes dos barracos da vila, exatamente do outro lado da linha do trem. Os interesses dos dois setores se esbarrou na lógica que entre a primeira estaçãozinha de trens no Horto de Nossa Senhora e a ultima no local da antiga vila existiam um terço ou quase metade da população total do município, esta parte tinha uma medida que não parava de crescer uma necessidade maior e o maior interesse na emancipação, formou uma associação para defender esse projeto. Mas tinha dois interesses opostos em uma relação tripla, o projeto de hierarquização da usina não queria o que existia no centro, mas a lógica geográfica conduziria ao encontro dessas duas cidades mesmo que seja com a cerca e trilho da ferrovia dividindo ao meio.



**FIGURA 11 – Ipatinga e Usiminas vista aérea.**

Cidade de Ipatinga, MG. Bairros da Usiminas separados por ela a linha do trem dos Bairros não construídos por ela que começam do centro a toda parte cima da estrada de ferro. A área nobre que são seus bairros faz fronteira sul com uma reserva intacta de Mata Atlântica. Acima onde surgiu a periferia essa mata tinha virado carvão. Os alojamentos ficavam no Horto sentido Bom Retiro e a antiga vila onde é o centro, separados pela usina. (acervo do autor)

Ao contrario da associação de medidas, necessidades e interesses que estava falando e na qual o massacre devia se inserir, a emancipação da cidade foi creditada a Sociedade Amigos de Ipatinga, que nas pessoas selecionadas pela publicação Homens em Serie assim descrevem os eventos que propiciaram a emancipação:

Geraldo Quintão

Deputado Estadual por Jaguaraçu

Titulo do depoimento: *As artimanhas políticas*

*“O governador Magalhães Pinto vetou a emancipação de Ipatinga por questão militar. Naquela ocasião, havia uma efervescência muito grande na região. Havia influência militar nas indústrias do vale do aço, por causa da política de 1964. Os militares interferiram e não queriam criar os municípios, porque segundo eles, prejudicaria a revolução. Essa política contraria era desenvolvida desde 1962. O governador vetou a emancipação dos quatro distritos. Nessa época, já havia uma trama para se derrubar João Goulart. Também o Dr. Alderico de Paula era contra. Ele era diretor da Acesita. Porque achava que prejudicaria a empresa. Fabriciano também era contra. Logo que tomei posse como deputado, estava congelada essa discussão no governo. Então fui com governador e falei que tinha um compromisso muito grande de emancipar Timóteo e Ipatinga. Meu partido não contava com dois terços na Assembléia para derrubar o voto e o governador liderava grande parte. E pedi a ele que me liberasse para trabalhar a emancipação dos municípios. Se não emancipasse esses lugares o PTB ficaria dono da região. O partido era hostil a revolução que já se articulava e o melhor*

*meio de combatê-lo era dividir os três lugarejos. Dividindo o município dividiria o poder do PTB.*<sup>136</sup>

Logo no inicio do depoimento do então deputado Geraldo Quintão ele cita que *havia influência militar nas indústrias do vale do aço, por causa da política de 1964*. Ele comete o mesmo erro de localização que tanto frisei, a época mesmo, por volta de 1962-64 já se utilizava do termo região das indústrias do aço, mas isso somente se definiria como realidade com o Plano de Diretrizes para o desenvolvimento Micro regional do Vale do Aço, elaborado por um órgão do conselho estadual do desenvolvimento em 1972, até então era um projeto vivido sem ter assinaturas. No mesmo movimento relaciona que a influência militar aqui era *por causa da política de 1964*. Aproxima as relações que estavam em jogo na época do massacre daquilo que foi caminho para o golpe mas mais a frente na sua narração vai distanciar o 7 de outubro de 1963 de qualquer peso sobre a emancipação.

A emancipação dos municípios era contraria ao desejo dos militares porque eles queriam que fosse uma única cidade abrangendo as duas siderúrgicas, estava escrito assim na primeira justificativa do governador Magalhães Pinto sobre voto de pedido de emancipação. A justificativa do mesmo perante o governador que se não se emancipasse o PTB tomaria conta da região não convence no caso de Ipatinga, muito bem definiu Marilene Tuler em seus trabalhos que o PTB não tinha muita influencia dentro dos círculos de relação da Usiminas. Tinha alguma relação com o sindicato da Acesita que já havia se construída quase duas décadas antes.

Ele prossegue sua narrativa descrevendo gestos de burocracia política que no nosso regime de formalismos do Brasil gera o gesto de Pilatos.

*O governador contestou que, se fosse dividido o município de Fabriciano com Timóteo e Ipatinga eu não seria chefe político da região. Disse-lhe que era um idealista e com a emancipação resolveria um problema de consciência. Assim, a responsabilidade não era criar, mas de lutar pela emancipação dos municípios. “Isso não depende de mim mas do senhor. Agora, se o senhor liberar o seu líder, faço o resto na Assembléia, governador”, falei. Mas o assessor de Magalhães Pinto advertiu que com a Revolução de 31 de março não haveria eleição. Falei que não teria problemas. O governador me ajudava e eu o ajudaria. Eu cumpriria com meus compromissos em Ipatinga e Timóteo e lavaria as mãos. A culpa não seria nem minha nem dele, mas da revolução.* (Grifos meus)<sup>137</sup>

<sup>136</sup> Homens em Serie: A História de Ipatinga contada por seus próprios personagens. Vol.1. Ipatinga: Empresa Jornalística Revisão, Outubro de 1991. P 35.

<sup>137</sup> Homens em Serie: A História de Ipatinga contada por seus próprios personagens. Vol.1. Ipatinga: Empresa Jornalística Revisão, Outubro de 1991. P 35.

Quando ele afirma que *a responsabilidade não era criar, mas de lutar pela emancipação dos municípios* deslocando isso da esfera das disputas políticas diretas e trazendo pra espera da *consciência* deixa brecha, para que na primeira vez de forma explicita possa afirmar diferente de todos os depoentes sobre a história que comprehende esse trabalho, se trata de indícios de um planejamento orquestrado para não se jogar a responsabilidade da conquista pela emancipação no peso social que representou o massacre.

Na conclusão de sua narrativa ele termina de tecer os regimes de formalidades de um governador que já não era contra o veto, mas necessitava que as pessoas não soubessem disso, enquanto eles já sabiam até a data prevista do golpe militar.

*Ele permitiu conversar com Ataliba Mendes de Oliveira, que era líder do governo, pois estava de acordo com a proposta. Assim, comecei a trabalhar a emancipação. Procurei saber o dia em que todos os deputados estariam presentes. Começamos a fazer as cédulas para a votação. Conseguí colocar setenta deputados votando. Só houve um voto contra, mesmo assim, porque o deputado errou. Fiz uma marmitinha e falei o que eles tinham que colocar dentro da urna. O veto do governador foi derrotado e conseguimos a emancipação* <sup>“138</sup>

Quando a cidade começa a formular suas memórias elegendo seus pioneiros a partir da segunda década de vida passa a ressaltar como modo de exaltar a luta pela emancipação a associação que se reunia em um dos armazéns comerciais da vila de Ipatinga. Todo esse depoimento descreve um monte de formalismo políticos que na realidade refletem que eles não iriam dizer que abandonaram o projeto de centralização pretendido anteriormente e que a culpa pela emancipação não foi do governador e nem de ninguém a não ser *da revolução*. Toda a trajetória da associação amigos de Ipatinga reflete tentativas de organização das pessoas que defendiam seus interesses de construção a partir da vila de Ipatinga, mas não reflete um movimento maciço de reivindicação social conforme vemos em trecho de versão com o representante eleito pela publicação Homens em Serie o ex-comerciante da vila José Carvalho.

Depoimento de José Carvalho  
Ocupação na época: comerciante da vila e membro da Sociedade Amigos de Ipatinga.

---

<sup>138</sup> Idem. Ibidem. P 35.

**P: Quem mais participou do processo de emancipação de Ipatinga?**

**José Carvalho:** O principal elemento que participou do nosso lado, pela emancipação, foi o deputado Geraldo Quintão, de Jaguaraçu. Naquele tempo, não havia problema de legenda. Porém, quando falaram nas eleições presidenciais de 1965, Magalhães Pinto se interessou em sair candidato pela UDN. O prefeito Cyro Cotta Poggiali que era da UDN, estava aguardando Carlos Lacerda, outro candidato pela UDN, em Fabriciano. Fotografamos o ato e fizemos nova reunião com Magalhães Pinto. Foi uma jogada política. *Mostramos a foto e dissemos que ele apoiava o prefeito de Coronel Fabriciano*, mas o prefeito não o apoiava para presidente, apoiava Carlos Lacerda. E argumentamos sobre a emancipação. Ele orientou seu líder na Assembleia para que suspendesse seu veto a emancipação. Com isso emancipou-se Ipatinga em 1964.<sup>139</sup> (grifos meus)

Ao invés de um programa político para a futura cidade o senhor José Carvalho justifica a emancipação como sendo produto de fuxico político, a Usiminas que não estava interessada na emancipação durante o processo de construção da nova cidade se envolvia naquilo que era dela e também no que não era. O senhor José Carvalho prossegue seu depoimento contado um causo sobre um colégio que foi construído com dinheiro dos trabalhadores e iniciativa do Rotary, ela não se envolveu na construção do colégio mas queria nomear seu diretor. Seguindo o seu depoimento ele identifica que a cerca que a Usiminas colocou dividindo o terreno de suas construções do restante da cidade em todo trajeto da estrada de ferro foi fruto das disputas políticas entre a já emancipada cidade e sua empresa agora inquilino e não mais senhoria.

Essas disputas e conflitos iriam se refletir em toda trajetória política da recém emancipada cidade. No depoimento do ex-prefeito Jamill Selim de Sales ele afirma que para se construir a Avenida João Valente Pascoal ele pediu que a empresa encurtasse amplitude da cerca, a Usiminas se manifestou contraria ele mandou um trator passar por cima da cerca e construiu a avenida. Isso já na década de 1970. Depois de emancipada Ipatinga foi governada por um interventor indicado, o primeiro prefeito eleito foi Fernando de Santos Coura eleito por indicação da empresa fazendo que as conquistas sociais dos primeiros anos se refletissem nessa dinâmica: vamos consentir, mas tem que ser da forma como queremos e com nossa supervisão. Não se envolvendo diretamente a não ser quando está em jogo a bandeira do orgulho e dando suas opiniões inclusive no terreno que afirmou desde o inicio que não se integraria.

No meio dessas relações o massacre desempenhou um papel de dois vértices um nacional e outro local. O nacional está nas figuras de Magalhães Pinto e João Goulart, enquanto o que era responsável em regular o que estava acontecendo em Ipatinga não foi

---

<sup>139</sup> Idem. Ibidem. P 34-35.

responsabilizado pelo massacre este incidente se inseriu em toda cadeia de eventos que culminaram na depredação da imagem do presidente.

O primeiro vestígio que Marilena Tuler se baseia para relacionar o massacre de Ipatinga ao contexto do golpe de 64 é uma citação contida no livro de Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, que diz: “(...) no dia que Jango enviou a outra mensagem ao Congresso surgiu onda de violências (de que resultaram seis mortes) por ocasião de uma manifestação em uma usina de aço em Minas Gerais”<sup>140</sup>. Essa afirmação é problemática, pois não existem evidências de relação direta entre o ocorrido em Ipatinga e a carta que Jango enviou ao congresso.

Thomas E. Skidmore foi professor de História norte americano que deu aula USP e pelo seu livro que a forma como ele constrói sua narração de modo que privilegie o discurso das grandes personalidades políticas e grandes acontecimentos políticos, sobretudo ele mostra em seu livro aquilo que os norte americanos queria saber do Brasil. Toda a trajetória utilizada por Skidmore no capítulo em que cita o massacre está desde o inicio relacionada com acordos de grandes políticos, grandes empresários, disputas a nível nacional e no meio de um elenco de acontecimentos que representavam as manifestações populares sindicalizadas em suas varias tendências ele elege o massacre de Ipatinga como referência direta de repercussão a carta que Jango enviou ao congresso onde previa uma tímida reforma orçamentária e algumas reformas que beneficiariam os trabalhadores. Mas o massacre não fala disso.

Por estar no livro de Thomas E. Skidmore o acontecimento de 7 de outubro de 1963 em Ipatinga tem uma importância que se perdeu com o tempo, apenas sua citação nesse livro representa que na época o massacre teve uma repercussão a nível nacional e que está foi prejudicial a imagem do presidente João Goulart Belchior. Mas as relações que estavam sendo travadas em torno deste acontecimento dizem respeito a universo que somente dizia respeito até então a cidade de Coronel Fabriciano, a Empresa Usiminas, a vila de barra Alegre esperando junto com a concentração que se organizava inclusive com a idéia de se construir uma cidade e não a carta que o presidente enviou, essa nem consta em qualquer construção social sobre o massacre e o presidente estava longe de ser a primeira instância a regular qualquer acontecimento no local de construção de usina.

O governo estadual estava na ordem das relações, pois apesar da usina pertencer a união, foi construída como um acordo entre o Estado de Minas Gerais e uma siderúrgica

---

<sup>140</sup> SKIDMORE, Thomas E. , Brasil: de Getúlio a Castello; tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. P.319.

japonesa. Trazendo tal acontecimento para o estado de relações capitais e interesses que vemos aqui, a vila de Ipatinga era um lugar desprezível em importância. No entanto, um número oficial de seis ou sete mortos que foi o fornecido no inicio prejudicou em muito a imagem do presidente a ponto de ser citado no livro de Thomas E. Skidmore cuja primeira edição foi em inglês. Mas, se aquela época vazasse uma especulação de um número total de possíveis oitenta como sustenta o Jornal de Ipatinga na revista Ipatinga Ano 20, forçariam um efeito que poderia ser incontrolável. Não existe um se possível em história que se possa confiar, então precisamos fazer as ponderações.

Primeiro discutir o que representou o massacre dentro dos discursos sociais sobre a violência relacionada aos acontecimentos dos primeiros anos da década de 1960 no local em que estava sendo construído a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais o que transformou uma vila de comerciantes e carvoeiros em um conjunto inflacionado de barracos disformes e destes se emancipou uma cidade. Nesse primeiro movimento quero mostrar o que se escreve justificando, ou sendo justificado na memória das pessoas que escrevem ou relembram os fatos para depois discutir que esse trabalho não está pretendendo uma busca a verdade ou entrecruzar discursos para saber quem está negando a informação vital que traria toda verdade do massacre e sim como esse discurso vai se construindo na memória publica e particular criando uma relação onde o discurso da violência está atrelado ao discurso da vigilância. Primeiro somente o caso de Ipatinga e depois uma pequena comparação com três outros eventos históricos: A batalha de Crummies e de Evarts no Kentucky, Estados Unidos e o Massacre da Guarda Especial de Brasília.

Antes de buscar uma resposta exata inexistente, proponho uma questão central: entender o massacre como fato histórico através dos discursos sobre a violência desses anos. Nisso, o primeiro livro sobre o incidente nos dá uma pista diretiva importante sobre como foram construídas as representações sobre o massacre.

De repente uma fila enorme é formada na portaria. O tratamento dos vigilantes, agora, é mais desumano que antes. Ninguém pode sair antes que todos sejam revistados. O leite não pode mais ser levado pra casa; tem que ser jogado no latão de lixo da portaria. Lá fora o caminhão se movimenta pra sair, mas o vigilante impede a saída dos trabalhadores. A tensão começa a tomar conta da massa. Um operário decide levar o leite de qualquer jeito. O vigilante que ficava num canto da guarita, com a mão direita sobre o coldre acariciando a coronha do revólver, saca da arma com uma velocidade incrível e dispara um tiro certeiro contra o litro de leite do trabalhador. Aquilo foi o bastante para transbordar a ira da massa. O portão foi aberto à força. Os operários passaram em massa e até saltaram a cerca. Cerca de 20 vigilantes tentaram dominar os operários, mas agora era impossível. O chefe dos guardas, “seu” Braga, *mandou chamar a cavalaria Montada que se encontrava em algum ponto da cidade prendendo e espancando populares.*

Os que ainda se encontravam na portaria foram presos e ali mesmo começou a sessão de espancamentos.<sup>141</sup> (Grifos meus)

Esse texto é uma narração interpretativa, construída para realçar a brutalidade das ações dos vigilantes e policiais. O primeiro movimento se concentra em um detalhe que se tornou uma lenda: a sacola de leite. Antes do dia seis de outubro parece ter ocorrido outros incidentes com operários que teriam desobedecido à ordem de não levar o leite para casa, o que, aos olhos dos narradores, bastou para se construir a assimilação direta de que este seria o motivo do levante. No segundo movimento “seu Braga”, “mandou chamar a cavalaria Montada que se encontrava em algum ponto da cidade prendendo e espancando populares”.

Num primeiro momento, a polêmica sobre o litro de leite pode nos levar a ignorar um aspecto importante dessa passagem. Se, por um lado, resta dúvida se o estopim disso tudo foi realmente o litro de leite, o que se torna uma discussão estéril, do outro, podemos buscar o conhecimento de como se construiu essa imagem de brutalidade e violência, a ponto de Carlindo Marques afirmar com toda certeza que os policiais da cavalaria estavam nesse mesmo momento espancando populares em algum ponto da região, fazendo disso uma ação diária.

O livro de Carlindo Marques tinha como prioridade resgatar a trajetória dos trabalhadores de Ipatinga inserindo o martírio destes na pauta das lutas políticas da década de 1980. É um livro de militância, não tem obrigações com reflexões teóricas ou acadêmicas. Nisso não posso imputar uma responsabilidade pela narração-interpretação-construção que o mesmo faz sobre o dia anterior ao massacre. Além disso, existe a possibilidade do mesmo ter acertado em suas afirmações. Através das entrevistas que dispomos, vemos narrações com sentidos bem próximos, vindo de pessoas sem interesse de militância como o senhor Moacir Lacerda, que já reside a muitos anos em Uberaba-MG:

SR. MOACIR ME CONTA UMA COISA, SR. ACHA QUE ESSE EPÍSODIO DA POLÍCIA FOI SÓ POR CAUSA DO LEITE?

Não... é...

OU TINHA OUTRA COISA?

Tinha... é como eu te falei, ocê não tinha tranquilidade nenhuma, todo lugar que você ia, lá em Ipatinga tinha policial... Ipatinga tinha muito mau elemento, na área de baixo que agora é tudo habitado, eu larguei de compra terreno lá baratin... porque eu achei que num ia ficá lá... lá... tinha muito calipto... **amanhecia gente morto toda veis, esse peão de empreiteira que brigava** e tinha a zona boêmia lá... né... o Juá... Ipatinga no centro era tudo nome as rua, nome de Cidades, o caruru era nome de países... é assim... o castelo por exemplo é nome de minerais né... então é... tinha muita desavença nessa zona boêmia, também a peãozada que ia lá [...] peão, que

<sup>141</sup> PEREIRA, Carlindo Marques. *O massacre de Ipatinga*. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1984. p. 75-76.

ele fala de lá, fazia muita bagunça, briga, cachaçada e brigava com a polícia era uma confusão danada, então é tudo isso... é... criava um clima de tensão, né, se num podia ir num cinema, que se saía cheio de polícia na porta... se não podia nem olhar pro lado deles, se não eles perguntavam que se tava querendo... e desse jeito... inclusive na primeira semana que eu tive lá, eu fui num cinema de madeira no Horto... e, eu fui vê um filme, até num tinha programa, num tinha nada pra escolhê, era um filme até romano, aqueles filme do tempo de Cristo, aquele negócio, então tava aquela fila e chovendo... aquela fila o pessoal tudo de guarda-chuva, tinha uma agenciazinha rodoviária de madeira... assim... é... um camarada saiu, padaria ao lado, então o cara colocou o que tava atrás dele, vigia meu lugar que vou pegá um maço de cigarro ali, e foi na padaria, foi pegá o maço de cigarro, tava a polícia lá na porta né, hora que ele viu o cara entra na fila ele veio, tá furando fila aí rapa... não pergunta ele aqui, saí só pra compra um cigarro ali... tá furano fila sim só... aí empurro o cara, o cara xingô o policial... o policial pôs a mão na arma assim, antigamente usava 45 né, o cara correu assim, tinha... passô na agenciazinha rodoviária... tinha um... cerca de... asfalto, cerca de arame e o trem da Vale do Rio Doce, os trilhos... o cara pulo aquilo, o soldado deu um tiro atrás dele... pou... né... e o coitado sumiu, num acerto não, mas já pensô quem [...] nessa época tava já com dez dias que eu tava lá.<sup>142</sup>

Longe de qualquer responsabilidade de militância política, o senhor Moacir Lacerda tem guardado em sua memória uma imagem de que a região onde seria a futura cidade de Ipatinga é um lugar onde se podia levar um tiro por motivo fútil, disparado pela polícia, e que isso era rotina e não fatalidade. Existe nesse fragmento um trecho com afirmação idêntica e que se destaca em inúmeros depoimentos, e é talvez aquilo que melhor define as lacunas existentes na construção dos três processos, o de construção da Usiminas, de Ipatinga e do massacre, quando afirma como muitos, “amanhecia gente morta no eucalipto toda vez”, ou “todo dia” na linguagem de outros depoimentos.

O fato é que, deu-se muito peso à possibilidade real de o número de mortos ser bem superior ao oficial, mas o fato é que não temos estatísticas precisas sobre a violência no local durante a construção da usina. Pode-se, inclusive, suspeitar da possibilidade de se ter mais assassinatos<sup>143</sup> nos meses e anos anteriores por motivos que se perderam durante a confecção desta história. O que não se notou, pois antes tudo, eram peões estranhos de outros estados, peões que não tem rosto, depoimentos ou tão pouco algo que merecesse constar dos elementos “do enorme futuro que construímos”. Em outra interpretação está uma justificativa que beira o grotesco, na fala do conhecido Tenente Xavier de Ipatinga, que se autodenominou “o pacificador”:

<sup>142</sup> Entrevista realizada por Paulo Roberto de Souza com o senhor Moacir Lacerda. LACERDA, Moacir. **Moacir Lacerda:** depoimento [ 2005]. Entrevistador: P. R. de Souza. Uberaba: Nupehcit, 2006. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa.

<sup>143</sup> Uma das primeiras manchetes de jornal sobre o sete de outubro de 1963 tem como título “Chacina nas Minas Gerais”, o processo-crime relata o incidente como assassinatos cometidos pela polícia para então o termo massacre se firmar como explicação do episódio.

Os operários voltaram ao trabalho. O comandante-geral decidiu que o Capitão Jacinto ficasse com 50 homens e o restante da polícia retornasse aos seus quartéis. Tudo parecia voltar à normalidade. Só que o sindicato detinha a força total. A polícia ficou em Ipatinga na condição de só fazer o que o sindicato permitisse. E nessa condição o Capitão Jacinto permaneceu até janeiro de 1964. Não permaneceu mal tempo porque a cidade foi invadida por marginais. E nunca na história de cidade alguma de Minas matou-se tanto como se matou em Ipatinga, naquela época. Crimes de toda natureza... violações sexuais... estupros... roubos... homicídios... havia polícia, mas esta nada fazia. Estava aquartelada. A população ordeira e laboriosa não aceitou aquilo. Exigiu do governo que se restabelecesse a ordem em Ipatinga.<sup>144</sup>

Posso dizer que o depoimento do Tenente Xavier tenta se oficializar como discurso, mas as contradições dos acontecimentos de outubro de 1963 não se esgotam em seu depoimento; principalmente, não existe forma de não se responsabilizar a polícia pelo massacre, apesar de ser o que aconteceu, da pior maneira; os únicos responsabilizados pelo incidente (em um inquérito que ficou para história como sendo de fachada) foram os militares de baixa patente serem excluídos da corporação. Estes afirmam que durante a madrugada do dia 6 para o dia 7 foram obrigados a beber cachaça com pólvora para “dar valentia”, pois, na manhã do dia sete, abririam fogo em direção a uma multidão de pessoas e, dentre estas, estariam familiares e amigos dos mesmos. Presumo que, no momento dos disparos, estavam há mais de doze horas sem se alimentar e tanto intoxicados. O oficial responsável pelo destacamento policial do dia sete foi condecorado com a ordem da inconfidência, título maior de Minas Gerais, por serviços prestados ao estado, Coronel Robson Zomprogno.

A ideia de que a cidade foi invadida por marginais se firma no senso comum como a mais pura verdade. A isto, tenho duas considerações. Primeiro, a cidade não foi invadida porque não existia cidade. Ipatinga nasce em 29 de abril de 1964, vinte e um dias após o Golpe Militar. Antes, Ipatinga era o nome de uma vila que oficialmente tinha 236 habitantes; este, sim, foi o local que abrigou milhares de pessoas em relação às quais a Usiminas não se responsabilizou por hospedagem, sofrendo essas pessoas toda sorte do “não ter”, enfrentando até trabalho escravo durante a construção da usina. Em segundo lugar, eram mesmo marginais no sentido mais trágico da palavra. As décadas de 1950/1960 foram marcadas por um imenso fluxo migratório Norte-Sul. Milhões de brasileiros se lançaram à sorte nas mais diversificadas alternativas de sobrevivência em trânsito até encontrarem um lugar que as comportasse ou não, estando à margem de uma sociedade que se esforçava para entrar de vez no jogo do

---

<sup>144</sup> HOMENS EM SÉRIE: A História de Ipatinga contada por seus próprios personagens Ipatinga, v. 1, n. 1, Empresa Jornalística Revisão, 1991. p. 86.

capitalismo moderno, mesmo que isso representasse condenar uma parcela considerável de sua população a viver abaixo da linha de pobreza<sup>145</sup>.

Tendo uma ideia de como o discurso das autoridades locais interpreta a situação de passagem entre os anos de 1963/64 no nível da realidade local, acho oportuna uma comparação do que se falou a respeito deste mesmo período em nível nacional, em uma das emblemáticas reflexões do dono do Jornal, Radio e TV Globo, o empresário Roberto Marinho, no editorial de seu jornal com o título “Julgamento da Revolução”.

PARTICIPAMOS da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais, de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente. [...]

VOLVENDO os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que reconhecer impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma população de 80 milhões de habitantes e uma renda per capita de 900 dólares; somos a oitava, com uma população de 130 milhões de pessoas, a renda media per capita de 2.500 dólares.<sup>146</sup>

Não houve radicalização ideológica no caso de Ipatinga. Na verdade, todos os depoimentos, mesmo os de pessoas ligadas ao sindicalismo, carecem qualquer posição ideológica definida. Mesmo a paralisação de três dias após o massacre, apesar de ter sido identificada como greve, não foi mais do que o medo dos operários em função da possibilidade de outros assassinatos. Eles formaram uma guarda entre eles e patrulharam a região até que o governador enviasse uma guarnição de Belo Horizonte, o que, entre as negociações, demorou dois dias. Ainda a dizer, o senhor Roberto Marinho esqueceu-se de falar que antes do golpe ele era o redator e dono do jornal “O Globo”. Após o golpe e com a ajuda dos militares, tornou-se o dono da quarta maior televisão do mundo, em dimensão, mas, com toda certeza, a mais poderosa em difusão ideológica.

O que fica de importante nesse discurso e permanece como questão a ser discutida no presente, a meu ver, é os significados e justificativas que o regime militar teve a nível nacional e local. O massacre de Ipatinga está, sim, ligado aos diversos acontecimentos que a ditadura enfrentada em 21 anos por esse país queria esquecer; ele, sobretudo, representou o

<sup>145</sup> Parafraseando a constatação que o historiador uruguai René Dreifuss faz no documentário “Beyond Citizen Kane” (Muito Além do Cidadão Kane, no Brasil), é um documentário televisivo britânico de Simon Hartog produzido pela BBC e exibido em 1993 pelo Channel 4, emissora pública do Reino Unido. O filme discute as obscuras relações de Roberto Marinho com a política brasileira na construção da rede globo de televisão.

<sup>146</sup> MARINHO, Roberto. *Julgamento da revolução*. Acessível em: <<http://www.bolsonaro.com.br/jair/arquivo/julgamento-rev.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

fracasso de um projeto de hierarquização que contemplava quase a metade dos participantes, haja vista que sobram testemunhos sobre o medo de qualquer possibilidade de questionamento tal como o depoimento do chefe de serviços médicos da usina Intendente Câmara.

Sentia-se no ar que o operário não estava tão dócil. Ele já estava mais reivindicante, estava falando em pedir coisas que antes não pedia, pensava em termos de querer habitação com mais velocidade, feira e outras coisas. Se bem que, nesse meio tempo, a empresa já havia ajudado a montar uma cooperativa de consumo (a cônsul) e já tinha criado a Usipa, para o lazer.

Havia algum movimento por trás...

Não se sabia diagnosticar onde.

Então, o operário já estava diferente. Isso chegava até o consultório.<sup>147</sup>

Lendo esse fragmento ao inverso, temos a seguinte conclusão: o operário estava morando mal, se alimentando mal, sem diversão, pois a Usipa era somente para os chefes; estava trabalhando muito, sendo vigiado todo o tempo sob o pretexto de identificar-se os maus elementos em virtude da paranóia de se fabricar antes mesmo do aço, o produto mais singular da cidade de Ipatinga, o operário dócil “que veste a camisa da empresa”<sup>148</sup>. O senhor Paulo Pinto, em meio a uma atmosfera destas, fica admirado, pois o operário não estava mais dócil. Qual seria o sentimento desses operários diante do fato de terem construído a maior siderúrgica deste país em capacidade de produção e ainda estarem à mercê de uma possível exclusão do quadro que permaneceria “fichado” por motivo de não pertencerem ao modelo de operário pretendido pela empresa? Isso somente eles poderiam responder.

O que acontece em Ipatinga está na bifurcação de dois eventos muito importantes: um dos tentáculos de projetos de desenvolvimento no Brasil e uma caminhada corrupta e obscura em direção ao Golpe Militar. Qual destes elementos pesou mais no dia sete de outubro de 1963 é coisa para medição da qual não disponho de ferramentas adequadas, pois nenhum governo se mantém sem a defesa da população. E o que esse país teima em não admitir é algo do qual o Governo Militar soube convencer uma parcela significativa da população. Esse convencimento inclusive justifica, no caso de Ipatinga, uma vigilância extrema e quase paranóica.

<sup>147</sup> MORAES, José Augusto de. O massacre de Ipatinga. *IPATINGA – Cidade Jardim*. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 2009. v. IV. p. 863.

<sup>148</sup> Luiz Carlos Miranda, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga em editorial. In: REVISTA DO SINDIPA. Sindipa (sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga): 40 anos de História, Ipatinga MG, mai. 2005. Número especial de aniversário.

Dentre as coisas mais comuns dentre as reclamações dos trabalhadores estavam os “operários agentes secretos”. Em publicação na revista *Isto é*, do dia 29/4/1998, existe o depoimento do ex-vigilante Ronaldo Diniz de Abreu, no qual este contou como funcionava o sistema dos “arapongas da Usiminas”, que reuniam informações de toda a natureza sobre a vida das pessoas. Mesmo após a privatização da Usiminas, essa prática era definidora para a inserção ou exclusão de algum operário, conforme afirma Diniz de Abreu:

Na lista, quatro mil nomes. A maioria das fichas vasculha a vida de militantes políticos e sindicais, mas existem fofocas para todos os gostos.

“Se um pai de família tinha militância política, o filho era barrado na entrevista. Eu não podia fazer nada, porque dependia do emprego. Mas tinha vontade de acabar com tudo aquilo, descreve Diniz de Abreu.

Não por acaso, sua decisão de tornar pública a constante invasão de privacidade de seus companheiros só foi tomada mais de um ano depois de sua aposentadoria, em 1996.<sup>149</sup>

Um processo de hierarquização como o pretendido não teria sucesso sem isso. Durante a construção, bem como nos trinta anos que se seguiram, fica evidente que não importa se o operário é competente ou se é pai de família: não se pode criticar a empresa, nem de brincadeira durante a construção e, de forma alguma, através de oposição sindical nas quase cinco décadas que se seguiram. Por mais que construamos paisagens e teorias para o que aconteceu fica evidente a possibilidade de não ter sido por causa do leite ou por uma discussão fútil; todo o incidente explodiu porque um grupo desafiou a hierarquia, e isso era inconcebível e intolerável.

Nisso, a hierarquização se manteve até aquele ponto utilizando a prática mais comum a regimes ditoriais: colocando um contra o outro, impedindo uma possível organização e disseminando o medo de ser denunciado, o que era prática constante, pois estavam todos disputando um lugar ao sol. Então o massacre de Ipatinga foi, sobretudo, o fracasso deste projeto de hierarquização. A resposta a isso se traduz no convite que a Usiminas enviou aos habitantes de Ipatinga, convidando para a troca de vigilantes. Se o problema era a truculência proferida por estes, então já estaria resolvido – foram todos trocados. No entanto, esse convite esconde a face mais cruel do processo: alguém que prestou serviço tão relevante como o controle e investigação da vida operária não seria descartado dessa maneira. A prova disso é que quase não existe informação sobre o paradeiro desses vigilantes. Minha hipótese é a de que, no decorrer dos anos seguintes, um a um foram inseridos nos quadros permanentes em

---

<sup>149</sup> MORAES, José Augusto de. *O massacre de Ipatinga. IPATINGA – Cidade Jardim, Ipatinga, Prefeitura Municipal de Ipatinga, v. IV, 2009.* p. 863.

alguma seção – de vigilantes a arapongas profissionais, um do lado do outro, denunciantes e denunciados. Assim como aconteceu no processo de anistia irrestrita no Brasil, ninguém foi penalizado, fazendo com que a perseguição antes direta tivesse outra conotação, agora pessoal, mas indireta. Isso é apenas uma teoria baseada em vários incidentes pouco tornado públicos. Mas dentro de um caso tão cheio de lacunas, um silêncio pode ser produzido de inúmeras formas.

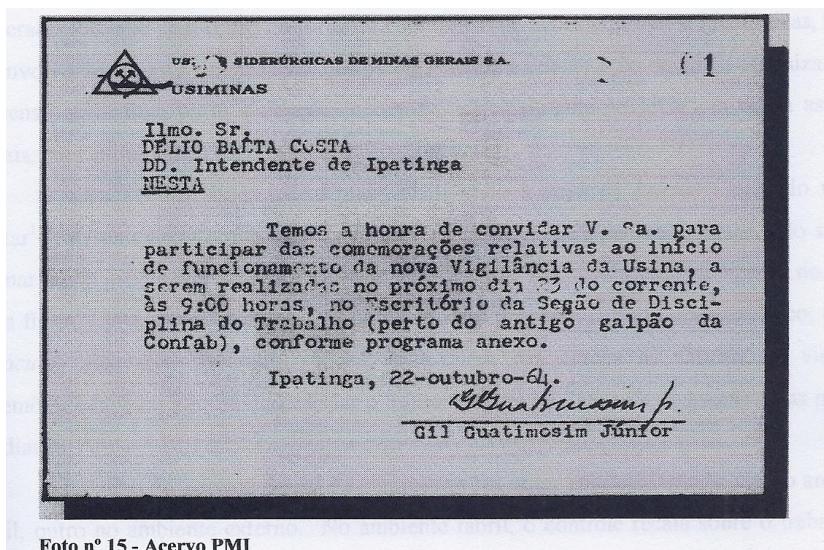


Foto nº 15 - Acervo PMI

**FIGURA 12: Convite “das comemorações relativas ao inicio da nova vigilância.”**

FONTE: SOUZA (2009)

Passado o massacre, o governo estadual decide por outras estratégias: permite a emancipação e, com isso, o zoneamento da cidade; cria-se um sindicato patronal através de carta sindical entregue pessoalmente pelo General Costa e Silva, então presidente militar. Tem-se a preocupação de se construir um ambiente que parecesse cidade, com as primeiras repartições públicas, pois nem lugar e nem tijolos existiam antes. Mas isso acontece de maneira dividida – a cidade da Usiminas planejada pelos seus arquitetos e o restante do local à mercê das políticas públicas e especuladores imobiliários como Pedro Linhares, que já tinha como experiência a usina de volta Redonda.

A cidade que foi construída pela Usiminas continuou a exercer esse fascínio cego à hierarquia. O operário que não se adaptou a isso correu o risco de inclusive perder a “casa ganhada”; do outro lado do trilho do trem cresce outra cidade, de forma desorganizada, com baixo teor urbanístico e em meio a muitas tensões, haja vista que a luta por terra e moradia em Ipatinga estava em aberto até o final da década de 1980, com muitas invasões e com muitas

brigas judiciais e policiais, conforme vemos nos depoimentos de Pe. Miranda, Pedro Linhares e Jamil Selim de Sales nas publicações “Homens em Série”.

Nos tempos atuais muito se diz sobre os silêncios produzidos pelo massacre. Inclusive nesse ano surge em circuito nacional o curta “Silêncio 63”, que levanta novamente as lacunas sobre o massacre de Ipatinga. Não chegaremos a todas as dimensões desses silêncios, mas fica clara na documentação que ele foi produzido pelo Regime Militar, mas também foram produzidas pela cidade. Nas principais publicações sobre Ipatinga as vozes dos empreiteiros não foram requisitadas, estão de maneira reduzida ou através de terceiros. Durante o processo de arrecadação de documentos me deparei com esse dilema. Marcelo Freitas e Paulo Roberto de Souza foram mais felizes que eu nesse ponto. No entanto, esses “assumidos empreiteiros” que ofereceram seus depoimentos não residiam mais em Ipatinga, estavam na Bahia (no caso dos entrevistados de Marcelo Freitas) e em Uberaba (no caso de Paulo Roberto).

Não queremos aqui forçar um enquadramento dessa reflexão em uma visão simplista de classe, ou luta de classes. Acho apropriada uma discussão dentro do que o historiador inglês Raphael Samuel entende sobre os processos de constituição de memórias.

É este também o meu ponto de vista: que a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e de forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que tenha sofrido. Tem, estampadas as paixões dominantes em seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual<sup>150</sup>.

Aquilo que foi construído como vitória da cidade do aço em certas dimensões tenta justificar na vida das pessoas acontecimentos de todas as cores, desde as privações sofridas nos primeiros anos às certezas de que valeu a pena ter vindo a Ipatinga; desde algumas possíveis humilhações pela vigilância e maus tratos até o silêncio sobre quem vigiava ou era vigiado. Com certeza, baliza a construção de pioneiros de todas as segmentações sociais por ser referência estável e segura dentro de um ambiente instável e conflituoso. Hoje existe uma propulsão de pessoas que se assumem como pioneiros de Ipatinga por terem chegado aos anos de construção da cidade ou da usina, se assumem e identificam como construtores da cidade e, de fato, tanto a “cidade da Usiminas” como a “cidade de Ipatinga” teve cada uma um mínimo de oito mil construtores; alguns, construtores de ambas.

---

<sup>150</sup> SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, PUC, fev. 1997. p. 44.

No entanto, se existe um orgulho muito grande em se vestir a camisa da Usiminas, esse mesmo orgulho não se firmou em relação aos empreiteiros. Na época da construção, esses eram identificados junto com o operador tipo “C” da Usiminas, como aqueles que mereciam menos ou quase nada, como diz se A. B. Cavalcanti lembrando-se das denúncias de trabalho escravo ou subumano.

Esse trabalho não teve como objetivo central o massacre, mas sim refletir sobre as divisões que foram se construindo em torno da construção da usina e da possibilidade de se construir uma cidade. Não proponho uma visão definitiva sobre o massacre ou tampouco a verdade. Procuro refletir que possíveis verdades ou justificativas são construídas no tempo, reformuladas e redimensionadas no tempo presente através da memória e das lutas políticas em outra constatação de Samuel:

Por outro lado, a história fragmenta e divide o que no original pode ter- se apresentado como inteiro, abstraindo aqui um pequeno detalhe descritivo, lá uma cena memorável. Por outro lado, a história compõe. Integra o que no original pode ter sido divergente, sintetiza diferentes classes de informação e contrapõe diferentes formas de experiência. Traz o meio - esquecido de volta à vida, de uma forma muito parecida aos pensamentos oníricos. E cria uma narrativa consecutiva a partir dos fragmentos, **impondo ordem no caos e produzindo imagens muito mais claras do que qualquer realidade poderia ser<sup>151</sup>.** (grifos meus).

No seu artigo “Teatros de Memória”, o historiador inglês Raphael Samuel discute a construção do passado como algo vivo, que, quando emerge através das memórias construídas traz consigo as lutas do passado, assim como as paixões políticas e pessoais do tempo presente. Ele afirma que mesmo no momento do fato, o que são produzidos como relatos testemunhais são, na verdade, interpretações desse fato. O historiador, na organização de seu trabalho, impõe uma organização, classificação, seleção e separação diante de uma ordem cronológica com a finalidade de defender suas reflexões, e isto não pode ser entendido como verdade, mas como uma forma de entender aquilo que no conjunto do real aparece desorganizado ou mesmo sem cronologia certa. A vida real não é construída apenas de causas e efeitos, existem as intenções e também o inesperado.

Muitos se surpreenderam porque as famílias de Eliane Martins, Gilson Miranda e Aides Ferreira de Carvalho não requereram a indenização prevista pela MP176 (indenização aos familiares que perderam a vida através de manifestações ou conflitos armados com agentes públicos). Em Ipatinga, foi dado o nome da criança Eliane Martins ao Pronto-Socorro Público Municipal. Não sei se a família dessa criança se sentiu justiçada por essa homenagem,

<sup>151</sup> SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, PUC, fev. 1997. p. 45.

sendo que agora, se forem consultar, obrigatoriamente terão que se lembrar de uma tragédia pessoal. Mas sei que a construção deste monumento à memória do massacre pode representar uma via de mão dupla, em que a cidade contempla sua memória pública sem identificar o contexto do incidente, nenhuma força política na cidade conseguiu demarcar monumentos ao massacre no local exato onde ocorreram, onde hoje existe a estação da EFVM, uma elegante concessionária de carros e uma escultura à amizade Brasil-Japão de autoria da renomada artista plástica Tomie Ohtake.

Nessas novas dimensões e questões que apresentei fica pertinente a comparação do nosso caso com um evento ocorrido no estado do Kentucky, Estados Unidos. Discutindo em um artigo sobre a forma e o significado da representação histórica em suas representações através da impressa e fontes orais, o professor Alessandro Portelli principia a narração dos eventos conhecidos como A batalha de Evarts (1931) e a batalha de Crummies (1941).

#### - Duas Batalhas-

Este trabalho aborda as diferentes maneiras como dois fatos, aparentemente similares, foram registrados por historiadores e recordados por narradores orais, e tenta explicar esta discrepância e o significado dos fatos mesmos.

Os fatos são dois conflitos armados entre mineiros do carvão, de uma parte, e ajudantes de sheriff e vigilantes da empresa, de outra, que tiveram lugar nos Estados Unidos da América, no condado de Harlan, nas minas de carvão de Eastern Kentucky, em Evarts, no dia 5 de maio de 1931, e em Crummies, no dia 2 de abril de 1941. Normalmente, faz-se referência a eles como “a Batalha de Evarts” e “a Batalha de Crummies”. Em Evarts mataram quatro homens – três ajudantes do sheriff e um mineiro; em Crummies, sabe-se que morreram quatro mineiros, porém fontes orais sustentam que muito mais baixas ficaram sem registrar. Respectivamente, as batalhas tiveram lugar no princípio e no final de uma era dramática de lutas de classe entre mineiros e os homens das empresas de carvão. A etiqueta “Harlan sangrento”, com que se alude ao condado em determinadas ocasiões é, em parte, o resultado dessa história.

Enquanto a Batalha de Evarts encontra-se extensamente documentada por fontes orais e é amplamente discutida por historiadores e memorialistas, a Batalha de Crummies é apenas mencionada, exceto em fontes orais. As únicas referências escritas recentes que tenho encontrado são de memorialistas locais que, ou a descrevem como “uma matança” unilateral, ou negam por completo sua existência.

As fontes orais mostram a Batalha de Crummies, de 1941, como muito mais dramática que a anterior, de Evarts. Frances “Granny” Hager, que participou de ambas, recordava com detalhe a Batalha de Evarts, porém, ao perguntar-lhe: “Lá, qual foi o lugar mais difícil que você recorda? O momento mais difícil de organização que tiveram aqui?”, ela respondeu: “Pensando bem, me ocorrerá o nome do lugar – Crummies Creek”. É interessante que seu entrevistador, um historiador oral local muito competente, além de organizador cultural, foi incapaz de situar a referência que ela havia assinalado.<sup>152</sup>

Não era uma exceção. Quando Florence Reece, também uma ativa mulher sindicalista procedente de Harlan e autora da conhecida canção *Which Side Are You On?* (De que lado estás?), se referiu, de modo parecido, à Batalha de Crummies: “Foi em 1938 ou 1941, quando o ajudante do sheriff montou uma metralhadora no balcão de uma barraca da empresa e disparou contra nove mineiros enquanto entravam pela porta?”, “Ah, sim,

<sup>152</sup> PORTELLI, Alessandro. Forma e significado da representação histórica. A batalha de Evarts e a batalha de Crummies (KENTUCKY: 1931, 1941). *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 181-217 jul./dez.2008.

1941”, seu editor comentou que “nem sequer os mais veteranos conseguem recordar a que episódio” se refere.<sup>153</sup>

Em vários momentos desse trabalho fui obrigado a inferir em alguns depoimentos, pois o que está em jogo não é a busca de se conhecer toda a verdade sobre o massacre e sim refletir que qualquer possível verdade a respeito desse evento é construída no tempo, nas lutas e paixões políticas, nas expectativas e frustrações, enfim, nas recordações e sentidos que essas pessoas administram na organização de suas lembranças. Em outro artigo, o professor Portelli<sup>154</sup> se concentra especificamente nessa perspectiva do jogo, em quê essas instâncias surgem na construção de depoimentos orais.

Enquanto os Historiadores estão interessados em reconstruir o passado, os narradores estão interessados em projetar uma imagem. Portanto, enquanto os Historiadores muitas vezes se esforçam por ter uma seqüência linear, cronológica, os narradores podem estar mais interessados em buscar e reunir conjuntos de sentidos, de relacionamentos e de temas, no transcorrer de sua vida. Muito depende da abordagem do Historiador. Se a pergunta inicial for “conte-me a História de sua vida”, o começo do relato pode ser diferente do que se a pergunta for: “fale-me de você”. Às vezes, os Historiadores podem estar interessados em falar com uma certa pessoa sobre um determinado evento, período ou tema específico; mas os narradores, freqüente e forçosamente, reintroduzem o tempo os eventos que lhes interessam.<sup>155</sup>

O que devemos ter em mente é que os depoimentos a respeito de Ipatinga ou do massacre não são a verdade sobre o tema, mas interpretações que foram construídas nas memórias motivadas por filiações políticas, questões pessoais ou visões de mundo que disputam espaço nas instituições públicas e nas vidas pessoais. Diferentemente de procurar alguma verdade que se perdeu nos depoimentos, devemos ter em mente que as narrativas estão em um terreno comum onde os processos são compartilhados. Não existe o que procurar de verdade quando o próprio massacre está em meio às várias interpretações, das projeções mínimas do oficial às mais máximas polêmicas, em meio de depoimentos que hoje circulam através dos vários trabalhos feitos após o ano 2000. Foge de se justificar, pois o acontecimento é, em varias dimensões, a busca de uma justificativa pública e social.

Nesse sentido, não estamos fazendo o papel de simples juízes dos depoimentos, procurando nas fontes orais alguma nova verdade onde perdemos o campo do real. E o real é que os depoimentos a respeito do massacre e construção da cidade de Ipatinga são

<sup>153</sup> PORTELLI, Alessandro. Forma e significado da representação histórica. A batalha de Evarts e a batalha de Crummies (KENTUCKY: 1931, 1941). *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 181-217 jul./dez.2008.

<sup>154</sup> Alessandro Portelli é professor da Universidade de Roma “La Sapienza” e Presidente do Circolo Gianni Bosio para a memória e o conhecimento crítico da cultura popular.

<sup>155</sup> PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na História oral. In: FENELON, Déa et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D’Água, 2004.

interpretações das formas como ocorreram e essas interpretações vão se reformulando com o tempo, mesmo nos primeiros momentos após o fato, o que ainda temos são somente interpretações e não verdades. Mas interpretações são construídas numa base real, ninguém inventou o massacre de Ipatinga, ele foi um fato histórico, mas, antes de tudo, representa uma coleção de tragédias particulares.

No meio desse diálogo com as fontes e dentre os depoimentos e documentos existe aquilo que se repete em fatos e repete em interpretações. Trabalhando somente nesse sentido, temos uma base para também interpretarmos. Nessa condição, vimos que apesar dos discursos orais sobre Ipatinga nesses anos identificasse de imediato que foi uma briga entre vigilantes e empreiteiros que, com o acrescentar de uma revanche durante a madrugada, culminaria no assassinato oficial de oito pessoas, o internamento de mais de cem pessoas, entre trabalhadores e quem utilizava a estrada, internados acometidos de ferimento efetuado por arma de grosso calibre e induzindo a suspeita mais que evidente de ocultação de cadáveres.

Essa constatação ficou órfã de justificativa, pois, em meio a tantos possíveis motivos, apenas um desrespeito à autoridade de alguns vigilantes desencadeou um evento que, no processo social conduzido, levou a ferir a reputação do presidente João Goulart. E este seria deposto pelo grupo que era responsável pela regulação das formas como seria conduzida essa construção, juntando todas as esferas da vida e da história pública brasileira no mesmo “balaio de gatos” de como iriam ser conduzidas as coisas mais adiante com o golpe em nível nacional e a construção de uma cidade no lugar. Assim, chegamos no ambiente pré-1964 pretendido por Marilene Tuler Ramalho. As pessoas de Ipatinga precisavam apenas *lutar* pela construção da cidade, eles cederiam sem se manifestar a favor. Assim, toda aquela multidão que se aglomerava na vila de Ipatinga poderia ter em mente a mudança de sua realidade, a qual eles mesmos teriam que lutar e construir e, ainda sim, com a opinião dos diretores ou acompanhantes de diretores por todos os setores públicos da nova cidade, sempre privilegiando sua área geográfica por excelência – no inicio, pois isso mudaria co chegada do PT e dos grupos ligados à Igreja Católica na década de 1980.

Voltemos ao texto do Professor Portelli sobre os acontecimentos de Harlan, Kentucky, EUA, quando ele apresenta suas intenções em relação aos dois incidentes.

Tentarei interpretar a discrepância entre a memória oral viva e concreta da Batalha de Crummies e sua ausência do registro histórico, em comparação com a Batalha de Evarts, partindo do suposto de que um fato não se define como tal por suas características intrínsecas, senão que é uma construção cultural baseada no contexto criado pela memória através de sua conexão com outros fatos e pela forma em que se relata a história. Logo, passarei a interpretar o “significado” destes fatos, ou seja,

o que nos dizem da cultura que os experimentou e recordou. Comecemos, pois, com um breve ensaio sobre as fontes existentes.<sup>156</sup>

Quando o professor Portelli afirma partindo do “suposto de que um fato não se define como tal por suas características intrínsecas, senão que é uma construção cultural baseada no contexto criado pela memória através de sua conexão com outros fatos e pela forma em que se relata a história”, ele define uma questão muito importante que é, qual a relação que as pessoas, a cidade, a usina e as pessoas que se dispuseram a pensar a construção de Ipatinga e o sete de outubro de 1963 têm com *O Massacre* e como elas constroem os sentidos a esse episódio. O que foi construído de cidade elegeu um parâmetro para selecionar quem seriam os porta-vozes da história da cidade. Dividindo essas pessoas em dois grupos, somente para facilitar, teremos funcionários e diretores da usina de um lado e as pessoas que representavam o grupo da região que lutou pela idéia e construção da cidade. No meio dessas pessoas não temos vítimas do massacre, mesmo esse tendo afetado todos, mesmo os pioneiros.

Isso coloquei como primeiro parâmetro para a análise das fontes pois a história da jovem cidade de Ipatinga foi construída primordialmente através de depoimentos e, como o professor Portelli ressaltou anteriormente, “enquanto os Historiadores estão interessados em reconstruir o passado, os narradores estão interessados em projetar uma imagem”. E quando se procuram os sentidos é que os fatos tomam na mente o pessoal, o político, o afetivo, enfim, todos os campos do indivíduo e do social emergem sem se responsabilizar com uma filiação científica, mas pessoal e afetiva.

Esses campos vão se entrecruzando, relacionando e se rivalizando em várias esferas, do político público ao pessoal afetivo, o que nos compete fazer e diferenciar os parâmetros que foram utilizados, como prossegue o professor Portelli.

Cada um destes níveis se acha funcionalmente relacionado com um referente espacial: o nível institucional com a nação ou o mundo; o nível coletivo com a comunidade, o bairro, o lugar de trabalho; o nível pessoal com a casa. Uma das diferenças entre as histórias sobre Evarts e as histórias sobre Crummies é que estão ligadas a diferentes paradigmas sociais e distintos referentes espaciais.<sup>157</sup>

Os paradigmas sociais em que o sete de outubro de 1963 se inserem estão verticalmente opostos à ordem das coisas: enquanto se relacionam as causas do incidente com

<sup>156</sup> PORTELLI, Alessandro. Forma e significado da representação histórica. A batalha de Evarts e a batalha de Crummies (KENTUCKY: 1931, 1941). *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 181-217 jul./dez.2008.

<sup>157</sup> PORTELLI, Alessandro. Forma e significado da representação histórica. A batalha de Evarts e a batalha de Crummies (KENTUCKY: 1931, 1941). *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 181-217 jul./dez.2008.

um fato localizado – no caso, a briga com os vigilantes –, no campo das justificativas todos assimilam que, de alguma forma, o ambiente precário que as pessoas estavam vivendo justifica as relações. Nos dois lados da corda se esquecem as consequências. O fato foi decisivo para uma mudança de conduta e a construção de uma cidade, que foi emancipada sem ter qualquer rosto.

As pessoas que cederam seus depoimentos, pioneiros o não, ligados à Usiminas ou não, constroem imagens e interpretações do real e, nessa construção do real vivido e interpretado, deixa claro, no plano do espaço, do tempo e da memória, que a cidade que eles queriam construir tinha como únicos eventos históricos a construção de uma siderúrgica e um massacre. As próprias escolhas vividas deram margens a registrar a primeira missa da Paróquia, a primeira casa de alvenaria, as primeiras empresas de transporte, a primeira visita do Bispo e de todos os presidentes militares que nunca se esqueceram de Ipatinga como memória de construção de uma cidade – mais que relacionar ao massacre, que é uma coleção de tragédias particulares – à memória de construção de Ipatinga. No campo nacional, Ipatinga era uma responsabilidade do governo de Minas, mas prejudicou o presidente João Goulart. No campo local, ele se restringe à relação entre os empreiteiros, vigilantes e a polícia o que não faz jus à constatação de que o numero oficial de oito mortos é dividido entre quatro empreiteiros e quatro moradores da região que estavam passando por acaso ou necessidade.

As memórias vêm acompanhadas da relação “eu lutei pela emancipação, eu tinha o primeiro comércio disso, eu fornecia água ou luz, eu lutei, eu construí”, enquanto que o episódio do massacre não fala da construção de nada, da luta por nada, de uma violência que não se justificou nem pela fome, pois isso era evidente no local do acontecido e isso não entrou na pauta. Antes do silêncio produzido durante os anos de chumbo, existiu um conjunto de tragédias particulares que precisavam ser esquecidas para se continuar vivendo, e viver para construir a cidade do aço, que ainda não existia.

Parte desse processo em que as memórias particulares constroem os sentidos que interpretam os fatos, assim como esses fatos se tornam em memória pública local e nacional, está presente nas reflexões que o professor Alessandro Portelli traz como conclusivo dos dois eventos que analisou, duas *batalhas* que emergiram dos conflitos sociais existentes entre mineiros de carvão e vigilantes das empresas no período da recessão de trinta nos Estados Unidos.

O tempo, como sabemos, é um contínuo; um fato, por outro lado, se concebe como pontual e descontínuo. Os fatos se identificam e se situam no tempo em termos de um eixo sintagmático linear (cronologia), dois paradigmas verticais (simultaneidade temporal, similitude formal), e sua combinação no discurso histórico. O eixo

sintagmático divide o contínuo do tempo em unidades descontínuas (um ano, um minuto, uma década); o procedimento mais familiar é o da periodização. Os eixos paradigmáticos de simultaneidade selecionam, entre muitos fatos que ocorrem em qualquer unidade dada de tempo, aqueles que o discurso histórico deverá considerar e os combina em uma seqüência coerente com fatos relacionados que têm lugar em outras épocas.

Quando aplicamos este padrão às batalhas de Evarts e Crummies, o primeiro que notamos no eixo linear é que Evarts ocorreu primeiro. Foi percebida como uma revelação espantosa do amargo conflito de classes e de opressivas relações sociais dentro de uma nação supostamente democrática. Crummies, por outro lado, foi uma repetição de coisas sabidas, um déjà vu. A percepção coetânea fica refletida no modo em que a história reconhece a Batalha de Evarts como o princípio de uma era que, se supõe, está finalizando no momento em que teve lugar a Batalha de Crummies.

Isto nos situa ante o eixo vertical de simultaneidade. Evarts ‘foi notícia nacional’ porque parecia ser representativa da radicalização do conflito social que acompanhou o começo da Depressão. Os meios de comunicação nacionais, e intelectuais e escritores urbanos – desde Theodore Dreiser até John Dos Passos, Sherwoods Anderson, Waldo Frank, Ronald Niebuhr – foram em massa a Harlan depois da Batalha de Evarts, para investigar e divulgar a notícia. Para todos eles, Evarts e Harlan simbolizaram a tragédia da Depressão e a violência da sociedade capitalista.

A Batalha de Crummies, por outra parte, não se harmonizava com seu contexto histórico de unidade nacional do pré-guerra e, portanto, parece menos significativa, ou seja, não típica nem representativa de nada. Em 1941, a Depressão havia terminado oficialmente. A maldição que lançou Franklin Delano Roosevelt sobre sindicatos e operários – “uma praga sobre a casa de ambos” – refletiu o esgotamento do país com uma controvérsia aparentemente interminável. A atenção agora se concentrava na guerra na Europa, na possibilidade de que os Estados Unidos se envolvessem nela, no futuro esforço de guerra. Neste contexto, uma luta armada no remoto Kentucky tinha tantas possibilidades de fazer- se notar como um texto tardio, ainda que representativo da Depressão – *Let Us Now Praise Famous Men* (Elogiemos agora os homens famosos) de James Ages – que apareceu no mesmo ano que a Batalha de Crummies, e também passou despercebido. Havia concluído os anos trinta.

O que volta a situar-nos frente ao eixo vertical da periodização. Uma razão pela qual a Batalha de Crummies se acha ausente dos livros de história é que costumam tratar “os anos trinta” de forma demasiado literal. Por exemplo, John Hevener consultou periódicos desde 01 de janeiro de 1930 até 31 de dezembro de 1939; não surpreende que excluísse Crummies. A história e memória local de William D. Forester, Harlan County – *The Turbulent Thirties* (O condado de Harlan – Os turbulentos anos trinta), também se detém com a assinatura dos contratos em 1939: “Detenhamos-nos aqui mesmo, agora que tudo está bem tranquilo”, conclui. O único livro que menciona Crummies, de fato, não é uma memória histórica, senão pessoal: a recordação de George Titler de seus anos em Harlan, que se baseia em uma periodização mais pessoal que histórica, e que reconhece que, para os mineiros de Harlan, os anos trinta não terminaram até 1941 – se é que alguma vez terminaram. Depois de tudo, homens morreram em greves em Harlan nos anos 70 e, hoje, praticamente o condado inteiro se declara não sindicalista.<sup>158</sup>

A batalha de Evarts ocorreu em 1931 e foi motivada mais em função de boatos que uma organização social como uma greve. Os mineiros do condado de Harlan contam que alguém espalhou a notícia de que um grupo de bandidos viria ao condado de Harlan para assaltar as pessoas e maltratar as mulheres, o que mobilizou um grupo de moradores para enfrentá-los. O fato de que mesmo essa imagem se firmou como história oficial no meio

<sup>158</sup> PORTELLI, Alessandro. Forma e significado da representação histórica. A batalha de Evarts e a batalha de Crummies (KENTUCKY: 1931, 1941). *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 181-217 jul./dez.2008.

das narrativas existe as contradições das relações de violência produzidas pela recessão dos anos 30 nos Estados Unidos. A batalha de Crummies por sua vez, acontece em 1941 e seu contexto, apesar de se deslocar da posição de pertencente à atmosfera das coisas vividas na década de 1930 na minas de carvão de Eastern Kentucky teve na construção de sua narração pública a aproximação de um *dejá vu*, ou seja, um conjunto de coisas já sabidas e também a finalização de uma década.

O professor Portelli deixa claro um elemento que serve tanto ao caso de Harlan, Kentucky, quanto ao nosso caso específico, de Ipatinga-MG, quando salienta que a ausência de certos fatos “dos livros de história é que costumam tratar “os anos trinta” de forma demasiado literal”<sup>159</sup>. O que nos faz recordar uma das primeiras dimensões que nos orientamos no texto: não existe ambiente pré-64 a não ser nas construções sociais dos sujeitos. O que esse termo representa, na verdade, é a organização teórica de um grupo de intelectuais em relação a um fato, o golpe militar de 1964. O termo pré-64 diz pouco sobre a diversidade de acontecimentos vividos pelos trabalhadores comuns e fala mais da organização que a direita pontuou em direção a tomada definitiva de poder, nos dois casos as relações sociais no chão do real vivido e interpretado podem se perder.

Fazendo um exercício de aproximação com um incidente bem brasileiro, temos reflexões que podem nos ajudar a concluir nossa reflexão sobre o caso de Ipatinga. No livro “Muitas Memórias, Outras Histórias” existe um artigo assinado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloisa Helena Pacheco Cardoso sobre um incidente que ficou conhecido como “Massacre da GEB (guarda especial de Brasília)” onde a professora inicia com a narração do episódio feito pelo jornal Binômio de Belo Horizonte.

Domingo de carnaval, 8 de fevereiro de 1959. No acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas, à tarde, alguns trabalhadores reclamam da péssima qualidade da comida e da falta constante da água. A polícia foi chamada e foram enviados quatro guardas que efetuaram a prisão de dois operários. Os policiais agrediram os trabalhadores que reagiram e impediram a prisão dos colegas. Os guardas se retiraram e o incidente parecia encerrado. Às 23 horas, chega ao local um contingente policial da Guarda Especial de Brasília (GEB) composto de sessenta homens armados de metralhadoras. Eles invadiram os barracos e dispararam sobre os operários que estavam recolhidos no leito. A fuzilaria só parou quando vários corpos estavam estendidos no chão inertes, alguns mortos e outros feridos.<sup>160</sup>

<sup>159</sup> PORTELLI, Alessandro. Forma e significado da representação histórica. A batalha de Evarts e a batalha de Crummies (KENTUCKY: 1931, 1941). *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 181-217 jul./dez.2008.

<sup>160</sup> CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Memórias de um trauma: Massacre da GEB (Brasília-1959). In: FENELON, Déa et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D’Água, 2004. p. 173.

Essa narração pertence ao jornal Binômio de Belo Horizonte. A professora Heloisa Helena destaca uma particularidade desse episódio que existe de maneira diferente no caso de Ipatinga. O acontecimento conhecido como *Massacre da GEB* teve repercussão nacional. Na ocasião, ocorreu uma sequência de telégrafos partindo de Goiânia para autoridades como o presidente Juscelino Kubitscheck o que, na opinião de um operário filiado ao PCdoB à época, possibilitou tirar o incidente de mero acidente e levá-lo à conotação de massacre através dos jornais. No caso de Ipatinga, as primeiras notícias davam conta de que a polícia havia cometido assassinatos. Na revista Cruzeiro de novembro de 1963, o episódio é caracterizado como chacina. No inquérito policial retorna o termo assassinatos.

Parece um detalhe, mas faz toda a diferença se pensarmos que o termo massacre ganha sua conotação definitiva com o livro de Carlindo Marques na década de 1980. Antes do lançamento desse livro, a revista “Ipatinga ano 20” traz o incidente sob o título de “Tragédia de Ipatinga”. As manifestações públicas e pessoais anteriores à década de 1980 oscilam entre chacina e massacre. No entanto, o que era mais definidor do fato foi seu dia, uma vez que é tão comum falar massacre de Ipatinga como “Massacre do 7 de outubro”. A antiga Rua do Comércio pertencente à vila antiga cedeu espaço para a construção da Avenida 28 de abril, data que homenageava a emancipação da cidade, mas existe um problema, a emancipação foi no dia 29. A cidade criou um monumento à emancipação cuja data estava errada. Mas é difícil haver alguém que conheça a história do massacre, seja participante ou simples morador da cidade, erre a data certa e narre os fatos tendo em mente que tudo começou no dia anterior e se estendeu pela madrugada até a manhã do dia sete. A cidade, mesmo escondendo, nunca esqueceu essa data. Nesse ano, o episódio completa, 49 anos.

O trabalho da professora Heloisa foi associado à perspectiva de entender a memória pública e oficial deste massacre, a memória de construção da cidade de Brasília. A parte que me instigou desde o início foi a relação entre uma memória oficial que nega ou minimiza o incidente de um lado e uma gama de depoimentos dos operários que trabalharam na construção da capital federal e se envolveram nesse incidente ou recordam da época. Do lado da memória oficial da construção está o arquiteto que ganhou o concurso para a construção do Plano Piloto, Lucio Costa, em depoimento extraído do documentário de Vladimir Carvalho, “*Conterrâneos Velhos de Guerra*”:

LC: Chacina? Eu nunca vi.

Cineasta: *Se o senhor tivesse sabido disso na época, que reação o senhor teria?*

LC: Não teria dado a menor importância. Nenhuma. São episódios. Do ponto de vista da construção da cidade são episódios. Agora, a imprensa e que gosta de

traumatizar essas coisas. Falta de assunto. Não tomei conhecimento, não fui informado do episódio, mas se tivesse não teria dado a menor importância.<sup>161</sup>

O que acho ser pertinente especificar nesse trecho de depoimento do arquiteto Lucio Costa é que ele naturaliza um acontecimento do porte que se deu como sendo apenas uma forma de a imprensa traumatizar as pessoas. No seu diálogo, a ideia de cidade ou o projeto em disputa pela cidade se afirma acima de qualquer custo humano e homogeneiza todas as contradições sociais expressas nos depoimento dos participantes. A cidade vem antes das pessoas. Essa relação pretende o esquecimento da trajetória de conflitos que, no depoimento dos trabalhadores, fica evidente.

Cineasta: *Porque foi isso, você sabe?*

Trabalhador: Foi reclamo de comida da cantina, diz que não era boa comida. Tinha muito...encontrava até esparadrapo, mosca, barata, inseto, falta de higienia que tinha demais nas comidas. Então eles revoltaram. A policia veio aqui para prender eles e eles não quiseram entregar. Eles foi lá no posto, na velhacap, voltaram novamente aqui e fizeram os disparos.

Cineasta: *Você disse que saia caminhão basculante cheio de defunto.*

Trabalhador: Sim, saiu. O jornal disse que tinha morrido gente. Mas saiu basculante de defunto para enterrar no cerrado.

Cineasta: *E o trator? Você disse que conheceu gente que foi enterrado de trator.*

Trabalhador: É foi enterrado de trator. Então, até nós, a turma juntou pra ir embora. Não podia fazer nada, nós pequeno não tinha nada a fazer... nós era atingido e não tinha punição.<sup>162</sup>

A realidade dos candangos<sup>163</sup> de Brasília e dos candangos de Ipatinga<sup>164</sup> em muito se aproxima, desde a condição de vida até a vigilância extrema, inclusa a hora do lazer. As aproximações entre os dois casos não cessam, podendo, inclusive, nos confundir em virtude da proximidade dos dois casos no tocante ao tempo que as separa: menos de quatro anos. Existiram outros conflitos entre trabalhadores da construção antes do “episodio” conhecido como massacre da GEB. O caso de Ipatinga também nos informa que uma série de violências não devidamente apuradas ocorreram antes e após o sete de outubro de 1963. O que acho ser comum aos dois casos é a forma como a ideia de cidade quer responder aos conflitos sociais minimizando certos elementos. No caso, a desigualdade humana através da promoção arquitetônica do lugar.

<sup>161</sup> CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Memórias de um trauma: Massacre da GEB (Brasília-1959). In: FENELON, Déa et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D’Água, 2004. p. 173.

<sup>162</sup> CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Memórias de um trauma: Massacre da GEB (Brasília-1959). In: FENELON, Déa et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D’Água, 2004. p. 173.

<sup>163</sup> Os trabalhadores que foram construir Brasília foram apelidados de candangos.

<sup>164</sup> A época de construção da Usiminas surge próximo a ela um bairro chamado Candangolândia, fazendo lembrar a experiência de Brasília.

Esse processo de construção de sentidos onde “a cidade” por si só pretende dar respostas aos conflitos sociais é uma via de mão dupla, pois de um lado ela aglutina os desejos, interesses e esperanças em torno desse projeto e, do outro, exclui uma parcela desta relação social; no caso, os trabalhadores que construíram a uma relação de marginalização. Quando termina a construção de Brasília, os trabalhadores que a construíram não puderam morar na nova capital, foram jogados à margem e se concentraram de maneira periférica naquilo que se tornaria as cidades satélites do Plano Piloto como Taguatinga e Ceilândia; após o massacre de Ipatinga, aquilo que definiu as relações da cidade que se emanciparia dentro do primeiro movimento do regime militar no estado e o fato de apenas a estrada de ferro e a própria usina dividiam aquilo que era a área nobre, os bairros de operários da Usiminas daquilo que seria a periferia, a vila antiga que se tornou centro e os bairros que surgiram dos montes de trabalhadores de empreiteiras ou não que se inflacionaram na direção norte dos trilhos da Vitória-Minas.

No entanto, temos que ter em mente as diferenças: os trabalhadores foram a Brasília construir uma cidade que, apesar de ser capital federal, não foi construída para eles. Os trabalhadores que vieram a Ipatinga vieram construir uma usina. No primeiro plano a cidade estava ausente. Somente com o massacre é que não ocorre mais manifestações contrárias à emancipação tanto do governo do estado quanto pela usina. Eles cedem espaço para que aquelas pessoas aglomeradas na antiga vila de Ipatinga pudessem construir em seus sentidos da vida o projeto de uma cidade que seria deles, apesar que dividida e hierarquizada – você pra lá e eu pra cá.

Nesse sentido, o massacre de Ipatinga pode ser inserido não somente em projetos que circulavam em uma atmosfera que previa um golpe, mas projetos em disputa local e nacionalmente, os quais, na propaganda de grande futuro que conquistaremos, oculta formas de exclusão e desigualdade entre as pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe, no fato construção da Usiminas e construção de Ipatinga, uma simultaneidade de processos sociais que, no conjunto de seus encontros ou contatos, se mesclam, formando novas tonalidades de relações e, por vezes, confundindo o foco ou caráter das relações. Falar da construção da Usiminas é falar da construção de Ipatinga. Primeiramente, porque a cidade somente foi possível por causa da usina e a usina somente foi possível dentro do plano geral que vivia esse país do lado das disputas econômicas entre as elites, de um lado, e uma multidão de operários que se submeteram inclusive a trabalho escravo em uma região difícil, com pouca água, estrutura, com um projeto sectário em andamento, doenças num microuniverso em que ninguém se responsabilizava ou regulava, em que os extremos das relações não apontavam para uma organização trabalhadora, pois o segundo grande projeto em andamento para o lugar é ser laboratório experimental do trabalhador mais dócil do Brasil, aquele que se orgulha em vestir a camisa da empresa e que se mantém cercado do ambiente de trabalho, inclusive na hora de descanso. Ele vive para a empresa.

A construção de Ipatinga mesmo foi um projeto disputado por um número localizado de participantes, os comerciantes e moradores das vilas, vinha acontecendo de maneira parca e improvisada à revelia da empresa que agora dominariam o espaço. Quando ocorre o massacre de Ipatinga, as posturas se modificam, mas de maneira mais cautelosa e implícita, cedendo espaço para que as pessoas construam sua cidade, primeiro nas consciências mais do que no chão duro. O hino à cidade de Ipatinga, composto por Dona Bazuca e sua amiga Ana Letro Stacks, baliza bem essa dinâmica quando cita: “do progresso subiremos, esta imensa espiral; com orgulho ostentaremos, um nobre e puro Idea”. Não foi construído dentro do ambiente da empresa, por um intelectual orgânico contratado para arquitetar uma cultura imaterial; tais versos surgem da busca de sentidos para as relações sociais que estabeleceram a possibilidade de uma cidade. Esse nobre e puro ideal foi construído nos anseios das pessoas, daí a urgência e regência na fala do deputado Geraldo Quintão que “com a emancipação resolveria um problema de consciência. Assim, a responsabilidade não era criar, mas de lutar pela emancipação dos municípios”<sup>165</sup>.

As pessoas precisavam de algo para se apegarem e a luta, mesmo que individual, para a construção de uma cidade mobilizaria de maneira positiva o ânimo dos moradores que não

---

<sup>165</sup> HOMENS EM SÉRIE: A História de Ipatinga contada por seus próprios personagens Ipatinga, v. 1, n. 1, Empresa Jornalística Revisão, 1991. p. 35.

se inseririam nos bairros construídos pela usina. No meio de tantas entrevistas não aparece qualquer grito de ordem em relação ao massacre de Ipatinga, apenas a troca dos vigilantes e a ameaça de quebrar o gasômetro da usina, o que, em teoria produziria um efeito cascata de explosões que destruiriam a usina. Os operários que demoraram quatro anos para construir a usina já percebiam que um número reduzido de participantes seria contratado para o quadro efetivo da empresa. Tão logo fossem construídas as ultimas seções produtivas da siderúrgica, a tendência seria a redução de empreiteiras no local. Os operários empreiteiros eram metade ou maioria dependendo do caso, e percebiam que não teria sol pra todos.

Diante dessas constatações claras, após tanto esforço e dificuldades para a construção, eles ameaçaram destruir por completo aquilo que haviam construído, pois sabiam que não haviam construído aquilo para eles. Essa ameaça, ao que tudo indica, ocorreu com mais veemência após as rajadas de metralhadora que, longe de resolver o problema, induziu de imediato os operários não atingidos a destruir a cadeia local para soltar os colegas que haviam sido presos na noite anterior, destruir o caminhão que trouxe os policiais que havia parado por falta de gasolina e, se não tomassem providencias sobre o que estava acontecendo, destruiriam aquilo.

No entanto, quando surgem as negociações pós-conflito o problema da justificativa que todos procuram até hoje se perde mais uma vez, pois, não existe um único motivo. Mudar o que esta acontecendo como, se esta acontecendo tudo? No processo, esse tudo não significa outra coisa senão a não existência de qualquer regulação ou instituição de governo que preservasse a qualidade de vida humana de uma multidão de operários que já percebiam o fato daquela coisa em que eles trabalharam construindo não se responsabilizaria pela demanda de quem ela não convidou, apesar de ter gostado de os verem vindo, dispostos a trabalhar muito e a suportar qualquer coisa.

Como a usina seria para um grupo restrito de participantes, a estratégia para essas pessoas era a construção de uma cidade que, em teoria, seria de todos, a cidade que leva em sua bandeira o lema “Trabalho- confiança- progresso”. Então, diferentemente desses trabalhadores voltarem todos os seus interesses, preocupações e desejos na busca de disputas dentro da Usiminas, ele seria recrutado para a construção da cidade, que surgiu antes do papel e dos tijolos na consciência e expectativas dos sujeitos. Nesse meio, o pioneiro é exemplar, pois é a pessoa que lutou pela cidade e não a pessoa que lutou no massacre. Os processos que desencadearam o massacre e construção da cidade de Ipatinga têm essas nuances e particularidades em virtude das relações de tempo em que essas fontes foram construídos, pois, mesmo durante a luta pela emancipação, a cidade já aparece como realidade. A

Sociedade Amigos de Ipatinga é essa idéia. Em 1963-64 Ipatinga já era uma realidade pela qual um grupo se dispôs a lutar. O interessante e que esse grupo lutaria sendo atrapalhado ou não apoiado pelo grupo que viria a bisbilhotar, opinar e reivindicar pra si a política e a história oficial que seria tecida.

Entender a base dos processos de disputas e constituição dos e relações sociais pode nos dar uma perspectiva diferenciada dos movimentos que culminaram num massacre como fato histórico singular dentro das relações políticas e econômicas que estavam sendo disputadas. Principalmente, a meu ver, aquilo que menos tem importância de se aferir nesse momento são culpados para esse incidente, o que é a guisa de introdução de boa parte dos trabalhos específicos sobre o massacre. Isso, graças ao trabalho realizado anteriormente por Paulo Roberto de Souza sob a mesma orientação, propiciou-me adentrar com um pouco mais de direção no que queria e não cair pelo menos nesse erro. Outros erros tiveram, em relação aos quais espero a crítica para meu crescimento intelectual. De outra forma, não existiria.

O inquérito policial sobre o sete de outubro de 1963 em Ipatinga fez com que todos os policiais de baixa patente fossem excluídos da corporação. Nesse movimento, cabe lembrar que a prática executada, ao geral, dos empreiteiros foi a mesma. “Primeiro vocês fazem o serviço pesado e depois nós os dissipamos sem emprego ou responsabilidade social pelo que aconteceu”. O fato de os policiais terem passado a madrugada consumindo cachaça com pólvora dá uma pista formidável de como as coisas vinham se tecendo, nessa circunstância em que a intoxicação pelo alcoolismo se manifesta como forma de colocar um contra o outro, numa relação mais que desproporcional em que, de um lado, vinte homens fortemente armados e, do outro, mais de cinco mil revoltosos, deixa indícios para refletirmos que, antes de qualquer projeto de exclusão, a divisão hierárquica pretendia colocar um contra o outro, em disputa para subir, permanecer ou não cair.

Quando os operários invadiram a zona boêmia para ir à forra contra os informantes que eles identificavam, mais nada houve que uma luta social entre marginalizados, pois no meio da usina e dos policiais, a “zona” era mantida por ambos, inclusive se quisesse sobreviver, e é o que estava em jogo ao momento, precisaria de servir ao controle de informações da usina.

No livro “Ipatinga Cidade Jardim”, de José Augusto de Moraes, dentre as duas mil laudas, existem duas páginas reservadas a discutir sobre o fato de que as prostitutas de Ipatinga estavam repletas de doenças venéreas. Não existe uma linha sobre a relação entre violência, sobrevivência e sociabilidade que esse ambiente gerava numa escala multilateral e multifacetada; isso, mesmo eu tive muita dificuldade em identificar, e somente esbocei o que

tinha firmeza em discutir. Queira ele desculpar-me a crítica, mas em uma realidade igual à que discutimos nesse trabalho, levar isso para o campo da especulação sem diálogo com as fontes é injusto para uma parte, ainda mais que numa realidade dessas, onde a maioria absoluta é de homens, jogar a primeira pedra pode esconder uma culpa proibida pela história da cidade. A culpa da zona boêmia foi da Usiminas, e, em si, isso não foi uma culpa. A culpa é a marginalização e a pobreza; principalmente, como segurar dois mil homens que se espremiam em beliches nos alojamentos é outra via de mão dupla.

A história de Ipatinga ainda tem muito a ser revisitada e discutida. As questões que tentei esboçar nesse trabalho que cada relação social que muitas vezes aparece naturalizada no campo de memória social em disputa esconde um processo particular que, no jogo de sobrevivência pessoal e de conjunto, encontra-se na transformação de uma realidade e seleção de quais valores, projetos e ambições que se reuniram para dar corpo histórico a um lugar cujo nome é Ipatinga, mas que, na prática, é a soma de dois blocos arquitetonicamente antagônicos que expressam relações de tensões sociais em que uma parte era indesejada, apesar de ser a parte que detém a patente do nome municipal e a patente de luta pela construção de uma cidade. A cidade nasce com uma dívida que é cobrada até hoje; não foi a Usiminas que construiu a cidade de Ipatinga, foram os trabalhadores que construíram a Usiminas que, após inauguração, dispensados do quadro de funcionários ou empreiteiros ou sem a certeza de permanência nesses, juntam-se para construir a cidade que seria de todos, mas cada um no seu pedaço. O lado da usina, ela repartiu de acordo com seus interesses e do lado de Ipatinga os critérios de que pedaço seria de quem ainda estaria em disputa social e conflito por mais três décadas.

A questão da procura de relações de causa e efeito ou dos culpados pelo incidente coloca em choque visões de mundo que disputam espaço no espaço público e na consciência das pessoas é tão contraditório a ponto das autoridades sindicais da região nas pessoas de Geraldo Ribeiro, presidente do sindicato da Acesita, José Deusdedith Chaves, militante do PTB e Jorge Noman, primeiro presidente do sindicato dos metalúrgicos de Ipatinga botarem a culpa nos próprios trabalhadores pelo acontecido, pois tudo seria evitado por uma organização sindical que, em menor ou maior grau, nos três é visão patronal.

O que entra em campo na procura de se diferenciar algumas classes de pessoas ao longo do trabalho para tentar compreender a formação de uma classe de trabalhadores que nasce trincada em vários compartimentos sendo que o maior deles é o menos privilegiado e o mais combatido. Conflito ou disputa de interesses e também conflito e disputa por valores. Aliviando o peso dos entrevistados, vemos nas publicações oficiais uma série de juízos de

valor pretendendo oferecer “verdades” ao que na realidade ainda está em construção, a memória de constituição de uma cidade e de constituição de uma tradição em lugar que nos elementos anteriores, fazer carvão, criar porcos e constituir pequena lavoura, eram a cara e o cotidiano somados à densa mata que alimentava os fornos de outra siderúrgica.

Nesse sentido está a abordagem histórica que pretendíamos, em uma classificação básica. Entendemos dois modelos abordagem histórica que ficam em evidência nesse trabalho. Um é o modelo tradicional, em que a voz das grandes personalidades da política e da vida pública dão suas visões de mundo, ressaltando os grandes eventos e os grandes acordos políticos. Essa visão não permite o diálogo com o diferente, com as possibilidades de reconstrução histórica, invoca uma verdade oficial onde a pluralidade dos fatos e agentes sociais cede espaço à voz das lideranças. Mas podemos utilizar essa visão e, principalmente, devemos criticá-la, pois a dar exemplo, o trabalho de Thomas E. Skidmore elencou uma série de eventos importantes que culminaram no exílio do presidente João Goulart. O massacre de Ipatinga está no meio deste elenco não como efeito direto da política do presidente, conforme pretende o oficial, mas entre as disputas políticas que o aproximaram da derrocada presidencial e no continuar da carruagem, construiu uma cidade em lugar de muitos traumas, para que estes se justifiquem nela e ela se justifique no esquecimento desse episódio. No meio dessa visão tradicional eclodem depoimentos como o de Lucio Costa; sua imagem de grande construtor supera os custos humanos desencadeados nos processos sociais.

Minha família nasceu em Marliéria. Antes de chegar a Ipatinga, tinham morado em outros lugarejos daquilo que viraria Vale do Aço em busca de vencer a fome. Dessa forma eles chegam em Ipatinga no ano de 1965, com o massacre ainda latejando nas cabeças das pessoas. Deu certo; nunca mais ninguém em minha casa passou fome. Não porque a Usiminas é um milagre para Ipatinga. Os primeiros anos foram difíceis, minha avó perdeu uma filha ainda bebê por desnutrição nos primeiros anos de Ipatinga, eles ajudaram a capinar o mato onde seriam construída as ruas, os bairros. Lavavam roupas para operários, recolhiam lavagem para criar seus porcos. Na década de 1980 eu ainda tive oportunidade de ajudar no mesmo serviço. As coisas são construídas no movimento dos processos históricos, e, nisso, me detive no tipo de abordagem em que se insere a história social onde se deve ter em mente a pluralidade de agentes sociais, interesses, visões de mundo e fatos.

Nesse sentido, eu não venho construir um caminho onde se proponham verdades, mas o diálogo entre os participantes, em posição de igualdade entre ambos para que, assim, se faça o caminho de volta, que é inserir-me dentro deste contexto social e não tratá-lo como se fosse possível um distanciamento que me colocaria em posição de vantagem, sendo eu o portador

da verdade dos fatos e da verdadeira teoria. A questão então não é a desmoralização de uma cidade ou de uma grande empresa, pois isso é muito fácil, e sim refletir que estes processos são acompanhados pela disputa por valores e visões de mundo. Foi o que pude acolher dentro dos debates realizados dentro do grupo ao qual sou filiado sobre como se deve tratar abordagem em torno da memória social de lugares e grupos sociais, quando:

De uma maneira ou de outra, na discussão necessária sobre aceitar esse tipo de categoria, alguns de nós insistíamos que adotá-las não significava negar a contradição, negar o conflito, negar a busca de ver essas diferenças e essas diversidades surgindo como resultado de embate de forças sociais, de campos que se opõem, de campos que se complementam. Achamos então que esse nó ainda está presente nos nossos trabalhos, embora haja uma linha que acompanha a maioria deles: a busca de vencer estas resistências. É nossa intenção acentuar que essa opção de valorizar os sujeitos históricos [...], aparece como o grande substrato das memórias das quais estamos falando: era isso o que estávamos tentando buscar e, por essa razão, a categoria cultura, melhor dizendo culturas, é aqui tomada como expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes e, portanto, associada a diferentes tipos de realidade.<sup>166</sup>

Isso posto, este trabalho teve como enfrentamento teórico entender quais foram o parâmetros utilizados para construir e interpretar a história de Ipatinga. Vemos, ao longo do trabalho, a distância que foi se criando com o tempo e com as interpretações de grupos sociais que ajudaram a construir a cidade de Ipatinga e a Usiminas, mas que, pela variedade social e diversidade de relações, foram sendo pouco a pouco minimizados, menosprezados e esquecidos. O Barra Alegre, a vila antiga de Ipatinga, os empreiteiros, os diversos moradores do lugar, as relações anteriores à usina e as geradas durante sua construção pertencem a um mesmo processo fácil de se observar e difícil de se escrever e discutir, o processo de constituição hegemônica.

Eu apenas apresentei de maneira genérica a discussão sobre hegemonia nesse trabalho, pois antes de tudo, era primeiro necessário ressaltar que uma professora, um alfaiate, um comerciante, um boiadeiro estão em posição de classe aparentemente distintas. No entanto, no movimento do processo histórico seus projetos, suas opções de vida, suas aspirações, suas trajetórias permitiram que eles fossem, em muitos casos, tidos como pioneiros, pois representavam um projeto em disputa; no caso, a cidade de Ipatinga, e representavam paralelamente uma visão de mundo que não incomodava aos dirigentes, pois eram pessoas ligadas à terra bem mais que a qualquer paixão ideológica, afastando, com isso, o perigo de

<sup>166</sup> FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*: São Paulo: Olho d'Água, 2000. p 9.

uma cidade de empreiteiros dentro da cidade de Ipatinga, cidade essa que existe e sempre existiu, mas que diferente da camisa “da empresa”, têm seu orgulho relacionado à condição de pertencer à formação de uma cidade, mesmo que essa cidade não os tenha selecionado para interpretar sua trajetória dentro desse processo; ao contrário, os silencia ou os ataca por meio de preconceitos que foram sendo reformulados com o tempo. Mas isso já é outro trabalho.

## FONTES

### **PUBLICAÇÕES DIVERSAS DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES**

ARARIPE, D. de Alencar. *História da estrada de ferro Vitória/Minas (1904-1954)*. Rio de Janeiro: mar. 1954.

BRASIL. *Direito à verdade e à memória*. Comissão especial sobre mortos ou desaparecidos políticos. Brasília: Secretaria especial dos direitos humanos, 2007.

DEPARTAMENTO DE CULTURA. *Histórico de Ipatinga* – subsídio da secretaria de cultura, esporte e lazer. Ipatinga: Estação Memória, 2006.

GUERRA, João Batista. *Vazio Verde* - o amanhecer de Ipatinga. Ipatinga: Empresa Jornalística Revisão, jan. 1977.

HISTÓRICO Parcial da Conferência Cristo Rei. Ipatinga: próprio punho/ Conferência Cristo Rei, 1 de julho de 1983.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios brasileiros*. Publicação comemorativa do 2º aniversario de governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: 31 jan.1958. v. XXIV.

PEREIRA, Carlindo Marques. O massacre de Ipatinga. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, out. 1984.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGLOMERADO URBANO DO VALE DO AÇO – Plano de ocupação e uso do solo de Ipatinga. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1978. Elaboração: Centro de Desenvolvimento Urbano da FJP. v. 15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. *Homens em Serie*: a historia de Ipatinga contada por seus próprios personagens. Ipatinga: Empresa Jornalística Revisão, Outubro de 1991. v.1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. *Homens em Serie*: a historia de Ipatinga contada por seus próprios personagens. Ipatinga: Empresa Jornalística Revisão, Julho de 1992. v. 2.

ESTRADA DE FERRO VICTORIA A MINAS. *Relatório da Directoria da Cia. E. F. de Victoria a Minas.* Apresentado em assembléia geral ordinária – realizada em 10 de Junho de 1904. Rio de Janeiro: Typografia Leuziwger, 1904.

USIMINAS. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. *Relatório:* trabalho em turnos. Chefia Geral da Usina. Ipatinga: ago.1984.

### MEMÓRIAS

ATAÍDE, Ita Drumond. *Nossa Vida Nossa Gente - uma feliz trajetória.* Ipatinga: VCS Propaganda, 2005.

FERREIRA, João Batista. *Voltando ao princípio, Ipaba e sua história.* 1. ed. Ipaba: Impressão jornais dos bairros, 2003.

### REVISTAS

CARTILHA DO CIDADÃO. Ed. 98. Vale do Aço – perfil histórico, cultural e informativo. Cel. Fabriciano/Ipatinga/Timóteo: Click idéias acessória, 1998.

IPATINGA ANO 20. Revista especial editada pela Empresa Jornalística Revisão Ltda, Ipatinga, v. 1, n. 1, 28 abr. 1984.

JORNAL DIÁRIO DO AÇO. Vale do Aço 2000 - um Século de Vale, v. 1, n. 1, Ipatinga, 2000.

REVISTA DO SINDIPA. Sindipa (sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga): 40 anos de História, Ipatinga MG, mai. 2005. Número especial de aniversário.

REVISTA DO SINDIPA. Editada e produzida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga. Ipatinga: Gestão 2001/2005.

USIMINAS JORNAL, Ipatinga/Belo Horizonte, n. 421, ano XXXIX, mai. 2004.

USIMINAS JORNAL, Ipatinga/Belo Horizonte, n. 444, ano XL, abr. 2006.

USIMINAS 25 ANOS. A comunidade, Ipatinga, Fascículo 9, out. 1987. Depoimento de Raimundo Anício Alves.

## **ENTREVISTAS PRODUZIDAS**

### **REALIZADAS EM 2008**

LOTT, Firmo; Maria LOTT, Aparecida. *Firmo Lott e Maria Aparecida Lott*: depoimento [jul. 2008]. Entrevistador: G. V. R. Freitas. Ipatinga: Nupehcit, 2008. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa

BARBOSA, Zulmira. *Zulmira Barbosa*: depoimento [jul. 2008]. Entrevistador: G. V. R. Freitas. Ipatinga: Nupehcit, 2008. Filha de José Anatólio Barbosa, primeiro vereador da região no distrito de Barra Alegre.

### **REALIZADAS EM 2009**

OLIVEIRA, Irany Julião de. *Irany Julião de Oliveira*: depoimento [jul. 2009]. Entrevistador: G. V. R. Freitas. Ipatinga: Nupehcit, 2009. Morador da Rua Araxá desde a década de 1950.

OLIVEIRA Maria Weber de. Maria Weber de Oliveira: depoimento [jul. 2009]. Entrevistadores: G. V. R. Freitas. Ipatinga: Nupehcit, 2008. Nora de José Anatólio Barbosa que foi 1º vereador da região, residente anterior a 1953, co-autora do Hino a Cidade de Ipatinga, pioneira da educação. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa.

BARROS, Elias Fernandes. *Elias Fernandes Barros*: depoimento [jul. 2009]. Entrevistador: G. V. R. Freitas. Ipatinga: Nupehcit, 2009. Jovem da construção civil morador da antiga “rua do buraco” que seria a área Boêmia da “cidade livre”. Ao contrário da imagem de carestia narrada em quase todas as publicações ele infere que tinha carnaval, futebol, festa junina e muito trabalho na rua em que nasceu.

VALADARES, Manoel; Dona Tildinha. *Manoel Valadares*: depoimento [jul. 2009]. Entrevistador: G. V. R. Freitas. Ipatinga: Nupehcit, 2009. Na década de 1950/1960 era um dos açougueiros, chefe de empreiteiros de carvão, dono de armazém e moinho que abasteciam a vila, além de realizar uma série de outros pequenos investimentos. Sua esposa estava dentro das primeiras gerações de professoras na cidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Cecílio Abel de. *O desbravamento das selvas do rio doce (memórias)*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olímpio Editora, 1957. Coleção Documentos Brasileiros 103.

BENJAMIN, Walter – Obras escolhidas. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119. v. 1.

BRAGA, Tânia Moreira. *Política Ambiental, Conflito e Produção Social do espaço sob o signo da mono indústria*: Um estudo de caso sobre Ipatinga (MG). 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BLOCH, Marc. *Apologia a História ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRINA, Helvécio Lapentosa. *Estradas de ferro*. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1976-1979.

CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. *Conciliação, reforma e resistência: governo, empresários e trabalhadores em Minas Gerais nos anos 1950*. 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DINIZ, Clécio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. 1981. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1981.

ESPINDOLA, Salmen Haruf. *Sertão do Rio Doce*. Governador Valadares: Editora Univale, 2005.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Entre a igualdade e a distinção: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Unicamp, Campinas, 2010.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Transubstanciação simbólica do uniforme de trabalho em signo de prestígio. Museu Paulista, São Paulo, 2010. v. 18, n. 2, p.263-284. Jul./dez. 2010. p. 263.

FENEILON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*: São Paulo: Olho d'Água, 2000.

FONTES, Ângela M. Mesquita; LAMARÃO, Sergio T. de Niemeyer. Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina? *Revista Rio de Janeiro*, Niterói, v. 1, n. 4, set./dez. 1986.

FREITAS, Marcelo. Não foi por acaso: A história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no massacre de Ipatinga. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL – TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLITICA, 10, 2010, Recife: UFPE, 2010. ISBN978-85-7315-769-7.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do Espírito. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. Coleção Pensamento Humano.

KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LANGARO, Jiani Fernando. *Para além de Pioneiros e Forasteiros: outras Histórias do oeste do Paraná*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Historia, Uberlândia, 2006.

MARX, Karl. *Contribuição a critica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. *Brumário de Luiz Bonaparte*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MEDEIROS, Mônica Xavier de. “*Bom mesmo é ser metalúrgico.*” Vivências de trabalhadores metalúrgicos de São José dos Campos. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Historia, Uberlândia, 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MELO e SOUZA, Laura de. Raimundo Faoro – os donos do poder. In: Lourenço Dantas Mota. (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 52-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 07-24, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado da representação histórica. A batalha de Evarts e a batalha de Crummies (KENTUCKY: 1931, 1941). *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 181-217 jul./dez.2008.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 41-81, PUC, fev. 1997.

SANTOS, Ulisses Pereira dos. Ambiente Institucional e Inovação na Siderurgia de Minas Gerais. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Dácia Ibiapina da. *Memórias da Guerrilha do Araguaia:relatos de moradores de Palestina do Pará*. 2002. Tese (Doutorado em Comunicação Visual) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, CPDA, Rio de Janeiro, 2002.

SOUZA, Paulo Roberto de. *1954* – Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Uberlândia, 2007.

SKIDMORE, Thomas E., *Brasil: de Getúlio a Castello*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

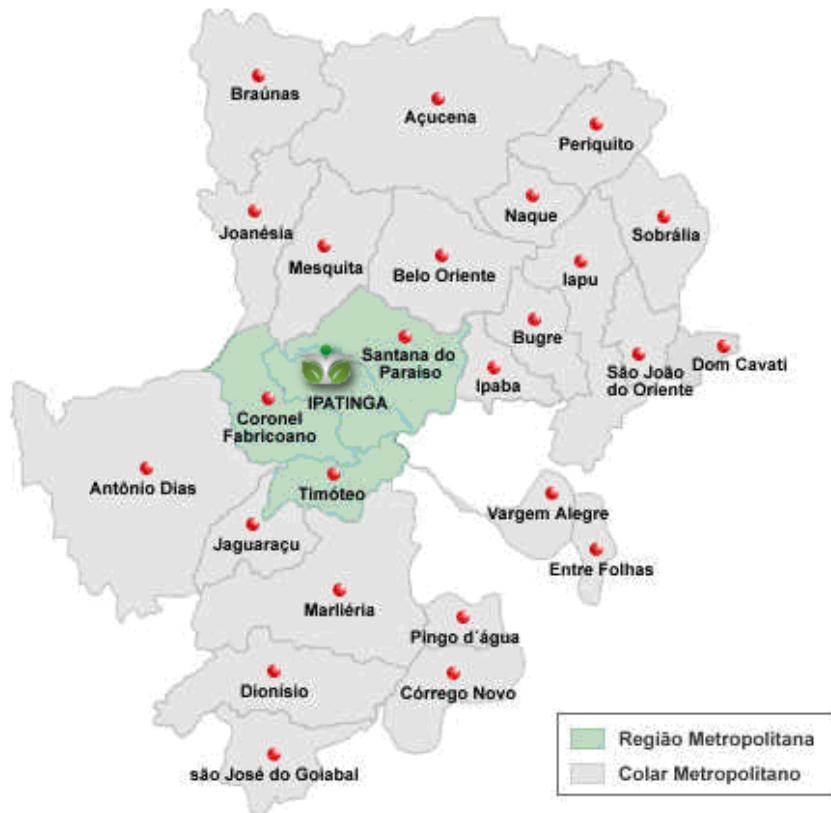
THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa, *A maldição de Adão*. 4. ed., Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e terra, 2002. Coleção oficinas da história, v. 5.

THOMPSON, E. P. O Termo ausente: experiência. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros: crítica a filosofia de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 189-190.

THOMPSON, Edward P. Algumas Observações Sobre a Classe e a “Falsa Consciência”. In: NEGRO, Antônio L. & SILVA, Sérgio (Org.). *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

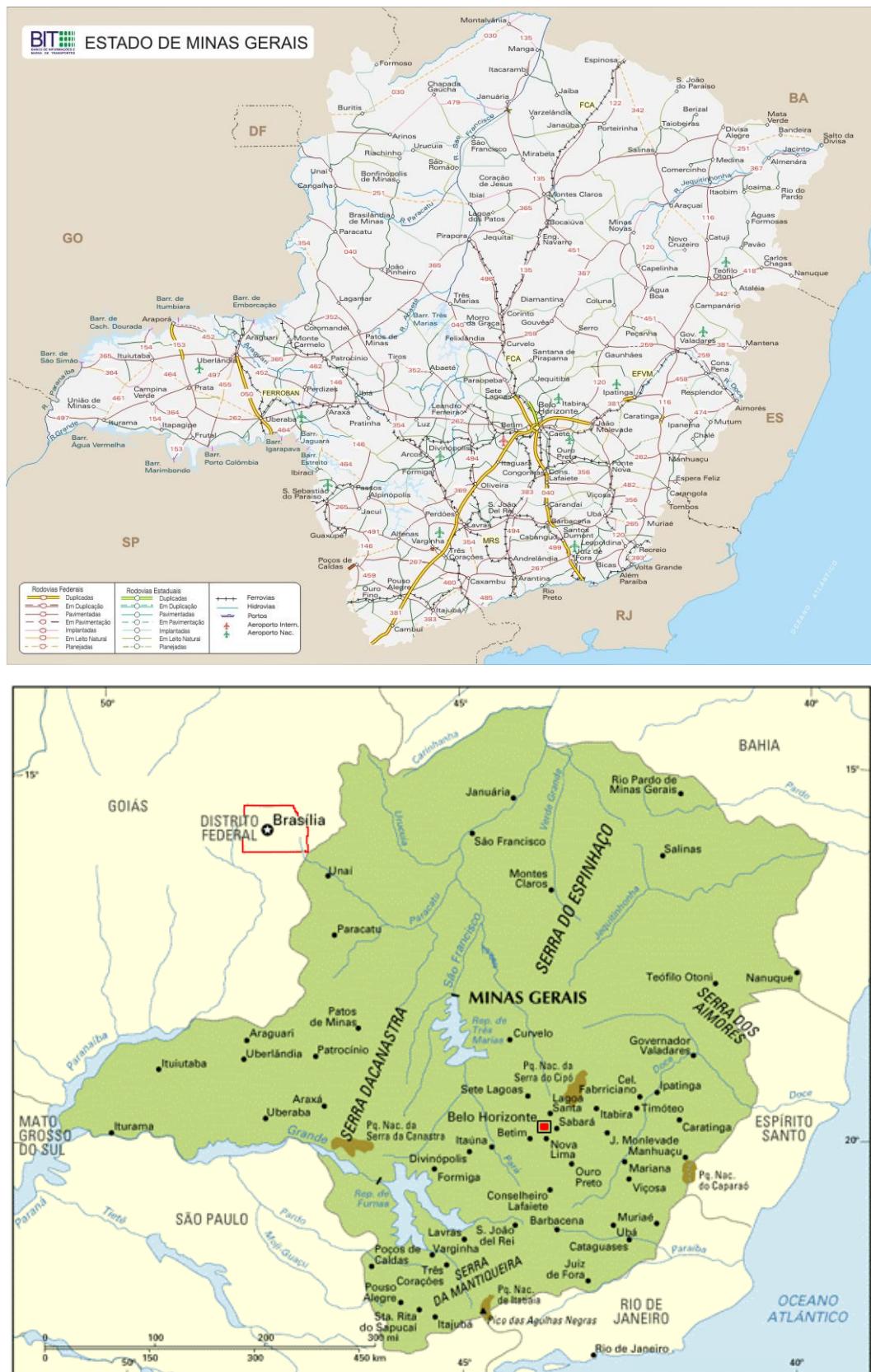
TORRES, João C. de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 2. ed, Belo Horizonte: Difusão Pan Americana do livro, 1961. v. V e IV.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1979.

**ANEXO A – LOCALIZAÇÃO DE IPATINGA-MG**

**Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana do vale do Aço**

Fonte: (SOUZA, 2010).



**Figura 2 – Mapas rodoviário e físico de Minas Gerais.**

Fonte: [www.webcarta.net/carta/mapa.php?id=266&lg=ptccc](http://www.webcarta.net/carta/mapa.php?id=266&lg=ptccc). Acesso em: 04/08/2012.

**ANEXO B – A VILA DE IPATINGA EM VÁRIOS MOMENTOS DA DÉCADA DE  
1950 E A IGREJA NO IPANEMINHA**



**Figura 3 – Centro de Ipatinga na década de 1960.**

Fonte: Acervo do pesquisador (2011).



**Figura 4 – Alojamento de madeira – Primeiras moradias de funcionários da construção em Ipatinga (1950)**

Fonte: CENTRO CULTURAL INTERNACIONAL  
TIKUFUKAI (MINAS GERAIS/IPATINGA/BELA  
VISTA, 2011).



**Figura 4 – Integrantes da missão Japonesa Suzuki na Estação de Ipatinga – final da década de 1950.**

Fonte: Centro Cultural Internacional Tikufukai, Ipatinga, MG (2011)



Sobre a linha (de terno), o diretor da EFVM, Mário Carvalho, em visita à construção da 3ª estação, próximo ao Contingente, no centro, Ipatinga, MG, em 1952. Fonte: REVISTA CAMINHOS GERAIS

**Figura 5 – Linha de Ferro da EFVM.**

Fonte: Centro Cultural Internacional Tikufukai, Ipatinga, MG (2011)



**Figura 6 – Construção da Usiminas com o vilarejo à frente.**

Fonte: Acervo do Pesquisador (2011).



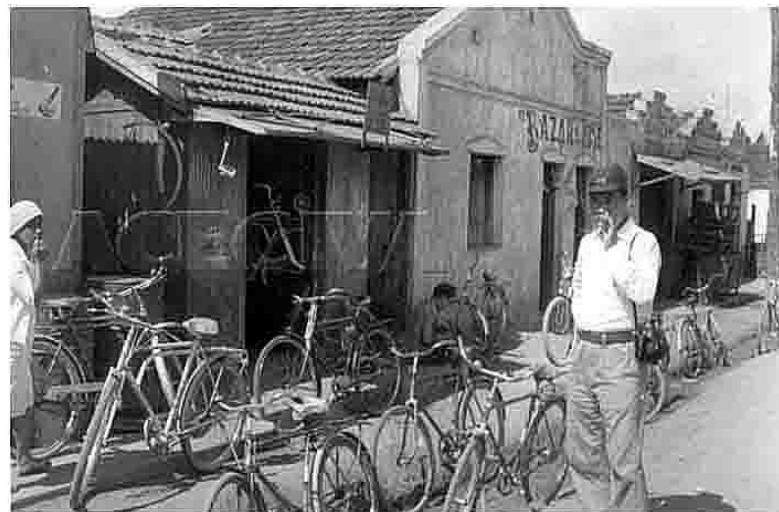
**Figura 7 – Em alguma parte do riberão Ipanema em Ipatinga no final de 50 e inicio dos anos 60.**

Fonte: Acervo do pesquisador (2011).



**Figura 8 – Centro de Ipatinga no final de 1959.**

Fonte: Acervo do pesquisador (2011).



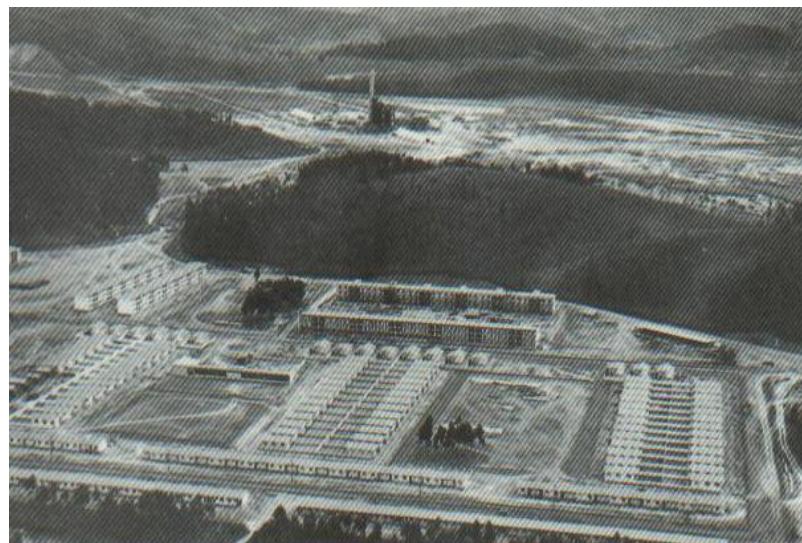
**Figura 9 – Rua do comercio onde hoje é o centro de Ipatinga no inicio dos anos de 1960.**

Fonte: [www.acesiva.com](http://www.acesiva.com)- acesso: 04 ago. 2011.



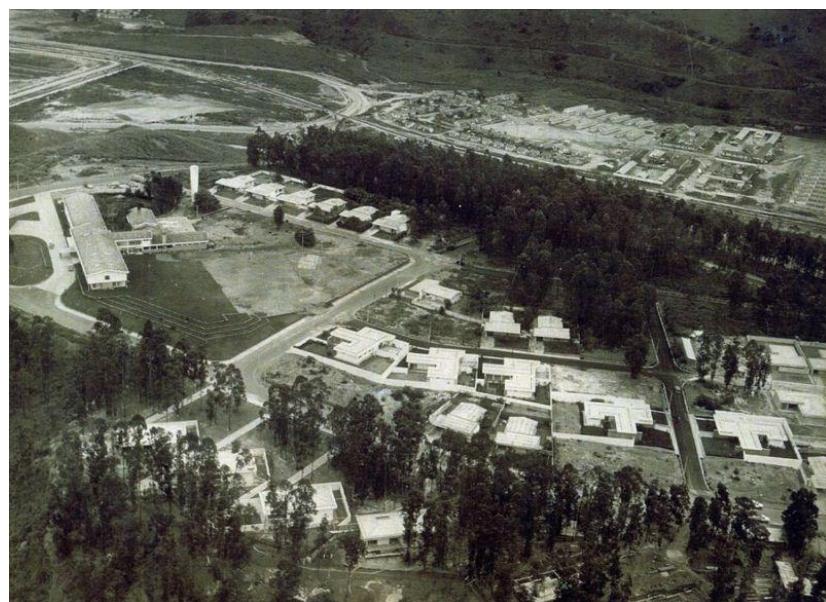
**Figura 10 – Igreja de São Vicente de Paulo construída em 1957 no Ipaneminha, Ipatinga, dec.50**

Fonte: Acervo de Zulmira Barbosa (2011).

**ANEXO C – BAIRROS CONSTRUÍDOS PELA USIMINAS**

**Figura 11 – 1955/1962: Implantação da vila operária. Cariru em implantação, bairro destinado aos especialistas e engenheiros.**

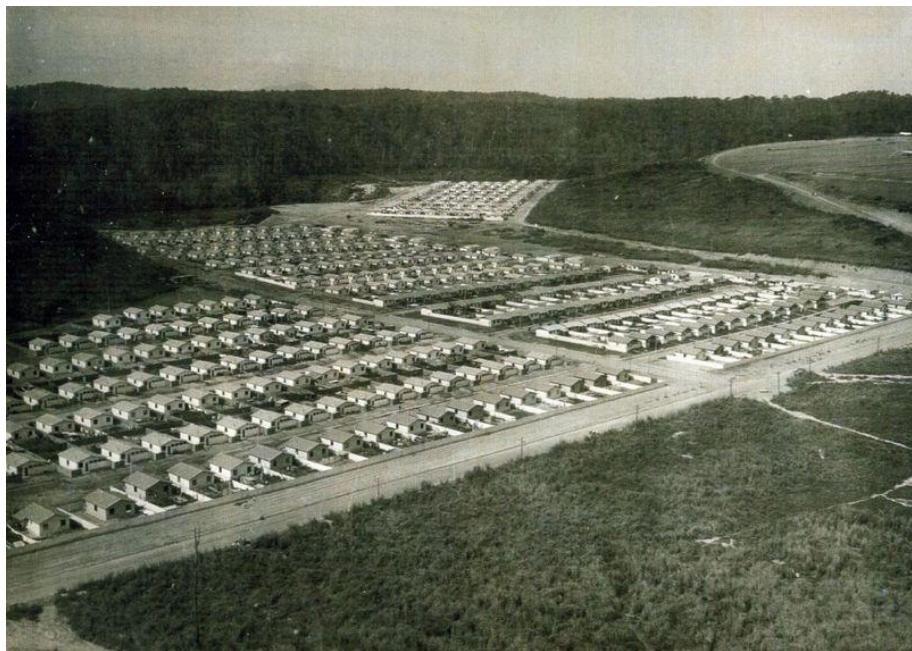
Fonte: : [www.acesiva.com](http://www.acesiva.com)- acesso:04 ago. 2011.



**Figura 12 – 1960/1970: Castelo, bairro destinado aos gerentes diretores da nova usina.**

Fonte: [www.acesiva.com](http://www.acesiva.com)- acesso:04 ago. 2011

Nota: A construção horizontal na esquerda da foto foi o primeiro hotel de Ipatinga, que ainda existe embora desativado. Ao fundo o Vila Ipanema, bairro operário. 60/70: Casas espaçosas em terrenos de 750m<sup>2</sup>.



**Figura 13 – 1960/1970: Bom Retiro, bairro dos técnicos e operadores.**

Fonte: : [www.acesiva.com](http://www.acesiva.com)- acesso:04/ ago. 2011.

Nota: No alto a terraplanagem do Imbaúbas.



**Figura 14 – 1960/1970: Imbaúbas, Areal e Horto.**

Fonte: [www.acesiva.com](http://www.acesiva.com) – acesso: 04 ago. 2011.

Nota: Além dos bairros a Usiminas, estatal, reflorestou todos estes morros como pode ser visto em fotos atuais.



**Figura 15 – 1960/1970: Alojamentos no Santa Monica e bairro Horto.**

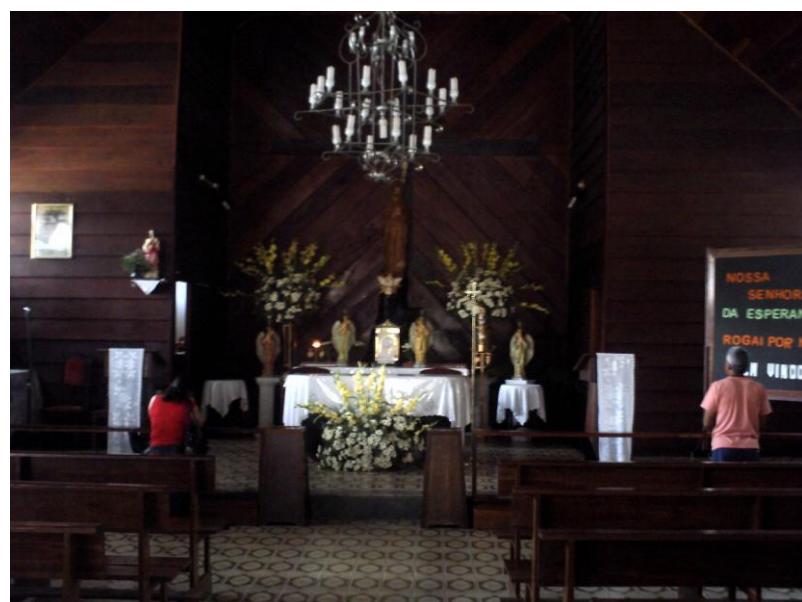
Fonte: [www.acesiva.com](http://www.acesiva.com)- acesso:04 ago. 2011.

Nota: Nesses alojamentos aconteceu a chacina de 1963, que ficou conhecida como Massacre de Ipatinga.



**Figura 16 – Igreja de Nossa Senhora da Esperança, construída no horto a pedido de Padre Avelino e Gil Guatimosim Jr. Frente de alvenaria e restante de madeira (1963).**

Fonte: Acervo do pesquisador (2011).



**Figura 17 – Altar da Igreja Nossa senhora da Esperança (2006).**

Fonte: Acervo do pesquisador (2011).

## ANEXO D – DOCUMENTOS

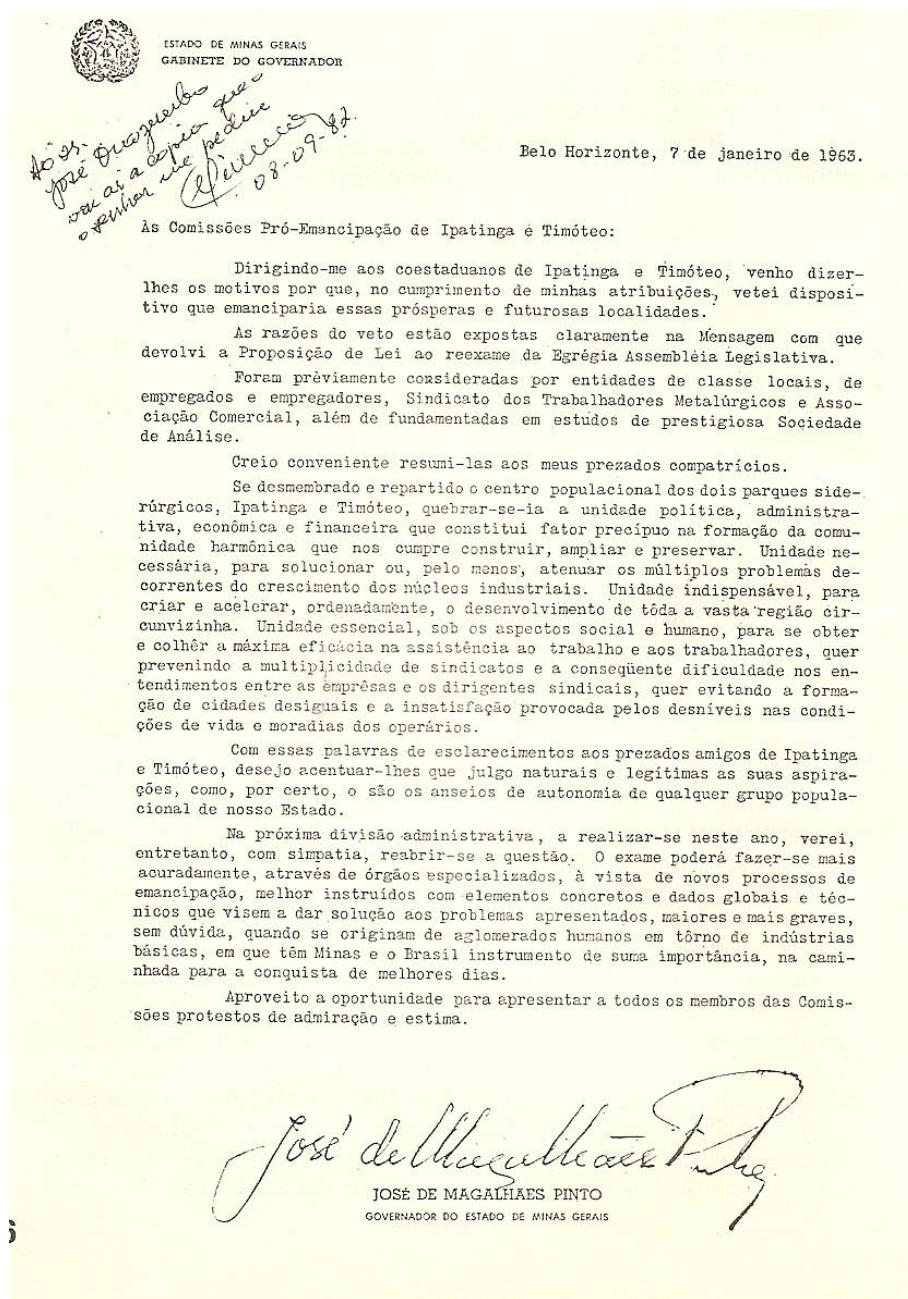


Figura 18 – Carta indeferindo o pedido de emancipação em Janeiro de 1963.

Fonte: acervo PMI.

Companhia	Aço	Gusa	Cominados	
			1975	1975
Usiminas	1.770.564	1.678.663	1.311.521	
Cia. Siderúrgica Nacional	1.490.782	1.064.019	1.178.738	
Cia. Sid. Pernambucana	788.894	680.140	889.784	
Cia. Sid. Belgo Mineira	771.206	578.526	639.842	
Cia. Sid. Mannesmann	580.693	350.969	391.363	
Aços Especiais Itabira (Acesita)	2.83.508	195.097	181.716	
Cia. Sid. J. S. Aliperti	265.932	139.401	221.078	
Cia. Riograndense	216.297	--	195.263	
Cia. Sid. Itogi das Guias	178.611	78.384	140.444	
Barra Mansa	175.860	149.646	151.292	
Coferivas	154.379	--	140.367	
Consigna	149.146	--	176.512	

Figura 19 – Produção das siderúrgicas brasileiras em 1975.

Fonte: acervo do pesquisador (2011).



**Figura 20 – Ipatinga e Usiminas.**

Fonte: acervo do pesquisador (2011).



**Figura 21 – Ipatinga e Usiminas.**

Fonte: USIMINAS JORNAL, Ipatinga/Belo Horizonte, n. 444, ano XL, abr. 2006.

Notação importante: - SSVP -

A Conferência Cristo Rei foi fundada em 15 de Abril de 1947 e sua 1<sup>a</sup> Diretoria ficou assim constituída:

Presidente: Benedito ... Leal  
 Vice-Pres.: João Batista Gonçalves  
 Tesoureiro: Antônio Valério Rodrigues  
 2<sup>o</sup> Tesoureiro: Francisco Gonçalves Barreto  
 1<sup>o</sup> Secretário: Irílindo Ferreira da Silva  
 2<sup>o</sup> Secretário: Joaquim Quintino de Miranda

Conselho Fiscal

Joaquim Pinto  
 Luiz Mendes  
 João Patrício de Araujo

Winton:  
 Padre Frederico

Ipatinga, 15/4/86 → 39 anos! Parabéns!  
 (não da Sra. Siqueira Bitencourt, se tiver)

S. S. V. P.  
 CONFERÊNCIA CRISTO  
 REI - IPATINGA - CENTRO

**Figura 22 – Anotações da conferência cristo rei da sociedade de São Vicente de Paulo**  
 Fonte: acervo do pesquisador (2011).

O TRABALHO EM TURNOS		
ANEXO 2		
47		
<b>ESTADO CIVIL</b>		
Casados	4.074	76,06%
Solteiros	1.210	22,58%
Outros	73	1,36%
	<b>5.357</b>	
<b>FAIXA ETÁRIA</b>		
18 a 23 anos	583	10,89%
24 a 30 anos	2.512	46,89%
31 a 35 anos	1.086	20,28%
36 a 40 anos	504	9,40%
41 a 50 anos	573	10,69%
Mais de 50	99	1,85%
	<b>5.357</b>	
<b>TEMPO NA EMPRÉSIA</b>		
Até 5 anos	1.698	31,69%
De 6 a 10 anos	2.628	49,06%
De 11 a 15 anos	397	7,42%
De 16 a 20 anos	249	4,65%
De 21 a 25 anos	385	7,18%
	<b>5.357</b>	

**Figura 23 – Relatório de trabalho em turnos da chefia geral da usina. Quadro estatístico sobre trabalhadores da Usiminas em 1984.**

Fonte: Relatório: trabalho em turnos. Chefia Geral da Usina. Ipatinga: ago.1984.

O TRABALHO EM TURNOS			
ANEXO 2		48	
DEPENDENTES			
Dependentes	Empregados	Número de dependentes	TOTAL E + D
0	1.144	0	1.144
1	559	559	1.118
2	1.118	2.236	3.354
3	1.190	3.570	4.760
4	721	2.884	3.605
5	360	1.800	2.160
5 ou mais	265	1.855	2.120
	5.357	12.904	18.261

Todas as informações de 5.7.84  
 Dependentes para fins de Imposto de Renda

Figura 24 – Quadro estatístico sobre trabalhadores da Usiminas em 1984.

Fonte: Relatório: trabalho em turnos. Chefia Geral da Usina. Ipatinga: ago.1984.

<b>O TRABALHO EM TURNOS</b>					
<b>ANEXO 2</b>		49			
<b>POR SETOR DE PONTO</b>					
<b>Regime de trabalho</b>	<b>Ponto 3</b> Pero Vaz	<b>Ponto 4</b> Carirú	<b>Ponto 5</b> Ipatinga		
<b>3 Turnos</b>	<b>1.471</b>	<b>154</b>	<b>3.254</b>		
<b>EFETIVO DE 3 TURNOS POR CIDADE</b>					
<b>Ipatinga</b>	<b>4.383</b> empregados, 81,8%				
<b>Coronel Fabriciano</b>	<b>918</b>	<b>"</b>	<b>17,1%</b>		
<b>Timóteo</b>	<b>49</b>	<b>"</b>	<b>0,9%</b>		
<b>Caratinga (Ipaba)</b>	<b>4</b>	<b>"</b>	<b>0,07%</b>		
<b>Iapu</b>	<b>3</b>	<b>"</b>	<b>0,05%</b>		
	<b>5.357</b>				

**Figura 25 – Quadro estatístico sobre trabalhadores da Usiminas em 1984.**

Fonte: Relatório: trabalho em turnos. Chefia Geral da Usina. Ipatinga: ago.1984.

O TRABALHO EM TURNOS					
ANEXO 2		50			
EFETIVO DE 3 TURNOS POR BAIRRO DE IPATINGA					
1 - Ideal	<u>951</u>	"	<u>21,6%</u>		
2 - Centro	433	"	<u>9,8%</u>		
3 - Bela Vista	359	"	<u>8,1%</u>		
4 - Veneza	<u>352</u>	"	<u>8,0%</u>		
5 - Bom Retiro	347	"	<u>7,9%</u>		
6 - Canaã	<u>330</u>	"	<u>7,5%</u>		
7 - Imbaúbas	293	"	<u>6,6%</u>		
8 - Bom Jardim	<u>241</u>	"	<u>5,5%</u>		
9 - Iguaçú	<u>202</u>	"	<u>4,6%</u>		
10 - Bethânia	189	"	<u>4,3%</u>		
11 - Esperança	<u>146</u>	"	<u>3,3%</u>		
12 - Cidade Nobre	<u>124</u>	"	<u>2,8%</u>		
13 - Horto	107	"	<u>2,4%</u>		
14 - Carirú	<u>105</u>	"	<u>2,3%</u>		
15 - Jardim Panorama	71	"	<u>1,6%</u>		
16 - Novo Cruzeiro	52	"	<u>1,1%</u>		
17 - Limoeiro	<u>39</u>	"	<u>0,8%</u>		
18 - Águas	<u>14</u>	"	<u>0,3%</u>		
19 - Caravelas	9	"	<u>0,2%</u>		
20 - Barra Alegre	7	"	<u>0,15%</u>		
21 - Vila Formosa	4	"	<u>0,09%</u>		
22 - Oliveira	3	"	<u>0,06%</u>		
23 - Caçula	2	"	<u>0,04%</u>		
24 - Ferroviários	2	"	<u>0,04%</u>		
25 - Vagalume	1	"	<u>0,02%</u>		
IPATINGA	<b>4.383</b>				

Figura 26 – Quadro estatístico sobre trabalhadores da Usiminas em 1984.

Fonte: Relatório: trabalho em turnos. Chefia Geral da Usina. Ipatinga: ago.1984.

### **A participação acionária na USIMINAS**

No início da década de 90, por falta de recursos para novos investimentos, o governo federal criou o plano de privatizações de empresas estatais. Decidiu pela privatização de empresas como forma de reduzir as despesas do setor público e por sua incapacidade de se adaptar às condições de escassez de recursos. Esperava-se que as empresas privatizadas, livres das amarras da burocracia estatal, fossem capazes de gerar receitas com ganhos em eficiência e redução de custos.

Por receio quanto aos resultados do programa de privatização, à época bastante criticado e com movimentos contrários, a USIMINAS, por exibir resultados sempre positivos obtidos pelo baixo custo operacional, por sua eficiência operacional e pela qualidade de seus produtos, foi apontada para ser a primeira empresa a ser privatizada.

Concomitantemente ao processo de privatização, discussões e negociações tiveram lugar para formação de um grupo de sustentação, cujo objetivo era reverter as expectativas negativas existentes no início do processo, fazer da privatização a oportunidade para implementação de uma nova etapa do desenvolvimento da empresa, e definir princípios segundo os quais a empresa seria gerida de forma a manter os avanços e conquistas, consolidando sua posição de liderança.

Dentre os princípios definidos, por entender que estava envolvido além do tangível composto por edifícios, máquinas e tecnologias, o intangível, expresso pela inteligência, pelo idealismo, pela força de seus homens, estava a participação dos empregados na administração da empresa.

Então, o grupo consolidado para sustentação foi composto com a participação dos empregados, Nippon Usiminas, bancos e clientes. Para a integração dos empregados no bloco de acionistas da Usiminas foi constituído o Clube de Investimentos Usiminas - CIU, que, com 10% de participação no capital ordinário da Usiminas, congregava empregados, aposentados e pensionistas da CAIXA, num total de 17.765 cotistas.

Com o intuito de manter a presença dos empregados como acionistas da empresa, estabeleceu-se que as cotas pertencentes àqueles que se desligavam da empresa seriam alienadas à Caixa dos Empregados da Usiminas, e, com o encerramento do CIU, quase a totalidade das ações foram alienadas à CAIXA. Essa participação acionária dos empregados sempre esteve presente em todos os acordos de acionistas que tinha como propósito a estabilidade, crescimento e controle da empresa, e de fundamental importância na defesa da empresa em tentativas de *take-over* por outros grupos.

Hoje, a CAIXA detém 51.164.642 ações ordinárias da Usiminas, o que representa aproximadamente 35% do patrimônio do plano de benefícios 1 - PB1 (base 31/01/2011). Essas ações estão vinculadas ao Acordo de Acionistas da Usiminas, firmado em 2006, entre CAIXA, Grupo Nippon e Grupo VC - Votorantim e Camargo Corrêa, com validade até 2021, podendo ser denunciado, somente, após seu décimo aniversário, em novembro de 2016.

Em 18 de fevereiro de 2011, a CAIXA foi notificada pelos demais signatários do Acordo de Acionistas que um novo Acordo de Acionistas foi entre eles firmado, com validade a partir de novembro de 2016, com a exclusão da CAIXA.

A Diretoria-Executiva da CAIXA vem acompanhando os desdobramentos desse ato e pautará suas ações, com os meios que estiverem ao seu alcance, na defesa dos direitos e deveres da Caixa dos Empregados da Usiminas, tanto como signatária do acordo em vigor, quanto como administradora do patrimônio dos seus mais de 34 mil participantes, entre ativos e assistidos, conforme expresso em carta resposta ao SINDIPA em 25/02/2011.

A despeito desse fato sobre o qual se foi notificado e amplamente noticiado pela mídia impressa, cabe à CAIXAclarear que essa ação se dá na esfera de CAIXA como acionista, participante do bloco de controle, e entre os demais acionistas desse bloco, sendo de responsabilidade da CAIXA, mediante dos seus órgãos estatutários, a manutenção do bom nível de relacionamento entre a Entidade e suas Patrocinadoras, dentre elas a Usiminas.

Provavelmente, alguns se sentem aflitos quanto ao futuro da CAIXA e dos planos de benefícios por ela administrados. A posição em ações da Usiminas corresponde a aproximadamente 35% do patrimônio do Plano de Benefícios 1 - PB1, entretanto deve ser ressaltado que a maior parte dos recursos deste Plano está alocada em outros tipos de investimentos, tais como imóveis, títulos de renda fixa (títulos públicos e privados) e empréstimos a participantes. Salientamos que essa diversificação de aplicações, bem como os compromissos assumidos e honrados por todas as patrocinadoras garante a solidez dos planos.

**Rômel Erwin de Souza**  
 Presidente

**Figura 27 – Justificativa da composição acionaria da Usiminas.**

Fonte: Revista da Caixinha, agosto de 2011.

# O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO

ANO LX - Rio de Janeiro, Domingo, 7 de outubro de 1984 - nº 18.596

## Julgamento da Revolução

ROBERTO MARINHO

**PARTICIPAMOS** da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais, de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente.

TEMOS permanecido fiéis aos seus objetivos, embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretendem assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, "Por exigência inelutável do povo brasileiro". Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um "pronunciamento" ou "golpe" com o qual não estariamos solidários.

O GLOBO, desde a Aliança Liberal, quando lutou contra os vícios políticos da Primeira República, vem pugnando por uma autêntica democracia e progresso econômico e social do País. Em 1964 teria de unir-se aos companheiros de jornadas anteriores, aos "tenentes e bacharéis" que se mantinham coerentes com as tradições e os ideais de 1930, aos expedicionários da FEB que ocupavam a Chefia das Forças Armadas, os quais congregavam sob pressão das grandes marchas populares mudando o curso da nossa história.

**ACOMPANHAMOS** esse esforço de renovação em todas as suas fases. No período de ordenação da economia que se encerrou em 1967. Nos meses dramáticos de 1968 em que a intensificação dos atos de terrorismo provocou a implantação do AI-5. Na expansão econômica de 1969 a 1972, quando o produto nacional cresceu a taxa média anual de 10%, assinala-se que, naquele primeiro decênio revolucionário, a inflação decresceu de 96% para 12,6% ao ano, elevando-se as exportações anuais de 1 bilhão e 300 mil dólares para mais de 12 bilhões de dólares.

NA ERA do impacto da crise mundial do petróleo desencadeada em 1973 e repetida em 1979, a que se seguiram aumentos vertiginosos nas taxas de juros, impondo-nos uma sucessão de sacrifícios para superar a nossa dependência externa de energia, a deterioração dos preços dos nossos produtos de exportação e a desorganização do sistema financeiro internacional. Essa conjugação de fatores que violentaram a administração de nossas contas externas obrigou-nos a desvalorizações cambiais de emergência que teriam fatalmente de resultar na exarcebamento do processo inflacionário.

NAS RESPOSTAS que a sociedade e o governo brasileiro deram a esses desafios, conseguindo no segundo decênio revolucionário que agora se completa, apesar de todas as dificuldades, reduzir de 80% para menos de 40% a dependência externa na importação de energia, elevando a produção de petróleo de 175 mil para 500 mil barris diários e a de álcool, de 680 milhões para 8 bilhões de litros; simultaneamente aumentar a fabricação industrial em 85%, expandir a área plantada para produção de alimentos de 20 milhões de hectares a mais, criar 13 milhões de novos empregos, assegurar a presença de mais de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares, ampliar a população economicamente ativa de 29 milhões e 500 mil para 45 milhões e 797 mil, elevando as exportações anuais de 12 bilhões para 22 bilhões de dólares.

VOLVENDO os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que se reconhecer impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma população de 80 milhões de pessoas e uma renda per capita de 900 dólares; somos a oitava, com uma população de 130 milhões de pessoas, a renda média per capita de 2.500 dólares.

\* \* \*

O PRESIDENTE Castello Branco, em seu discurso de posse, anunciou que a revolução visava "a arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral e política". Dessa maneira, acima do progresso material, delineava-se objetivo supremo da preservação dos princípios éticos e do restabelecimento do estado de direito. Em 24 de junho de 1978, o Presidente Geisel anunciou o fim dos atos de exceção, abrangendo o AI-5, o Decreto-Lei 477 e demais Atos Institucionais. Com isso, restauravam-se as garantias da magistratura e o instituto do habeas-corpus. Cessava a competência do Presidente para decretar o fechamento do Congresso e a Intervenção nos Estados, fora das determinações constitucionais.

PERDIA o Executivo as atribuições de suspender direitos políticos, cassar mandatos, demitir funcionários civis e reformar militares. Extinguiam-se as atividades da C.G.I. e o confisco sumário de bens. Desapareciam da legislação o banimento, a pena de morte, a prisão perpétua e a inelegibilidade perene dos cassados. Findava-se o período discricionário, significando que os anseios de liberalização que Castello Branco e Costa e Silva manifestaram em diversas ocasiões o que Médici vislumbrou em seu primeiro pronunciamento finalmente se concretizavam.

ENQUANTO vários líderes oposicionistas pretendiam considerar aquelas medidas fundamentais como "meros paliativos". O então Deputado Tancredo Neves, Líder do MDB na Câmara Federal, reconheceu que a determinação governamental "foi além do esperado".

AO ASSUMIR o Governo, o Presidente Figueiredo jurou dar continuidade ao processo de redemocratização. A concessão da anistia ampla e irrestrita. As eleições diretas para os Governos dos Estados, a posse dos eleitos, a colaboração federal com os novos Governos oposicionistas na defesa dos interesses maiores da coletividade são demonstrações de que o Presidente não falou em vão.

NÃO HÁ memória que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção anistindo adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da revolução de 1964.

\* \* \*

NESTE momento em que se desenvolve o processo da sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios.

O CAMINHO para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios aéticos, nem o afastamento do povo.

ADOTAR outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução ou seu ato final.

Deputado Jair Bolsonaro

**Figura 28 – Roberto Marinho**

Fonte: <http://www.bolsonaro.com.br/jair/arquivo/julgamento-rev.htm>. Acesso em: 27 abr. 2011.